



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JACQUELINE ORTELAN MAIA BOTASSINI

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS:
UM ESTUDO DOS RÓTICOS EM CODA SILÁBICA
NO NORTE DO PARANÁ**

Londrina
2013

JACQUELINE ORTELAN MAIA BOTASSINI

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS:
UM ESTUDO DOS RÓTICOS EM CODA SILÁBICA
NO NORTE DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera

Londrina
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B748c Botassini, Jacqueline Ortelan Maia
Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos
róticos em coda silábica no Norte do Paraná /
Jacqueline Ortelan Maia Botassini. - Londrina, 2013.
227 f. : il. color., figs., tabs., retrs., mapas

Orientador : Prof.ª Dr.ª Vanderci de Andrade
Aguilera.

Tese (doutorado em Estudos da Linguagem) -
Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-
Graduação em Estudos da Linguagem, 2013.

1. Linguística - Crenças - Atitudes linguísticas.
2. Sociolinguística variacionista. 3. Róticos. I.
Aguilera, Vanderci de Andrade, orient. II.
Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-
Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDD 21.ed.410

ZSS-00883

JACQUELINE ORTELAN MAIA BOTASSINI

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS:
UM ESTUDO DOS RÓTICOS EM CODA SILÁBICA
NO NORTE DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera
UEL – Londrina – PR

Prof.^a Dr.^a Vandersí Sant'Ana Castro
UNICAMP – Campinas – SP

Prof.^a Dr.^a Vitalina Maria Frosi
UCS – Caxias do Sul – RS

Prof.^a Dr.^a Aparecida Feola Sella
UNIOESTE – Cascavel – PR

Prof.^a Dr.^a Dircel Aparecida Kailer
UEL – Londrina – PR

Londrina, 07 de fevereiro de 2013.

A Deus, que, muito mais do que a ciência e a sabedoria, é o Criador delas.

A meu amado avô Pedro Ortelan (em memória), por ter despertado em mim a paixão pelos livros e pelas línguas.

A Bruno Botassini (em memória), por todo orgulho que tinha de mim.

AGRADECIMENTOS

À minha querida Vanderci de Andrade Aguilera (Lindinha), pela orientação, pela amizade, pelo apoio e pela confiança.

Às professoras Aparecida Feola Sella, Dircel Aparecida Kailer, Vandersí Sant’Ana Castro e Vitalina Maria Frosi, pelas sugestões dadas no exame de qualificação e pela solicitude em participar da banca de defesa.

Àqueles que se dispuseram, de tão boa vontade, a ser meus informantes, sem os quais a concretização desta tese não seria possível.

A Valter Romano, pelo difícil e competente trabalho das transcrições.

A Denerval Mendez Batista, ser humano incrível, sempre pronto a ajudar as pessoas, pela disponibilidade, pelas sugestões e pelos programas computacionais que possibilitaram as análises estatísticas dos dados.

A Edson Fagundes, pela boa vontade em ajudar-me com as rodadas do Varbrul.

À Rosely Fernandes Lopes, pela maneira sempre disposta e gentil com que me atendeu e ajudou.

À Adriana dos Santos Souza (Robin), pela amizade, pelo companheirismo, por compartilhar comigo dos momentos alegres, dos tristes, dos desesperados...

Às queridas Regiane Reis, Hélen Silva, Greize Poreli e Vanessa Yida, as quais tive o privilégio de conhecer neste árduo, mas profícuo caminho.

A meu amado filho Davi e a Sidinei Botassini, pelos tantos momentos “roubados”.

À minha família e aos amigos, pelo apoio constante e pela compreensão aos tantos “não posso”.

À Marlene Beraldo Caetano, que, durante todo o período do meu doutorado, tomou as rédeas da minha casa, cuidando de mim e da minha família.

À Capes, pela bolsa de estudos a mim concedida.

E, acima de tudo e de todos, a Deus, Autor e Consumador da minha fé, Socorro bem presente na angústia e na tribulação.

Porque tomaram os gileaditas aos efraimitas os vaus do Jordão; e sucedeu que, quando algum dos fugitivos de Efraim dizia: “Deixai-me passar”, então os gileaditas perguntavam: “És tu efraimita?”, e dizendo ele: “Não”, então lhe diziam: “Dize, pois, Chibolete”; porém ele dizia: “Sibolete”, porque não o podia pronunciar bem; então pegavam dele e o degolavam nos vaus do Jordão; e caíram de Efraim naquele tempo quarenta e dois mil.

(Bíblia Sagrada, Juízes 12:5-6)

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no Norte do Paraná*. 2013. 227 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Estudos sobre crenças e atitudes linguísticas têm apontado que os posicionamentos em relação à língua refletem os posicionamentos em relação aos usuários dela e que essas atitudes, que podem ser de lealdade ou de aversão, são, em parte, responsáveis pela manutenção ou pela mudança linguística. Este trabalho, baseado nos princípios da Sociolinguística Variacionista e nos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas, tem como objetivo principal descrever as crenças e as atitudes linguísticas de falantes brasileiros, naturais de diferentes regiões e possuidores de diferentes dialetos, em relação ao uso dos róticos, classe de sons do fonema /r/, registrando e descrevendo as variantes desse fonema que concorrem em posição de coda silábica. Para tanto, entrevistaram-se 48 informantes: 16 naturais do Norte do Paraná, 16 cariocas e 16 gaúchos, todos residentes no Norte do Paraná há, pelo menos, oito anos. Os dados da fala foram obtidos por meio de conversação gravada. O tipo de conversação utilizada foi a dirigida, em que se seguem uma ordem e um conteúdo planejados, com o objetivo de obter a maior quantidade de dados úteis no menor tempo possível. A entrevista compõe-se de cinco partes: narrativa, descrição, questionário fonético-fonológico, leitura, perguntas específicas para avaliar crenças e atitudes linguísticas. As quatro primeiras partes foram estruturadas de forma a obter diferentes graus de formalidade na entrevista, indo desde a situação mais informal, menos estruturada, até chegar à situação mais formal e mais controlada, em um contexto favorável à utilização de róticos em coda silábica. A última parte destinou-se a verificar a forma como os informantes avaliam algumas variedades linguísticas (positiva ou negativamente) bem como os grupos que as produzem. Após a seleção, a audição e a transcrição fonética dos dados, procedeu-se à sua codificação, seguindo as especificações do programa Varbrul, a fim de submeter os dados a tratamento estatístico adequado. Os resultados estatísticos obtidos, registrados em tabelas e submetidos à análise quantitativa e qualitativa, apontaram como variantes típicas dos dialetos norte-paranaense, carioca e gaúcho, respectivamente, os róticos retroflexo, velar e tepe. Todas as hipóteses aventadas para esta tese em relação às realizações dos róticos foram confirmadas, a saber: os informantes mudam a variante rótica dependendo do grau de formalidade das partes que compõem a entrevista; as mulheres e os informantes com curso superior privilegiam as variantes de maior *status*; o rótico retroflexo apresenta intensa vitalidade, apesar de seu prolapado desprestígio. Quanto às quatro hipóteses levantadas sobre as questões voltadas especificamente para as crenças e as atitudes linguísticas, duas foram ratificadas: os informantes norte-paranaenses são mais desleais linguisticamente do que os cariocas e os gaúchos; os informantes mais escolarizados são menos preconceituosos. Já a hipótese de que os informantes da segunda faixa etária são mais resistentes à mudança no seu dialeto do que os informantes mais novos só se confirmou para os informantes gaúchos. Do mesmo modo, a hipótese de que os informantes cariocas e gaúchos são mais resistentes à mudança e à influência linguísticas só se confirmou plenamente para os informantes cariocas, embora tanto estes quanto aqueles apresentem atitude positiva em relação ao próprio dialeto.

Palavras-chave: Crenças e atitudes linguísticas. Sociolinguística Variacionista. Róticos. Norte do Paraná.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *Beliefs and linguistic attitudes: a research study of rhotics in syllable coda in the North of Paraná State – Brazil*. 2013. 227 f. P.h.D. Dissertation (Doctorate in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

Research studies on linguistic beliefs and behaviors have pointed out that some attitudes observed in language users are reflected in their behaviors as users and that the attitudes of either loyalty or aversion are partially responsible for its maintenance or for its linguistic change. This work, based in the variational sociolinguistics principles and in the linguistic behaviors and beliefs, aims at describing the Brazilian speakers' beliefs and behavior of several dialects, from different regions. They are analyzed in terms of their rhotic use, sound class of the “r” phoneme, registering and describing their variables playing the role of syllable coda. To reach the purpose, forty-eight informants were interviewed: sixteen from the North of Paraná (South of Brazil), sixteen originally from Rio de Janeiro (Southwest of Brazil) and sixteen from Rio Grande do Sul (South of Brazil). All the interviewees have been living in the North of Parana State for at least eight years. Guided conversation was chosen through which planned order and content were followed in order to collect a larger sum of useful data in a possible shorter time. The interview was divided in five parts: narrative; description; phonetic-phonologic questionnaire; reading; specific questions to evaluate linguistic attitudes and beliefs. The four first parts were developed in a way to obtain different levels of formality, varying from informal situation, low structured, until a more formal and more controlled one, within a context favoring the use of rhotics and syllable coda. The last step aimed at verifying the informants' behavior (positive or negative), concerning some linguistic varieties as well as the own groups who produce them. After selection, listening and transcription of the collected data, the codification was carried out according to the specifications of Varbrul program. The obtained statistics results were recorded in tables and adequately submitted to quantitative and qualitative analysis. Results showed the retroflex rhotics, velar and tap as typical variables of dialects of the North of Parana, Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul, respectively. All the hypotheses assumed for this research work regarding rhotics realizations were confirmed, namely: the informants may change rhotic variable depending on the formality degree of the parts compounding the interview; women and informants with higher education privilege higher *status* variables; the retroflex rhotic shows intense vitality, in spite of its rumored discredit. Concerning the four hypotheses assumed, involving specific questions about beliefs and linguistic attitudes, two of them were confirmed: the informants of North of Parana tend to be more linguistically disloyal than informants of Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul; the informants of higher education have less prejudice. Nevertheless, the hypothesis that elder informants would be more resistant to dialect changes than younger informants was confirmed only for Rio Grande do Sul interviewees. Likewise, the hypothesis assuming that Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul informants are more resistant to changes and linguistic influence was only totally confirmed for Rio de Janeiro interviewees, although both groups showed positive attitudes towards their own dialect.

Keywords: Linguistic behaviors and beliefs. Variational sociolinguistics. Rhotics. North of Paraná state.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Relação entre crença e atitude, segundo López Morales	59
Figura 2 –	Distribuição do /r/ retroflexo no Brasil.....	98
Figura 3 –	Mapa com a localização de Maringá no Norte do Paraná	107
Figura 4 –	Foto de trabalhadores abrindo a região	108
Figura 5 –	Mapa histórico da colonização do Norte do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1940.....	109
Figura 6 –	Mapa histórico da colonização do Norte do Paraná, entre as décadas de 1940 e 1960.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Ocorrências das variantes róticas por região.....	92
Tabela 2	–	Resumo dos trabalhos sobre o “r caipira” expostos em Castro (2006)	96
Tabela 3	–	Nacionalidade dos primitivos compradores de lotes rurais em Maringá	115
Tabela 4	–	Concentração populacional de Maringá em zona rural e urbana.....	116
Tabela 5	–	Grupos de migrantes que vieram para Maringá, segundo o local de nascimento	117
Tabela 6	–	Norte Novo de Maringá: naturalidade dos cônjuges segundo as principais unidades da Federação – 1944-1980	118
Tabela 7	–	Distribuição dos informantes de acordo com as variáveis sociais.....	124
Tabela 8	–	Distribuição geral dos róticos em coda silábica.....	143
Tabela 9	–	Distribuição geral do apagamento do rótico	143
Tabela 10	–	Distribuição geral dos róticos, excluindo o apagamento	144
Tabela 11	–	Distribuição dos róticos segundo a procedência do informante	145
Tabela 12	–	Redistribuição dos róticos segundo a procedência, após amalgamar dados	146
Tabela 13	–	Redistribuição dos róticos na variável procedência, excluindo apagamento	147
Tabela 14	–	Distribuição dos róticos na fala dos informantes gaúchos.....	149
Tabela 15	–	Distribuição dos róticos na variável sexo	152
Tabela 16	–	Distribuição dos róticos na variável sexo, excluindo o apagamento	154
Tabela 17	–	Distribuição dos róticos na variável faixa etária.....	155
Tabela 18	–	Distribuição dos róticos na variável faixa etária, excluindo o apagamento	156
Tabela 19	–	Distribuição dos róticos na variável grau de escolaridade.....	157
Tabela 20	–	Distribuição dos róticos na variável grau de escolaridade, excluindo o apagamento	158
Tabela 21	–	Distribuição dos róticos na variável grau de formalidade.....	159
Tabela 22	–	Distribuição dos róticos na variável grau de formalidade, excluindo o apagamento	161
Tabela 23	–	Distribuição dos róticos na variável posição na coda silábica.....	163
Tabela 24	–	Distribuição dos róticos na variável posição na coda silábica.....	164

Tabela 25 –	Distribuição dos róticos na variável posição na coda silábica, excluindo o apagamento.....	165
Tabela 26 –	Distribuição dos róticos na variável classe gramatical	166
Tabela 27 –	Distribuição dos róticos na variável classe gramatical, excluindo o apagamento	168
Tabela 28 –	Resultados referentes à avaliação dos dialetos ouvidos.....	172
Tabela 29 –	Avaliação dos dialetos ouvidos por procedência	173
Tabela 30 –	Percentual de respostas <i>concordo</i> na avaliação dos informantes norte - paranaenses.....	175
Tabela 31 –	Percentual de respostas <i>concordo</i> na avaliação dos informantes cariocas.....	178
Tabela 32 –	Percentual de respostas <i>concordo</i> na avaliação dos informantes gaúchos.....	182
Tabela 33 –	Avaliação dos dialetos ouvidos de acordo com o sexo dos informantes.....	184
Tabela 34 –	Avaliação dos dialetos ouvidos de acordo com a escolaridade dos informantes.....	185
Tabela 35 –	Avaliação dos dialetos ouvidos de acordo com a faixa etária dos informantes.....	186
Tabela 36 –	Avaliação dos dialetos de acordo com a procedência do informante	192

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Distribuição geral dos róticos	145
Gráfico 2	–	Distribuição dos róticos na variável procedência	149
Gráfico 3	–	Distribuição dos róticos na variável sexo	154
Gráfico 4	–	Distribuição dos róticos na variável faixa etária	156
Gráfico 5	–	Distribuição dos róticos na variável grau de escolaridade	158
Gráfico 6	–	Distribuição dos róticos na variável grau de formalidade.....	162
Gráfico 7	–	Distribuição dos róticos na variável posição na coda	166
Gráfico 8	–	Distribuição dos róticos na variável classe gramatical	169
Gráfico 9	–	Avaliação geral dos dialetos ouvidos.....	170
Gráfico 10	–	Avaliação dos dialetos ouvidos.....	173
Gráfico 11	–	Avaliações realizadas pelos norte-paranaenses.....	177
Gráfico 12	–	Avaliações realizadas pelos cariocas	180
Gráfico 13	–	Avaliações realizadas pelos gaúchos	184

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS.....	18
1.2	JUSTIFICATIVA.....	19
1.3	CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS.....	19
1.4	HIPÓTESES.....	20
1.5	ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	20
2	SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA	22
2.1	DO NASCIMENTO DA LINGÜÍSTICA AO SURGIMENTO DA SOCIOLINGÜÍSTICA.....	
	VARIACIONISTA.....	22
2.2	ENFIM, A SOCIOLINGÜÍSTICA.....	29
2.3	A MUDANÇA LINGÜÍSTICA.....	32
2.4	O PRECURSOR DA SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA.....	36
2.5	A SOCIOLINGÜÍSTICA E AS OUTRAS CIÊNCIAS.....	40
2.5.1	Sociolingüística vs Sociologia da Linguagem.....	40
2.5.2	Sociolingüística vs Etnografia da Comunicação.....	42
2.5.3	Sociolingüística vs Dialetologia.....	44
2.6	SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE CRENÇAS E ATITUDES PARA A SOCIOLINGÜÍSTICA.....	46
3	CRENÇAS E ATITUDES LINGÜÍSTICAS	48
3.1	CRENÇAS.....	48
3.2	ATITUDES.....	52
3.2.1	Componentes da Atitude.....	57
3.2.2	Formação/Desenvolvimento das Atitudes.....	60
3.2.3	Modificação das Atitudes.....	61
3.3	CONCEITOS IMPORTANTES PARA OS ESTUDOS DE CRENÇAS E ATITUDES LINGÜÍSTICAS.....	62
3.3.1	Identidade Linguística.....	62
3.3.2	Lealdade e Deslealdade Linguística.....	64
3.3.3	<i>Status</i> /Prestígio Linguístico.....	65
3.3.4	Preconceito Linguístico.....	66

3.3.5	Estigma	67
3.3.6	Estereótipo	67
3.3.7	Tentando Estabelecer os Limites Entre Preconceito, Estigma e Estereótipo	68
3.4	ALGUMAS PESQUISAS SOBRE CRENÇAS E ATITUDES LINGÜÍSTICAS NO BRASIL.....	70
4	OS RÓTICOS	90
4.1	A VARIANTE RETROFLEXA	94
4.2	A VARIANTE TEPE	98
4.3	A VARIANTE VELAR	99
4.4	A VARIANTE VIBRANTE ALVEOLAR MÚTIPLA	100
4.5	A VARIANTE GLOTAL	102
4.6	O APAGAMENTO DO RÓTICO	103
5	UM POUCO DE HISTÓRIA	106
5.1	LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE MARINGÁ.....	107
5.2	A COLONIZAÇÃO	108
5.3	OS COLONIZADORES DE MARINGÁ	112
6	CORPUS E METODOLOGIA	120
6.1	O <i>CORPUS</i>	120
6.2	OS INFORMANTES	122
6.3	METODOLOGIA	125
6.3.1	A Seleção dos Dados	134
6.3.2	A Codificação dos Dados	140
7	ANÁLISE DOS DADOS	142
7.1	OS RÓTICOS.....	142
7.1.1	Os Fatores Extralingüísticos	151
7.1.1.1	Sexo	152
7.1.1.2	Faixa etária.....	154
7.1.1.3	Grau de escolaridade.....	157
7.1.1.4	Grau de formalidade	159
7.1.2	Os Fatores Linguísticos	162
7.1.2.1	Posição do rótico.....	163

7.1.2.2 Classe gramatical.....	166
7.2 O QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO	169
7.3 O QUESTIONÁRIO QUALITATIVO	186
CONCLUSÃO	210
REFERÊNCIAS	219

1 INTRODUÇÃO

“*Não vai ser um sotaque que vai me dar uma rasteira. Da caipiríssima Grazi Massafera, que interpretará Livia, uma típica garota carioca, em *Negócio da China*, próxima novela das 6 da Globo*”. Essa nota bem como o comentário defensivo da atriz Grazi Massafera foram publicados na edição n.º 2070 da revista *Veja*, de 23 de julho de 2008, página 46.

O comentário, que em princípio pode parecer uma simples crítica à competência de Massafera como atriz, remete, na verdade, à sua origem e, mais especificamente, ao seu dialeto. Natural de Jacarezinho, no Norte do Paraná – região que tem, dentre outras características linguísticas, a produção do rótico retroflexo, também conhecido como “r caipira” – Massafera foi convidada, naquela ocasião, a interpretar uma personagem nascida no Rio de Janeiro; havia dúvidas sobre sua capacidade para desempenhar o referido papel, já que (desconsiderando outros aspectos) o sotaque carioca é bastante diferente do norte-paranaense, sobretudo com relação ao uso do rótico.

Ao referir-se à atriz como “caipiríssima”, *Veja* faz um julgamento negativo daquela, visto que o termo caipira é geralmente imputado à “pessoa com pouca instrução e de convívio e modo rústicos” (AURÉLIO, 2009). Grazi Massafera, por sua vez, afirma que não será “derrotada” por seu sotaque, ratificando, assim, o desprestígio de seu dialeto, tão propagado pela mídia, que tem uma tendência a valorizar o dialeto do Rio de Janeiro. Parece, assim, que o futuro de Massafera como atriz estava dependente de sua capacidade para mudar ou não seu dialeto, ao menos no momento de atuar.

Esse exemplo inicial traduz bem o valor social que a fala possui e revela que o preconceito em relação à atriz é, na verdade e antes de tudo, um preconceito linguístico. Preconceito capaz de barrar, de “dar uma rasteira” no futuro profissional de Massafera.

A prática de rotular as pessoas pelo seu modo de falar sempre existiu e tem produzido, ao longo da história, representações estereotipadas para alguns grupos. Em relação aos norte-paranaenses, instituiu-se uma crença distorcida de que seus falantes são pessoas simples, rudes, com pouca escolaridade, de fala incorreta, descuidada, resumindo, “caipiras”. E essa crença parece estar alicerçada, dentre outros aspectos, na produção do rótico retroflexo. Uflacker e Schneider (2008) ressaltam que as avaliações subjetivas feitas a partir da fala de um indivíduo podem estar relacionadas às suas qualidades aparentes e/ou ao seu dialeto.

De acordo com Mollica (2008, p. 13), em uma perspectiva científica, “todas as manifestações linguísticas são legítimas e previsíveis”. Alkmim (2007, p. 42),

compartilhando das mesmas ideias, assevera que, “assim como não existem línguas ‘inferiores’, não existem variedades linguísticas ‘inferiores’ [...] os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor as atitudes sociais – se baseiam em critérios não linguísticos: são julgamentos de natureza política e social”.

Questiona a autora a razão pela qual se considera desagradável o /r/ retroflexo e não se julga feia a pronúncia da palavra inglesa *car*, que possui a mesma articulação retroflexa. E a própria Alkmim (2007, p. 42) responde: “julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”.

Para a Sociolinguística,

As diferenças linguísticas, observáveis nas comunidades em geral, são vistas como um dado inerente ao fenômeno linguístico. A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais. A sociedade reage de maneira particularmente consensual quando se trata de questões linguísticas. A intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis, seja na mídia, nas relações cotidianas, nos espaços institucionais etc. A rejeição a certas variedades linguísticas, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares, é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem (ALKMIM, 2007, p. 42).

Appel e Muysken (1996) esclarecem que as línguas não são instrumentos objetivos e socialmente neutros; ao contrário, estão relacionadas com as identidades dos grupos sociais, o que traz consequências para a avaliação social das línguas e para as atitudes que essas provocam. Os autores salientam que a relação intensa entre língua e identidade manifesta-se nas atitudes dos indivíduos para com essas línguas e seus usuários. Assim, a forma como as pessoas se colocam frente a determinadas variedades linguísticas, as atitudes de rejeição ou de aceitação em relação a elas, a avaliação positiva ou negativa, as demonstrações de preconceito ou de admiração, a avaliação do que é correto ou incorreto, adequado ou inadequado etc. revelam as crenças linguísticas.

Os estudos sobre atitudes linguísticas frequentemente estão voltados a pesquisar os conflitos interétnicos existentes em comunidades bilíngues ou multilíngues (como o clássico exemplo do conflito no Canadá entre os falantes anglo-canadenses e franco-canadenses); a diversidade linguística, entretanto, existe em todas as sociedades, sejam elas bilíngues ou não. Barbosa (2002, p. 43) argumenta que, no Brasil, a ideia de homogeneidade enunciada “no discurso de que ‘falamos todos a mesma língua’ não consegue mascarar esse fato [...] essa homogeneidade, muitas vezes traduzida em harmonia, não tem lugar na sociedade”.

Em um país com dimensões territoriais como o Brasil, é comum existirem diversidades: diversidades étnicas, culturais, religiosas, sociais e, por conseguinte, linguísticas. Em relação a esta última, de acordo com o relatório do Grupo de Trabalho de Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), são falados atualmente, neste país, perto de 200 idiomas. São aproximadamente 180 línguas faladas pelas nações indígenas e cerca de 30 línguas das comunidades de descendentes de imigrantes. Além disso, verifica-se, no âmbito da própria língua portuguesa brasileira, variação linguística decorrente de diferenças regionais ou geográficas, condicionada pela adequação do uso da linguagem às diversas situações comunicativas e sociais, pela faixa etária, pelo sexo e pelo grau de escolaridade dos indivíduos, dentre outras razões.

É essa variação linguística existente no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil que interessa a esta tese investigar. Mais especificamente, interessa investigar o quanto o contato entre dialetos diferentes em um lócus para o qual migraram pessoas em busca de uma vida melhor (quer por questões financeiras, quer pela possibilidade de acesso a melhores instituições de ensino, quer pela busca de um lugar menos violento, mais tranquilo) pode trazer mudanças linguísticas e de atitudes em relação ao falar e aos falantes de uma região vista, em geral, de forma estigmatizada.

1.1 OBJETIVOS

Esta pesquisa tomou como base os princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e os estudos de Crenças e Atitudes linguísticas, com o objetivo principal de investigar as crenças e as atitudes linguísticas de falantes brasileiros, naturais de diferentes regiões e possuidores de diferentes dialetos, em relação ao uso dos róticos em coda silábica. Para tanto, foram investigados falantes norte-paranaenses, cariocas e gaúchos, todos residentes no Norte do Paraná.

Este estudo se propõe, ainda, a cumprir os seguintes objetivos específicos: i) descrever as diferenças e as semelhanças que se estabelecem nas crenças e nas atitudes dos falantes sobre o dialeto do outro, quando consideradas as variáveis extralinguísticas sexo, faixa etária e nível de escolaridade; ii) procurar identificar fatores decorrentes da crença linguística que conduzem a atitudes negativas ou positivas em relação ao dialeto e ao grupo do outro; iii) verificar em que medida existe preconceito ou estigma quanto ao uso da variante retroflexa, característica do dialeto do Norte do Paraná e normalmente associada a um falar “caipira”; iv) examinar se os próprios informantes norte-paranaenses carregam preconceito

quanto a esse uso e qual é a reação dos cariocas e dos gaúchos em relação a essa variante; v) verificar em que medida os informantes cariocas e gaúchos mantêm seu dialeto ou o quanto já se “misturou” com o dialeto norte-paranaense, já que estão residindo no Norte do Paraná há, pelos menos, oito anos; vi) observar se os informantes mudam as variantes da variável /r/ dependendo do tipo de entrevista e do grau de formalidade; vii) verificar se os informantes manifestam preferência por outro dialeto que não o seu, revelando uma situação de deslealdade linguística.

1.2 JUSTIFICATIVA

Segundo Aguilera (2009), no Brasil, as poucas pesquisas existentes sobre Crenças e Atitudes linguísticas não têm sido divulgadas suficientemente para ampliar a discussão sobre os desdobramentos desses estudos, tais como: os fatores de mudanças linguísticas, a influência sobre o aprendizado de segundas línguas, as questões de prestígio e desprestígio (que levam ao preconceito não só em relação à língua que o outro fala, mas também em relação à comunidade desses falantes, o que pode contribuir para a desvalorização de variedades dialetais e, por extensão, de marcas identitárias) e a manutenção do discurso monolíngue, vigente há tantos anos em nosso país.

Assim, este trabalho se justifica como forma de preencher parte da lacuna existente em relação aos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas no Brasil, mais especificamente, na região Norte do Paraná. Além disso, os resultados desta pesquisa poderão servir, no campo educacional, para atenuar preconceitos sociolinguísticos.

1.3 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS

O desenvolvimento deste trabalho pretende trazer as seguintes contribuições:

- Exame sobre o fenômeno de contato de três falares bastante distintos, em região cujo dialeto é considerado sem prestígio;
- Esclarecimentos sobre as questões relativas ao prestígio, à rejeição e ao preconceito linguísticos quanto ao uso dos róticos na comunidade de fala estudada;
- Explicações a respeito da mudança e da manutenção linguísticas de cada dialeto em estudo;
- Exposição da importância e da função social da linguagem.

1.4 HIPÓTESES

Em relação aos aspectos vinculados especificamente aos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas, podem-se suscitar as seguintes hipóteses:

- a) Os informantes norte-paranaenses são mais desleais linguisticamente do que os cariocas e os gaúchos, em razão de possuírem um dialeto marcado negativamente;
- b) Os informantes cariocas e gaúchos são mais resistentes à mudança e à influência linguísticas, apresentando atitude positiva em relação ao seu dialeto;
- c) Os informantes da segunda faixa etária são mais resistentes à mudança do seu dialeto do que os informantes mais novos;
- d) Os informantes mais escolarizados são menos preconceituosos.

Quanto às realizações dos róticos, tomando por base os diversos trabalhos consultados bem como trabalhos de autoria desta pesquisadora sobre o assunto, podem-se levantar as seguintes hipóteses:

- a) Os informantes mudam a variante rótica dependendo do grau de formalidade das partes que compõem a entrevista (narração, descrição, questionário e leitura);
- b) O rótico retroflexo apresenta intensa vitalidade, apesar do seu divulgado desprestígio e de ter sido, há mais de oitenta anos, considerado uma variante prestes a desaparecer;
- c) As mulheres e os informantes com curso superior usam as variantes de maior *status*.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Esta tese é composta de sete capítulos. O presente capítulo, ou seja, o primeiro traz os objetivos, a justificativa, as contribuições esperadas e as hipóteses do trabalho.

O segundo, o terceiro e o quarto capítulos configuram as bases teóricas desta investigação. Neles, apresentam-se os pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa, bem como alguns conceitos que se julgam necessários para a compreensão adequada do fenômeno em estudo, a saber: os conceitos relacionados à Sociolinguística, no segundo capítulo, os relativos aos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas (e os elementos a elas relacionados, como identidade, lealdade e deslealdade linguística, *status*, preconceito, estereótipo, estigma), no terceiro capítulo, e os referentes aos Róticos, no quarto capítulo.

O quinto capítulo expõe um breve histórico sobre a região em que se localiza a comunidade em estudo: o Norte do Paraná, mais especificamente, sobre a cidade de Maringá, que é o local de residência de todos os informantes da pesquisa.

O sexto capítulo esclarece detalhadamente a amostra e a metodologia da pesquisa, dando informações sobre o *corpus*, os informantes, os procedimentos metodológicos, a seleção e a codificação dos dados.

O sétimo capítulo versa sobre a análise dos dados e se divide em três seções. A primeira seção trata dos resultados estatísticos referentes às quatro primeiras partes da entrevista (narrativa, descrição, questionário e leitura), obtidos por meio de dois programas computacionais específicos: o desenvolvido por Mendez Batista (2012) e o Varbrul (versão de 1988). O objetivo principal dessa primeira parte da análise é verificar se a variação no uso dos róticos em coda silábica é condicionada pelos fatores sociais *procedência, sexo, grau de escolaridade, faixa etária e grau de formalidade das diferentes partes da entrevista* e pelos fatores linguísticos *classe gramatical e posição do rótico na palavra*. A segunda parte da análise trata dos resultados obtidos por meio do questionário quantitativo, adaptado da técnica *matched guise*, de Lambert e Lambert (1972), e do trabalho de Bergamaschi (2006) que, por sua vez, baseou-se no material do *Projeto Estigma*. A terceira e última parte trata da análise dos questionários qualitativos aplicados aos informantes. Esse instrumento bem como o questionário quantitativo constituem a base para as análises referentes às crenças e às atitudes dos informantes em relação aos dialetos em estudo assim como aos falantes desses dialetos.

Finalmente, a partir dos resultados obtidos na análise dos dados, apresentam-se as conclusões a que se pôde chegar.

2 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Durante anos, recusei-me a falar de sociolinguística, pois este termo implica que poderia existir uma teoria ou uma prática linguística fecunda que não fosse social (LABOV, 1976, p.37).

Para auxiliar a compreensão da gênese dos estudos na área da Sociolinguística, faz-se importante realizar uma breve retrospectiva aos estudos linguísticos, ou melhor, ao surgimento dos estudos da linguagem enquanto ciência.

2.1 DO NASCIMENTO DA LINGUÍSTICA AO SURGIMENTO DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A Linguística como ciência é relativamente recente, começou a existir na Europa, em princípios do século XIX, sob o aspecto de um estudo histórico (CAMARA JR., 1975). Se, por um lado, a ciência linguística é recente, por outro, os estudos sobre a linguagem humana não o são, datam da Antiguidade. Os hindus estudaram o sânscrito por motivos religiosos; os gregos estudaram a própria língua por motivos estéticos, filosóficos e literários. Dois princípios que reinavam desde a Antiguidade perduram por mais de dois mil anos: a ideia de pureza e de correção da língua (que representam a origem do preconceito linguístico) e o erro clássico de não se distinguir língua escrita de língua falada e de considerar a segunda como derivada e dependente da primeira.

Na introdução de seu livro *Sociolinguística*, Elia (1987) ratifica essa questão, dizendo que não se pode afirmar que, antes do início do século XIX, não havia interesse pelos estudos da linguagem. Ocorre que tais estudos eram antes de “saber linguístico” do que de “ciência linguística”, e justifica o autor:

Porque, se a ciência exige, para sua constituição, *objeto e método próprios*, então, no período anterior ao oitocentos, essas condições não estavam ainda preenchidas. Quanto a objeto, sim, porquanto não há dúvida de que esse fosse a linguagem; mas, em relação ao método, não se praticava nenhum regularmente. Surgiu este, pela primeira vez, com os criadores da sistematização histórico-comparativa. Daí em diante é que se poderá falar em *Sprachwissenschaft*, em *Glottologia*, em *Science of Language*, em *Linguística* (ELIA, 1987, p. 9, grifo do autor).

Camara Jr. (1975) enfatiza que foi com Rasmus Rask e, em menor grau, com Wilhelm Von Humboldt que a História da Linguística, como se define hoje, teve seu

verdadeiro início. Tomando por base uma abordagem filosófica da linguagem, Humboldt realizou a observação de várias línguas exóticas, com o intuito de tentar “desemaranhar a natureza e o mecanismo da linguagem”. Ao empreender tal realização, ele lança os fundamentos dos futuros estudos descritivos da linguagem. Humboldt não considerava as línguas um conjunto de formas linguísticas, mas uma atividade incessante, um trabalho mental dos homens para expressar seus pensamentos, uma série de atos de fala. Para ele, a língua não era um produto para ser utilizado pelos falantes, mas sim uma contínua criação desses.

Explica Camara Jr. que, embora se atribua a Franz Bopp a reputação de fundador da ciência Histórico-Comparativa da Linguagem, coube ao dinamarquês Rasmus Rask o desenvolvimento das ideias principais, que deram à comparação histórica das línguas um método científico. O trabalho de Rask, intitulado *Investigação sobre a Origem do Antigo Nórdico ou Islandês*, é fruto de uma pesquisa científica que foi premiada pela Academia Dinamarquesa de Ciências, em 1811. Durante um bom tempo, esse trabalho ficou sem publicação, por ter sido escrito em dinamarquês. Daí se atribuir a Bopp a designação de pioneiro nessa área, embora seu trabalho tenha surgido posteriormente ao de Rask. Destaca Camara Jr. (1975, p. 31)

O grande mérito de Rask foi o de dar os primeiros passos firmes em direção à Gramática Comparativa. Sob este aspecto pode ser considerado o grande pioneiro do que vimos chamando “O Estudo Histórico da Linguagem” como uma modalidade da ciência da linguagem ou linguística propriamente dita.

Desde o momento em que a ciência da linguagem surgiu até o momento do nascimento da Sociolinguística, houve períodos importantes os quais se devem elucidar¹. Tais períodos, entretanto, não estão determinados por datas exatas, com indicações precisas de seu início e de seu término, estando, inclusive, imbricados em alguns casos.

A Linguística principiou sob o signo do historicismo (também nomeado evolucionismo), partindo do estudo histórico da linguagem, por meio da comparação de línguas vivas e mortas, e ocupando-se de estabelecer os processos de mudança das línguas no tempo. Segundo Elia (1987), esse período pode ser dividido em dois momentos: o naturalista

¹ Para discorrer sobre esses períodos, foram consultados diversos estudiosos: Camara Jr. (1975), Elia (1987), Saussure (1995), Calvet (2004), Alkmin (2007). Como o texto produzido representa a confluência dessas leituras e não a visão de um único autor, em alguns momentos, não será possível fazer referência específica a um ou a outro deles. Trata-se, antes, do agrupamento, da soma de informações relativas ao tema abordado.

e o culturalista; no primeiro momento, por sua vez, também se distinguem duas fases: a biologista e a fisicalista.

Deu-se o nome de biologista ou biologizante à fase inicial do naturalismo por essa ter buscado inspiração na Biologia, a palavra-chave desse período era “organismo”. Expressa-se Elia (1987, p. 9) sobre isso: “Predominava a comparação com o vocabulário da Biologia e as línguas passaram a ter árvore genealógica, a contrair parentesco (língua-mãe, línguas-filhas, línguas-irmãs), a nascer, crescer, envelhecer e morrer”.

Grande parte dos estudiosos concorda que o maior representante do momento naturalista foi o alemão Augusto Schleicher, que não era apenas linguista, mas também botânico; daí sua orientação a favor das ciências da natureza. Em seus estudos histórico-comparativos com orientação naturalista, propõe uma tipologia das línguas e uma classificação genealógica das línguas indo-europeias, procurando uma “língua-remota” da qual teriam se originado as línguas que constituem essa família.

A fase naturalista biologizante vai, mais ou menos, de 1816 a 1870 e, evidentemente, não houve, nesse período, consideração alguma de ordem social.

A partir de 1870, inicia-se a fase fisicalista. Nessa fase, reagindo em objeção aos excessos do naturalismo biológico, surgem os neogramáticos, que introduziram explicações psicológicas sob a forma de analogias e que formularam os principais pressupostos teóricos da Linguística Histórica tal como se conhece hoje. Os pontos centrais da teoria desse movimento relacionam-se à teoria da mudança fonética e da analogia e ao suporte da psicologia individual para elucidar a causa da mudança linguística. A identificação das leis fonéticas com as leis da Física justifica o nome de fisicalista dado a essa fase.

A respeito desse período, também se pronuncia Ferdinand de Saussure (1995 [1916]), asseverando que é apenas a partir de 1870 que se iniciam, de fato, os estudos que se podem chamar de linguísticos:

Somente em 1870 aproximadamente foi que se indagou quais seriam as condições de vida das línguas. Percebeu-se então que as correspondências que as unem não passam de um dos aspectos do fenômeno linguístico, que a comparação não é senão um meio, um método para reconstituir os fatos. A Linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas. Os estudos românicos [...] contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto (SAUSSURE, 1995 [1916], p. 11).

Ressalta o linguista que, depois de 1870, mais precisamente, depois de 1875, formou-se a escola dos neogramáticos, cujo mérito residiu em “colocar em perspectiva

histórica todos os resultados da comparação e por ela encadear os fatos em sua ordem natural” (SAUSSURE, 1995 [1916], p. 11). Informa também que os neogramáticos imprimiram à língua a ideia de um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos, contrapondo-se à visão anterior de língua como um organismo que tem seu desenvolvimento por si mesmo. Para Saussure, ainda que as contribuições dos neogramáticos tenham sido muito importantes, não foram capazes de solucionar os problemas fundamentais da Linguística Geral. Solução essa que ele pretende propor, mais tarde.

A partir de 1900, principia-se o segundo momento do período historicista: o culturalista². Enquanto o momento naturalista assumiu a forma de diacronia, o momento culturalista torna-se predominantemente histórico, voltado mais para a história externa do que para a interna. Os representantes desse momento tinham uma compreensão da linguagem como algo inerente à cultura e essencialmente dependente da história, opondo-se radicalmente aos neogramáticos por esses reduzirem a linguística histórica a leis fixas de desenvolvimento, como as leis fonéticas. Fazem parte desse momento três Escolas: a Escola Espanhola, cujo maior representante foi D. Ramón Menéndez Pidal, autor de *Orígenes Del Español*; a Escola Italiana dos neolinguistas, cujas figuras mais eminentes foram Matteo Bartoli e Giulio Bertoni; a Escola Franco-Suíça, da Geografia Linguística, cujo maior expoente foi Jules Gilliéron.

Em 1916, um brilhante pesquisador suíço revoluciona os estudos linguísticos com ideias que inauguram novas tendências na Linguística, trata-se de Ferdinand de Saussure e do início do Estruturalismo. O método estrutural – que também apresenta dois momentos: o descritivista e o gerativista – difere essencialmente do método histórico-comparativo, a ponto de, conforme relata Elia (1987), alguns pesquisadores passarem a ensinar que a Linguística havia surgido com o método estruturalista (como FIORIN, 2003). De fato, nasce, a partir de então, não a ciência linguística, mas uma nova linguística, que se convencionou chamar de Linguística Moderna.

Em seu *Cours de Linguistique Générale*, Saussure (1995 [1916]) elege a língua, por oposição à linguagem, como objeto central da Linguística e introduz os termos sincronia e diacronia para designar o estudo da história das línguas (diacronia) e o estudo dos estados da língua vistos de forma estática (sincronia). Saussure também voltou sua atenção para o problema a respeito da natureza da linguagem, a qual concebia como um sistema de signos. Para ele, a língua era uma representação abstrata, consequência da relação

² Para maiores detalhes sobre o momento *culturalista*, consultar Camara Jr. (1975, capítulos 16 e 23) e Elia (1987, p. 9-15), nos quais as informações apresentadas estão embasadas.

estabelecida entre os complexos de sons vocais e os conceitos evocados por eles. Desse ponto de vista, a língua nada mais é que um sistema de relações, que ele considerava arbitrárias, entre um significante (forma fonética) e um significado (conceito).

Para o autor, apenas a língua parece passível de uma definição independente e de prover “um ponto de apoio satisfatório para o espírito”; a língua representa, segundo ele, simultaneamente, “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 1995 [1916], p. 17). Já a linguagem afigura-se de muitas maneiras, sendo detentora de diversos domínios, “ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (SAUSSURE, 1995 [1916], p. 17).

Alkmim (2007) explica que, para Saussure, a língua é o sistema imanente que subjaz a atividade da fala e que pode ser abstraído desta. É por meio da fala que o indivíduo expressa suas ideias e é nela, também, que se manifestam, segundo o estudioso, as variações e as instabilidades linguísticas, cabendo à Linguística a função de descrever não o ato de fala, mas o sistema formal, a língua. Camara Jr. (1975) relata que, para realizar essa tarefa, Saussure desvincula seus estudos do historicismo (único interesse da Linguística, até então) e desenvolve um novo conceito, trazendo para a Linguística a metodologia científica de descrição da língua, a Linguística Descritiva.

Ressalta Saussure que a definição de língua supõe que se eliminem dela “tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema”, tudo quanto se designa pelo termo Linguística Externa, a saber: todos os pontos relativos à Etnologia³; as relações entre língua e história política; as relações da língua com instituições como Igreja, escola, as quais estão intimamente ligadas ao desenvolvimento literário; todos os elementos relacionados à extensão geográfica das línguas e à divisão dialetal.

Sobre isso, Alkmim (2007, p. 24) observa que competiu a Saussure institucionalizar a distinção entre Linguística Interna e Linguística Externa, lançando as bases para o campo dos estudos linguísticos contemporâneos “em que orientações formais se opõem a orientações contextuais, sendo que estas últimas se encontram fragmentadas sob o rótulo das muitas interdisciplinas: Sociolinguística, Etnolinguística, Psicolinguística etc.”.

³ Conjunto dos estudos antropológicos que procuram generalizar e sistematizar, por meio de comparação, análise e interpretação, os conhecimentos a respeito dos diferentes povos e suas culturas, obtidos através da etnografia (conforme AURÉLIO, 2009).

A autora destaca que vários estudiosos do século XX imprimiram às suas pesquisas reflexões acerca do relacionamento entre linguagem e sociedade, independentemente de estarem ou não vinculados ao Estruturalismo, como Meillet, Bakhtin, Cohen, Benveniste, Jakobson, dentre outros. Apenas para ilustrar essas reflexões, serão apresentadas algumas considerações sobre Meillet.

Calvet (2004) salienta que o linguista francês Antoine Meillet (1866-1936), discípulo de Ferdinand de Saussure, opôs-se ao seu mestre, pelo fato de este separar a variação linguística das condições externas de que ela depende. Em várias publicações, sublinhou a natureza social da língua e, até mesmo, definiu-a como um fato social, concordando com o sociólogo Émile Durkheim a respeito dessa definição:

A linguagem é eminentemente um fato social. Com efeito, ela entra exatamente na definição proposta por Durkheim; uma língua existe independentemente de cada um dos indivíduos que a falam e, mesmo que ela não tenha nenhuma realidade exterior à soma desses indivíduos, ela é, contudo, por sua generalidade, exterior a eles (MEILLET, 1905 *apud* CALVET, 2004, p. 14).

Segundo Calvet (2004, p. 15), a oposição de Meillet a Saussure pode ser percebida em, pelos menos, três aspectos: (i) Saussure distingue linguística interna e linguística externa, Meillet as associa; (ii) Saussure separa abordagem sincrônica de abordagem diacrônica, Meillet busca explicar a estrutura pela história; (iii) Saussure procura elaborar uma representação abstrata da língua, Meillet encontra-se em conflito entre o fato social e o sistema que tudo contém.

De acordo com Camara Jr. (1975), Meillet via a língua por um prisma sociológico. Estava convicto de que a língua é um fato social; assim, a Linguística devia ser um ramo da Sociologia e o aluno ideal de Linguística devia ser um sociólogo com consistente conhecimento linguístico. Para Meillet, a língua era uma realidade social (na visão durkeimiana de algo criado pela sociedade e infligido à mente individual pelos mecanismos sociais de coerção), porque sua estrutura é imposta sobre o indivíduo pela sociedade na qual ele nasce e cresce. Desse modo, não é verdadeiro o argumento de que toda mudança linguística se manifesta a partir do discurso individual, visto que aquilo que é novo nesse discurso origina-se na corrente coletiva, sendo consentido por seus ouvintes. Se a inovação individual não estiver em concordância com a corrente coletiva, é rejeitada e passa a ser alvo do que Meillet chama de “A sanção do ridículo”.

Conforme já se fez referência, o período estruturalista se caracteriza, também, pelo momento gerativista, cujo marco inicial data de 1957, com a publicação de *Syntactic Structures*, de Noam Chomsky. No primeiro momento estruturalista, ou seja, no momento descritivista, o objetivo dos estudos era descrever as entidades e as relações que compõem a estrutura de uma língua, limitando-se, de acordo com Chomsky (1965 *apud* ELIA, 1987, p. 11), a uma descrição da superfície das estruturas linguísticas. Faltava a esses estudos, segundo ele, conhecer a estrutura profunda da língua, de natureza sintática e de força gerativa. Essa estrutura profunda seria gerada por um conjunto de regras interiorizadas pelo falante, quando em contato com a prática oral da língua. Sobre essa estrutura profunda operariam as regras de transformação, gerando-se, então, uma estrutura de superfície manifestada fonicamente.

Chomsky (1978) tem como pressuposto básico que a linguagem, propriedade única da espécie humana, é geneticamente herdada. Existe, segundo o estudioso, um conhecimento (ou esquema) inato na aquisição da linguagem. A partir desse pressuposto, ele vai elaborar sua teoria, diferindo dos estruturalistas.

Para Chomsky (1978), o objetivo principal da Linguística é fornecer uma explicação em termos científicos de como uma pessoa normal pode adquirir um tipo específico de conhecimento. Uma descrição linguística ou uma gramática de uma língua é uma teoria científica que visa a caracterizar as propriedades do conhecimento de linguagem do falante nativo. Subjacente a todas as gramáticas particulares, está uma Gramática Universal, que caracteriza as propriedades necessárias de todas as línguas humanas. A Gramática Gerativa de Chomsky tem, na noção de Gramática Universal, o seu pressuposto básico.

Para ele, a gramática de uma língua é “a descrição idealizada da competência linguística dos que têm a mesma língua como língua-mãe”. Chomsky, na verdade, ao considerar apenas o falante ideal, numa sociedade ideal, desconsidera as mudanças linguísticas e vai tentar explicá-las com a noção de princípios e parâmetros.

A modelo de Saussure, Chomsky faz distinções dicotômicas, trabalhando com as noções de Gramática Universal e Gramáticas Particulares, competência e desempenho, princípios e parâmetros.

Embora se opondo a Saussure em suas ideias principais e apresentando uma nova proposta teórica, Chomsky também não se dedicou a estudar o componente social de que a língua está investida. O axioma da homogeneidade, que estabelece uma identificação entre

estruturalidade e homogeneidade, continuou a existir, ou seja, manteve-se a ideia de que só é possível detectar estrutura num recorte que homogeneíze o objeto.

As deficiências do Estruturalismo resultam do seu imanentismo, da falta do componente social como elemento fundamental para os estudos linguísticos, tornando teoricamente irrelevante a variabilidade. Foi na contramão das ideias descritivas de Saussure e das ideias gerativas de Chomsky que surgiu a Sociolinguística.

2.2 ENFIM, A SOCIOLINGUÍSTICA

O termo Sociolinguística surgiu em 1964, em um congresso organizado por William Bright e do qual participaram estudiosos como Gumperz, Haugen, Labov, Hymes, Fisher, dentre outros. Entretanto, conforme Alkmim (2007), antes disso, já se delineavam pesquisas que procuravam unir linguagem com aspectos de ordem social e cultural, como o artigo de Hymes (1962), em que o autor sugere um novo domínio de pesquisa, a Etnografia da Fala, e o famoso trabalho de Labov (1963) sobre a comunidade da ilha de Martha's Vineyard, em que destaca o condicionamento da variação linguística a fatores sociais como sexo, idade, etnia etc.

Em 1966, Bright reuniu e organizou os trabalhos apresentados no referido congresso e os publicou em livro intitulado *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA⁴ Sociolinguistics Conference*. Em artigo introdutório, o autor anuncia o uso recente do termo “Sociolinguística” e esclarece que, embora os estudos ligados a essa área tratem da relação entre língua e sociedade, assim como as pesquisas da Sociologia da Linguagem, diferem desses estudos no sentido de que sua preocupação está em considerar “tanto a língua quanto a sociedade como sendo uma estrutura e não uma coleção de itens”, sendo, portanto, tarefa da Sociolinguística “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (BRIGHT, 1974, p. 17)⁵.

Ainda nesse trabalho, Bright (1974, p. 18-22) apresenta sete dimensões⁶ que representam perspectivas de interesse da Sociolinguística e com as quais se supõe que a diversidade linguística esteja, de algum modo, relacionada: (i) a identidade social do emissor;

⁴ Universidade da Califórnia em Los Angeles.

⁵ Este trabalho foi originalmente publicado pela editora Mouton, em 1966.

⁶ Para maiores detalhes sobre essas dimensões, consultar BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella Vieira da e NEVES, Moema Facure (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

(ii) a identidade social do receptor; (iii) o contexto; (iv) a sincronia e a diacronia; (v) os usos linguísticos e as crenças a respeito desses usos; (vi) a extensão da diversidade; (vii) a aplicação da Sociolinguística.

Ressalta o autor que, ainda que a Sociolinguística tenha derivado muito de sua abordagem da Linguística Estrutural, rompe radicalmente com a forma de compreender as línguas como sendo completamente “uniformes, homogêneas ou monolíticas” em sua estrutura. No Estruturalismo, as diferenças constantes nos hábitos de fala de uma comunidade eram explicadas como “variação livre”. Uma das principais tarefas da Sociolinguística é provar que a variação ou diversidade linguística não é “livre”, mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas.

Tarallo (1986, p. 7) afirma que o modelo sociolinguístico “apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo”, o qual prega que o objeto dos estudos linguísticos deve ser a competência linguística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguisticamente homogênea. Todavia, para a Sociolinguística, a língua falada é um sistema heterogêneo, o qual se relaciona com variáveis sociais (sexo, faixa etária, grau de escolaridade etc.) e que evolui.

Sobre o mesmo tema, Silva-Corvalán (1989) se manifesta dizendo que o estudo da língua como fenômeno social opõe-se ao conceito de homogeneidade, visto que as comunidades linguísticas reais são complexas e heterogêneas.

Weinreich, Labov e Herzog (2009)⁷ consideram o axioma da homogeneidade irrealista e responsável direto pelos muitos paradoxos existentes nos estudos da mudança linguística desde os neogramáticos. A proposta dos autores é que se instaure o axioma da heterogeneidade ordenada, buscando caminhos teóricos para “harmonizar os fatos da heterogeneidade (a língua como uma realidade inerentemente variável) com a abordagem estrutural (a língua como uma realidade inerentemente ordenada)” (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2009, p. 13).

E é justamente a heterogeneidade, a diversidade linguística o objeto de estudo da Sociolinguística (BRIGHT, 1974, p. 18; SILVA-CORVALÁN, 1989, p. 1; MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 18; ALKMIM, 2007, p. 32; CAMACHO, 2007, p. 55; MOLLICA, 2008, p. 10; dentre outros):

⁷ O texto original, em inglês, foi publicado em 1968: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In LEHMANN, Winfred P. e MALKIEL, Yakov (eds.) *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin – London: University of Texas Press, 1968, p. 95-199.

A Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais (MOLLICA, 2008, p. 10).

Atestam Weinreich, Labov e Herzog (2009, p. 101) que a diversidade linguística é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais e que “a ausência de alternância estilística e de sistemas comunicativos multiestratificados é que seria disfuncional”.

Alkmim (2007) ratifica isso, alertando que língua e variação são inseparáveis e que, para a Sociolinguística, a diversidade linguística não é um problema, mas uma qualidade que compõe o fenômeno linguístico, representando uma redução na compreensão desse fenômeno conceber apenas o invariável, visto que, em qualquer comunidade linguística, constata-se a existência de diversidade ou de variação, “o aspecto formal e estruturado do fenômeno linguístico é apenas parte do fenômeno total” (ALKMIM, 2007, p. 33).

Para Moreno Fernández (1998), a variabilidade linguística pode apresentar-se de modos diversos: existem comunidades distintas que usam línguas distintas, comunidades diferentes nas quais se usa uma língua ou variantes de uma mesma língua e comunidades nas quais se usam duas línguas distintas ou duas variedades de uma mesma língua, entre outras possibilidades.

Alkmim (2007) informa que uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras.

Uma comunidade de fala, segundo Moreno Fernández (1998), corresponde a um conjunto de falantes que compartilha uma língua, mas que, além disso, compartilha um conjunto de normas e de valores de natureza sociolinguística, isto é, as mesmas atitudes linguísticas, as mesmas regras de uso, o mesmo critério no momento de valorar socialmente os fatos linguísticos, os mesmos padrões sociolinguísticos. Essas “normas sociolinguísticas” a que um falante está sujeito ao pertencer a determinada comunidade de fala podem servir de marca diferenciadora, de marca de grupo.

O próprio autor expõe que esse conceito de comunidade de fala apresenta dois problemas. O primeiro deles é o de estabelecer os limites de uma comunidade de fala, ou seja, indicar onde deixam de ter validade determinadas normas e valores sociais e onde

começam outros; entretanto parece claro que esses limites podem ir além do núcleo urbano, convertendo-se em uma realidade, ao menos, regional. O segundo problema é o da heterogeneidade, que está relacionada ao fato de as comunidades serem constituídas de núcleos distintos, urbanos e rurais, por exemplo, e, mesmo entre os núcleos urbanos, há subdivisões decorrentes das diferenças que podem existir entre os bairros (alguns mais centrais, outros mais periféricos) e a população que os compõe, quanto às normas e aos valores sociais que compartilham.

Para resolver esses problemas, propõe Moreno Fernández (1998) que se realizem estudos sociolinguísticos completos e rigorosos, incluindo provas de atitudes linguísticas, que proporcionariam elementos de juízo suficientes para dar uma resposta precisa.

Labov (1974) salienta que, em uma comunidade de fala, apesar de as pessoas compartilharem um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, não falam do mesmo modo. Ao contrário, nas comunidades de fala, frequentemente se encontram formas linguísticas em variação. Relata o pesquisador que uma das questões para a qual os linguistas ainda não encontraram uma resposta é “o mecanismo pelo qual as línguas evoluem e mudam”. Parte da resposta, diz ele, “pode ser encontrada através do exame minucioso das mudanças contemporâneas que se processam na comunidade de fala” (LABOV, 1974, p. 50).

Necessário se faz, pois, explicar a teoria da mudança linguística.

2.3 A MUDANÇA LINGUÍSTICA

A observação e a constatação da existência de mudanças linguísticas não são exclusivas dos estudos sociolinguísticos, no entanto, antes disso, tais observações restringiam-se à comparação entre fatos situados em dois momentos separados, isolados.

A teoria da mudança linguística proposta pela Sociolinguística tem suas raízes na publicação do texto de Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, sobre o assunto. Esse texto, intitulado *Fundamentos empíricos para uma teoria da Mudança linguística*, que hoje se pode encontrar em forma de livro traduzido para a língua portuguesa⁸, propõe lançar as bases de uma teoria da mudança linguística capaz de superar os paradoxos que as teorias estruturais, fundadas no axioma da homogeneidade, trouxeram para a Linguística Histórica.

⁸ A tradução a que se faz referência é a seguinte: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da Mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. 2. ed. São Paulo, Parábola, 2009.

Sobre a questão da mudança linguística, também se expressa Moreno Fernández (1998, p. 107):

A Sociolinguística tem contribuído enormemente para revitalizar o interesse pela mudança linguística, após muitos anos de hegemonia dos estudos sincrônicos desenvolvidos, em sua maior parte, do ponto de vista estruturalista e gerativista. O fortalecimento, ao menos teórico, desse tipo de estudo por parte da Sociolinguística envolve, entre outras coisas, a ruptura da dicotomia saussuriana “diacronia-sincronia”, porque tem demonstrado que o sincrônico pode ser tão valioso para o estudo da mudança como o diacrônico.⁹

Weinreich, Labov e Herzog (2009, p. 126) entendem a mudança linguística como resultado inevitável da dinâmica interna das línguas naturais, apontando que “nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade”. Segundo os estudiosos, qualquer teoria da mudança linguística deve oferecer respostas a questões que envolvem a inserção de uma nova variante, a saber, questões relacionadas a) aos fatores condicionantes, b) à transição, c) ao encaixamento, d) à avaliação, e) à implementação. Paiva e Duarte (2009, p. 140) asseveram que “essas questões não estão dissociadas; ao contrário, se inter-relacionam, de forma a oferecer uma visão mais integrada da mudança. Qualquer separação entre elas atende a objetivos estritamente descritivos”.

Quanto aos *fatores condicionantes*, a teoria da mudança linguística deve oferecer respostas que indiquem, em relação ao fenômeno que se estiver estudando, quais fatores fazem a mudança possível ou que influenciam na direção de uso das variantes concorrentes e coocorrentes. Dentre esses fatores, que podem ser sociais (sexo, procedência, nível sociocultural etc.) e/ou linguísticos (relacionados à estrutura interna da língua), destaca-se a variável “idade”, porque é por meio dela que se pode ter acesso ao estudo detalhado da mudança linguística em progresso.

Em relação à *transição*, que diz respeito à forma como a mudança se desenvolveu, López Morales (2004) e Paiva e Duarte (2009) sublinham que as mudanças linguísticas não ocorrem de forma abrupta, instantânea e que a instalação de uma nova variante se dá ao longo dos anos, de forma progressiva. Toda mudança vem precedida de uma

⁹ No original: “La sociolingüística ha contribuido enormemente a revitalizar el interés por el cambio lingüístico, después de muchos años de hegemonía de los estudios sincrónicos, desarrollados, en su mayor parte, desde posiciones estructuralistas o generativistas. La reanimación – al menos teórica – de este tipo de estudios por parte de la sociolingüística ha supuesto, entre otras cosas, la ruptura de la dicotomía saussuriana ‘diacronía – sincronía’ porque se ha demostrado que lo sincrónico puede ser tan valioso para el estudio del cambio como lo diacrónico.”

etapa de variação na qual convivem formas concorrentes. Assim, essa variação sincrônica implica uma mudança linguística em progresso.

Segundo Labov (2008), o meio mais simples para se verificar a transição e a progressão gradual e ordenada de uma mudança linguística é observar duas gerações sucessivas de falantes (hipótese do tempo aparente). Assim, falantes de faixas etárias diferentes, mas de “características sociais comparáveis”, representariam diferentes estados da língua. Via de regra, a mudança se configuraria pela ausência ou pela presença incipiente da variante inovadora na faixa etária mais velha e pela frequência aumentada dessa variante na faixa etária mais jovem.

Sobre isso, Weinreich, Labov e Herzog (2009, p. 122) informam que “todas as mudanças submetidas ao exame empírico cuidadoso até agora têm mostrado distribuição contínua através de sucessivas faixas etárias da população”.

Já o *encaixamento* diz respeito a como a mudança se adapta ao sistema, ou seja, como se dá o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura linguística e na estrutura social. Sobre a questão do encaixamento, Tarallo (1994, p. 59) relata que é possível concluir que mudanças em determinados pontos da gramática necessariamente provocarão mudanças em outras partes da mesma gramática, “como se fora uma situação de espelhamento interno das línguas”. Um bom exemplo desse encaixamento é exposto pelo estudioso em relação à mudança do sujeito elíptico em direção ao sujeito preenchido no português do Brasil, que está intimamente vinculada a outros processos.

Tarallo (1994) apresenta um histórico das mudanças ocorridas na língua através dos séculos (1725, 1775, 1825, 1880 e 1982) quanto ao uso do objeto direto e do sujeito pronominal e, no que diz respeito a este último, afirma que o português contemporâneo do Brasil tem cada vez mais preenchido a casa do sujeito: de 23,3% em 1725, passou a 79,4% em 1982. Acrescenta que uma explicação plausível para o maior preenchimento no português do Brasil pode ser encontrada no enfraquecimento da flexão verbal, consequência da neutralização da alternância entre singular e plural: *ele fala muito / eles fala muito*.

Óbvio torna-se então que, com a neutralização da alternância entre singular e plural, o pronome pessoal passe a ser frequentemente mais preenchido, pois somente a ele caberá a incumbência funcional de marcar a pessoa do verbo (TARALLO, 1994, p. 141).

Quanto à *avaliação*, uma teoria da mudança linguística deve ser capaz de atentar para as atitudes dos falantes face à mudança, para os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua. Uma mudança envolve mais que motivações estruturais, envolve também motivações sociais, uma mudança é “mudança no comportamento social”.

Destacam Weinreich, Labov e Herzog (2009) que grande parte das investigações de comunidades de fala heterogêneas tem realizado estudos do comportamento linguístico, apoiando-se na questão das atitudes sociais frente à língua e em investigações sistemáticas dessas atitudes por meio da técnica *matched guise*¹⁰, de Lambert (2003 [1967]). Afirmam os autores (2009, p. 102-103) que

Não pode haver dúvidas de que conjuntos de atitudes sociais bem sedimentadas são fatores poderosos na determinação do curso da história da língua [...]. Portanto, o estudo do problema da *avaliação* na mudança linguística é um aspecto essencial da pesquisa que conduz a uma explicação da mudança. Não é difícil ver como os traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social da alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo.

Paiva e Duarte (2009, p. 145), referindo-se à proposta de Weinreich, Labov e Herzog, explicam que, em alguma etapa do processo de mudança, as variantes concorrentes serão “investidas de uma significação social” e a variante inovadora passará, então, a ser avaliada negativa ou positivamente. As atitudes dos falantes frente às formas variantes denunciarão o nível da avaliação das variações e refletirão a importância dessas para a comunidade de fala.

A questão da *implementação*, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2009), consiste em identificar os fatores tanto linguísticos como sociais que motivam a mudança. Ao identificar esses fatores, é possível antecipar a forma como a mudança vai se difundir por diferentes contextos estruturais. Entretanto a complexidade dos fatores envolvidos na mudança linguística transforma esse problema no mais difícil de resolver.

Resumindo a explicação dos estudiosos, pode-se dizer que o princípio de uma mudança ocorre quando uma variante se generaliza em um subgrupo de uma comunidade, alcançando certa significação social. O traço inovador é parte de um sistema linguístico, portanto se generaliza também gradualmente a outros elementos do sistema. Essa generalização, que implica a covariação de um número de mudanças que estão relacionadas, é lenta, de tal maneira que, antes que o processo se complete, observam-se normalmente

¹⁰ Detalhes sobre essa técnica serão expostos no capítulo 3, seção 3.2, p. 51.

mudanças na estrutura social da comunidade. No curso dessa mudança linguística, podem-se estabelecer a ascensão do nível de consciência social da mudança e a criação de um estereótipo social. Enfim, considera-se a mudança completa quando a variável em questão se converte em um elemento linguístico categórico, perdendo qualquer significado social que possuía anteriormente.

Labov (2008) relata que um pressuposto essencial na investigação da mudança linguística é uma doutrina uniformitarista, isto é, a afirmação de que os mesmos mecanismos que geraram as mudanças no passado podem ser observados produzindo as mudanças que ocorrem no momento presente. O autor resume em cinco perguntas os problemas centrais da evolução linguística:

- 1) Existe uma direção geral para a evolução linguística?
- 2) Quais são os condicionamentos universais da mudança linguística?
- 3) Quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas?
- 4) Por meio de que mecanismo as mudanças ocorrem?
- 5) Existe uma função adaptativa na evolução linguística? (LABOV, 2008, p. 192)

Diz ele que, para responder às duas primeiras perguntas, é preciso realizar uma abordagem da evolução histórica, ou seja, é necessário voltar ao passado. Já para explicar os problemas apresentados nas três últimas perguntas, é necessário um estudo detalhado da mudança linguística em progresso. Tarallo (1986, p. 64) elucida essa declaração da seguinte forma:

[...] uma teoria da mudança linguística deve guiar-se por uma articulação teórica e metodológica entre presente-passado e presente. Em outras palavras, inicia-se o processo de investigação no momento presente; volta-se ao passado para o devido encaixamento histórico das variantes, retornando-se, a seguir, ao presente para o fechamento do ciclo de análise. Trata-se de uma viagem de ida e de volta!

2.4 O PRECURSOR DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

William Labov nasceu em dezembro de 1927, em Nova Jérsei, nos Estados Unidos. Estudou inglês e filosofia na Universidade de Harvard. Antes, porém, de exercer a profissão de professor, Labov trabalhou como químico industrial durante dez anos. Essa

experiência, segundo o próprio linguista, teve repercussões no trabalho que desenvolveria mais tarde na linguística, ao retornar à vida acadêmica:

Uma década de trabalho fora da universidade como químico industrial tinha me convencido de que o mundo cotidiano era rebelde, mas consistentemente rebelde, desconcertante no início, mas recompensador em longo prazo para aqueles que se apegam a seu caráter racional (LABOV, 2008, p. 13).

Labov é considerado o iniciador dos estudos sociolinguísticos, não porque foi o primeiro sociolinguista a surgir no cenário da investigação linguística, mas porque coube a ele fixar um modelo de descrição e de interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas que ficou conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Para Tarallo (1986, p. 7), foi Labov “quem, mais veementemente, voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de sistematizar a variação existente e própria da língua falada”.

Labov relutou em adotar o termo Sociolinguística para referir-se ao seu trabalho, porque entendia que não poderia existir uma teoria linguística que não fosse social. Calvet (2004, p. 12), parafraseando Labov, diz que “se a língua é um fato social, a linguística então só pode ser uma ciência social, isto significa dizer que a sociolinguística é a linguística”.

Seu primeiro estudo data de 1962¹¹, fruto de sua dissertação de mestrado orientada por Uriel Weinreich, sobre o inglês falado na ilha de Martha’s Vineyard, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos. Trata-se de um estudo realizado por meio da observação direta, cujo objetivo era explicar a mudança sonora ocorrida na referida comunidade em relação à alteração na posição fonética dos primeiros elementos dos ditongos /ay/ e /aw/¹², ou melhor, em relação à elevação do primeiro elemento desses ditongos.

Objetivando reconstruir a história dessa mudança fonética, Labov pesquisou a frequência e a distribuição das variantes /ay/ e /aw/ nas diversas regiões, faixas etárias, grupos profissionais e étnicos dentro da ilha, além de tratar da atitude como uma variável independente.

Os resultados desse trabalho apontaram que o referido traço fonético é uma produção inconsciente dos moradores da ilha que expressa o fato de que se é um de seus

¹¹ Embora o ano normalmente citado seja 1963, a dissertação de Labov é de 1962, conforme o próprio autor refere (Labov, 2008, p. 22). O ano 1963 corresponde ao ano em que esse trabalho foi publicado.

¹² Para detalhes pormenorizados a respeito dessa pesquisa, consultar LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008, p. 19-62.

nativos. Ao que tudo indica, esse processo de mudança estava sendo movido em consonância com uma atitude de afirmação de uma identidade local em oposição ao turismo crescente na ilha. Assim, os *vineyardenses* que nutriam sentimentos mais positivos em relação à ilha usavam a forma linguística local (apesar de essa ter menos prestígio), e aqueles que possuíam sentimentos menos favoráveis (menos de 10 %) empregavam a forma linguística de mais prestígio. Julgando-se pelo contexto em que ocorre, o comportamento linguístico dos *vineyardenses*, de modo geral, demonstra atitude positiva em relação a Martha's Vineyard.

Já em 1964, Labov obteve o título de PhD, ao concluir sua pesquisa sobre a estratificação social do inglês em Nova Iorque. Nesse estudo, o autor demonstrou que a competência sociolinguística daquela comunidade está integrada por uma série de regras condicionadas por fatores sociais.

Em relação ao segmento /r/ em posição pós-vocálica (*car*, *card*, *four*, *fourth*) no inglês de Nova Iorque¹³, Labov (2008) identificou duas variantes: [r] e [0]. Esse fenômeno investigado mostrou-se muito suscetível a qualquer medição de estratificação social ou estilística, revelando-se um diferenciador social em todos os níveis de fala de Nova Iorque. O apagamento de /r/, que antes era prestigioso, foi sendo substituído por sua articulação, que passou, então, a adquirir *status*. Tal fenômeno foi verificado a partir da análise das frequências de uso dessas variantes em três níveis socioculturais estudados por Labov naquela comunidade, podendo-se constatar que, dentre os três níveis, o mais alto é o que oferece maior frequência de realização de [r]. No nível sociocultural 1 (o nível mais alto), a ocorrência de /r/ correspondia a 47,7%, contra 37,2% no nível sociocultural 2 (nível médio) e 9,7% no nível sociocultural 3 (nível baixo).

O nível sociocultural está representado nesse estudo por meio dos dados coletados junto aos empregados de três grandes lojas de departamentos de Manhattan: Sacks Fifth Avenue (nível sociocultural 1), Macy's (nível sociocultural 2) e S. Klein (nível sociocultural 3)¹⁴. Baseado em uma pesquisa de Wright Mills (1956), Labov imagina poder encontrar, nessas lojas cujos preços dos produtos e a moda são diferenciados, clientes socialmente estratificados. E acredita, também, que os empregados dessas lojas costumam imitar a conduta linguística (dentre outras coisas) de seus clientes, servindo, então, ao propósito da pesquisa.

¹³ Trata-se aqui do famoso estudo de Labov sobre a estratificação social do /r/ nas lojas de departamentos na cidade de Nova Iorque. Para detalhes pormenorizados a respeito dessa pesquisa, consultar LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008, p. 63-90.

¹⁴ Em seu estudo, Labov descreve com minúcias os índices objetivos que caracterizaram o estatuto de cada loja.

Para conseguir observar o contexto de seu interesse, ou seja, a realização do /r/ pós-vocálico, Labov perguntava aos empregados das lojas em que andar ficava determinado departamento, já com o conhecimento prévio de que ficava no quarto andar (*fourth floor*). Obtida a resposta, o pesquisador afastava-se e só então fazia a anotação da forma utilizada pelo falante.

Nesse estudo, Labov prescreve um modelo de descrição e de interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas que ficou conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação¹⁵. A Sociolinguística Variacionista busca analisar a produção oral dos falantes considerando, além dos fatores linguísticos, as influências de fatores sociais na variação da fala, entendendo que essa variação é estruturada e regular. Conforme se pode verificar no estudo de Labov, a variação no uso do /r/ não é arbitrária, mas sistemática e regular.

As formas em variação recebem o nome de “variantes linguísticas”. Tarallo (1986, p. 8) expõe que variantes linguísticas são “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística”.

O termo *variável linguística* pode ser aplicado para referir-se ao fenômeno em variação ou ao grupo de fatores condicionadores de ocorrência desse fenômeno. No primeiro caso, trata-se de uma variável dependente, a qual é concebida como tal, segundo Mollica (2008), no sentido de que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Pode-se dizer, em síntese, que a variável dependente é o fenômeno que se objetiva estudar; na pesquisa de Labov, por exemplo, é o *segmento /r/ em posição pós-vocálica*, e as variantes são as formas que estão em “competição” na representação desse segmento: [r] e [0].

O uso de uma ou de outra variante normalmente está condicionado por fatores que podem favorecer ou desfavorecer a aplicação da regra variável. Tais fatores, que podem ser internos (também classificados como estruturais ou linguísticos) ou externos (sociais ou extralinguísticos) ao sistema linguístico, constituem as variáveis independentes. O grupo das variáveis internas é constituído por fatores de natureza fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, discursiva e lexical, os quais “dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e

¹⁵ O modelo de análise proposto por Labov é também chamado de Sociolinguística Quantitativa, por operar com números e com tratamento estatístico dos dados coletados.

do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua” (MOLLICA, 2008, p. 11). Já as variáveis externas, agrupam os fatores inerentes ao indivíduo (como idade, sexo, etnia), os propriamente sociais (como nível de escolaridade, profissão, classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva) (conforme MOLLICA, 2008, p. 11).

López Morales (2004) assevera que a Sociolinguística objetiva compreender as razões que levam um falante (e seu grupo) a escolher uma variante específica em detrimento de outra(s) e também as razões linguísticas e extralinguísticas que motivam e impulsionam a mudança linguística.

2.5 A SOCIOLINGUÍSTICA E AS OUTRAS CIÊNCIAS

Já se destacou que interessam à Sociolinguística, além dos fatores internos à língua, os fatores sociais, dentre os quais se incluem os diferentes sistemas de organização política, econômica, social ou geográfica de uma comunidade, os fatores individuais que têm influência sobre a organização social em geral – como a idade, o sexo, a etnia –, os aspectos históricos, enfim, o contexto externo em que os fatos linguísticos ocorrem. Porém esse interesse não é exclusivo dos estudos sociolinguísticos; outras ciências também voltam sua atenção para esses fatores. É o caso, por exemplo, da Sociologia da Linguagem, da Etnografia da Comunicação e da Dialetologia.

O assunto não é simples e, muitas vezes, é difícil definir critérios “ideais” que estabeleçam limites entre uma e outra ciência. Importa, portanto, tentar distingui-las.

2.5.1 Sociolinguística vs Sociologia da Linguagem

Moreno Fernández (1998) enfatiza que a relação entre língua e sociedade leva os indivíduos a dois caminhos: ao da Sociolinguística propriamente dita e ao da Sociologia da Linguagem. Para o autor, a Sociolinguística é, antes de mais nada, Linguística e a Sociologia da Linguagem é, principalmente, Sociologia. À Sociolinguística interessam as relações entre os estratos sociais e a estrutura linguística; ao sociólogo da linguagem preocupam aspectos como o plurilinguismo, a diglossia, o planejamento linguístico, as atitudes linguísticas.

Sobre isso, também se expressa López Morales (2004, p. 33): “As diferenças existentes entre essas duas disciplinas procedem, em primeiríssimo lugar, de seu

diverso objeto de estudo, a *língua* para os sociolinguistas, e a *sociedade* para os sociólogos da linguagem”¹⁶.

De acordo com Fishman (1974), cabe à Sociologia da Linguagem preocupar-se com a interação entre o uso de uma língua e a organização social do comportamento humano, ou seja, preocupar-se com qualquer problema relacionado com o uso de uma língua em seu contexto social, “incluindo não só o uso da língua *per se*, mas também atitudes linguísticas e comportamentos manifestos em relação à língua e aos seus usuários” (FISHMAN, 1974, p. 25). Essas preocupações da Sociologia da Linguagem também interessam, por exemplo, aos sistemas educacional e político.

Fishman (1974) diferencia, ainda, Sociologia Descritiva de Sociologia Dinâmica da língua. Para a primeira, interessa observar as regras que orientam a conduta linguística dos membros de uma comunidade linguística em diferentes situações de comunicação. O conhecimento que os falantes têm do que constitui um uso apropriado da língua em determinada situação denomina-se “competência comunicativa sociolinguística”. Segundo o autor, compete à Sociologia Descritiva dar respostas às perguntas “quem fala (ou escreve) que língua (ou que variedade linguística) a quem, quando e para que fim” (FISHMAN, 1974, p. 27).

Já a Sociologia Dinâmica da língua preocupa-se com as mudanças que ocorrem no repertório linguístico da comunidade, como as mudanças que ocorrem de forma rápida e maciça em situações de línguas em contato causadas por movimentos migratórios. Cabe a ela dar resposta a esta pergunta: “que fatores motivam as diferenças de mudanças na organização social do uso da língua e do comportamento em relação à língua?” (FISHMAN, 1974, p. 27).

Elia (1987) interpreta que, para Fishman, a parte descritiva da Sociologia da Linguagem tem por objeto a língua em relação com os personagens do ato de fala (locutor e receptor). Em relação à sua parte dinâmica, a Sociologia da Linguagem aplica-se em estudar as mudanças que a organização social do uso linguístico sofre através dos tempos.

Silva-Corvalán (1989) argumenta que a tarefa fundamental da Sociologia da Linguagem é a identificação das características segundo as quais se podem agrupar ou classificar as situações sociais em conjuntos que tenham correspondentes de conduta linguística únicos e específicos. A importância que se dá ao fato social e ao fato linguístico é o que diferencia a Sociolinguística e a Sociologia da Linguagem. A Sociolinguística estuda os

¹⁶ No original: “Las diferencias existentes entre estas dos disciplinas proceden, en primerísimo lugar, de su diverso objeto de estudio, la *lengua* para los sociolingüistas, y la *sociedad* para los sociólogos del lenguaje.”

fenômenos linguístico em seu contexto social. A Sociologia da Linguagem estuda os fenômenos sociais que têm relação com o uso de uma língua.

Também Hudson (1980 *apud* Elia, 1987) vê na diferenciação de Sociolinguística e Sociologia da Linguagem apenas uma questão de ênfase, conforme o investigador esteja mais interessado na linguagem ou na sociedade ou de acordo com sua maior ou menor habilidade para analisar estruturas linguísticas ou sociais.

Talvez pudéssemos ver na Sociologia da Linguagem uma inclinação para estudar a incidência do fator social sobre as línguas como um todo organizado, o que levaria, na prática científica, ao estudo do “contato de línguas” (empréstimos, línguas mistas, falares crioulos, bilinguismo). [...] Por seu turno, a Sociolinguística buscaria surpreender as relações entre fator social e organização linguística, mas dentro de um ponto de vista interno. Isto é, não se trata de “contato de línguas”, mas de diferenciação linguística dentro de uma só língua atribuível à causalidade social (níveis culturais da mesma língua, línguas especiais, gírias). (HUDSON, 1980 *apud* Elia, 1987, p. 20-21).

López Morales (2004), referindo-se aos estudos de Trudgill (1978), observa que este autor sugere aplicar o termo Sociolinguística apenas aos estudos de base empírica, que analisam as línguas em seu contexto social. Trata-se de outra forma de fazer linguística, na qual a análise da variação e da mudança linguística se destaca.

2.5.2 Sociolinguística vs Etnografia da Comunicação

Dentro do amplo rótulo de Sociolinguística, incluem-se, muitas vezes, estudos de Etnografia da Comunicação, ciência que tem como representantes mais destacados Dell Hymes e John Gumperz.

López Morales (2004) declara que a Etnografia da Comunicação estuda o que Hymes chama de *competência comunicativa*, ou seja, as normas de conduta comunicativa próprias de comunidades de fala específicas. O objetivo principal dessa ciência é revelar o que um indivíduo precisa saber para obter êxito na comunicação, em uma comunidade específica, e também de que maneira pode alcançar esses saberes (regras de comunicação, regras de interação, regras culturais), que servem de base tanto ao contexto como ao conteúdo dos eventos comunicativos e dos processos de interação. Trata-se de conhecimentos sobre princípios gramaticais, sobre regras de como usar a língua para lograr determinadas funções comunicativas e de habilidades de elaboração discursiva.

Como a Etnografia da Comunicação descende da Antropologia, seu interesse não se estende à análise interna das variedades estilísticas envolvidas nos atos comunicativos, mas sim aos elementos que reportam à competência estratégica, a saber: a inabilidade com certos temas, a administração dos silêncios, a distância física que deve haver entre os interlocutores, a direção do olhar, a linguagem gestual, o tom da voz etc.

Já a Sociolinguística, conforme o mesmo autor, analisa detalhadamente os traços linguísticos que distinguem um estilo de outros dentro de cada grupo social, estuda a motivação de tais distinções e descobre os fatores sociais que impulsionam a mudança de um estilo a outro. Não interessam à Sociolinguística outros canais comunicativos (sinais de fumaça, tambores, gestos) que não sejam a linguagem humana.

Moreno Fernández (1998) menciona que o modelo de estudo proposto pelos etnógrafos inclui elementos estruturais e elementos funcionais, focalizando seu interesse nos acontecimentos do falar e das funções que cumprem. Nessa perspectiva, a interação sociolinguística passa a ocupar um lugar privilegiado no conhecimento da comunicação tal como se concebe nas comunidades de fala.

Observa o autor que um meio de compreender quais são os limites da Etnografia da Comunicação é verificar os fenômenos que podem compor seu interesse de estudo: normas/regras de comunicação (saudação, despedida, felicitação), funções comunicativas (relacionadas com os princípios da pragmática), natureza e definição da comunidade de fala, instrumentos de comunicação, componentes da competência comunicativa, relação entre língua e visão de mundo, língua e organização social, língua e cultura.

Segundo Moreno Fernández (1998), as características gerais e metodológicas da Etnografia da Comunicação podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- 1) compreende a língua como sistema de comunicação social que não pode ser interpretada fora de um contexto específico;
- 2) trabalha sobretudo com grupos sociais ou com comunidades pequenas;
- 3) utiliza a metodologia da observação participativa assim como a observação e a anotação da realidade;
- 4) emprega técnicas qualitativas de análise e de interpretação dos dados e quase nunca recorre a análises quantitativas detalhadas.

Acrescenta, ainda, Moreno Fernández (1998) que os etnógrafos destacam a importância da Etnografia da Comunicação para as investigações sociolinguísticas, no que se refere ao material linguístico que se coleta por meio das gravações, salientando que tal

material só terá valor se efetivamente se levarem em conta as normas sociais que regem a escolha do falante ao fazer uso de algumas formas linguísticas e ao rejeitar outras, no momento da entrevista. Ressaltam também que as análises quantitativas realizadas pela Sociolinguística Variacionista podem ter significação nula se a coleta dos materiais, a preparação da amostra e a interpretação dos resultados não levarem em conta as descrições qualitativas que os etnógrafos praticam.

2.5.3 Sociolinguística vs Dialetoлогия

Silva-Corvalán (1989) expõe que Sociolinguística e Dialetoлогия têm sido consideradas, até certo ponto, sinônimas. Dentre as semelhanças, destacam-se o estudo da língua falada, do uso linguístico, o estabelecimento das relações que se dão entre traços linguísticos e certos grupos de indivíduo, o reconhecimento da heterogeneidade da língua.

A característica fundamental que diferencia Dialetoлогия e Sociolinguística, segundo a autora, está no fato de a primeira concentrar sua investigação essencialmente em setores rurais, esperando encontrar ali variedades “mais puras” da língua, não contaminadas pelo contato com outras variedades. Já a Sociolinguística preocupa-se em identificar os processos de mudança linguística em curso e em estabelecer as fronteiras sociais de certos usos linguísticos; assim, concentra sua investigação essencialmente em centros urbanos, que se caracterizam por uma grande heterogeneidade linguística e social.

Refutando o exposto por Silva-Corvalán, López Morales (2004) explica que as possíveis identificações entre Sociolinguística e Dialetoлогия não se referem à Dialetoлогия clássica, centrada no estudo de dialetos falados em zonas rurais, mas na Dialetoлогия que começou a se desenvolver na década de 1950, reconhecida como Dialetoлогия Urbana. Afirma o autor:

Esta mudança de centro de interesse levou os dialetólogos a confrontarem-se com entidades de estudo muito mais complexas, que pediam mudanças substanciais de enfoque. O encontro com os dialetos sociais, que diferem – e muito – dos geográficos, sua descrição e as inevitáveis e eloquentes comparações entre eles, fez que se desenvolvessem técnicas e métodos de análise que poderiam parecer paralelos aos da sociolinguística¹⁷ (LÓPEZ MORALES, 2004, p. 25).

¹⁷ No original: “Este cambio de centro de interés enfrente a los dialectólogos con entidades de estudio mucho más complejas, que pedían cambios sustanciales de enfoque. El encuentro con los dialectos sociales, que diferían – y mucho – de los geográficos, su descripción y las inevitables y elocuentes comparaciones entre

Silva-Corvalán (1989), ao apresentar o objeto de estudo da Dialetologia como “os diversos dialetos de uma língua”, vê-se diante da difícil tarefa de definir “dialeto”, já que essa definição implica a explicação de outros conceitos relacionados e a falta de unanimidade quanto ao que se entende por esse termo. Assevera, entretanto, que, para o linguista, trata-se de um termo técnico que se refere simplesmente a uma variedade de língua compartilhada por determinada comunidade linguística. Essa variedade surge, normalmente, pela distância existente entre determinados grupos sociais, porque a distância (social, temporal ou geográfica) favorece o desenvolvimento de variedades dialetais que são a manifestação linguística de um número de características mais ou menos estáveis associadas a diferentes grupos através do tempo e do espaço social e geográfico.

Para a autora, uma língua é um sistema linguístico realizável na fala de acordo com uma tradição historicamente comum, sendo possível que um conjunto de dialetos constitua famílias de dialetos menores dentro da família maior de dialetos que, em seu conjunto, denomina-se língua. Tem-se, assim, uma estrutura hierárquica ou piramidal em cuja base está a língua histórica ou comum e, subordinados ou incluídos nela, dialetos ou línguas menores constituídas por um conjunto de dialetos ou variedades linguísticas afins. A estudiosa expõe que há uma tendência em identificar a variedade padrão com a língua histórica ou comum e afirma que isso é um erro, já que os diversos dialetos possuem uma variedade padrão própria que, em cada região ou país, corresponde ao ideal normativo, à fala dos grupos sociais de maior prestígio, à variedade que se escreve em documentos oficiais, periódicos e outras publicações consideradas de “boa qualidade”. Não há um dialeto mais correto ou melhor que outro. A noção de correção é social e não linguística.

A fim de elucidar a diferença entre Dialetologia e Sociolinguística, Silva-Corvalán (1989) demonstra, por meio do exemplo de um estudo de variação fonética, o que interessa a cada uma delas. Em um estudo de variação fonética, a Dialetologia descreverá as realizações de um fonema, especificará seus contextos linguísticos no sistema do dialeto em questão e delimitará a distribuição geográfica das variantes. A Sociolinguística incorporará, também, entre outros aspectos, uma análise estatística detalhada dos fatores que incidem na variação, examinará as atitudes dos falantes em torno das diversas realizações e as variáveis sociais associadas com elas, investigará a possibilidade de que se trate de uma mudança fonológica em curso, em cujo caso se preocupará em examinar sua difusão no sistema tanto linguístico como social.

ellos, hizo que se desarrollaran unas técnicas y unos métodos de análisis que pudieran parecer paralelos a los de la sociolingüística.”

2.6 SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE CRENÇAS E ATITUDES PARA A SOCIOLINGUÍSTICA

Não é recente o interesse da Sociolinguística pelos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas. No trabalho de Labov sobre a mudança fonética ocorrida no inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, já se verificou a importância desses fatores.

Estudos relacionados a esse tema têm apontado pistas para a Sociolinguística na compreensão de questões que podem estar relacionadas a determinadas atitudes linguísticas manifestadas por um grupo ou por uma comunidade de fala. Também possibilitam “predizer” um dado comportamento linguístico.

Giles *et al.* (1982) ressaltam que, em toda sociedade, as diferenças de “poder” existentes entre grupos sociais distintos podem ser percebidas na variação linguística e nas atitudes para com essas variações. Normalmente, os padrões de uso da linguagem do grupo dominante são referenciados como o modelo necessário para a ascensão social; já o uso de linguagem, dialeto ou sotaque de baixo prestígio, pelos membros de grupos minoritários, reduz as oportunidades de sucesso na sociedade.

Moreno Fernández (1998) informa que, em 1970, Agueyisi e Fishman já chamavam a atenção para a importância que os estudos de atitudes têm no campo da Sociolinguística. Por meio desses estudos, é possível

[...] conhecer mais profundamente assuntos como a eleição de uma língua em sociedades multilíngues, a inteligibilidade, o planejamento linguístico, o ensino de línguas; além disso, as atitudes influem decisivamente nos processos de variação e mudança linguísticos que se produzem nas comunidades de fala. Uma atitude favorável ou positiva pode fazer que uma mudança linguística se cumpra mais rapidamente, que em certos contextos predomine o uso de uma língua em detrimento de outra, que o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira seja mais eficaz, que certas variantes linguísticas se confinem aos contextos menos formais e outras predominem nos estilos cuidadosos. Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e ao esquecimento de uma língua ou impedir a difusão de uma variante ou uma mudança linguística¹⁸ (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 179).

¹⁸ No original: “[...] conocer más profundamente asuntos como la elección de una lengua em sociedades multilingües, la inteligibilidad, la planificación lingüística o la enseñanza de lenguas; además las actitudes influyen decisivamente en los procesos de variación y cambio lingüísticos que se producen en las comunidades de habla. Una actitud favorable o positiva puede hacer que un cambio lingüístico se cumpla más rápidamente, que en ciertos contextos predomine el uso de una lengua em detrimento de otra, que la enseñanza-aprendizaje de una lengua extranjera sea más eficaz, que ciertas variantes lingüísticas se confinen a los contextos menos formales y otras predominen en los estilos cuidadosos. Una actitud desfavorable o negativa puede llevar al abandono y el olvido de una lengua o impedir la difusión de una variante o un cambio lingüístico”.

Para Sociolinguística, de acordo com López Morales (2004), o principal problema está em determinar até que ponto a atitude expressa por um indivíduo está simplesmente relacionada a fenômenos linguísticos específicos ou em que medida ela é, na verdade, uma atitude de valorização aos usuários de determinado grupo social.

Salienta, ainda, que as crenças e as atitudes podem afetar os fenômenos específicos de um idioma, as variedades diatópicas ou diastráticas de alguns deles ou a língua em sua totalidade e as línguas maternas e estrangeiras que vivam ou não em uma mesma comunidade de fala, isto é, as línguas em contato. Para o autor, suas consequências são variadas, mas a mais grave é o estímulo à discriminação linguística.

3 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Neste capítulo, importa destacar que, ao consultar trabalhos de Sociolinguística e de Crenças e Atitudes (tanto sociais quanto linguísticas)¹⁹ a fim de apresentar uma conceituação que este estudo julgasse adequada para definir os termos “crenças” e “atitudes”, deparou-se com o problema de as pesquisas voltadas para essas áreas pouco se debruçarem, especificamente, a definir “crença”. Por outro lado, encontram-se várias reflexões sobre o termo “atitude”. Na verdade, crenças e atitudes aparecem, nesses trabalhos, estreitamente imbricadas, de modo que falar de uma sem se referir à outra torna-se muito difícil. Isso se deve, sobretudo, porque a maior parte dos trabalhos que trata desse assunto baseia-se na concepção mentalista, não separando crença de atitude, ou melhor, compreendendo crenças como um componente das atitudes. Esta tese, entretanto, comungará com as ideias de López Morales (2004) sobre o tema e, assim como o referido autor, separará o conceito de crença do conceito de atitude.

Assim, optou-se por apresentar esses termos, inicialmente, separados, na tentativa de elaborar uma definição mais restrita de cada um deles. Para tanto, este trabalho aproveitará, muitas vezes, referências da área da Linguística Aplicada²⁰, que, ao contrário da Sociolinguística e dos estudos sobre Crenças e Atitudes, apropria-se bastante do termo crenças e bem menos do termo atitude. Evidentemente, serão aproveitadas as referências “gerais” e não as que se reportam especificamente à temática do ensino-aprendizagem.

3.1 CRENÇAS

Não é a incredulidade que é perigosa para nossa sociedade; é a crença.
(George Bernard Shaw)

Diversas são as áreas do conhecimento que recorrem à temática das crenças para o desenvolvimento de seus trabalhos: Filosofia, Teologia, História, Psicologia, Educação,

¹⁹ Como se verá posteriormente, o interesse a respeito do tema Crenças e Atitudes linguísticas surgiu com os psicólogos sociais. Assim, a definição para esses termos estão voltadas, inicialmente, para a perspectiva social, para as crenças e as atitudes referentes a um objeto social. O objeto social, entretanto, pode ser teoria, situação, acontecimento, língua, dialeto, grupo, pessoa etc. Então, ao interessar-se por um objeto social, pode-se estar interessado em uma língua ou dialeto específico. Assim, falar em objeto social pressupõe falar, dentre outras coisas, a respeito da língua. E aquilo que se refere à atitude social pode ser usado para referir-se à atitude linguística.

²⁰ Embora o interesse desta tese não esteja voltado ao ensino, serão utilizadas referências da Linguística Aplicada pela falta de trabalhos da Sociolinguística e dos estudos de Crenças e Atitudes que conceituem o termo “crenças”.

Sociologia, Linguística, Sociolinguística, dentre outras. Disso resulta ser muito complexo definir “crenças”, já que cada área possui um objeto de estudo diferente ou, ao menos, parcialmente diferente. Assim, são muitos os termos, os conceitos, as definições, os sentidos atribuídos para referirem-se a elas.

Nos dicionários de língua portuguesa, registram-se, com mais frequência, as seguintes definições: ato ou efeito de crer; fé religiosa; convicção íntima; opinião formada; credence; superstição; forma de assentimento que se dá às verdades de fé, que é objetivamente insuficiente, embora subjetivamente se imponha com grande convicção; estado, processo mental ou atitude de quem acredita em pessoa ou coisa; disposição subjetiva a considerar algo certo ou verdadeiro por força do hábito ou das impressões sensíveis (NASCENTES, 1981; BORBA, 2004; HOUAISS, 2009; AURÉLIO, 2009).

Silva (2005), em estudo sobre crenças voltado para a área da Linguística Aplicada, ratifica essa complexidade e exhibe um quadro, resumindo as diferentes definições atribuídas ao termo crenças, apresentando um breve histórico que vai desde o conceito conferido a crenças pelo filósofo Peirce (1877) até estudos contemporâneos como os da linguista Barcelos (2004), conforme segue:

[...] ideias que se alojam na mente das pessoas, como hábitos, costumes, tradições, maneiras folclóricas e populares de pensar (PEIRCE, 1877 *apud* SILVA, 2005, p. 67).

[...] não são somente um conceito cognitivo, mas também social, porque nascem de nossas experiências e problemas, de nossa interação com o contexto e da nossa capacidade de refletir e pensar sobre o que nos cerca (BARCELOS, 2004 *apud* SILVA, 2005, p. 69).

Em pesquisa posterior, Silva (2011) ainda ressalta a dificuldade em definir “crenças” e, apoiando-se em Pajares (1992), apresenta um rol de termos referidos a elas: atitudes, valores, julgamentos, axiomas, opiniões, ideologia, percepções, conceituações, sistema conceitual, pré-conceituações, disposições, teorias implícitas, teorias explícitas, teorias pessoais, processo mental interno etc. Na sequência, ampliando a relação de Pajares, cita Gimenez (1994) e Garcia (1995), acrescentando os seguintes termos: teorias populares, conhecimento prático pessoal, perspectiva, construções pessoais, epistemologias, modos pessoais de entender, filosofias instrucionais, dentre outros.

Félix (1998), em estudo de base etnográfica cujo objetivo era detectar as crenças sobre aprendizagem sustentadas pelos professores-sujeito de sua pesquisa, salienta a importância de se diferenciar crença e conhecimento, e, ao observar os comentários de alguns

estudiosos sobre o assunto, apresenta uma definição, apontando que o conhecimento é o resultado cognitivo do pensamento, enquanto a crença é o resultado afetivo, sendo composta de “emoções, sentimentos, percepções, avaliações subjetivas, estados de espírito, lembranças de experiências pessoais, pressuposições sobre a existência de entidades e mundos alternativos [...]” (FÉLIX, 1998, p. 33).

A mesma autora, referindo-se ao trabalho de Nespor (1987), destaca que o conhecimento é cumulativo e muda de acordo com as normas de argumentação. Já as crenças são menos maleáveis, são relativamente estáticas, porque a emoção parece estar retida na memória longa²¹; quando elas mudam, é mais uma questão de conversão do que o resultado de argumentação ou evidências.

Para Barcelos (2007), o conceito de crença é tão antigo quanto nossa existência, pois, desde que o homem começou a pensar, ele passou a acreditar em algo. A autora define crenças como

uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais (BARCELOS, 2007, p. 113).

Barcelos (2007) explica que se trata de uma definição mais recente a qual – contrariando a visão de que as crenças são estáticas – caracteriza-as como dinâmicas, argumentando, a partir de uma visão sociocultural, que elas mudam através do tempo ou até mesmo dentro de uma mesma situação, o que não significa, entretanto, que elas são geradas imediatamente. Elas se apoiam em fatos ocorridos no passado, em opiniões de pessoas que foram importantes, em assuntos veiculados pela mídia etc.

A pesquisadora salienta que as crenças são “socialmente construídas e situadas contextualmente”. À medida que as pessoas interagem e modificam suas experiências são, também, modificadas por elas, assim, as crenças “incorporam as perspectivas sociais, pois nascem no contexto da interação e na relação com os grupos sociais” (BARCELOS,

²¹ A memória longa, ou memória de longa duração, refere-se à retenção de informações por prolongado período de tempo e pode ser dividida em dois tipos: memória declarativa (explícita ou "saber que"), relacionada à habilidade de armazenar e recordar fatos e eventos de forma consciente e passível de descrição verbal; memória implícita ("de procedimentos" ou "saber como"), vinculada à capacidade de aprender novas habilidades motoras, perceptuais ou cognitivas, as quais exigem treino longo e repetitivo. Exemplos desse tipo de memória incluem as habilidades envolvidas em andar de bicicleta, digitar e tocar um instrumento (ver HELENE, André Frazão e XAVIER, Gilberto Fernando. *Como as memórias criam a personalidade*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/14.shtm>>. Acesso em 09 set. 2012).

2007, p. 114). A autora ainda destaca o fato de as crenças serem paradoxais e contraditórias, no sentido de que, ao mesmo tempo em que são sociais, as crenças também são individuais e únicas, porque cada pessoa assimila uma experiência de modo pessoal, particular.

Interessantes também são as observações de Yero (2010), em seu livro *Teaching in Mind*, cujo objetivo é avaliar as experiências subjetivas, as crenças, os valores, os pressupostos, as metáforas e os significados que modelam o mundo pessoal de um professor, procurando mostrar como as crenças sobre ensino, aprendizagem e alunos influenciam as percepções, os comportamentos e todas as decisões voltadas à questão do ensino. Para tanto, a estudiosa examina, dentre outras coisas, a diferença entre “fatos” e “crenças”, expondo que os primeiros são declarações que fazem parte do consenso da realidade, havendo pouca dúvida sobre sua veracidade; são elementos para os quais existe um corpo enorme de apoio e sem evidências contraditórias, sendo raramente questionados. Entretanto, quanto mais complexa uma situação, quanto mais perspectivas possíveis se podem ter e quanto mais pessoas diferentes estão envolvidas, menos provavelmente se pode declarar tratar-se de um fato. Entra-se, assim, no campo das crenças, que ela define como “[...] julgamentos e avaliações que fazemos sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo que nos rodeia. As crenças são *generalizações* a respeito das coisas, tais como causalidade ou o *significado* de ações específicas”²² (YERO, 2010, p. 28).

Yero (2010) sugere que uma forma possível de distinguir entre o conhecimento factual e a crença é observar como uma pessoa responde a um desafio. Exemplifica o caso de alguém apontando que uma pessoa digitou uma palavra incorretamente; essa pessoa geralmente não sente a necessidade de defender o erro de digitação, ela simplesmente muda um pouco a sua atenção para resolver o problema. Mas quando alguém questiona as crenças de uma pessoa, ela frequentemente responde como se isso fosse uma ameaça pessoal, defendendo emocionalmente sua posição. “Isso porque as crenças são pessoais... elas são tão parte de nós como nosso nome ou nossa perna”²³ (YERO, 2010, p. 28).

A autora argumenta, ainda, que as crenças não apenas afetam a forma como as pessoas se comportam²⁴, mas também o que elas percebem em seu ambiente. E afirma que, ao contrário do que diz o ditado “ver para crer”, é mais provável que seja “crer para ver”. Ou

²² No original: “[...] judgments and evaluations that we make about ourselves, about others, and about the world around us. Beliefs are *generalizations* about things such as causality or the *meaning* of specific actions.”

²³ No original: “That’s because beliefs are personal...they are as much a part of us as our name or our leg.”

²⁴ Embora as crenças representem forte influência no comportamento ou na ação, nem sempre as pessoas agem de acordo com suas crenças. Isso será discutido posteriormente, na seção 3.2, ao se falar sobre “atitudes”.

seja, quando as pessoas acreditam que algo é verdadeiro, elas percebem a informação que confirma essa crença, percebem o que elas esperam/querem perceber. E exemplifica: “Se, por exemplo, Stan crê que Jamie é um encrenqueiro, ele inconscientemente interpretará alguns dos comportamentos de Jamie como perturbadores. Cheryl, que crê que Jamie é cheio de energia, pode não observar o mesmo comportamento”²⁵ (YERO, 2010, p. 30).

3.2 ATITUDES

Atitude é uma pequena coisa que faz uma grande diferença.²⁶
(Winston Churchill)

Assim como as crenças, definir “atitude” não é das tarefas mais fáceis, porque esse termo também está associado a campos diversos; daí se ouvirem expressões como atitude cristã, atitude corajosa, atitude preconceituosa, atitude positiva, atitude negativa, atitude política, atitude sustentável, atitude linguística...

Além disso, é muito estreito o limite entre os significados, por exemplo, de “atitude” e “comportamento”, “atitude” e “postura”, “atitude” e “procedimento”, que são expressões tomadas, muitas vezes, como sinônimas, mas que, na verdade, podem não o ser, dependendo do contexto em que se encontrem.

Em sentido lato, atitude significa “posição, postura; modo de proceder ou agir; comportamento, procedimento; postura reveladora das disposições do ânimo para agir, reveladora dos sentimentos; reação ou maneira de ser, em relação a determinada(s) pessoa(s), objeto(s), situações etc.” (NASCENTES, 1981; BORBA, 2004; HOUAISS, 2009; AURÉLIO, 2009). Para este trabalho, entretanto, interessa o sentido restrito de atitude, voltado à ciência linguística que, por sua vez, tomou emprestado o seu sentido da Psicologia Social.

Segundo Lambert e Lambert (1972, p. 7), a Psicologia Social é “o estudo experimental dos indivíduos, examinados no seu enquadramento social e cultural”, sendo atribuição do psicólogo social procurar descrever e explicar os efeitos psicológicos do contato social e o próprio processo social. Afirmam os autores que o exame das atitudes se converteu em uma preocupação importante dos psicólogos sociais por se tratar de um fenômeno psicológico complexo que se reveste de grande significado social. Para eles,

²⁵ No original: “If, for example, Stan *believes* Jamie is a troublemaker, he will unconsciously interpret some of Jamie's behaviors as disruptive. Cheryl, who *believes* Jamie is full of energy, may not even notice the behavior.”

²⁶ No original: “Attitude is a little thing that makes a big difference”.

Atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 78).

As atitudes desempenham uma função essencial na determinação do nosso comportamento; por exemplo, afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias à sombra das quais vivemos (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 83).

Rodrigues (1972), baseando-se em vários conceitos apresentados nos manuais de Psicologia Social surgidos entre 1962 e 1971, resume atitude social como “uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social²⁷ definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto” (RODRIGUES, 1972, p. 397).

No segundo capítulo de seu livro, o autor apresenta o desenvolvimento histórico de temas importantes da Psicologia Social científica, salientando que a divisão por ele exposta se fundamenta na maior ou menor ênfase dada ao assunto em diferentes épocas e, em relação à atitude, aponta que o primeiro trabalho sobre esse tema data de 1927, um artigo de Thurstone, intitulado *Attitudes can be measured*, que trata da mensuração das atitudes. A seguir, Rodrigues destaca a década de 1930 como o período do desenvolvimento de trabalhos que abordam, principalmente, temas sobre escalas de medida de atitudes e técnicas de medida de opinião pública, o que trouxe à Psicologia Social grande popularidade não só no domínio da Psicologia, mas também no da Sociologia e da Ciência Política. Já na década de 1940, foram publicados trabalhos voltados, sobretudo, à busca dos determinantes das atitudes, preocupando-se em identificar os fatores que levavam as pessoas a manifestarem uma atitude específica. No final da década de 1940 e início da década de 1950, a característica marcante das publicações encontrava-se na busca de fatores de personalidade capazes de influenciar e, por conseguinte, de modificar as atitudes.

A Psicologia Social, entretanto, até o final da década de 60, não se interessava pelo aspecto sociocultural da linguagem nem por questões sociolinguísticas, servindo-se da linguagem somente como um instrumento para obter dados. Coube a Wallace Lambert (2003 [1967]), precursor dos estudos sobre atitudes linguísticas, a preocupação com

²⁷ Conforme já se destacou, o objeto social pode ser uma teoria, situação, acontecimento, língua, dialeto, grupo, pessoa etc.

os aspectos social, ideológico e cultural da linguagem, a partir da publicação, em 1967, do artigo *A Social Psychology of Bilingualism*, no *Journal of Social Issues*.

O propósito desse trabalho era estender e integrar os interesses dos psicólogos, dos linguistas e dos antropólogos com relação ao bilinguismo. Interesse que incluía preocupações como o processo de troca bilíngue e o desenvolvimento dessa habilidade com as implicações neurológicas e mentais envolvidas; a competência do bilíngue nos dois sistemas linguísticos e a maneira como esses sistemas interagem; a preocupação com as configurações socioculturais do bilinguismo e os efeitos do comportamento bilíngue.

Em seu artigo, Lambert (2003 [1967]) ainda apresenta os resultados de trabalhos conduzidos por ele e por um grupo de estudiosos na Universidade McGill, em Montreal, utilizando a técnica *matched guise*, também conhecida como técnica dos “falsos pares”.

Tal técnica foi desenvolvida com o propósito de inferir e medir atitudes. Consiste em apresentar a um grupo de “juízes” (ouvintes que farão julgamentos) gravações de falantes perfeitamente bilíngues lendo a mesma passagem de um texto duas vezes: em um primeiro momento, na própria língua (por exemplo, o francês) e, em um segundo momento, em outra língua (por exemplo, o inglês). A esses juízes é requerido que ouçam as gravações e que avaliem as características pessoais de cada falante usando apenas as pistas vocais e de leitura. Nessa avaliação, apresentam-se características positivas e negativas relacionadas a itens como competência (p. ex.: inteligência, autoconfiança, ambição), integridade pessoal (p. ex.: sinceridade, caráter, confiabilidade), atratividade social (p. ex.: sociabilidade, empatia, senso de humor). Os juízes, entretanto, não têm o conhecimento de que, na verdade, trata-se das mesmas pessoas ora lendo o texto em uma língua, ora lendo-o em outra. Assim, quaisquer diferenças em seus julgamentos sobre a personalidade dos falantes (isto é, atribuir a um falante características positivas quando ele lê o texto em uma língua e negativas quando ele o lê em outra língua) representariam atitudes estereotipadas em relação aos membros de um grupo etnolinguístico específico.

Labov (2008 [1972]) refere-se à técnica *matched guise* como o instrumento básico amplamente utilizado para o estudo de reações subjetivas à linguagem, destacando que

O princípio essencial que emerge do trabalho de Lambert é o de que existe um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são compartilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão. Essas atitudes não emergem de forma sistemática se a pessoa for questionada diretamente sobre os dialetos; mas se ela fizer dois conjuntos de julgamentos de personalidade

sobre o mesmo falante usando duas formas diferentes de língua, *e se não perceber que é o mesmo falante*, suas avaliações subjetivas da língua emergirão como diferenças nas duas pontuações (LABOV, 2008 [1972], p. 176).

Labov (2008) menciona que os testes de reação subjetiva nos permitem separar as variáveis linguísticas dos fatores sociais, sendo possível verificar a avaliação do significado social de uma variável por meio das respostas diferenciadas às frases do mesmo falante. Aponta, ainda, que a técnica desenvolvida por Lambert e seus colaboradores trouxe um progresso considerável na mensuração das reações sociais inconscientes à linguagem e proporcionou uma metodologia segura e uma série de princípios empíricos para o estudo das reações subjetivas.

A partir, então, do final da década de 1960, “atitude” passa a ser tema de interesse não só dos psicólogos sociais, mas também dos linguistas, especialmente daqueles que se dedicavam à área da Sociolinguística, sobretudo em pesquisas voltadas para o assunto de línguas e dialetos em contato. Assim, de uma perspectiva agora linguística, apresentam-se algumas definições para atitudes.

Giles, Ryan e Sebastian (1982, p. 7) definem atitudes linguísticas “como qualquer índice cognitivo, afetivo ou comportamental de reações avaliativas, em direção às variedades diferentes de língua ou de seus falantes”.

Para Moreno Fernández (1998, p. 179), “A atitude linguística é uma manifestação da atitude social dos indivíduos, distinguida por centrar-se e referir-se especificamente tanto à língua como ao uso que dela se faz em sociedade [...]”²⁸. Ressalta o autor que, ao falar de língua, está incluindo qualquer tipo de variedade linguística (atitudes face aos estilos diferentes, socioletos diferentes, dialetos diferentes ou línguas naturais diferentes). Para ele, as atitudes linguísticas são o reflexo das atitudes psicossociais, de modo que é difícil delimitar onde começa a atitude em relação a uma variedade linguística e onde termina a atitude quanto ao grupo social ou ao usuário dessa variedade.

Na mesma linha, Bergamaschi (2006) afirma, citando Grojean (1982), que as atitudes ou os posicionamentos em relação à língua refletem as atitudes ou os posicionamentos em relação aos usuários dela. A autora destaca que não se sabe muito sobre atitudes e emoções orientadas a respeito da língua – que vão da lealdade à aversão linguísticas –, mas elas são, em parte, responsáveis pela manutenção ou pela mudança linguística.

²⁸ No original: “La actitud lingüística es una manifestación de la actitud social de los individuos, distinguida por centrarse y referirse específicamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace em sociedad [...]”.

Aguilera (2008) destaca que as atitudes de valorização ou de rejeição às variedades de língua em uso são reguladas pelos grupos sociais de maior prestígio social, ou os mais altos na escala socioeconômica, os quais ditam o que tem prestígio e *status*. Prestígio e *status* relacionam-se com o reconhecimento da sociedade às pessoas em função da condição socioeconômica e cultural que possuem (poder aquisitivo, capacidade intelectual, posição social, entre outros).

Segundo Bisinoto (2007), não é tarefa fácil definir “atitude linguística” e não há um consenso entre os estudiosos em relação ao conceito desse termo e, após expor o posicionamento de vários autores, propõe que se utilize o termo “atitude sociolinguística”, justificando que a atitude linguística e a social complementam-se na forma como os indivíduos agem e reagem. Destaca Bisinoto (2007, p. 24):

As avaliações manifestas e encobertas, subjetivas e objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, tem a propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos.

Segundo Appel y Muysken (1996) e López Morales (2004), há dois grupos de definição de atitudes: as mentalistas e as condutistas. A definição mentalista caracteriza atitude como um estado de disposição mental, uma variável que intervém entre um estímulo que afeta a pessoa e sua resposta a ele. Essa concepção traz consigo um problema metodológico: o fato de a atitude não ser observável nem analisável diretamente, de forma que se torna difícil determinar o tipo adequado de dados a partir dos quais se podem inferir as atitudes bem como elaborar um mecanismo apropriado para medir algo que “carece de forma manifesta”.

Já a concepção condutista, que se baseia nas respostas dos falantes frente a certas situações sociais, pode ser estudada diretamente, correspondendo a um método de aplicação seguro; entretanto tem o inconveniente de não predizer a conduta verbal e, assim, não pode constituir-se em padrões sistemáticos e coerentes.

Afirma López Morales (2004) que a maior parte das investigações linguísticas ampara-se na perspectiva mentalista, por essa ter caráter preditivo. Os mentalistas visualizam a atitude como uma estrutura componencial múltipla, formada pelos elementos afetivo (emoções e sentimentos), cognitivo (inclui as percepções, as crenças e os estereótipos

presentes no indivíduo) e comportamental (tendência a atuar e a reagir de certa maneira com respeito ao objeto). Já os condutistas a concebem como unidade indivisível.

Também Moreno Fernández (1998) atesta as afirmações de López Morales e acrescenta que, entre aqueles que defendem a concepção mentalista e que interpretam a atitude como uma entidade complexa, existem discordâncias para determinar como esses conceitos estabelecem relações entre si e todos eles com a atitude. Constituindo-se um problema descobrir a estrutura componencial das atitudes linguísticas.

3.2.1 Componentes da Atitude

Segundo Lambert e Lambert (1972), Rodrigues (1972), Moreno Fernández (1998), López Morales (2004), dentre outros estudiosos, as atitudes são integradas por três componentes: cognitivo, afetivo e comportamental. Lambert e Lambert (1972) explicam que, para que uma atitude se constitua, é necessário que esses três componentes estejam inter-relacionados de tal forma que aquilo que se sente e a maneira como se reage diante de um objeto social estejam coerentemente associados ao modo como se pensa a respeito dele.

O *componente cognitivo* refere-se às crenças, aos pensamentos, aos conhecimentos que se tem em relação a um objeto social definido. Não se pode ter uma atitude em relação a um objeto se não houver alguma representação cognitiva a seu respeito, ou seja, é preciso conhecê-lo. Ninguém pode manifestar uma reação pró ou contra aquilo que desconhece. Rodrigues (1972, p. 398) assevera que as atitudes preconceituosas são resultado de cognições negativas em relação ao grupo que é objeto de discriminação e exemplifica: “Pessoas que não gostam de índios consideram-nos selvagens, ameaçadores, ignorantes, hostis, infradotados intelectualmente, bestiais etc.”. Pode ocorrer, ainda, de a pessoa possuir uma representação cognitiva vaga ou errônea sobre um objeto social:

Quando vaga, seu afeto em relação ao objeto tenderá a ser pouco intenso; quando errônea, porém, isto em nada influirá na intensidade do afeto, o qual será consistente com a representação cognitiva que a pessoa faz do objeto, seja ela correspondente à realidade ou não (RODRIGUES, 1972, p. 398).

O *componente afetivo* diz respeito às emoções e aos sentimentos pró ou contra um objeto social e é considerado por alguns estudiosos, como Fishbein (1965 *apud* RODRIGUES, 1972), o único elemento característico das atitudes sociais. Rodrigues, referindo-se aos estudos de Fishbein, expõe que as crenças e os comportamentos associados a

uma atitude são apenas elementos pelos quais se pode medir a atitude, entretanto não são parte integrante dela. Embora as crenças que uma pessoa possui possam suscitar um afeto positivo ou negativo em relação a um objeto e predispor à ação, não são necessariamente impregnadas de conotação afetiva.

Também Moreno Fernández (1998) faz referência a Fishbein, destacando-o como autor de uma das propostas psicossociológicas mais conhecidas sobre os componentes das atitudes, e salienta que esse autor desmembra atitudes e crenças, tomando a primeira como formada apenas pelo componente de natureza afetiva, fundamentando-se em valoração subjetiva e sentimental em relação a um objeto; já a segunda, pondera Fishbein, é formada pelos componentes cognoscitivo e conativo²⁹.

Para melhor compreensão do exposto por Fishbein, Rodrigues (1972) apresenta o exemplo de alguém que pode crer na existência de vida fora da Terra, porém manter essa crença em um nível cognitivo, sem unir a isso qualquer traço afetivo, ou seja, ela pode manter-se neutra quanto a esse assunto. Não se poderia dizer, então, que tal pessoa tem uma atitude em relação à existência de vida em outros planetas. Diferentemente de ufologistas que, certamente, acrescentariam uma conotação afetiva às suas cognições a respeito desse tema e demonstrariam isso se engajando em discussões acaloradas.

O *componente comportamental* ou conativo é entendido como conduta, reação ou tendência à reação diante de um objeto social. De acordo com Rodrigues (1972, p. 400), há uma posição geralmente aceita pelos psicólogos sociais de que “as atitudes possuem um componente ativo, instigador de comportamentos coerentes com as cognições e os afetos relativos aos objetos atitudinais”. Assim, uma fã de um cantor ou de um ator traz consigo cognições e afetos em relação a essa pessoa capazes de, em uma situação como um show ou um filme, fazê-la ter comportamentos coerentes com essas cognições e afetos, por exemplo, gritar, chorar, ficar histérica, dançar, cantar etc. Entretanto nem sempre as pessoas se comportam de forma coerente com suas cognições e afetos, daí a expressão “tendência à reação” com o intuito de indicar que as atitudes “não se encontram necessariamente expressas no comportamento ostensivo”.

Lambert e Lambert (1972) observam que o êxito da interação social depende da habilidade que se tem para inferir ou deduzir pensamentos, sentimentos e tendências reativas alheias, por meio de “pistas” que podem ser captadas pelo tipo de

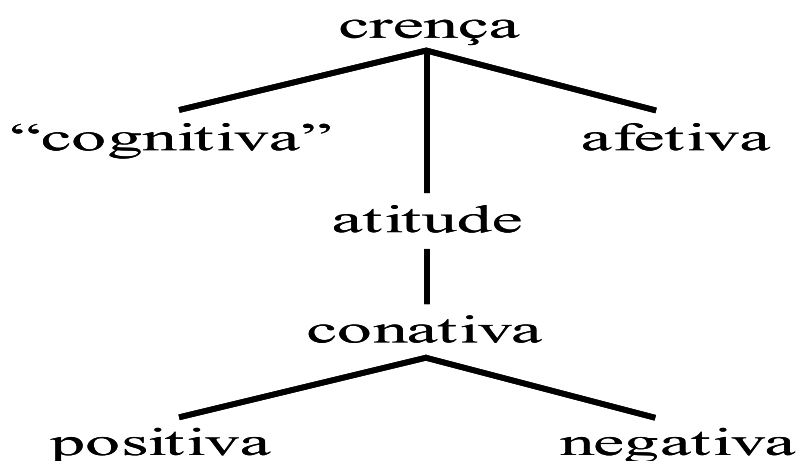
²⁹ De *conação*, na Psicologia, tendência consciente para atuar, agir.

comportamento das pessoas. Reforçam os autores que é comum as pessoas regularem suas atitudes em função daquilo que presumem do outro.

Com base em limitadas e diminutas amostras do comportamento de outros, poderemos concluir se, digamos, é uma pessoa liberal, compreensiva, sem preconceitos, e reagiremos então da maneira que considerarmos mais apropriada. (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 79).

Corroborando com Fishbein, López Morales (2004) separa o conceito de crença do conceito de atitude; entretanto opõe-se àquele pesquisador quanto ao componente formador da atitude. Para López Morales (2004), a atitude está dominada apenas pelo traço comportamental, por condutas que podem ser positivas, de aceitação, ou negativas, de rejeição; uma atitude nunca pode ser neutra. Já as crenças podem estar integradas por elementos cognitivos e/ou afetivos; nos elementos cognitivos, incluem-se as percepções, os conhecimentos, os estereótipos presentes no indivíduo; nos afetivos, estão presentes as emoções e os sentimentos. Podem-se resumir as relações entre crenças e atitudes por meio da figura a seguir:

Figura 1 – Relação entre crença e atitude, segundo López Morales.



Conforme já se destacou no início desta seção, compartilha-se, neste estudo, da visão de López Morales (2004), entendendo-se a atitude como constituída apenas do componente comportamental. Na verdade, o que se defende a respeito desse assunto é que a crença é “maior”, ela contém a atitude, ou melhor, ela contém os três componentes que normalmente são atribuídos à atitude: o conhecimento, o sentimento e o comportamento, o que pode ser bem observado por meio da Figura 1. Acredita-se que as crenças determinam o

comportamento dos indivíduos, no sentido de que são elas que detêm os valores, os julgamentos, as opiniões que uma pessoa tem sobre os outros, sobre o mundo e sobre si mesma. Elementos esses carregados de informações e de sentimentos que, geralmente³⁰, vão produzir atitudes.

Tomando como exemplo um elemento em observação na presente pesquisa, o falante carioca que julga “caipira” o /r/ retroflexo produzido no dialeto norte-paranaense está evidenciando uma atitude negativa baseada na crença que de esse modo de falar é típico de pessoas pouco escolarizadas, do interior, uma forma sem prestígio e que, por isso, ele rejeita. Assim como esse mesmo carioca valoriza a sua maneira de falar, porque crê em seu *status*, em seu prestígio linguístico, adotando uma atitude positiva em relação à própria fala e comportando-se como se ainda estivesse no Rio de Janeiro, mesmo depois de mais de oito anos morando no Norte do Paraná.

Essas considerações mostram a importância de se refletir sobre como as atitudes se formam.

3.2.2 Formação/Desenvolvimento das Atitudes

As atitudes não são características inatas às pessoas, elas são formadas e aprendidas no processo de socialização. Segundo Lambert e Lambert (1972), as atitudes são hábitos complexos, no sentido de que são formas aprendidas de ajustamento. A função de ajustamento social das atitudes desempenha o papel de propiciar às pessoas oportunidade de uma boa acomodação social, possibilitando a manutenção mais harmoniosa ou menos harmoniosa de nossas relações com outras pessoas. Seu desenvolvimento deve obedecer a três princípios fixos de aprendizagem inter-relacionados: os princípios de *associação*, de *transferência* e de *satisfação de necessidades*.

Os sentimentos e as tendências reativas são aprendidos, na maioria das vezes, por meio da associação e da satisfação de necessidades. Assim, evitam-se pessoas ou coisas associadas a episódios desagradáveis e aproxima-se das associadas com acontecimentos agradáveis. Muitas vezes, a incapacidade de o indivíduo compreender por qual motivo ele sente e reage de uma maneira específica diante de um objeto social o leva a

³⁰ Considera-se “geralmente” porque, conforme atesta López Morales (2004), nem todas as crenças geram atitudes, mas a maior parte delas implica valoração e pode estar baseada em fatos reais (algo que efetivamente existe) ou pode não ter motivação empírica (ao conhecer uma pessoa, por exemplo, pode-se crer que é antipática sem nunca ter conversado com ela antes, sem saber coisa alguma a seu respeito, sem ela ter dado qualquer motivo para que se pense assim).

observar os pensamentos e as crenças alheias, podendo adotá-los para justificar seus próprios sentimentos e tendências reativas. Observa-se, então, nesse caso, o princípio de transferência. É por meio da observação, da identificação e da imitação de “professores” sociais (pais, familiares, amigos, professores, figuras públicas...) que se aprendem e se formam as atitudes.

Lambert e Lambert (1972, p. 99) alegam que, ao se sentir “atraído” por um “professor” social, o indivíduo passa a desejar ser como ele. Esclarecem que “quanto mais digna de confiança e mais atraente é uma pessoa, tanto mais probabilidade de sua mensagem penetrar e influenciar as atitudes existentes”.

A partir do momento em que as atitudes estão desenvolvidas, elas conferem regularidade à maneira de reagir e de se ajustar socialmente, ou seja, haverá uma tendência para reagir da mesma forma sempre que o indivíduo for exposto a uma situação semelhante. A aprendizagem e a formação de atitudes ocorrem ao longo da vida; mas, nas primeiras fases de desenvolvimento (infância e adolescência), seus componentes não estão tão rigidamente sistematizados que não possam ser modificados por novas experiências. Já na fase adulta, “sua organização pode-se tornar inflexível e estereotipada, especialmente para aquelas pessoas que foram encorajadas, no decurso de grandes períodos de tempos, a reagir segundo processos padronizados ou ‘aceitáveis’ a determinados acontecimentos e grupos” (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 78).

3.2.3 Modificação das Atitudes

Apesar da aparente estabilidade das atitudes, experiências vividas ao longo da vida podem levar à sua alteração; entretanto esse processo não é simples, sendo muito mais difícil mudar atitudes do que aprendê-las, já que, depois de desenvolvidas, as atitudes convertem-se em elementos integrantes da personalidade do indivíduo, influenciando em seu comportamento.

Lambert e Lambert (1972) ressaltam que modificá-las implica mudança nos três princípios de aprendizagem vistos anteriormente. Assim, uma atitude pode ser alterada se o indivíduo perceber (i) que é proveitoso mudar para alcançar um objetivo específico, (ii) para adentrar um grupo, (iii) para ganhar *status*, prestígio, (iv) para obter vantagens, em resumo, para satisfazer uma necessidade. Da mesma forma, pode ocorrer mudança de atitude se houver condições adequadas para aprender novos sentimentos e reações por meio da associação; se, por exemplo, o indivíduo que havia passado por uma experiência negativa com um objeto social obtém novas e agradáveis experiências com esse mesmo objeto, as atitudes

que antes eram de rejeição podem passar a ser atitudes positivas. Ao receber uma informação nova a respeito de um objeto social, as pessoas levam em conta os “agentes” ou “professores” sociais que transmitem essa informação; a depender da eficácia desses agentes, os indivíduos podem alterar suas atitudes por meio da transferência.

Rodrigues (1972) ensina que as características necessárias a tais agentes são a competência e a credibilidade. E relata o caso de uma pesquisa em que se apresentou a dois grupos diferentes o mesmo conjunto de versos, com o intuito de que avaliassem a qualidade das estrofes; porém, para um grupo, atribuiu-se o conjunto de versos a um poeta de renome e, para o outro grupo, a autoria foi imputada a uma estudante universitária. Os resultados mostraram que as atitudes foram diferenciadas e que a fonte de maior prestígio foi julgada com atitudes muito mais positivas do que a fonte sem prestígio.

Esse resultado revela “uma mudança de objeto de julgamento em vez de uma mudança no julgamento do objeto” (RODRIGUES, 1972, p. 438), já que se trata do mesmo objeto. O poema e o poeta de renome formam um todo, tal como a língua e os usuários dela, que também formam um todo e, assim como já se destacou anteriormente, é difícil delimitar onde começa a atitude em direção a uma variedade linguística e onde termina a atitude face ao grupo social ou ao usuário dessa variedade.

3.3 CONCEITOS IMPORTANTES PARA OS ESTUDOS DE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Em um estudo de Crenças e Atitudes linguísticas, há determinados conceitos fundamentais que não podem deixar de ser abordados, mesmo que brevemente, como se fará nesta subseção. Trata-se de definir termos como identidade linguística, lealdade e deslealdade linguística, *status*/prestígio linguísticos, preconceito, estigma e estereótipo.

3.3.1 Identidade Linguística

Em relação à *identidade linguística*, Moreno Fernández (1998, p. 180) anuncia que identidade representa “aquilo que permite diferenciar um grupo do outro, uma etnia de outra, um povo de outro”. Ela pode ser definida de maneira objetiva ou subjetiva. Objetivamente falando, a identidade se caracterizaria pelas instituições que a constituem e por suas peculiaridades culturais. Subjetivamente, a identidade de um grupo pode ser reconhecida pelo sentimento de comunidade compartilhado por seus membros e pela forma como se diferenciam de outros grupos.

Na mesma linha, Uflacker e Schneider (2008, p. 33), apoiadas em McNamara (1997), expõem que identidade é “o conceito que o indivíduo tem de si próprio derivado do reconhecimento do pertencimento a determinado grupo social e relacionado com a significação emocional vinculada a essa pertença”. Esse sentimento de pertença se revela por meio do uso da linguagem, em que as representações de crenças e diferentes identidades sociais se mostram por atitudes linguísticas. Segundo as autoras, a diversidade linguística é mantida por relações de poder e de força entre os diferentes grupos sociais. Essas relações revelam a posição que as pessoas ocupam na estratificação social bem como a linguagem que utilizam.

Silva (2000) interpreta a identidade como algo inseparável da diferença. Segundo ele, é na diferença que a identidade se revela. Assim, ao dizer “sou brasileiro”, o indivíduo está negando todas as outras possíveis nacionalidades. Logo dizer “sou brasileiro” equivale a dizer “não sou argentino”, “não sou mexicano”, “não sou francês” etc. Para o teórico, identidade e diferença compartilham a característica de serem o resultado de atos de *criação* linguística. Quer dizer, elas não são elementos da natureza que existem por si só; elas necessitam ser produzidas e essa produção se dá no contexto das relações culturais e sociais. Por se estabelecerem na relação social, identidade e diferença estão sujeitas a conjuntos de força e de relação de poder. Nas palavras de Silva (2000, p. 81):

Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

[...] Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.

Para Woodward (2000), a identidade é relacional, isto é, a identidade de um grupo linguístico qualquer depende da identidade de outro grupo para existir, estando sujeita, portanto, a uma identidade “que ela não é”. Nesse sentido, a identidade é marcada pela diferença e isso, em muitos casos, tem consequências negativas, pois algumas diferenças são vistas de forma mais importante que outras, fazendo que as pessoas sejam “rotuladas” como pertencentes a determinados grupos ou classes sociais. O ponto é: por que alguns significados são preferidos relativamente a outros? Nas palavras da autora: “Todas as práticas de

significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2000, p. 18).

A mesma autora sugere ainda que a identidade pode ser submetida aos fenômenos da globalização, que produzem homogeneidade cultural e promovem o distanciamento da identidade do indivíduo em relação à sua comunidade e à cultura local. Isso pode gerar como consequência a resistência ao próprio dialeto, prestigiando algumas identidades nacionais e locais em detrimento da própria identidade.

3.3.2 Lealdade e Deslealdade Lingüística

Lealdade e deslealdade lingüística são, obviamente, termos os quais se opõem, mas que têm sua origem em um ponto comum: na atitude do falante frente a seu grupo lingüístico³¹. Essa atitude pode ser positiva ou negativa: sendo positiva, apresenta-se a situação de lealdade lingüística; sendo negativa, tem-se o caso de deslealdade lingüística.

Conforme já se destacou no item *identidade lingüística*, alguns indivíduos podem desviar-se da identidade lingüística de seu grupo. As razões para que isso ocorra podem ser várias, desde o pertencimento a uma comunidade lingüística cujo *status* seja baixo e com a qual a pessoa não quer ser identificada, até as pressões de outros grupos com os quais convive. Ao rejeitar sua identidade lingüística, mudando seu modo de falar para sugerir origens sociais ou regionais que, na verdade, não possui, o falante está revelando uma deslealdade lingüística.

De acordo com Appel e Muysken (1996), os membros de grupos sem prestígio social ou de minorias lingüísticas têm consciência de que a língua de seu grupo não lhe serve para alcançar ascensão social, porém o fato de reconhecerem isso e de mostrarem atitudes negativas em relação à sua própria língua não significa que eles não a tenham em consideração.

Frosi *et al.* (2010), apoiadas na designação dada por Weinrich ao termo lealdade lingüística em sua célebre obra sobre línguas em contato, esclarecem que a lealdade à língua encerra dois objetivos: indica a preocupação em afastar a língua de possíveis interferências de uma outra língua próxima e o esforço em utilizá-la sempre que possível. Quanto a este último objetivo, Bergamaschi (2006) esclarece que pode ser uma forma de

³¹ Usa-se grupo lingüístico aqui de forma ampla, podendo referir-se à língua, ao dialeto, ao falar de um país, região, comunidade etc.

conservadorismo, observada mais frequentemente nos membros mais velhos do grupo ou nos falantes que moram nas zonas rurais.

Para os objetivos analíticos da presente pesquisa, preceitua-se lealdade linguística como ação estreitamente vinculada ao orgulho de pertencimento a determinado grupo. Orgulho esse que geralmente está ligado ao poder e ao *status* que determinados grupos linguísticos possuem, referentes à sua posição social, econômica e/ou cultural. Na contramão, a deslealdade linguística reporta-se ao sentimento de vergonha, de inferioridade, de insegurança e, em casos mais graves, até de aversão linguística.

3.3.3 *Status* / Prestígio Linguístico

Aplica-se, frequentemente, o termo *status* para aludir a algo positivo, de destaque, elevado socialmente. Todavia o sentido lato da palavra *status* não remete, necessariamente, a algo positivo, mas sim a “situação, estado ou condição de alguém ou algo, perante a opinião das pessoas ou em função do grupo ou categoria em que é classificado” (AURÉLIO, 2009). É com esse sentido que Camara Jr. (1975) usa a palavra *status*, quando atesta que a linguagem de determinado grupo social é capaz de refletir esse grupo tão bem quanto outras formas de comportamento. Ou seja, é possível conhecer o grupo pelo modo como ele se manifesta linguisticamente, de forma que essa linguagem vem a ser uma marca de *status* social.

Nesta tese, o termo *status* será usado com o sentido restrito atribuído pela Antropologia Social, que o define como “o grau de distinção ou de prestígio, ou a situação hierárquica de um indivíduo ou grupo de indivíduos perante os demais membros de seu grupo social”. Assim, *status* linguístico e *prestígio* linguístico serão tomados como sinônimos.

Moreno Fernández (1998) considera o prestígio tanto como conduta quanto como atitude. Assim, ele pode ser algo que o indivíduo ou grupo possui e ostenta, mas pode ser também algo que se concede, que se atribui. Neste último sentido, o autor define prestígio como “um processo de concessão de estima e respeito aos indivíduos ou aos grupos que reúnem certas características e que leva à imitação das condutas e crenças desses indivíduos ou grupos” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 189).

As normas de prestígio não são fixas, variam de um grupo social a outro, e essa variação depende de questões sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas, históricas, linguísticas com as quais os indivíduos se identificam ou, ao contrário, das quais se diferenciam; a única mais ou menos fixa é aquela relacionada à *norma linguística de*

*prestígio*³², aquela que se tornou historicamente objeto privilegiado de estudo, e que representa o grupo dominante, constituído por pessoas mais escolarizadas e de poder aquisitivo mais elevado.

3.3.4 Preconceito Linguístico

Nos dicionários, registra-se *preconceito* (de pré + conceito) como “qualquer ideia, opinião ou sentimento desfavorável, formado antecipadamente, sem exame crítico” (BORBA, 2004; HOUAISS, 2009; AURÉLIO, 2009).

O termo preconceito linguístico refere-se à atitude negativa frente a determinado grupo linguístico sem razão aparente. Normalmente está voltado a grupos linguísticos que detêm pouco ou nenhum prestígio social, a minorias linguísticas, a grupos linguísticos que representam falares diferentes do falar daquele que avalia preconceituosamente o outro.

É comum verificar os termos preconceito e estigma sendo usados como formas que significam a mesma coisa. Por exemplo, no tão propalado livro de Marcos Bagno (2009), *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (talvez o mais conhecido livro de um autor brasileiro sobre o assunto), constata-se a substituição recorrente dos termos preconceito e estigma. Há várias passagens falando sobre “camadas estigmatizadas”, “camadas que sofrem preconceito”, “variantes estigmatizadas”, “preconceito em relação às variantes”.

Assim como no livro de Bagno, em vários outros estudos, preconceito e estigma são tomados como sinônimos. Esta pesquisadora não é de opinião contrária; entretanto compreende que há, entre os dois termos, diferenças relativas ao grau da avaliação negativa. Parece que, em relação ao preconceito, a atitude negativa frente ao elemento que está sendo objeto de avaliação é menor do que no caso do estigma. Desse modo, aparentemente, o estigma está impregnado de uma aversão ausente no preconceito.

De acordo com Bergamaschi (2006, p. 46), “O *estigma* vai além do *preconceito*, é mais forte e mais inibidor. Este termo remete a atitudes negativas, que marcam o estigmatizado para o resto da vida”.

O preconceito linguístico seria, assim, um “estigma amenizado”.

³² Para maiores detalhes sobre *norma linguística*, consultar BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2009 e FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2009.

3.3.5 Estigma

Os dicionários registram a palavra *estigma* com sentido denotativo e conotativo. No primeiro caso, estigma significa “marca, sinal, cicatriz”; no sentido figurado, a palavra remete a “rótulo”, “aquilo que é considerado indigno, desonroso” (BORBA, 2004; HOUAISS, 2009; AURÉLIO, 2009).

Para os estudos de Crenças e Atitudes, importa observar o sentido conotativo dessa palavra que, segundo explica Goffman (1988), é uma criação grega para referir-se a sinais corporais, mas que, a partir da Era Cristã, passou a ter significados metafóricos os quais evoluíram para os sentidos que existem hoje. Na acepção que interessa a este estudo e usando os termos de Goffman (1988, p. 13), estigma é um “atributo profundamente depreciativo”, de modo que o indivíduo (falante) estigmatizado (imperfeito, inferior) é vítima de preconceitos, de discriminações, de animosidades.

Carregar um estigma linguístico significa, então, carregar uma marca que identifica negativamente o falante e, por isso, geralmente ele procura escondê-la. Por exemplo: se um falante de dialeto que usa o /r/ retroflexo tenta produzir, no seu discurso oral, outra variante (um tepe, talvez?), ele está tentando esconder o estigma de sua identidade linguística. Diz-se “esconder” e não “apagar”, porque, assim como não é possível apagar uma cicatriz³³, não é possível apagar a identidade linguística. Pode-se ocultá-la, mas, em algum momento, ela se revelará, como uma cicatriz que se tenta esconder por baixo da roupa, mas que um movimento descuidado pode fazer aparecer.

3.3.6 Estereótipo

Ensina Labov (2008, p. 360) que *estereótipos*³⁴ “são formas socialmente marcadas, rotuladas enfaticamente pela sociedade”. Esse rótulo que se impõe sobre determinados grupos linguísticos está pautado nos julgamentos sobre as pessoas, nas crenças que o indivíduo carrega a respeito de um traço linguístico, nos conhecimentos sobre um grupo e sua cultura, nos preconceitos em relação à língua e aos falantes dessa língua.

³³ Associe a metáfora a seguir com aspectos linguísticos: poder-se-ia pensar, no caso de uma marca corporal, que é possível apagá-la com uma cirurgia plástica. Em geral, quando se usa desse tipo de expediente, troca-se uma cicatriz por outra; menor, talvez, mas a cicatriz continua lá. Há circunstâncias, ainda, em que a “cirurgia” pode sair errada e, nesse caso, piora-se a situação, porque o estrago é maior.

³⁴ Não interessa a este trabalho fazer a distinção entre *indicadores*, *marcadores* e *estereótipos* como faz Labov (2008).

Orsi (2008) afirma que o estereótipo pode ser entendido como uma generalização desfavorável, exagerada e simplista sobre um grupo ou uma categoria de pessoas. Exagerada e simplista porque os rótulos colocados nos indivíduos não têm, na maioria das vezes, uma base sólida para se sustentar. São quase sempre impressões sem fundamento, expressas por perceber no outro algo diferente do que existe em si, algo que geralmente incomoda porque faz parte de outra realidade linguística, social, cultural...

Segundo Orsi (2008), a associação de um traço linguístico (p. ex.: diminutivo) com uma característica não linguística (p. ex.: sexo) constitui um estereótipo que permite inferir dados e realizar juízos de valor (p. ex.: falante feminina). Outros exemplos: traço linguístico (gíria), característica não linguística (idade) = estereótipo (falante jovem); traço linguístico ([ɾ] em coda silábica), característica não linguística (procedente do Norte do Paraná) = estereótipo (falar caipira).

3.3.7 Tentando Estabelecer os Limites Entre *Preconceito*, *Estigma* e *Estereótipo*

Os limites dos significados atribuídos a *preconceito*, a *estigma* e a *estereótipo* são às vezes tão estreitos – entrecruzando-se, inter cruzando-se, imbricando-se – que não é possível (nem necessário em alguns casos) determiná-los com exatidão. Frequentemente, esses termos são tomados como sinônimos. Calvet (2004), por exemplo, ao falar sobre preconceito, abre uma seção em seu livro que intitula *Os preconceitos*, chamando-os, na sequência, de estereótipos:

1. Os **preconceitos**

A história está repleta de provérbios ou de fórmulas pré-fabricadas que expressam os **preconceitos** de cada época contra as línguas. [...] esses **estereótipos** não se referem a línguas diferentes apenas, mas também às variantes geográficas das línguas [...] (CALVET, 2004, p. 67, grifo nosso).

Também Paiva e Soares (2009) misturam esses termos, mas, nesse caso específico, a confusão (se é que se pode chamar assim) se estabelece entre o uso sinonímico que se faz de preconceito e de estigma. Há, no texto das autoras, uma seção que, já pelo título, evidencia muito bem isso: *Preconceito social, estigma linguístico: uma crença*. A seção inicia-se assim:

Preconceito social, estigma linguístico: uma crença

O ato de repudiar aquilo que desconhece, ou que se apresenta como diferente do padrão é, muitas vezes, considerado como uma forma de **preconceito** [...]. Atualmente, alguns estudos linguísticos, tais como os realizados por Bagno (2001; 2003; 2007) evidenciam cada vez mais a ligação estreita entre o **preconceito** social e o **preconceito** linguístico, especialmente sobre a valorização do português padrão. [...] Assim, o falar diferente que não obedece às regras da gramática normativa [...] está fadado ao **preconceito** social, por conseguinte, à **estigmatização** linguística. De acordo com Goffman (1982), a palavra **estigma** é considerada como uma marca [...] (PAIVA; SOARES, 2009, grifo nosso).

Em outro estudo, intitulado *Bilinguismo e Cultura*, Faggion (2010), ao retomar noções que entrelaçam língua e cultura com o intuito de oferecer outra maneira de analisar a questão do prestígio e da estigmatização linguística em áreas bilíngues, apresenta uma seção que chama de *Estigma e estereótipo*, mas que poderia perfeitamente ter recebido a denominação de *Preconceito e estereótipo*, pois a maneira como a autora faz referência a esses termos é sinônima:

[...] O uso popular de tal estereótipo permite resumi-lo em uma só palavra: *colono*. [...] Não, não é um conceito típico de regiões de imigração. Outras áreas da sociedade brasileira **estigmatizam** o trabalhador rural de outras maneiras – *caipira* é uma das formas que mais ocorre. [...] O diferente, o outro, suscita riso e é ridicularizado. Não é a língua que é ridicularizada, mas a condição econômica de quem a fala. É o colono que sofre o **preconceito**, sua fala é apenas um dos elementos que o identificam. (FAGGION, 2010, p. 109 e 112, grifo nosso em negrito).

Resumindo... Dentro dos estreitos limites existentes entre esses termos, parece haver algumas distinções possíveis:

- (i) as noções de *preconceito* linguístico e de *estigma* têm, realmente, significados muito próximos, diferenciando-se, sobretudo, pela questão do grau da avaliação negativa: quanto mais negativa, quanto mais ligada à aversão, tanto mais próxima de *estigma*;
- (ii) *preconceito* linguístico e *estigma* estão mais vinculados às atitudes linguísticas³⁵, seja no sentido de produzi-las ou de recebê-las;
- (iii) a depender do contexto ou dos objetivos do trabalho, *preconceito* e *estigma* podem ser usados como sinônimos³⁶;

³⁵ No sentido em que as tomamos neste trabalho, como componentes das crenças (a exemplo de López Morales).

³⁶ Como faz Faggion (2010, p. 109 e 112), no exemplo anteriormente dado.

(iv) a noção de *estereótipo* sugere um vínculo mais estreito com as crenças linguísticas³⁷, incluindo-se aí os conhecimentos e as emoções que determinado objeto linguístico pode suscitar;

(v) *estereótipo*, embora esteja contextualmente vinculado a *preconceito* e a *estigma*, não possui o mesmo sentido deles e, portanto, não deve ser usado como forma sinônima.

3.4 ALGUMAS PESQUISAS SOBRE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NO BRASIL

O primeiro trabalho realizado no Brasil sobre atitudes linguísticas (pelo menos até onde se sabe) foi uma dissertação defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1976, de autoria de Andrietta Lenard, orientada pelo Prof. Dr. Paulino Vandresen. Outro trabalho pioneiro nessa área de estudo, mais conhecido que o anterior, foi a dissertação defendida na Unicamp, em 1979, de autoria de Maria Isolete Pacheco Menezes Alves, orientada pelo Prof. Dr. Maurizio Gnerre.

Depois disso, durante muitos anos, a temática sobre crenças e atitudes linguísticas foi praticamente abandonada, havendo apenas a publicação esporádica de alguns trabalhos, em alguns redutos acadêmicos específicos. A dissertação de Djalma Cavalcante Melo, defendida na UnB em 1988, sob orientação da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, é um desses exemplos.

Apenas a partir do final da década de 1990, esse tema voltou com força ao interesse dos estudiosos da língua e, atualmente, estão sendo realizados vários trabalhos abordando a referida temática. Dentre os trabalhos já publicados, optou-se por apresentar aqueles que foram julgados importantes para a presente tese ou pelo valor histórico, ou pela metodologia proposta, ou pelo referencial teórico apresentado, ou por trazer luz a conceituações importantes, ou ainda pela possibilidade de posterior comparação com os dados desta tese. Eles serão apresentados a seguir.

Lealdade linguística em Rodeio (SC), de **Andrietta Lenard (1976)**³⁸, conforme se salientou, foi o primeiro trabalho brasileiro a abordar o tema atitudes linguísticas. Como o nome já aponta, esse estudo objetivou verificar a lealdade linguística no município de Rodeio, em Santa Catarina, cidade fundada por imigrantes italianos vindos de Trentino, no Nordeste da Itália. Mais especificamente, o trabalho buscou compreender os elementos

³⁷ No sentido em que as tomamos neste trabalho, separando-as das atitudes.

³⁸ O uso do negrito no nome dos autores, nesta seção, é proposital e tem a finalidade de demarcar o início da resenha de cada trabalho apresentado, já que todos tratam do tema **crenças e atitudes linguísticas** e, em uma leitura menos atenta, podem-se “confundir”.

linguísticos e históricos que levaram os trentinos a desenvolverem uma forte resistência à integração linguística em Rodeio. A pesquisa, baseada na metodologia da Sociolinguística, selecionou 150 informantes pelos critérios de sexo (73 homens e 77 mulheres), idade (cinco faixas etárias, abrangendo idades de 12 a 82 anos) e localização urbana (75 informantes) e rural (75 informantes).

Os dados foram coletados por meio de questionário contendo 86 perguntas que visavam a investigar as origens dos informantes, seus antepassados, seu desempenho em relação às línguas italiana e portuguesa, em que situações faziam uso de uma ou de outra língua e as atitudes frente a cada uma. Em relação às respostas da última parte da entrevista, ou seja, sobre atitudes linguísticas, a autora constatou altos índices favoráveis à conservação da língua italiana, acima de 80% para os informantes da área urbana e acima de 90% para os informantes da área rural, independentemente do sexo e da idade dos informantes.

Lenard (1976) observou ainda dois aspectos de lealdade: o consciente e o inconsciente. O primeiro diz respeito à língua portuguesa, no caso de informantes que foram escolarizados nessa língua. O segundo, “que indica quase uma resistência passiva”, revela a recorrência ao dialeto trentino nos ambientes mais informais ou íntimos. Assim, a autora verificou que, em Rodeio, as duas línguas são bastante utilizadas, entretanto em situações diferentes, e que, mesmo com as pressões externas em favor do uso da língua portuguesa (escola, mídia, poder político, integração social com outras comunidades etc.), o bilinguismo ainda era bastante acentuado e com forte probabilidade de se manter na comunidade por muito tempo.

O estudo de **Alves (1979)** tinha como objetivo avaliar as atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo com relação às variedades linguísticas nativas e paulistas. A autora partiu da hipótese de que as atitudes linguísticas mais positivas quanto às variedades paulistas estariam relacionadas a informantes nordestinos de nível socioeconômico e cultural baixo (B), enquanto as atitudes mais positivas relacionadas às variedades nativas estariam relacionadas a informantes nordestinos de nível socioeconômico e cultural alto (A). Outra hipótese: os informantes de nível B, tentando ocultar sua origem regional (visando à sua aceitação em São Paulo) tentariam uma “camuflagem linguística”, assumindo variedades linguísticas de São Paulo; o mesmo não se daria em relação aos informantes do nível A.

Para alcançar seu objetivo, Alves (1979) entrevistou, por meio de questionário, 116 pernambucanos e baianos, considerando-se o nível social (alto e baixo), a procedência (Pernambuco e Bahia), a proveniência (capital e interior) e o tempo de estada em São Paulo (recém-chegados e com tempo maior que dois anos).

Os resultados a que a autora chegou apontam para a exteriorização de atitudes que mais confirmam do que negam as hipóteses apresentadas. Houve, de fato, uma tendência dos nordestinos de nível B de prestigiarem as variedades linguísticas paulistanas em detrimento de sua própria variedade. Alves (1979) atribui essa atitude ao desejo de se afastarem de uma realidade social que lhes trouxe sofrimento e dificuldades e de se aproximarem da cidade de São Paulo, esperança para os nordestinos desse nível. Já os informantes de nível A apresentaram atitudes mais positivas em relação ao falar de sua região quando comparadas com as atitudes dos informantes de nível B. Entretanto os informantes A consideram falar “quase como paulistas” e mostram, de fato, modificação em sua fala, na tentativa de padronizá-la com a fala paulistana.

No trabalho *Atitudes linguísticas e as variedades regionais de fala no Brasil*, **Melo (1988)** desenvolve uma investigação baseado na hipótese de que certas diferenças de fala podem ser estigmatizadas pela sociedade, da mesma forma que o são certas diferenças lexicais e sintáticas entre os dialetos. Sua pesquisa foi dividida em duas fases: na primeira, procurou eliciar reações avaliativas de estudantes brasilienses sobre seis dialetos regionais: nordestino, carioca, paulista, gaúcho, goiano e brasiliense. Os objetivos da pesquisa nessa fase eram a) determinar as atitudes linguísticas de estudantes de Brasília quanto a sotaques regionais; b) verificar a influência da escolaridade dos “juízes-ouvintes” nesse julgamento e c) investigar se as variedades de fala são identificadas. O suporte teórico-metodológico utilizado foi o da Sociolinguística e o da Psicologia Social, consistindo a metodologia da coleta de dados na aplicação de questionários fechados, analisados a partir da audição de gravações de diferentes dialetos (adaptado da técnica *matched guise*). Os cento e vinte informantes, todos residentes em Brasília, com idades entre 16 e 50 anos, foram selecionados pelo sexo e pelo grau de escolaridade (universitários e supletivistas).

Os resultados da primeira fase da pesquisa demonstraram posicionamentos diferentes em relação às variedades de fala, dirigindo as atitudes mais favoráveis aos dialetos sem traços socialmente marcados. Enquanto os supletivistas se mostraram mais favoráveis aos dialetos gaúcho e goiano, os universitários preferiram o dialeto de Brasília e o de São Paulo, o que surpreendeu Melo (1988), o qual esperava que os cariocas encabeçassem a lista dos dialetos de maior prestígio. Em relação aos posicionamentos negativos, o nordestino recebeu a avaliação mais baixa.

Na segunda fase da pesquisa (justificada por não ter ocorrido na primeira o controle da origem étnica dos informantes), empregou-se a mesma metodologia utilizada na primeira. As diferenças dessa etapa consistiram a) na realização da pesquisa em outra cidade:

Fortaleza, b) no critério de seleção dos informantes: apenas universitários, todos cearenses, c) na quantidade de informantes: cinquenta e d) na quantidade de dialetos avaliados, apenas três: nordestino, carioca e brasiliense. Os objetivos foram investigar as seguintes situações:

- a) se os universitários cearenses distinguem as três variedades de fala selecionadas;
- b) se eles avaliam mais favoravelmente o sotaque de sua própria região;
- c) se o grupo, por ser nordestino, tende a depreciar a própria fala e a prestigiar dialetos de grupos dominantes;
- d) se o sexo feminino atribui valores de maneira mais consistente do que o masculino.

Os resultados obtidos nessa segunda fase confirmaram os da primeira, indicando atitudes mais negativas em relação, primeiramente, ao falar nordestino e, depois, em relação ao dialeto carioca. O dialeto brasiliense foi o que recebeu avaliação mais positiva.

Moralis (2000) investigou as atitudes em relação à fala de grupos linguísticos de origens geográficas diferentes, envolvidos em atividades ocupacionais distintas, mas em contato em uma mesma comunidade, Alto Araguaia – MT. O intuito da pesquisadora era descobrir as atitudes linguísticas manifestadas por falantes nativos e não nativos, com relação às suas falas e às falas dos outros, bem como as atitudes sobre o papel que a linguagem desempenha na atividade ocupacional desses indivíduos.

Para tanto, selecionou dezoito informantes pelo critério de naturalidade (regiões brasileiras que foram importantes na história da povoação de Alto Araguaia, a saber: mineiros, baianos, paulistas, goianos, gaúchos e araguienses) e pela atividade ocupacional (comércio, política e agropecuária). Além disso, os não araguienses deveriam ter, pelo menos, quinze anos de residência em Alto Araguaia. Todos os informantes tinham mais de trinta anos, critério que se impôs em função das atividades ocupacionais escolhidas. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a ficha pessoal, o questionário-guia para as entrevistas e a observação direta.

Apontam-se, a seguir, as principais conclusões a que Moralis (2000) chegou após a análise. Quanto ao primeiro objetivo de seu trabalho, ou seja, verificar as atitudes linguísticas dos falantes nativos e não nativos em relação à própria fala e à fala dos outros, a autora ficou surpresa ao verificar que os araguienses não identificam seu falar com o falar de seu próprio estado, o Mato Grosso, mas sim com o falar do estado de Goiás; da mesma forma, os goianos declaram ter sua identidade linguística estreitamente relacionada com o falar dos araguienses. Relata a pesquisadora que é perceptível que eles se veem como “semelhantes” no respeitante ao falar e que, provavelmente, essa situação tenha origem na constituição histórica de ambos. Entretanto, em relação à forma como apreciam os falares das outras

regiões, eles se diferenciam, avaliando de forma negativa ou positiva diferentes dialetos. Excetuando-se o falar gaúcho, julgado como arrogante, todos os outros dialetos foram avaliados positivamente pelos araguienses. Contudo, quando o assunto foi trabalho, todos os araguienses manifestaram-se positivamente em relação aos gaúchos, reconhecendo que, após sua chegada, a região teve avanço. Já os informantes goianos avaliam positivamente os gaúchos, como zelosos em sua maneira de falar, e fazem apontamentos negativos quanto ao falar paulista, descrevendo-o como desagradável e apresentando problemas, como a troca de “l” por “r”.

Os informantes baianos foram os únicos que avaliaram de forma negativa o próprio falar, revelando uma situação de deslealdade linguística, fato que, segundo Moralis (2000), pode estar relacionado à incorporação da visão dos outros sobre a sua condição social. Em se tratando dos dialetos alheios, os baianos fazem ponderações positivas quanto ao falar paulista e negativas quanto ao falar gaúcho, que eles declaram ser “enjoativo”.

Os mineiros avaliam seu dialeto de maneira bastante positiva, conferindo-lhe características de individualização, autenticidade e brasilidade. Em relação aos outros falares, os mineiros afirmaram não saber diferenciar goianos e paulistas, que interpretam como dialetos que se misturam; já os gaúchos são para eles facilmente identificados pelo sotaque. Em relação aos baianos, os mineiros dizem tratar-se de um dialeto sem autonomia, inscrevendo-os no grupo dos falares nordestinos³⁹.

Os informantes paulistas também atribuem valores muito positivos ao seu dialeto, relacionando-o com o desenvolvimento do seu Estado e colocando-o como o melhor. Ao se referirem aos outros dialetos, os paulistas expressaram que goianos, mineiros, baianos e araguienses falam de maneira semelhante. Já os gaúchos são citados pelo dialeto diferenciado e pela fala “cuidadosa”.

Por fim, Moralis (2000) constata que os gaúchos reconhecem seu sotaque e sua vestimenta como traços que lhes conferem características contrastivas dos demais grupos; características que procuram preservar, porque as avaliam positivamente. Quanto aos dialetos goiano e mineiro, na interpretação da autora, os gaúchos lhes infligem valoração negativa, na medida em que os veem como indivíduos com “jeito descansado de falar”. Em relação ao dialeto baiano, os gaúchos o indicam como “marcante”, expressão que Moralis interpreta como neutra: nem positiva, nem negativa. Já os paulistas são avaliados positivamente, como possuindo falar “metuculoso”, “preocupado”, “evoluído”.

³⁹ Parece bastante comum a visão de que não há diferenças entre os dialetos falados no Nordeste do Brasil, sobretudo na opinião de indivíduos provenientes das regiões Sul e Sudeste.

Outro trabalho relevante a respeito de atitudes linguísticas é o de **Bisinoto (2007 [2000])**⁴⁰. O estudo propõe uma reflexão sobre as relações políticas e os processos linguísticos produzidos por uma migração atípica, ocorrida na segunda metade do século passado no município de Cáceres, situado a sudoeste do estado de Mato Grosso, a 210 km de Cuiabá e a 90 km da fronteira com a Bolívia. A migração é considerada pela autora como atípica no sentido de que ela não foi motivada por catástrofes, surpresas ou interesses por parque de obras. Foi uma migração planejada, incentivada e facilitada pelas políticas federais, com fins econômicos e ideológicos definidos.

Bisinoto (2007 [2000]) relata que a região ocupada já era habitada por nativos (os bugres) e pela população tradicional, os quais representavam, respectivamente, a língua indígena e o falar local; além disso, também se encontrava em Cáceres, pela proximidade da fronteira com a Bolívia, a língua espanhola. Assim, a esses diferentes falares juntaram-se os falares dos imigrantes provenientes de diversas regiões brasileiras, portadores de diferentes dialetos, perfeitamente distinguíveis: mineiros, cariocas, gaúchos, nordestinos, paulistas. Disso resultou, segundo a autora, uma espécie de “caleidoscópio linguístico”, raramente observado em outras regiões do Brasil. Essa diversidade linguística colocou em evidência “a língua do bugre”, uma língua incomum, “marcada por traços de um português remoto e por uma entonação especial”.

Bisinoto (2007 [2000], p. 8) assim justifica a importância de seu estudo:

Refletir sobre as atitudes sociolinguísticas dos diferentes falantes que hoje habitam o sudoeste do Mato Grosso nos permite compreender, em boa medida, como a linguagem interfere nos processos históricos, nas relações políticas e na organização social de uma comunidade secularmente isolada dos grandes centros e do litoral, onde o processo de desenvolvimento e de afirmação de nacionalidade teve outras motivações e outros componentes.

O objetivo principal da pesquisa foi conhecer as opiniões e as avaliações acerca do falar cacerense, investigando, a partir delas, se existe uma estigmatização intensa acelerando o desaparecimento do falar local. Além disso, a pesquisadora procurou compreender como, por que e a partir de quem se manifestam os estigmas e se constituem os estereótipos linguísticos em Cáceres, pretendendo verificar em que medida as forças políticas, embutidas nas atitudes linguísticas, afetam a dinâmica sociopolítica dos habitantes nativos.

⁴⁰ Embora o material consultado seja o livro que Bisinoto publicou em 2007, a dissertação que deu origem ao livro foi defendida na Unicamp em 2000.

O *corpus* de seu trabalho foi constituído pelos dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com 24 informantes, todos com idade acima de trinta anos⁴¹, selecionados equitativamente por sexo, procedência (nativos e imigrantes) e profissão (profissionais da língua e não profissionais da língua). Além disso, exigia-se dos informantes imigrantes estarem residindo em Cáceres há, pelo menos, oito anos.

Após a análise, a autora expõe que a premissa que norteou seu estudo se confirma: “a variedade linguística local é estigmatizada socialmente e as formas linguísticas estereotipadas indicam o enfraquecimento e prenunciam um possível desaparecimento do falar nativo” (BISINOTO, 2007 [2000], p. 71).

Barbosa (2002) estudou as atitudes linguísticas de brasilienses a fim de verificar dois aspectos: a diversidade de sotaques existentes em Brasília desde sua constituição e o processo de formação de um falar próprio das pessoas nascidas na capital. Este último objetivo tencionava confirmar a veracidade do discurso de que não há sotaque na fala dos brasilienses. Justifica a escolha de Brasília para seu estudo por ser um lugar constituído basicamente por migrantes de várias regiões do Brasil, o que propicia um ambiente de contato entre diversos dialetos.

A autora esclarece que os processos linguísticos ocorridos em quatro décadas foram de ordens diversas e que o mais curioso deles se refere à mudança no sistema fonológico dos migrantes na convivência multidialetal. O interesse em estudar esse processo está, principalmente, na possibilidade de observar os valores por ele gerados, acreditando que estão na base das pressões sociais que mobilizam as mudanças linguísticas: “acreditamos que na percepção dos indivíduos em relação aos grupos de sua sociedade pode estar a chave para a motivação das mudanças em seus comportamentos linguísticos” (BARBOSA, 2002, p. 13). Outro fenômeno linguístico de interesse para a pesquisa está na fala dos indivíduos nascidos no Distrito Federal, que parecem definir padrões linguísticos diferentes dos de seus pais, o que tem resultado “na constituição de uma pronúncia particular e nova, emoldurada em um discurso de fala neutra, sem sotaque” (BARBOSA, 2002, p. 11).

Barbosa (2002) argumenta a respeito da necessidade de dar destaque ao sotaque como marca relevante dos dialetos, apresentando as definições de alguns estudiosos sobre o tema e, por fim, situando o termo, para sua pesquisa, no sentido atribuído por Bourdieu (1982), resumindo-o nas seguintes palavras:

⁴¹ Bisinoto (2007 [2000], p. 35) destaca que “o limite etário é importante porque a atual geração de jovens e adolescentes já não participa tão fortemente do embate das forças políticas decorrentes da diversidade/variedade linguística, como se observava há algumas décadas”.

Nesse contexto podemos situar as noções dicotômicas que vemos surgir associadas a sotaque: marcado x não marcado, cantado x sóbrio, arrastado x corrido, bonito x feio. Esses valores estendem-se do linguístico ao social. Assim, associa-se a ideia de um sotaque baiano cantado e arrastado a de uma população baiana tranquila e preguiçosa, por exemplo. Ou de um sotaque gaúcho “forte” a uma certa prepotência da população gaúcha em geral (BARBOSA, 2002, p. 41).

A autora entende que, na medida em que os brasilienses levantam a possibilidade de “não sotaque”, de “fala neutra” para o seu falar, estão atribuindo valor negativo à noção de sotaque e, conseqüentemente, estão reagindo negativamente em relação àqueles que o possuem. “A escolha brasiliense parece apresentar-se como uma escolha talhada *pelo e para* o prestígio” (BARBOSA, 2002, p. 42).

Para desenvolver seu trabalho, a pesquisadora entrevistou 12 informantes de classe média, todos solteiros, com idades entre 19 e 40 anos, subdivididos igualmente quanto ao sexo, à escolaridade (nível médio e superior) e ao local de residência (parte central do Distrito Federal e regiões periféricas). Para tanto, utilizou um questionário semidirigido, buscando levar tais informantes a se pronunciarem sobre a diversidade linguística regional no Distrito Federal, sobre os diversos sotaques brasileiros, sobre a percepção da mudança nos sotaques de seus pais e o falar de Brasília. O intuito das entrevistas é fazer surgir os saberes e os estereótipos que sustentam um discurso público sobre a linguagem que tem no termo sotaque o seu ponto base.

Pela análise das entrevistas, a autora constatou a atribuição exagerada de valor negativo a sotaque no processo de afirmação de uma fala própria aos brasilienses, a qual se define por exclusão em relação aos demais sotaques brasileiros. Tais resultados “reiteram o discurso público que constrói uma identidade linguística regional baseada em valores ideológicos de uma elite que quer se destacar nacionalmente e que, por isso, precisa se definir pela diferença”.

A motivação de **Leite (2004)** para o desenvolvimento de seu trabalho se deu por meio de observações empíricas junto a estudantes de algumas cidades do interior paulista que se encontravam na Unicamp. Ela percebeu, pela convivência com os graduandos, a avaliação negativa em relação à pronúncia do /r/ retroflexo, tida como feia, carregada, puxada e alvo de “brincadeiras” nas mais diversas situações. Diante desse contexto, instaurou-se o objetivo de identificar e analisar as atitudes linguísticas de alguns estudantes provenientes da cidade de São José do Rio Preto diante do seu próprio dialeto, particularmente em relação à pronúncia do /r/ retroflexo, que a autora supõe que os estudantes procuram acobertar. A

proposta de Leite (2004) era analisar a variação do /r/ em posição de coda, sob uma perspectiva qualitativa da pesquisa Sociolinguística.

Para comprovar sua hipótese, realizou entrevistas com 8 estudantes: quatro iniciando a graduação e quatro se graduando. A seleção dos informantes realizou-se observando o critério de terem nascido em São José do Rio Preto e lá terem residido até a vinda para Campinas. A faixa etária dos informantes variava entre 19 e 25 anos, todos solteiros, fazendo graduação na Universidade Estadual de Campinas, sendo quatro homens e quatro mulheres. O *corpus* da pesquisa é constituído de entrevistas não diretivas, compostas por questões de opinião. As entrevistas foram gravadas, transcritas, segmentadas manualmente e submetidas à análise acústica, baseada na frequência, na duração e no padrão dos formantes.

A análise dos dados revelou a ocorrência das seguintes variantes: aproximante retroflexa, aproximante alveolar, vogal colorida⁴², aproximante palatal e *tap*. Os resultados dessa análise demonstraram que os informantes recém-chegados realizam mais a variante retroflexa; já os informantes que estão concluindo a graduação e que, portanto, estão em Campinas há pelo menos quatro anos produzem com maior frequência as variantes aproximante alveolar e vogal colorida, que avaliam como forma mais prestigiosa e como pronúncia “intermediária”, característica do dialeto de Campinas.

Leite (2004) observa que essa opção dos graduandos concluintes, priorizando uma variedade dialetal que não é sua, estando há tão pouco tempo em Campinas, demonstra a efetividade do estigma e evidencia o estereótipo relacionado à variante retroflexa. Todos os informantes revelaram admiração pela cidade de Campinas. Essa admiração parece estar alicerçada na questão do poder econômica dessa cidade e na sua representatividade frente às demais cidades do interior. O prestígio atribuído ao falar de Campinas, sobretudo em relação à pronúncia do /r/, leva os graduandos a desejarem a mesma pronúncia, fugindo assim do estigma que recobre a variante retroflexa, típica do falar de São José do Rio Preto.

A pesquisa de Bergamaschi (2006), realizada em duas comunidades do Rio Grande do Sul localizadas em região de colonização italiana (uma rural e outra urbana), trata das atitudes linguísticas dos falantes em relação às variedades linguísticas utilizadas nas duas

⁴² A vogal colorida (*r-colored vowel*) ou rotacizada a que Leite se refere é o /r/ com fortes características vocálicas. Esclarece a autora que, ao contrário do que acontece com os espectogramas em que é possível visualizar o correlato acústico que caracteriza a retroflexão de maneira clara ladeado pela vogal, o que prevalece na variante vogal colorida são padrões formânticos da vogal alterados em seus valores de frequência. Isso porque, nesses casos, há tal coarticulação entre a vogal e o /r/ que não é possível identificar pelos padrões formânticos nem exatamente a vogal nem o /r/, ou seja, não é possível demarcar os limites entre vogal e rótico.

comunidades pesquisadas, a saber: português padrão, dialeto italiano e português com interferências do dialeto italiano. A autora destaca que, quando são atribuídos valores aos falantes de uma língua ou variedade linguística, o que está sendo avaliado positiva ou negativamente é a própria língua ou variedade linguística por eles empregada, fazendo-se necessário observar as atitudes linguísticas de prestígio ou desprestígio, preconceito ou estigma, lealdade ou deslealdade linguística nas três variedades linguísticas utilizadas nas comunidades.

As hipóteses da pesquisa eram três:

- a) Os sujeitos das três gerações apresentam preconceito ou estigmatização quanto ao uso da fala dialetal italiana e prestigiam o português padrão;
- b) Os sujeitos das três gerações apresentam preconceito ou estigmatização quanto ao uso da variedade linguística de português com interferências do dialeto italiano e prestigiam a fala de língua portuguesa dos telejornais;
- c) Os sujeitos das três gerações do gênero feminino prestigiam mais a variedade de português padrão do que os sujeitos do gênero masculino.

(BERGAMASCHI, 2006, p. 74).

Para coletar os dados, a autora selecionou 24 informantes, 12 moradores em zona urbana e 12 em zona rural, divididos igualmente por sexo e em três faixas etárias. Dos 24 informantes, apenas dois não tinham descendência italiana, mas eram casados com descendentes de italianos. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram dois: um de cunho quantitativo e outro qualitativo.

Para a pesquisa quantitativa, Bergamaschi (2006) baseou-se no instrumento utilizado no Projeto Estigma⁴³, criado a partir da técnica *matched guise*, de Lambert, para verificar as reações subjetivas dos sujeitos. Assim, a partir da audição de texto gravado nas três variedades linguísticas existentes na região em estudo, os informantes respondiam uma lista composta de dezenove frases afirmativas (mais uma que deviam completar), que abordavam temas como competência, integridade pessoal, atratividade social. Era requerido aos informantes que assinalassem uma das seguintes alternativas: concordo plenamente, concordo, nem concordo nem discordo, discordo, discordo plenamente.

⁴³ O Projeto Linguagem da Região de Colonização Italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: prestígio e estigmatização – Estigma desenvolveu-se na Universidade de Caxias do Sul - RS, no período de agosto de 2004 a julho de 2007, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Vitalina Maria Frosi. Trata-se de projeto que aborda a temática da estigmatização linguística e social, no contexto bilíngue da Região de Colonização Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul (RCI).

O objeto da pesquisa qualitativa (também baseado em instrumento criado pelo Projeto Estigma) constitui-se de questionário composto por trinta perguntas, elaboradas com o objetivo de verificar aspectos relativos ao preconceito e ao estigma, por exemplo:

1. Quando você era criança, seus pais falavam com você em dialeto italiano, em português ou em outra língua? Por quê?
9. Você se lembra de algum fato importante, relacionado com a fala, na época em que você frequentava a escola primária?
11. As pessoas da colônia sentiam vergonha de falar em dialeto italiano com as outras pessoas da localidade onde moravam? Se for o caso, por quê?
19. Você se lembra de algum fato histórico ou político que pudesse ter interferido no modo de falar das pessoas da RCI (região de colonização italiana)?

Contrariando duas das três hipóteses de Bergamaschi (2006, p. 139), a análise dos dados mostrou “prestígio relativamente semelhantes das três variedades linguísticas nas três gerações ou faixas etárias com sujeitos do gênero feminino e masculino na zona urbana e rural”. Segundo a estudiosa, as variedades linguísticas faladas nas duas comunidades estão sendo aceitas como um bem cultural e não como uma herança negativa, devendo fazer parte da vida dos sujeitos “como forma de preservar a própria cultura e o saber dos imigrantes, ambos marcados pela valorização do trabalho e pela superação das dificuldades” (BERGAMASCHI, 2006, p. 142).

Amâncio (2007) desenvolveu um estudo na tríplice fronteira seca entre dois países, três estados e três cidades: Barracão (no Paraná), Dionísio Cerqueira (em Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (em Misiones, Argentina) – as Cidades Trigêmeas. O objetivo principal do estudo era descrever e problematizar as atitudes sociolinguísticas e a identidade e/ou a não identidade expressas entre os indivíduos naturais das referidas localidades, tencionando verificar se também havia, nessa região, a histórica rivalidade entre brasileiros e argentinos.

Os informantes, 20 ao todo (14 brasileiros e 6 argentinos), tinham idades entre 15 e 25 anos e foram selecionados segundo a escolaridade (deveriam estar cursando o ensino médio ou o superior) e a naturalidade (nascidos em uma das três cidades). A escolha de informantes jovens objetivou verificar de que maneira “os membros mais jovens dessas comunidades se posicionam com relação à presença de indivíduos falantes de outra língua” (AMÂNCIO, 2007, p. 13), bem como examinar as consequências que a proximidade entre esses grupos produz na relação de identidade linguística e social de tais informantes. Os dados foram coletados por meio de observação, de conversas e de depoimentos e pela aplicação aos

informantes, por meio de entrevista, de um questionário com 24 perguntas que versavam sobre questões relacionadas às atitudes e à identidade linguísticas.

Os resultados exibiram uma relação complexa e contraditória que levou a autora a distinguir “comunidade real” de “comunidade ideal”. Em outras palavras, ela constatou, em um primeiro momento, atitudes positivas quanto à avaliação dos informantes em relação ao grupo vizinho, percebendo, inclusive, “um forte orgulho pela realidade única que formam juntos” (AMÂNCIO, 2007, p. 92). Porém, em momento posterior, evidenciou avaliações negativas, sobretudo dos brasileiros em relação aos argentinos, o que a levou a concluir que, embora “exista um convívio pacífico entre os grupos, ele não está isento de rivalidades e avaliações pouco agradáveis, como ‘preguiçosos’, ‘grossos’, ‘gulosos’ etc.” (AMÂNCIO, 2007, p. 93).

Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças é o atraente título da tese de doutorado de Parcero (2007), que discorre sobre crenças, valores e atitudes a respeito de uma comunidade afrodescendente, a partir de duas perspectivas: a dos próprios moradores da fazenda e a dos moradores da sede do município de Conceição do Coité, na Bahia. A comunidade Maracujá, que fica a aproximadamente 20 km da sede do município, caracteriza-se pela grande quantidade de casamentos consanguíneos, pelo semi-isolamento, pela pobreza, pelo comércio primitivo (efetuado, na maioria das vezes, pela forma de escambo) e pela elevada taxa de analfabetismo.

Os informantes foram divididos em três grupos: grupo 1 (vinte e quatro informantes), formado por analfabetos que pouco saem da comunidade, com idades que variam entre 21 e 84 anos; grupo 2 (seis informantes), constituído por informantes alfabetizados ou semialfabetizados que mantêm alguma mobilidade, com idades entre 21 e 39 anos; grupo 3 (seis informantes), composto por informantes da sede do município que mantêm algum tipo de relação com a comunidade Maracujá, com idades entre 26 e 58 anos.

A metodologia empregada na pesquisa é a da Sociolinguística, acrescida de orientações da Etnografia. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, constituídas por questões abertas. A análise empregada foi a qualitativa. Abordou-se, na entrevista, a respeito de um conjunto de variações linguísticas que ocorre nos níveis fonológico e morfossintático da comunidade, apenas para permitir a argumentação dos informantes sobre atitudes linguísticas.

As considerações finais do trabalho de Parcero (2007) permitem observar que os informantes do grupo 1 adquirem a gramática de sua língua de forma natural, assim como aprendem a andar. Expõe a autora que é possível que esses sujeitos nunca tenham se

questionado sobre como aprenderam a falar e, pelos depoimentos, parece não haver essa preocupação, já que os conhecimentos que possuem sobre a língua atendem suas necessidades práticas. Também não fazem avaliação quanto ao “certo” ou “errado” e apresentam uma atitude positiva quanto a seu modo de falar.

No grupo 2, evidencia-se que o valor dado à língua está relacionado ao saber adquirido na escola, o que fica claro pelo discurso prescritivo que confunde a aquisição da língua natural com a aprendizagem da norma padrão. Em relação ao modo de falar, esse grupo associa “falar bem” com estudo e classe social: “fala certo quem estuda”, “o rico fala mais, fala melhó”, “fala bonito quem estuda”. Para o grupo 2, a fala dos analfabetos é incorreta, as palavras são “mal faladas”, “fracas”, “sem sentido”.

Em relação às informações do grupo 3, Parcero (2007) afirma que não acrescentam dados significativos sobre a variação linguística na comunidade, mas trazem dados importantes do contexto sócio-histórico, fundamentais para compreender a construção histórica do isolamento e da segregação “ainda muito presente nas comunidades negras da região sisaleira, em particular, a FM. Ainda hoje a representação que fazem dos moradores é com base em seus atributos físicos ‘de cor’, ‘de traços grosseiros’, em sua capacidade cognitiva ‘gente burra’ [...]” (PARCERO, 2007, p. 173).

Fraga (2008) empreendeu um estudo na cidade de Carambeí, no interior do Paraná, primeira colônia holandesa fundada no Brasil, com as seguintes pretensões: (i) fazer um levantamento dos usos funcionais das línguas portuguesa e holandesa nessa localidade, observando as crenças e as atitudes linguísticas que os “holandeses”⁴⁴ manifestam em relação à língua holandesa e à língua portuguesa; (ii) discutir a identidade dos “holandeses” de Carambeí; (iii) analisar a variedade de português falada pelos “holandeses” de Carambeí no que diz respeito ao uso do r-forte, buscando verificar que tipo de relação se estabelece entre a) crenças e atitudes linguísticas, b) usos funcionais das línguas holandesa e portuguesa, c) identidade e d) uso de determinada variante de r-forte no português; (iv) observar se há mudança em curso no português falado pelos “holandeses” no que diz respeito ao aspecto analisado.

Foram selecionados 24 informantes pelos critérios de idade (acima de 18 anos), de descendência (ser descendente de holandeses), de local de nascimento (ter nascido

⁴⁴ Fraga (2008, p. 16) esclarece que o uso das aspas em “holandês(es)”/“holandesa(s)” é para designar o indivíduo descendente de holandeses que nasceu no Brasil (ou seja, brasileiro e não holandês) em oposição a “brasileiro(s)”/“brasileira(s)” (também entre aspas) para fazer referência ao indivíduo que nasceu no Brasil e não é descendente de holandeses. Assevera, ainda, que tal opção ocorreu porque os próprios “holandeses” de Carambeí autodenominam-se “holandeses”, diferenciando-se dos não holandeses a quem chamam de “brasileiros”.

em Carambeí ou ter se mudado para lá até os cinco anos), de bilinguismo (ser bilíngue em português/holandês em algum grau). As variáveis sociais analisadas foram idade (três faixas etárias: com mais de 70 anos; entre 35 e 50 anos; entre 18 e 25 anos) e sexo. Foi utilizado o método etnográfico, caracterizado pela coleta de dados e registro das ações no seu local natural, pela participação da pesquisadora em um contexto cultural específico e pela incorporação de múltiplas fontes de dados. A pesquisadora ficou um ano e meio investigando a comunidade. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram a observação, o questionário (contendo apenas questões abertas e preenchido pelo próprio informante) e a entrevista.

A conclusão do trabalho quanto às crenças e atitudes dos “holandeses” em relação às línguas holandesa e portuguesa demonstrou não haver uniformidade entre os informantes, a saber: com respeito à língua holandesa, o grupo de faixa etária acima dos 70 anos manifesta atitudes positivas; o grupo entre 35 e 50 anos parece viver um conflito em relação a essa língua, pois a utiliza para falar com os mais idosos, entretanto a considera uma “língua inútil”; o grupo dos informantes mais jovens acha o holandês muito difícil, muito diferente do português e o caracteriza como língua dos antepassados. Já em relação à língua portuguesa, a comunidade como um todo manifesta atitudes positivas.

Quanto ao uso das variantes do r-forte, os dados apontaram o que segue: a) atitudes positivas em relação à língua holandesa e à identidade “holandesa” contribuem para o uso do tepe; b) atitudes negativas em relação ao holandês e uma identidade meio “brasileira” e meio “holandesa” parecem favorecer o uso de vibrante; c) atitudes extremamente positivas em relação ao português e extremamente negativas em relação ao holandês e à identidade “brasileira” condicionam o uso de vibrante e de fricativa; d) atitudes de total indiferença quanto à língua holandesa e total identificação com a identidade de “brasileiro” corroboram o uso exclusivo de fricativa. Diante desses resultados, Fraga (2008) conclui não haver dúvida de que, no que diz respeito ao uso do r-forte, a variante de português falada pelos “holandeses” de Carambeí passa por um processo de mudança linguística, impulsionada pelos jovens.

No artigo *Crenças e atitudes linguísticas: quem fala a língua brasileira?*, **Aguilera (2008)** aborda a polêmica existente desde o século XIX a respeito da denominação da língua oficial falada no Brasil e propõe análise de crenças e atitudes linguísticas de 200 falantes urbanos da língua portuguesa de 25 capitais brasileiras a esse respeito. O *corpus* de seu trabalho constituiu-se das respostas à pergunta metalinguística⁴⁵ número 1 do questionário

⁴⁵ A pergunta a que se faz referência é “1) Como chama a língua que você / o(a) senhor(a) fala?”. Essa pergunta representa uma das seis perguntas metalinguísticas constantes no questionário 2001 do Comitê Nacional do Projeto ALiB. As outras cinco (que também foram analisadas por Aguilera e constam em outros dois artigos)

2001 do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). A autora realiza análise de natureza qualitativa dessa questão, destacando o fato de as perguntas metalinguísticas não aprofundarem em sua totalidade questões de crenças e atitudes, mas permitem uma visão geral da avaliação que os falantes brasileiros fazem da própria língua e da língua falada pelo outro.

O objetivo do estudo de Aguilera (2008) era verificar que língua os brasileiros creem falar, pretendendo, assim, descrever as diferenças e as semelhanças que se estabelecem na crença e nas atitudes dos falantes sobre a língua que falam quando consideradas as variáveis extralinguísticas faixa etária (de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos), sexo, escolaridade (fundamental e superior) e origem do informante (região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

A análise do trabalho divide-se em duas partes: a primeira faz referência aos informantes que acreditam falar a língua portuguesa e a segunda diz respeito aos falantes que usam outra terminologia. Em relação à primeira, os resultados indicaram que 92% dos informantes acreditam falar a língua portuguesa, seja pela influência da escola ou da cultura vigente ou herdada, alguns dos quais revelaram nunca ter questionado a denominação ou origem da língua que falam. De acordo com a autora, a escola é um agente muito forte na propagação da língua oficial e de cultura e, conseqüentemente, na sedimentação da crença de seus usuários. Por meio das análises, também foi possível constatar um dado muito interessante: o pouco tempo de permanência na escola pode gerar a incerteza no informante no momento de explicitar a língua que fala. Constatou-se que a maior parte das dúvidas ou das oscilações na resposta à pergunta foi realizada pelos informantes pertencentes ao grupo menos escolarizado, sobretudo os provenientes das regiões Norte e Nordeste.

Quanto àqueles que usam outra terminologia para referirem-se à língua que falam (apenas 8%), percebe-se a crença de não se falar, no Brasil, o português de Portugal nem o português culto. As outras denominações referidas pelos informantes foram “brasileiro”, “língua nativa”, “língua cuiabana”, “língua gíria”, além daqueles que responderam que não sabem a língua que falam.

são as seguintes: 2) Tem gente que fala diferente aqui em _____ (citar a cidade onde está)?; 3) Poderia dar um exemplo do modo como falam essas pessoas “que falam diferente”?; 4) E, em outros lugares do Brasil, fala-se diferente daqui de _____ (citar a cidade onde está)?; 5) Poderia dar um exemplo do modo como falam em outros lugares do Brasil?; 6) No passado, falavam diferente aqui? (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 46).

O artigo de Botassini (2010) apresenta os resultados⁴⁶ de uma investigação a respeito das crenças e das atitudes linguísticas de falantes brasileiros naturais de Foz do Iguaçu, comunidade fronteiriça e de imigração, em relação à língua materna e às línguas de contato, considerando as variáveis extralinguísticas sexo, faixa etária e grau de escolaridade. A escolha da cidade de Foz do Iguaçu é justificada pelo fato de esse município situar-se na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que agrega cerca de 70 etnias; portanto um contexto repleto de relações interculturais e sociolinguísticas, que possui um vasto material para pesquisa e análise de elementos relacionados a crenças e atitudes linguísticas.

Os objetivos do trabalho foram os seguintes: (i) descrever as crenças e as atitudes linguísticas de falantes brasileiros naturais de Foz do Iguaçu, em relação à língua materna e às línguas de contato; (ii) verificar as diferenças e as semelhanças que se estabelecem na crença e nas atitudes dos falantes sobre a língua do outro, quando consideradas as variáveis extralinguísticas sexo, faixa etária e nível de escolaridade; (iii) identificar fatores decorrentes da crença linguística que conduzem a atitudes negativas ou positivas em relação à língua e ao grupo do outro; (iv) comparar os julgamentos dispensados às diferentes línguas e grupos linguísticos analisados.

O *corpus* da pesquisa é composto de dados coletados por meio de entrevistas junto a 36 informantes, brasileiros, filhos de paranaenses, nascidos em Foz do Iguaçu ou residentes nesse município há mais de vinte anos, com profissão definida, divididos igualmente por sexo (masculino e feminino), por três faixas etárias (de 18 a 30 anos, de 31 a 50 anos e de 51 a 70 anos) e por três graus de escolaridade (fundamental, médio e superior). Para as entrevistas, utilizou-se como instrumento um questionário contendo 57 perguntas para avaliar crenças e atitudes linguísticas. Os informantes responderam a questões relativas à língua que falam determinados grupos étnicos com os quais têm contato (mais especificamente, a respeito do guarani nacional, do guarani jopará, do espanhol argentino, do espanhol paraguaio, do chinês e do árabe) e sobre os indivíduos que falam essas línguas.

A análise dos dados permitiu verificar, dentre outras coisas, que os informantes mantêm lealdade linguística em relação à língua nativa; percebe-se o preconceito linguístico com relação, sobretudo, aos falantes de guarani, aos árabes e aos chineses; há preferência pela língua espanhola, especialmente a falada pelos argentinos, por ser, segundo

⁴⁶ Os resultados do trabalho de Botassini (2010) representam parte dos resultados de uma pesquisa maior que este trabalho integra: o projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*, projeto coordenado pela Dr.^a Aparecida Feola Sella e desenvolvido pela Dr.^a Vanderci de Andrade Aguilera em conjunto com docentes da Unioeste, da UEL, da UEPG e da UEM, tendo como objeto de estudo a língua falada em áreas de contato linguístico, seja em comunidades de fronteira, seja em comunidades de imigração.

os informantes, de mais fácil compreensão; as observações feitas pelos informantes a respeito da língua de algumas etnias permitem verificar que eles associam o modo de falar do indivíduo com sua cultura, caráter, personalidade, fazendo inferências a respeito de um falante com base em sua linguagem.

Em relação aos fatores sociais, o grau de escolaridade apresentou-se como o mais relevante, apontando que os informantes com menos instrução são os que mais manifestam atitudes de rejeição, enquanto os mais escolarizados são menos preconceituosos; quanto à faixa etária, de modo geral, são os informantes da segunda faixa etária que mais expressam posicionamentos negativos; já o fator sexo não revelou dados muito significativos, indicando apenas uma pequena propensão das mulheres a atitudes de rejeição.

Tomando por base os pressupostos teóricos da Sociolinguística, **Silva-Poreli (2010)** empreende pesquisa na cidade de Pranchita, no sudoeste do Paraná, objetivando analisar as crenças e as atitudes linguísticas dos falantes da referida localidade, no que se refere à questão do que pensam e de como agem em relação à sua língua ancestral e às demais variedades presentes na cidade. Para tanto, entrevistou 18 informantes, divididos equitativamente por sexo, faixa etária⁴⁷ e escolaridade⁴⁸. A autora justifica a escolha de Pranchita por essa localidade representar uma pequena comunidade que é constituída pelas etnias italiana, alemã e polonesa, além dos argentinos, provenientes da fronteira situada a quatro quilômetros da Argentina.

Além do objetivo principal, já exposto, a pesquisa de Silva-Poreli (2010) pretendia verificar como os pranchitenses avaliavam o idioma do país vizinho, a Argentina, bem como se havia rivalidade entre pranchitenses e argentinos com relação à língua.

A investigação da pesquisa foi de cunho qualitativo, procurando descrever as crenças e as atitudes por meio de respostas dadas pelos informantes a 48 perguntas do questionário elaborado pelo Projeto Crenças e Atitudes Linguísticas⁴⁹. As análises realizadas revelaram quatro atitudes positivas em Pranchita, a saber: 1) quanto à língua dos ancestrais, sem rejeitarem os costumes e a língua brasileira; 2) quanto à língua e à cultura do Brasil; 3) em relação à “tentativa” de manter os valores e as línguas dos antepassados e 4) frente aos argentinos e ao seu idioma. Em relação à última atitude positiva, a pesquisadora observa que os dados de seu trabalho refutam as expectativas iniciais, fundamentadas no trabalho de

⁴⁷ Os informantes foram divididos em três faixas etárias: de 18 a 30 anos, de 31 a 50 anos e de 51 a 70 anos.

⁴⁸ Os níveis de escolaridade considerados por Silva-Poreli foram fundamental, médio e superior.

⁴⁹ O projeto a que se faz referência é o já citado projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*.

Amâncio (2007), de que brasileiros e argentinos possuíam atitudes negativas em relação um ao outro. Os dados da pesquisa assinalam resultados muito positivos sobre os argentinos, sobretudo quando os informantes foram questionados sobre quem fala melhor e quem possui a língua mais bonita. Destaca Silva-Poreli (2010) que isso pode ser resultado do processo de colonização da cidade de Pranchita, do qual o argentino participou ativamente. Além disso, o comércio intenso existente entre pranchitenses e argentinos e os casamentos interétnicos podem representar fatores que contribuem para essa atitude positiva.

Pastorelli (2011), em dissertação intitulada *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Capanema: um estudo da relação do português com línguas em contato*, discutiu e analisou, à luz dos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística e da Dialetoлогия Pluridimensional, como se revelam as crenças e as atitudes linguísticas de falantes urbanos da cidade de Capanema, no Oeste do Paraná, com respeito à língua ou à modalidade linguística falada nessa localidade, salientando a influência estrangeira. O interesse por Capanema foi despertado por sua posição geográfica – na divisa com a cidade de Comandante Andresito, na Argentina – e por abrigar descendentes de alemães (vindos, principalmente, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul), de italianos (em menor número) e de alguns paraguaios e argentinos.

Destacaram-se como objetivos da pesquisa (i) descrever as diferenças e as semelhanças que se estabeleciam na crença e nas atitudes linguísticas dos informantes quando consideradas as variáveis externas local de origem do entrevistado, faixa etária e sexo; (ii) interpretar os dados de acordo com o referencial teórico adotado; (iii) oferecer subsídios a pesquisadores da Sociolinguística, a pedagogos e a professores dos níveis básicos em relação ao comportamento dos falantes frente à linguagem.

A fim de alcançar seus objetivos, Pastorelli (2011) selecionou 18 informantes, homens e mulheres, com idades entre 18 e 75 anos, divididos em três níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior), nascidos em Capanema e filhos de pessoas também naturais dessa localidade ou que lá já estivessem residindo há, pelo menos, vinte anos. Para inquirir os informantes, fez uso de questionário⁵⁰ aberto, composto por perguntas subdivididas em duas categorias: a) sobre formas de convivência e lazer e b) com questões metalinguísticas. As questões foram ainda divididas em cinco blocos, distribuídos de acordo com a similitude dos temas abordados, a saber: questões de 1 a 4, sobre idiomas e convivência

⁵⁰ O questionário utilizado por Pastorelli (2011) consta do Projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*, que, por sua vez, tomou por base o questionário do Projeto *Estigma*, coordenado pela professora Dr.^a Vitalina Frosi, já referido nesta tese.

familiar; questões de 5 a 12, sobre línguas de contato; questões de 13 a 22, sobre idiomas de contato e comportamento linguístico; questões de 23 a 26, sobre a relevância dos idiomas de contato; questões de 27 a 45, sobre idiomas de contato e a convivência nos relacionamentos afetivo, de amizade e profissional.

Após análise qualitativa das respostas dos informantes, a pesquisadora chegou às seguintes considerações finais: em relação aos paraguaios, houve uma quantidade razoável de avaliações negativas, pelas diferenças culturais, pela origem indígena, pela baixa tecnologia, pela educação escolar inferior à brasileira e pelo uso do guarani jopará, em resumo, os paraguaios são vistos de forma desprestigiada e, em alguns momentos, estereotipados pelos capanemenses. Em relação aos argentinos, constatou-se que a maior parte das atitudes é positiva, os capanemenses mencionaram a possibilidade de troca cultural e de aprendizagem da língua, contrariando os resultados de Amâncio (2007) que verificou, na Tríplice Fronteira, atitudes negativas em relação aos argentinos. Quanto aos alemães, são considerados como povo sério, organizado, reservado, confiável, mas que não demonstra muito as emoções, possuindo uma língua “difícil e esquisita”, o que dificulta a comunicação. As atitudes mais positivas foram reveladas em relação aos italianos, julgados como os mais sinceros, com quem se tem mais amizade, falantes de uma língua semelhante ao português e detentores de uma cultura que oportuniza aprender algo. Os italianos também gozam de maior prestígio que as outras etnias quando o assunto é relacionamento. O interesse pelos idiomas alemão e italiano é sustentado pelo desejo de preservação da cultura dos antepassados que para ali migraram.

Em recente pesquisa com dados colhidos em seis municípios do Triângulo Mineiro⁵¹, **Silva (2012)** procurou averiguar, em tempo real e em tempo aparente, a vitalidade do /r/ retroflexo em coda silábica, bem como de que forma as crenças e as atitudes linguísticas dos falantes desses municípios em relação a esse rótico podem atuar sobre suas respostas ao questionário aplicado. O estudo em tempo real partiu da comparação dos dados cartografados sobre o /r/ retroflexo no *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), colhidos em 1977, nas mesmas seis cidades, com o material coletado pelo projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), em 2009, e pela pesquisadora, em 2011. Já o estudo em tempo aparente realizou-se por meio da comparação entre as falas dos informantes jovens e dos idosos entrevistados por Silva.

⁵¹ Os seis municípios do Triângulo Mineiro em que se realizou a coleta de dados são Frutal, Campina Verde, Iturama, Ituiutaba, Prata e Uberlândia.

A hipótese levantada pela autora é a de que estaria havendo mudança linguística em curso na direção de diminuição do rótico retroflexo, visto que diversas pesquisas atestam o desprestígio desse rótico. Para verificar tal hipótese, tomaram-se como base quatro *corpora*, selecionados a partir da metodologia utilizada no trabalho, isto é, a da Dialetoologia Pluridimensional e o ramo da Sociolinguística que trata de crenças e atitudes linguísticas.

O primeiro *corpus* constituiu-se de dados linguísticos extraídos de sete cartas do EALMG que apresentam o /r/ em coda silábica. O segundo *corpus* compõe-se de entrevistas com 24 informantes (quatro de cada um dos seis municípios selecionados), naturais da localidade, todos com, no máximo, o ensino fundamental completo, divididos igualmente por sexo e por faixa etária (de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos). O terceiro *corpus* corresponde às entrevistas do projeto ALiB realizadas nas cidades de Campina Verde e de Uberlândia no ano de 2009⁵². O quarto *corpus* trata da aplicação de um instrumento de pesquisa adaptado da técnica dos “falsos pares” desenvolvida por Lambert e Lambert (1972) aos 24 informantes já referidos, com o intuito de verificar as crenças e as atitudes linguísticas em relação aos róticos retroflexo e glotal, coocorrentes nas localidades pesquisadas.

Expondo resumidamente, a análise dos dados examinados por Silva (2012) resultou nas seguintes “possíveis conclusões”⁵³ em relação ao uso do /r/ retroflexo: (i) evidenciou-se sua vitalidade na região do Triângulo Mineiro; (ii) a variável faixa etária assinalou maior fidelidade dos jovens quanto ao uso desse rótico; (iii) a variável sexo evidenciou que os homens são os que mais o utilizam; (iv) a variável posição do rótico apontou a posição interna como a mais favorável ao uso dessa variante; (v) constatou-se, como fator mais importante, a localização geográfica da região estudada; (vi) tanto o estudo em tempo real como o em tempo aparente revelaram variação estável da variante; (vii) os dados do ALiB ratificaram os registrados no EALMG há mais de trinta anos; (viii) a análise das crenças e das atitudes linguísticas demonstraram “a existência do estigma, meramente no sentido de marca”, já que esse não interfere na realização do /r/ retroflexo, “revelando uma relação de identidade linguística, quiçá de prestígio encoberto, dos informantes para com a variante retroflexa” (SILVA, 2012, p. 154).

⁵² Silva (2012) justifica a utilização desse *corpus* como meio de complementar, de reforçar ou mesmo de refutar os dados de seu trabalho com relação às cidades de Campina Verde e de Uberlândia, as quais representam dois dos 22 municípios selecionados pelo ALiB como pontos de inquérito. Os outros 20 municípios coincidem com as localidades fixadas pelo EALMG.

⁵³ Conforme se refere a modesta autora às suas conclusões.

4 OS RÓTICOS

O rio ruidoso, largo, farto, repleto, repleto, aberto corre certo para repousar na margem deserta de areia branca...
(Jacqueline Ortelan Maia Botassini)

De acordo com Ladefoged e Maddieson (1998), *apud* Oliveira (2006) e Silva (2008), a denominação “rótico” origina-se da grafia greco-romana *rho*, empregada para a letra “r”. Dizem os autores: “os termos *rhotic* e *sons de r* são, em grande parte, baseados no fato de estes sons serem escritos, particularmente, em sistemas ortográficos obtidos a partir da tradição greco-romana, a saber, a letra ‘r’ ou sua correspondente grega *rho*” (LADEFOGED; MADDIESON, 1998, p. 215).

As consoantes róticas, também comumente chamadas de consoantes vibrantes (CAMARA JR., 2008 [1953]; CALLOU; LEITE, 1995; GUSMÃO, 2004; OLIVEIRA, 2006), correspondem à classe de sons do fonema /r/. Entretanto não se usará a denominação vibrante para referir-se aos róticos em geral, porque, nessa classificação, esta tese incluirá os róticos fricativos e o retroflexo, que não são consoantes vibrantes, no entendimento da autora desta pesquisa, que se apoia em Cristóvão Silva (2009) e Cagliari (2009), por exemplo, para fazer essa afirmação.

Na articulação vibrante, “o articulador ativo toca algumas vezes o articulador passivo, causando vibração” (CRISTÓFARO SILVA, 2009, p. 34) ou, em outras palavras, são chamados de vibrantes “sons durante os quais a ponta da língua se põe a bater repetidamente contra a área alveolar da abóboda palatina atrás dos dentes incisivos” (CAGLIARI, 2009, p. 41). O que não ocorre com os róticos fricativo e retroflexo.

Uma questão para a qual ainda não existe consenso entre os estudiosos dessa área refere-se ao número de fonemas róticos no Português Brasileiro (PB). Segundo Oliveira (2006, p. 27), respaldada em Lindau (1985), um dos principais fatores que contribui para a complexidade fonológica do rótico relaciona-se à sua variabilidade fonética: “cerca de 75% das línguas no mundo possui algum tipo de ‘r’, sendo que 18% apresentam contrastes com dois ou mais desses segmentos”.

O que se discute, tradicionalmente, é se, no PB, existem dois ou um fonema rótico. Essa discussão provavelmente existe pela tendência a diferenciar o r-fraco (ou simples) do r-forte (ou múltiplo). O que se verifica é que existem contextos em que podem ocorrer os dois e contextos em que apenas um deles é possível.

O r-fraco relaciona-se ao tepe [r̥] e ocorre em todos os dialetos do português em posição intervocálica (por exemplo: caro) (CRISTÓFARO SILVA, 2009, p. 142), também é o rótico utilizado como segundo elemento de grupo consonântico (por exemplo: prato). Em posição pós-vocálica (por exemplo: carne, mar), pode ocorrer um ou outro, entretanto com predomínio do r-fraco, principalmente em dialetos do Sul (OLIVEIRA, 2006).

O r-forte ocorre em início de palavra ou *onset* absoluto (por exemplo: rato), em início de sílaba precedida por consoante (por exemplo: Israel), em posição intervocálica (por exemplo: carro, situação em que é representada graficamente pela duplicação do “r”) e em posição pós-vocálica (por exemplo: carne, mar).

Como se vê, os contextos comuns de uso desses róticos são a posição pós-vocálica (ou de coda silábica), cuja modalidade articulatória é dependente do dialeto, e a posição intervocálica. Entretanto, em posição intervocálica, a diferença é importante, pois, nesse contexto, os dois segmentos apresentam distintividade fonológica (careta/carreta, muro/murro, caro/carro, era/erra). Callou e Leite (1995, p. 73) argumentam que “se existem duas vibrantes em português que só se opõem em posição intervocálica é porque nos outros ambientes a oposição fica neutralizada”.

É em função dessa oposição em um ambiente específico que se discute a questão de haver, no português do Brasil, um ou dois fonemas róticos. Um dos autores mais referidos a respeito desse assunto é Camara Jr., que, ao longo do tempo, muda sua posição quanto ao número de fonemas róticos. Em sua obra de 1953, *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, apoiando-se em um plano diacrônico, o estudioso defendia a ideia da existência de um único fonema rótico, o /r/ brando, o qual correspondia ao enfraquecimento do /r/ simples latino. Posteriormente, na segunda edição dessa mesma obra, o autor faz correções, passando a admitir a existência de dois fonemas róticos em posição intervocálica: um brando e um forte.

A primeira solução fonêmica, que para logo ocorre, é distinguir dois fonemas vibrantes em português, que apenas contrastam em posição intervocálica, e em posição inicial se reduzem a um arquifonema representado pelo tipo “forte”.

Foneticamente, o /r/ forte pode ser considerado um aspecto especial do /r/ brando, em virtude de um maior número de vibrações (CAMARA JR., 2008 [1953], p. 77).

O assunto é controverso e suscita várias discussões. Mateus (2006) e Monaretto (1997) são exemplos de autores que defendem a existência de apenas um fonema

rótico; já Oliveira (2006), Cristófaros Silva (2009) e Gusmão (2004) apoiam a existência de dois fonemas.

Não é intenção deste trabalho debater esse assunto, tampouco assumir uma ou outra posição em relação a essa discussão. Há argumentos interessantes tanto em relação a um posicionamento quanto a outro e é necessário estudar com profundidade o referido tema para defender, justificadamente, uma posição. Para o momento, o interesse é verificar as variantes desse(s) fonema(s).

Reinecke (2006), em sua tese intitulada *Os róticos intervocálicos na gramática individual de falantes de Blumenau e Lages*, faz um levantamento da descrição das variantes de róticos no PB desde Gonçalves Viana (1883) até a atualidade, apresentando um quadro das variantes mais referidas no PB. Segundo a estudiosa, são as seguintes as variantes:

- Vibrante alveolar [r];
- Tepe alveolar [ʀ];
- Retroflexos (tepe [ɽ] e aproximante [ɻ]);
- Aproximante alveolar [ɹ]⁵⁴;
- Fricativa velar (surda [x] e sonora [ɣ]);
- Vibrante uvular [ʀ];
- Fricativa uvular (surda [χ] e sonora [ʁ]);
- Fricativa faringal/glotal [h].

Essa multiplicidade de variantes, evidentemente, não se realiza em todos os contextos linguísticos nem em todos os dialetos. Diversas pesquisas têm apontado os ambientes linguísticos e as áreas geográficas em que uma ou outra variante ocorre e pode-se ver, em Reinecke (2006), uma tabela resumindo essas pesquisas, a qual se reproduz a seguir:

Tabela 1 – Ocorrências das variantes róticas por região.

VARIANTE	REGIÃO DE OCORRÊNCIA	CONFIRMADO, ENTRE OUTROS, POR:
1. VIBRANTE ALVEOLAR [r]	Mais comum no Sul e em SP.	Cagliari (1981), Monaretto (1997). Ver também Silva e Albano (1999) e Silva <i>et alii</i> (2001).
2. TEPE ALVEOLAR [ʀ]	Todo o Brasil.	Todos os estudos da área.
3. RETROFLEXAS (TEPE [ɽ] e APROXIMANTE [ɻ])	Mais no interior, nos estados de MG, MS, GO, SP e no Sul, parcialmente em BA, PB, SE, CE e MA.	Noll (1999), Monaretto (1997).
4. APROXIMANTE ALVEOLAR [ɹ]	Especialmente em regiões de contato linguístico entre o PB e o italiano ou o alemão, no Sul.	Spessato (2001), Margotti (2004). Ver também Silva e Albano (1999) e Silva <i>et alii</i>

⁵⁴ Reinecke explica que, embora o símbolo fonético [ɹ] se encontre com frequência referindo-se a uma variante retroflexa (ver CRISTÓFARO SILVA, 2009, p. 39), de acordo com a convenção do *International Phonetic Alphabet* (IPA), trata-se de uma aproximante alveolar.

		(2001).
5. FRICATIVAS VELARES (SURDA [ξ] e SONORA [Υ])	Provavelmente no Brasil todo, com predominância da variante surda.	Para a diferença entre surda e sonora, ver Noll (1999).
6. VIBRANTE UVULAR [R]	Rio de Janeiro.	Callou, Moraes, Leite (1998).
7. FRICATIVAS UVULARES (SURDA [χ] e SONORA [ʁ])	Em alternância, e com distinção não muito clara das variantes.	Noll (1999), Silva e Albano (1999) e Silva <i>et alii</i> (2001).
8. FRICATIVA FARINGAL / GLOTTAL SURDA [h]	Provavelmente no Brasil todo, porém menos predominante na região Sul.	Noll (1999).

Fonte: Reinecke (2006, p. 37).

Para este trabalho, são de interesse apenas as realizações róticas em posição de coda silábica (interna e externa), pois é nesse contexto que se pode verificar um grande número de variações, conforme atestam Callou, Moraes e Leite (1996, p. 465): “O fonema /r/ apresenta, em posição de coda silábica, um elevado grau de polimorfismo, prestando-se, exemplarmente, à caracterização da variação no português do Brasil”. Mais especificamente, interessam as seguintes variantes róticas constantes nesse contexto e que ocorreram nos dados das entrevistas desta tese: **retroflexa, tepe, fricativa velar, fricativa glotal, vibrante alveolar múltipla**⁵⁵.

Além disso, também interessará a este trabalho realizar o controle do zero fonético, ou seja, os casos de apagamento do fonema rótico, tão comum em todos os dialetos do Brasil, sobretudo em coda silábica externa (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996; OLIVEIRA, 1997; BRESCANCINI; MONARETTO, 2008; HORA, 2009; BOTASSINI, 2011, dentre outros).

Importa salientar, entretanto, que não é interesse desta pesquisa fazer uma distinção estreita entre esses fones, porque as distinções específicas não são pertinentes para este estudo, já que **não** se trata de um estudo fonético propriamente dito. Se se faz referência a questões ligadas a essa área de pesquisa, é apenas pela necessidade de situar um fato linguístico que será objeto de análise: os róticos em coda silábica, que representam apenas uma parte desta pesquisa, que tem como principal objetivo analisar as crenças e as atitudes dos informantes em relação aos dialetos em observação.

⁵⁵ Sobre o número de ocorrências de cada variante bem como sobre a sua distribuição em relação às variáveis independentes estudadas nesta pesquisa, serão feitas descrições detalhadas no capítulo 7, ou seja, no capítulo de Análise dos Dados.

4.1 A VARIANTE RETROFLEXA

O rótico retroflexo [ɽ]⁵⁶, também conhecido como “r-caipira” (inclusive na literatura linguística)⁵⁷, tem como articulador passivo o palato duro e como articulador ativo a ponta da língua, caracteriza-se pelo levantamento e encurvamento da ponta da língua em direção ao palato duro (CALLOU; LEITE, 1995; CRISTÓFARO SILVA, 2009; CAGLIARI, 2009; HORA, 2009). De acordo com Cagliari (2009, p. 42), a variante retroflexa “pode ser articulada também por uma retração da parte da frente da língua, formando um monte com a concentração de um grande volume da massa da língua junto aos dentes molares”. Para o autor, essa forma de articular o rótico retroflexo é comum em alguns dialetos do inglês americano e no dialeto caipira.

Amadeu Amaral, em seu famoso trabalho publicado em 1920, *O dialeto caipira*, já se referia a esse rótico, descrevendo-o detalhadamente, como segue:

[...] *r* inter e post-vocálico (*arara, carta*) possui um valor peculiar: é *linguo-palatal* e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóboda palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este *r* caipira assemelha-se bastante ao *r* inglês post-vocálico. (AMARAL, 1982 [1920], p. 47).

Como se verifica na citação de Amaral, os ambientes em que o /r/ retroflexo ocorre são o final de sílaba – tanto interna (*porta*) quanto externa (*amor*) – e, mais raramente, o contexto intervocálico (*arara*); neste último caso, restrito a alguns dialetos (conforme COHEN, 2006, p. 74).

Head (1973) não deparou com a ocorrência de /r/ retroflexo em posição intervocálica, como Amaral. Em seu trabalho, só o encontrou em final de sílaba diante de consoante, final

⁵⁶ Não se fará a discriminação entre retroflexo tepe [ɽ] e aproximante [ɺ], porque não é objetivo deste trabalho fazer uma transcrição fonética estrita. No capítulo de análise dos dados, sempre que se fizer referência ao rótico retroflexo, as formas tepe e aproximante estarão representadas pela mesma variante: o retroflexo tepe [ɽ], em conformidade com a transcrição fonética utilizada para esse rótico no Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) e no Atlas Linguístico do Paraná (ALPR).

⁵⁷ Esse comentário interferente se justifica pelo estranhamento que causa a esta autora o uso da expressão “caipira” na literatura dos estudos linguísticos, já que não se esperam desses estudos referências que são, como essa, preconceituosas. Que Amadeu Amaral, que não era linguista, a tenha usado é compreensível, assim como também o é as inúmeras referências que se fazem a esse grande estudioso sobre o referido assunto. E ainda que se argumente que não se trata de uma visão preconceituosa, mas talvez de um uso já “cristalizado”, esta autora acha, no mínimo, estranho que a Linguística o faça, pois acredita que isso dissemina o preconceito linguístico com relação ao uso dessa variante.

de vocábulo diante de consoante ou pausa. Ele investigou a ocorrência do “r-caipira” em Franca, estado de São Paulo, levando em conta fatores como classe socioeconômica (duas: pessoas com formação universitária e profissão de prestígio social, como advogados, professores universitários, médicos etc., e pessoas com ensino fundamental e profissão de pouco prestígio, como empregadas domésticas, porteiro etc.), faixa etária (dois grupos: de 22 a 32 anos e de 45 a 65 anos) e estilo (fala coloquial mais espontânea, fala coloquial mais cuidada, leitura de um conto, leitura de palavras e leitura de pares mínimos).

O instrumento utilizado por Head (1973) para a coleta dos dados foi um questionário contendo perguntas para obter informações sociais e para extrair dados linguísticos de seu interesse. Os “estilos” apresentados aos informantes seguiram a ordem do menos para o mais formal, de modo que a atenção do falante ficasse cada vez mais concentrada na realização da sua elocução.

Os resultados da pesquisa de Head (1973) indicaram frequência mais elevada de /r/ retroflexo nas seguintes situações: no estilo menos formal (fala coloquial); entre os informantes mais velhos; na classe social mais popular. O autor salienta, entretanto, que a diferença de classe tem mais influência no comportamento linguístico dos informantes mais jovens. Também enfatiza que o decréscimo na frequência do “r-caipira” resultante do aumento do grau de reflexão do informante para produzi-lo (consequência dos diferentes estilos apresentados) tende a confirmar o caráter estigmatizado desse rótico.

O /r/ retroflexo é típico do falar norte-paranaense e, portanto, dos moradores da cidade de Maringá. Mas seu uso está disseminado por diversas regiões, como apontam estudos antigos e recentes sobre o assunto.

Amaral (1982 [1920]) cita o dialeto caipira, no qual se insere o rótico retroflexo, como de ocorrência no território da antiga província de São Paulo, assegurando que seu uso se estendia à grande maioria da população e até mesmo influenciava a minoria culta. Acreditava Amaral, em 1920, que esse dialeto estava condenado a desaparecer. De mesma opinião era Head (1973, p. 47) em relação, especificamente, ao uso do /r/ retroflexo: “A ocorrência mais comum do ‘r-caipira’ entre informantes de maior idade do que entre os de menor idade indica que essa variante está em vias de desaparecimento”.

Mas isso não aconteceu...

Castro (2006), em tese intitulada *A resistência de traços do dialeto caipira: estudos com base em atlas linguísticos regionais brasileiros*, procurou verificar o “vigor” de características fonéticas e lexicais do dialeto caipira descrito por Amaral (1920), depois de

passados 80 anos da publicação do livro no qual o autor prenunciava o desaparecimento desse dialeto.

Para alcançar seu objetivo, examinou os dados do *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* (EALMG) e do *Atlas linguístico do Paraná* (ALPR)⁵⁸.

Os elementos fonéticos considerados em seu estudo foram o “r caipira”, o rotacismo da lateral alveolar, o apagamento do /r/ final de palavra, a iotização da lateral palatal e a redução da proparoxítona à paroxítona. Em relação ao “r caipira”, Castro apresenta um levantamento de alguns trabalhos que atestam a presença desse elemento fonético em várias áreas. Na tabela a seguir, resumem-se esses trabalhos.

Tabela 2 – Resumo dos trabalhos sobre o “r caipira” expostos em Castro (2006).

Autor	Ano	Local pesquisado	Contextos de ocorrência
Penha	1972	São Domingos (sul de MG)	Final de sílaba interna, final de palavra.
Head	1973	Franca (SP)	Final de sílaba interna, final de palavra.
Rodrigues	1974	Piracicaba	Final de sílaba interna, posição intervocálica, final de palavra.
Koch <i>et alii</i>	2002	Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul	Final de sílaba interna, posição intervocálica, final de palavra.
Almeida	2004	Vale do Cuiabá	Final de sílaba interna, posição intervocálica, final de palavra.
Leite	2004	São José do Rio Preto (SP)	Final de sílaba interna. ⁵⁹

Fonte: Castro (2006).

Além desses trabalhos, Castro faz referência a alguns autores que, em descrições gerais do português brasileiro, mencionam a ocorrência do “r caipira” em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás, dentre eles: Silva Neto (1950), Bueno (1958), Cunha (1968, 1986) e Castilho (1992).

Na conclusão de seu trabalho, a autora evidencia nítida ocorrência do ‘r caipira’ em áreas determinadas tanto em Minas como no Paraná, confirmando a vitalidade desse fenômeno fonético, que foi também revelado nos dados dos trabalhos por ela expostos.

⁵⁸ Os dados do EALMG são de 1977, o projeto desse atlas foi desenvolvido pela equipe de professores composta por José Ribeiro, Mário Lobuglio Zágari, José Passini e Antônio Pereira Caio. Os dados do ALPR são de 1994 e representam o resultado da tese de doutorado de Vanderci de Andrade Aguilera.

⁵⁹ No trabalho de Leite (2004), também foram encontrados róticos retroflexos em final de palavra. Entretanto a autora descartou essas ocorrências, justificando que, nesse ambiente, “a ocorrência do zero fonético é prevista” (p. 41).

Cohen (2006) também certifica essa vitalidade. Em pesquisa sobre a retroflexão do /r/ no português brasileiro, a autora compara dois *corpora*: um constituído de dados obtidos do projeto *Pelas trilhas de Minas*; outro composto por dados recolhidos do projeto *Filologia Bandeirante*. Os objetivos de Cohen também são dois. O primeiro é registrar as ocorrências do rótico retroflexo nas seguintes localidades do Sul de Minas Gerais: Cervo, Novo Macaia e Carmo da Cachoeira, confrontando-as com as frequências desse mesmo rótico encontradas na área rural da região de Taubaté - SP. O segundo objetivo é esboçar um possível percurso histórico bem como a origem do /r/ retroflexo.

Em seu estudo, a autora encontra ocorrências de rótico retroflexo em todas as localidades, tanto em coda silábica interna quanto externa. Além das ocorrências “normais” do rótico retroflexo, a autora registra as realizações dessa variante resultantes da retroflexão de um /l/ em posição de coda silábica interna (alto, asfaltar, culpa) e externa (cafezal, pessoal, sinal). Os resultados de sua pesquisa descrevem que

Tanto o r quanto o l posvocálicos podem sofrer retroflexão e se fundir num r retroflexo neutralizando a diferença l/r em favor do erre. Portanto, etimologicamente esse retroflexo que hoje se encontra no falar dito ‘caipira’ procede tanto de um l quanto de um r.

Sintetizando: o r e o l posvocálicos em posição de coda silábica tanto interna quanto externa podem convergir ambos para um r retroflexo. (COHEN, 2006, p. 77).

Em *Nas trilhas do -R retroflexo*, Brandão (2007) faz um levantamento exaustivo das ocorrências desse rótico em diferentes falares brasileiros, subsidiada por pesquisas⁶⁰ de diferentes épocas e orientações metodológicas que abordam o assunto da realização das variantes róticas. São dissertações, teses, atlas linguísticos, artigos interessados em apontar as ocorrências geográficas desse fenômeno linguístico. O objetivo de Brandão era, de posse dessas informações, apresentar, em mapa⁶¹, as áreas de abrangência do /r/ retroflexo.

⁶⁰ A extensa lista de trabalhos consultados por Brandão (2007) é a seguinte: Amaral (1920), Silva Neto (1963), Rossi *et al.* (1963), Rodrigues (1974), Melo (1975), Ribeiro *et al.* (1977), Head (1978), Furlan (1982), Aragão e Menezes (1984), Ferreira *et al.* (1987), Aguilera (1987), Brandão (1988), Aguilera (1994), Brandão (1995), Callou, Moraes e Leite (1995, 1997), Skeete (1997), Monaretto (1997), Koch *et al.* (2002), Lima (2003), Almeida (2004), Cruz (2004), Rasky (2004), Cardoso (2005), Ferraz (2005), Cohen (2006), Lima (2006), Pereira (2007).

⁶¹ Nas regiões assinaladas no mapa de Brandão, não se levou em consideração o maior ou o menor índice de frequência do /r/ retroflexo nem as áreas específicas de sua ocorrência (cidades, por exemplo).

Figura 2 – Distribuição do /r/ retroflexo no Brasil



Fonte: Brandão (2007, p. 280).

Os resultados a que a autora chegou demonstram uma vitalidade muito grande desse rótico, abrangendo praticamente todo o Brasil, sobretudo as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Sua ocorrência só não foi identificada no Distrito Federal e nos seguintes estados: Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre.

4.2 A VARIANTE TEPE

A variante tepe [ɾ], de ocorrência em todo o Brasil, caracteriza-se por apresentar os seguintes traços fonéticos: articula-se com uma única batida rápida da ponta da língua contra os alvéolos dos dentes incisivos, ocorrendo uma rápida obstrução da passagem da corrente do ar através da boca (CALLOU; LEITE, 1995; MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2007; CAGLIARI, 2009; CRISTÓFARO SILVA, 2009; HORA, 2009). O tepe, em português, pode ocorrer entre uma oclusiva ou fricativa labiodental e uma vogal (por exemplo: preço, cravo, freira, livre), entre duas vogais (careta, barato) e também, na pronúncia de alguns falantes, em posição final de sílaba (carta, verde, mar).

Cagliari (2009) assevera que, embora haja o bloqueio à corrente de ar dentro da cavidade bucal, não se deve confundir o rótico tepe com uma oclusiva, porque a duração desse bloqueio é muito reduzida. Cagliari também não concorda que se denomine o tepe de vibrante simples, como fazem alguns estudiosos. Esclarece ele que o tepe se articula com uma única batida e, por isso, não pode ser considerado vibrante. Apesar da ponderação de Cagliari, esta pesquisa considerará o tepe como uma vibrante simples, já que a única diferença que caracteriza uma e outra forma é a quantidade de interrupções da saída do ar:

A vibrante simples se caracteriza, então, nos espectogramas, por apenas uma interrupção muito breve, que corresponde à rápida oclusão articulatória do ápice da língua contra os alvéolos; a vibrante múltipla se caracteriza por duas ou mais interrupções, que correspondem às oclusões, intercaladas pelos elementos vocálicos, com sua estrutura formântica. O número dessas interrupções é condicionado, muitas vezes, por fatores de tipo expressivo: na fala mais enfática podem aparecer quatro ou mais interrupções. (CARVALHO, 2006, p. 1092).

Neste estudo, encontram-se ocorrências de tepe na fala dos informantes dos três dialetos analisados (norte-paranaenses, cariocas e gaúchos), tanto em coda silábica interna quanto em coda silábica externa.

4.3 A VARIANTE VELAR

A variante fricativa velar [ξ]⁶² é o rótico típico do Rio de Janeiro, mas pode encontrar-se em todo território nacional, com ocorrências mais frequentes em algumas regiões (no Nordeste do Brasil, Recife e Salvador, por exemplo) e menos frequentes em outras (como em algumas regiões dos dialetos paulista e sulista).

Caracteriza-se por apresentar fricção audível na região velar. O articulador ativo é a parte posterior da língua e o articulador passivo é o véu palatino ou palato mole. De acordo com Cagliari (2009, p. 36), “Um som é fricativo quando ocorre um estreitamento entre dois articuladores de tal modo que o ar, passando por ele, produz fricção” (ver também FIORIN, 2003; MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2007; HORA, 2009). Os contextos de ocorrência são descritos por Cristóforo Silva (2009, p. 38), como segue:

⁶² Não se fará, neste trabalho, a diferenciação entre a fricativa velar surda e a sonora. No capítulo de análise dos dados, quando se fizer referência ao número de ocorrências do rótico velar, as formas surdas e sonoras estarão representadas pela variante surda [ξ], mais numerosa nas ocorrências. Segundo Cagliari (2009, p. 36), “Nos dialetos onde ocorrem as fricativas velares, encontramos quer realizações sonoras, quer surdas. Quando em final de palavra, o mais comum é encontrar-se a variedade surda da fricativa”.

Ocorre em início de sílaba que seja precedida por silêncio e, portanto, encontra-se em início da palavra: “rata”; em início da sílaba que seja precedida por vogal: “marra” e em início de sílaba que seja precedida por consoante: “Israel”. Em alguns dialetos, ocorre em final de sílaba quando seguido por consoante desvozeada: “carta” e em final de sílaba que coincide com final de palavra: “mar”.

Langaro (2005), tomando como base as dublagens feitas para o cinema e para a televisão da década de 1970 até a dublagem atual, constata que, a partir da década de 1970, houve mudança na pronúncia do rótico, no português falado no Brasil, de formas vibrantes para formas fricativas. Destaca o autor que a pronúncia fricativa do “r” sobrepondo-se à vibrante já podia ser verificada no final do século XIX. Sobre isso, manifestam-se Callou e Leite (1995, p. 74), respaldadas em Vianna (1973 [1892]): “A substituição de vibrações apicais por vibrações uvulares e velares para a vibrante forte em português parece datar de fins do século passado, pois já encontramos referências ao fato em Vianna (1973), que observa, inclusive, a sua mudança para fricativa”.

Supõe Langaro (2005) que a razão para essa alteração está vinculada, dentre outros motivos, a um processo de “prestigização” inerente à pronúncia aspirada. Prestígio que parece proceder da mídia (sobretudo televisão e cinema), que passou a privilegiar o rótico fricativo.

Callou e Leite (1995) explicam que a articulação anterior foi substituída pela realização posterior em português e em outras línguas, o que representa não só uma mudança quantitativa no número de vibrações, mas também qualitativa, do ponto de articulação (de alveolar para uvular ou velar) e de modo de articulação (de vibrante para fricativa). As autoras relatam que essas mudanças podem ser atribuídas a processos fisiológicos de relaxamento e de comodidade articulatória, já que há diminuição na tensão necessária para se articularem as vibrações da variante alveolar para a fricativa velar e desta para uma aspiração da fricativa glotal.

4.4 A VARIANTE VIBRANTE ALVEOLAR MÚLTIPLA

Os sons chamados vibrantes ocorrem quando a ponta (ou ápice) da língua se põe a bater repetidamente contra a área alveolar da abóboda palatina, atrás dos dentes incisivos (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2007; CAGLIARI, 2009; CRISTÓFARO SILVA, 2009; HORA, 2009). Trata-se de uma variante rótica bem menos realizada na fala dos brasileiros, tendo seu uso mais restrito à região Sul, especialmente entre os gaúchos, e a

São Paulo (CALLOU *et al.*, 1996; REINECKE, 2006). Pode ocorrer em início de palavra (rato), em início de sílaba, após uma vogal (carro), final de sílaba no meio de palavras (corta, gorda) e final de palavra (falar).

Conforme visto anteriormente, seu uso tem sofrido reduções, sobretudo pela influência da mídia falada (especialmente a televisão) que, principalmente a partir da década de 1970, tem privilegiado o rótico fricativo (LANGARO, 2005), embora o rótico alveolar ainda mantenha algum grau de prestígio, conforme atestam as palavras de Callou e Leite (1995, p. 74): “[...] a realização áptico-alveolar continua a ser considerada a forma padrão básica para a linguagem do rádio, teatro e televisão (na última com menor rigidez) [...]”. Também Rocha Filho (1989 *apud* VIOLA, 2006) destacou que a vibrante alveolar é a marca sonora típica dos locutores de futebol no Brasil, possivelmente com o objetivo de dar eloquência ao discurso.

Em *Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil*, Callou, Moraes e Leite (1996), analisando dados obtidos junto ao Projeto Norma Urbana Oral Culta (NURC), nas cinco capitais que são objeto de estudo do NURC – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife – obtiveram 4.334 ocorrências de róticos em posição pós-vocálica, dos quais apenas 1% representa ocorrências de vibrante alveolar (ou apical múltipla). Esse dado vem confirmar a pouca produtividade desse rótico e a sua gradual substituição por outras formas, dentre as quais a vibrante simples (tepe), que teve 32% de frequência no cômputo geral.

Na distribuição diatópica, a vibrante alveolar sobe muito pouco em Porto Alegre, com 2% de todas as ocorrências róticas desta cidade (dado também constatado por BOTASSINI, 2011), e em São Paulo, com 3% de frequência. No Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife, ocorrências dessa variante não foram registradas.

Brescancini e Monaretto (2008), utilizando dados do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul (VARSUL), realizam pesquisa sobre os róticos no Sul do Brasil, tanto em posição de ataque quanto de coda silábica. Em relação a esta última, constatam as autoras que a vibrante alveolar ocorre em 10% dos casos. Convém ressaltar que esse incremento no percentual dos dados se deve ao fato de se ter, no referido projeto, uma representação maior das cidades do Sul do Brasil, são doze cidades, quatro de cada estado, escolhidas por serem consideradas representativas de grupos populacionais comprovadamente relevantes no seu processo de ocupação.

Botassini (2011), utilizando dados coletados do Projeto ALiB, também verificou, na cidade de Porto Alegre, 10,9% de ocorrências de vibrantes múltiplas. Cabe

ressaltar que os dados do Projeto VARSUL foram coletados na década de 1990 e os dados do Projeto ALiB, referentes à cidade de Porto Alegre, foram coletados entre os anos 2006 e 2007, portanto quase 20 anos depois, e apresentam resultados muito próximos.

O uso da vibrante alveolar múltipla parece estar ligado ao conservadorismo e à situação de querer marcar a pronúncia do /r/, talvez por razões afetivas ou emocionais. Para Marroquim (1945), “a tentativa de realizar uma vibração da língua em posição alveolar é vista como pedantismo” (*apud* HORA, 2009, p. 38).

4.5 A VARIANTE GLOTLAL

“Os sons produzidos pelas diferentes formas da glote têm um lugar de articulação chamado glotal” (CAGLIARI, 2009, p. 32); na produção desses sons, os músculos da glote comportam-se como articuladores. O rótico glotal [h]⁶³ pode aparecer em posição de ataque ou de coda silábica (*rata, carta, mar*) e é normalmente referido como a pronúncia típica de Belo Horizonte (CRISTÓFARO SILVA, 2009). Reinecke (2006), entretanto, apresenta esse rótico como provavelmente de ocorrência em todo o Brasil, mas com menos frequência na região Sul.

Lima (2003) confirma isso. Baseado na metodologia da Sociolinguística Quantitativa (Labov, 1972; Sankoff, 1978), o autor realizou estudo sobre a realização do /r/ pós-vocálico em coda silábica interna, na fala urbana da cidade de Cametá, no estado do Pará. Suas análises, que levaram em conta fatores sociais e linguísticos, partiram de dados provenientes da fala de 42 informantes, estratificados socialmente por idade, sexo, escolaridade e renda. O autor encontrou 2.608 ocorrências do /r/ pós-vocálico.

Os resultados a que chegou levaram-no a concluir que, em Cametá, há um processo de mudança em curso, em estágio avançado, da passagem das variantes tepe e retroflexa (variantes anteriores do /r/) para a variante glotal (variante posterior). Enfatiza Lima que o processo de mudança que está ocorrendo em Cametá reflete uma tendência geral do Português do Brasil, no que diz respeito à mudança do /r/ pós-vocálico. Para chegar a essa conclusão, apoiou-se em diversas pesquisas realizadas no Brasil sobre o assunto em pauta (CALLOU, 1979; VIEIRA, 1983; SILVA NETO, 1986; MOURA, 1993; CALLOU *et al.*,

⁶³ Assim como no caso das fricativas velares, não se fará, neste trabalho, a diferenciação entre a fricativa glotal surda e a sonora. No capítulo de análise dos dados, quando se fizer referência ao número de ocorrências do rótico glotal, as formas surdas e sonoras estarão representadas pela variante surda [h].

1996; OLIVEIRA, 1997; CALLOU; LEITE, 1999; OLIVEIRA, 1999; MONARETTO, 2000; OLIVEIRA, 2002; dentre outros).

Essa tendência geral, segundo o pesquisador, possibilita dividir o Brasil⁶⁴ em duas áreas dialetais: a *conservadora*, a qual favorece a pronúncia da variante [r] e que é representada pelos estados que ficam abaixo do Rio de Janeiro, em direção ao Sul, e a outra, *inovadora*, que favorece a realização das variantes [ξ] e [h], sobretudo desta última, formada pelos estados a partir do Rio de Janeiro, em direção ao Norte (LIMA, 2003, p. 88).

Os resultados do trabalho de Lima ratificam a “regra de posteriorização” exposta na tese de doutorado de Callou (1979), assim representada: [r] > [ξ] > [h] > [Ø]⁶⁵. O processo se daria na seguinte ordem: posteriorização e fricativação, aspiração e queda do /r/. A hipótese de Callou é que esse fenômeno não está restrito ao português do Brasil; trata-se, antes, de um processo natural de acomodação articulatória, observado em muitas línguas. Nesse processo, o [Ø] sucede a variante [h] e representa o estágio final da mudança de pronúncia do /r/ no Português do Brasil.

4.6 O APAGAMENTO DO RÓTICO

Sobre o apagamento do rótico⁶⁶ no português brasileiro, Amadeu Amaral (1982 [1920]) e Antenor Nascentes (1953 [1922]) já faziam referência. O primeiro faz menção à queda do /r/ em final de palavras (como *andá, muié, esquecê*), salientando que sua manutenção é possível nos casos de monossílabos tônicos, de modo geral, no monossílabo átono *por* e em algumas palavras com mais de uma sílaba. Frisa, porém, que, nos verbos, sempre há o cancelamento do rótico, mesmo que se trate de verbo monossilábico. O segundo, ao referir-se a esse fenômeno, afirma tratar-se de pronúncia típica da classe inculta. Salienta ainda que, em final de palavras, a classe culta pronuncia o rótico levemente e os pedantes o exageram.

Corroborando o exposto por Nascentes, Hora (2009, p. 39), citando Oliveira (1983), destaca que, “de acordo com alguns relatos, o apagamento está relacionado a falantes de classe mais baixa e é considerado um vulgarismo [...]”. Também Brescancini e Monaretto (2008) e Botassini (2011) verificaram situações semelhantes em seus trabalhos. As primeiras,

⁶⁴ É interessante observar o mapa que Lima expõe na página 64 de seu trabalho, apontando a distribuição das variantes do /r/ em sete capitais brasileiras e em Cameté, tomando por base pesquisas sobre o uso do /r/ em posição pós-vocálica.

⁶⁵ [Ø] representa o apagamento do rótico, também referido como zero fonético.

⁶⁶ Nesta tese, optou-se por representar o apagamento do rótico (ou zero fonético) da seguinte forma: [0].

confrontando resultados de pesquisas realizadas sobre o apagamento da vibrante na região Sul do Brasil, depararam-se com a maior probabilidade de apagamento entre pessoas com baixa escolaridade. A segunda constatou que, dos casos de zero fonético encontrados em seu trabalho, 60,7% foram produzidos por informantes com ensino fundamental contra 39,3% dessas ocorrências em informantes de curso superior, o que parece demonstrar que os informantes mais escolarizados procuram evitar o apagamento, que seria característica de uma fala menos culta.

Ainda que algumas pesquisas apontem o zero fonético como característico de pessoas incultas e/ou de classe baixa, acredita-se que se trata, antes, de um fenômeno generalizado, que independe de sexo, classe social, escolaridade ou etnia. Isto é, mesmo entre as pessoas mais escolarizadas, realiza-se o apagamento do /r/, sobretudo se for levado em conta o contexto em que tais apagamentos ocorrem. Assim, em posição de coda silábica medial, ou seja, em contextos como “carne, porta, fervendo, gordura”, parece ainda haver resistência ao zero fonético. Já o apagamento do /r/ em final de palavras (calor, montar) tem-se mostrado um fenômeno muito produtivo, sobretudo em se tratando de rótico em final de verbos (tanto nas formas de infinitivo quanto no futuro do subjuntivo).

Em relação ao fato de não ocorrer apagamento do rótico em posição medial bem como em nomes, outras pesquisas (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996; HORA, 2006; BRESCANCINI; MONARETTO, 2008; OLIVEIRA, 1983 *apud* HORA, 2009) já apontaram que, nesses contextos, é comum o rótico se manter; ao contrário da posição externa:

Em relação à queda do /r/, observam-se comportamentos nitidamente distintos nas duas posições. Em sílaba interna, o fenômeno quase não ocorre (3% em média). No contexto final, o percentual de perda aumenta significativamente... (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996, p. 471).

A realização zero é mais alta quando o /r/ é um morfema verbal, que ocorre quase sempre como marcador de infinitivo e, em alguns verbos, no futuro do subjuntivo. (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996, p. 473).

Em se tratando do apagamento do rótico [...], Oliveira (1983, p. 93) afirma: a) o apagamento é muito mais frequente e saliente em posição de final de palavra do que no interior da palavra; b) sua ausência em final de palavra é mais comum em verbos do que em não-verbos; [...] (HORA, 2009, p. 39).

Botassini (2011) encontrou, no cômputo geral de seu trabalho, 12,7% de casos de apagamentos do /r/. Porém, ao discriminar os contextos em que ocorriam (se em coda silábica interna ou externa), verificou, de forma evidente, o que se acabou de expor. Não houve ocorrência de zero fonético em coda silábica interna (0%), enquanto em coda externa

essa ocorrência correspondeu a 26%. Resultados que se aproximam dos encontrados por Callou, Moraes e Leite (1996), que identificaram, em contexto medial, na cidade de Porto Alegre, 4% de queda do /r/ e, em contexto final, 37%.

Oliveira (1997), em análise de 24 informantes igualmente divididos por sexo, faixa etária e grupos sociais (favela, trabalhadora, média baixa e média alta), selecionou casos de cancelamento do /r/ em final de sílaba tanto interna quanto externa de nomes e de verbos. Seus resultados indicaram, para coda silábica interna, o cancelamento de 6,08% de róticos (incluindo nomes e verbos, os quais parecem não apresentar um comportamento diferenciado nesse ambiente). Para coda silábica externa em nomes, o percentual de cancelamento não chega a 35%; enquanto para coda silábica externa em verbos, foram mais de 95% de casos de apagamento, praticamente categórico. Assim, para determinar o apagamento em coda silábica externa, a classe gramatical mostra-se bastante relevante.

Outra questão interessante levantada no trabalho de Oliveira (1997) diz respeito à constatação de que, entre as quatro classes sociais observadas, não há diferenças significativas quanto ao apagamento do /r/, os pesos relativos estiveram sempre próximos da neutralidade (.50). Expõe o autor: “[...] pode-se dizer que há um comportamento típico de cada grupo, sim, mas pode-se dizer, também, que eles não são sensivelmente diferentes entre si.” (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

5 UM POUCO DE HISTÓRIA

*E a floresta deu lugar aos cafezais, que se transformaram numa onda verde, de onde emergiu uma cidade nascida da mistura da terra roxa, banhada pelo suor de todos os povos, da força de seus braços, empunhando a peneira, como um coração batendo forte no compasso do progresso e no ritmo de uma canção: Maringá... Maringá...*⁶⁷

O conhecimento histórico da colonização de uma região em estudo pode revelar dados fundamentais para a compreensão dos fenômenos linguísticos existentes nessa região. As razões que levam pessoas a migrarem do seu local de nascimento para “aventurarem-se” em um lugar novo, desprovido de estruturas básicas, sem conforto algum são, obviamente, muito diferentes das situações em que pessoas abandonam um lugar de miséria e de sofrimento para instalarem-se em outro lugar, ao menos aparentemente melhor.

Em relação ao grupo colonizador de Maringá, a situação existente era a primeira. Assim, fica-se curioso com as razões que trouxeram os pioneiros colonizadores a esse lugar, por volta do final da década de 1930, época em que havia tão somente mata, animais selvagens, insetos e uma terra escura, que fez o povo dessa região ficar conhecido pelo nome de “pés vermelhos”.

Sabe-se que a maneira como grupos colonizadores se colocam no processo de formação de um lugar tem efeitos na visão futura que se terá desse lugar e de seus habitantes, ou seja, tem influência na ideologia do lugar e, conseqüentemente, na ideologia social do indivíduo natural desse lugar. E, ainda que Penna (1998) não concorde⁶⁸, acredita-se que a ideologia social é, em grande medida, a ideologia linguística, conforme exposto por Rajagopalan (1998), a seguir:

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41).

⁶⁷ Esse fragmento constava de um folder confeccionado em parceria com a Administração Comunitária de Maringá e a Paranatur, empresa paranaense de turismo. A autoria, entretanto, não foi divulgada e não se conseguiu sabê-la.

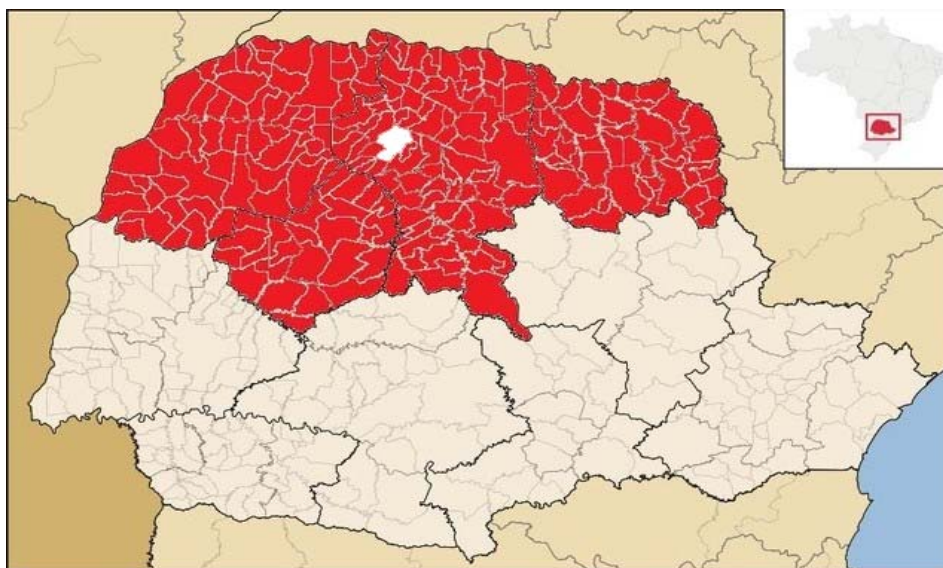
⁶⁸ “A nosso ver, a língua não tem, a princípio, qualquer papel especial ou constitutivo na identidade social – embora muitas vezes isto seja tomado como um pressuposto.” (PENNA, 1998, p. 101).

Assim, este capítulo visa a expor, de forma breve e sem a experiência de um historiador, um relato a respeito dos pioneiros colonizadores de Maringá: suas origens e os motivos da vinda para essa cidade. Primeiramente, porém, apresentam-se alguns aspectos relacionados à localização de Maringá e à colonização do Norte do Paraná, a fim de se compreender como e por que surgiu a *Companhia de Terras Norte do Paraná*, elemento importantíssimo no processo que trouxe os colonizadores para esta região.

5.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE MARINGÁ

Maringá localiza-se no Norte do Paraná, a 434 km da capital do estado, Curitiba. Segundo dados do IBGE de 2010, o município conta com uma população de 362.329 habitantes. Possui uma área de 473.064.190 m², dos quais 128.260.000 m² representam a área urbana e 340.864.260 m² a área rural.

Figura 3 – Mapa com a localização de Maringá no Norte do Paraná.



Fonte: Wikimedia. <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Parana_Municip_Maringa.svg>

Tradicionalmente, o Norte do Paraná é dividido em Norte Pioneiro, Norte (também chamado Norte Novo) e Norte Novíssimo (ou Noroeste). A ocupação do Norte Pioneiro se deu entre 1890 e 1920, já o Norte foi ocupado entre 1930 e 1950 e o Noroeste entre 1940 e 1960. Embora Maringá seja considerada pela maioria dos historiadores como pertencente ao Norte Novo, alguns estudiosos consideram Maringá parte do Norte Novíssimo. O fato é que Maringá pode ser tanto “a mais nova do Norte Novo” como “a mais velha do Norte Novíssimo”.

Em uma definição meramente geográfica, não levando em conta fatores históricos e demográficos, o Norte do Paraná é constituído por quatro mesorregiões: Norte Pioneiro, Norte Central, Noroeste e Centro Ocidental. De acordo com dados do IBGE 2010, essa região é habitada por 3.598.706 pessoas, em uma área de 76.709 km², representada por 211 municípios, mais da metade do total do Estado, que corresponde a 399⁶⁹.

5.2 A COLONIZAÇÃO⁷⁰

Figura 4 – Foto de trabalhadores abrindo a região.



Fonte: Norte do Paraná – 80 anos (1929-2009). Endereço eletrônico: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966008>

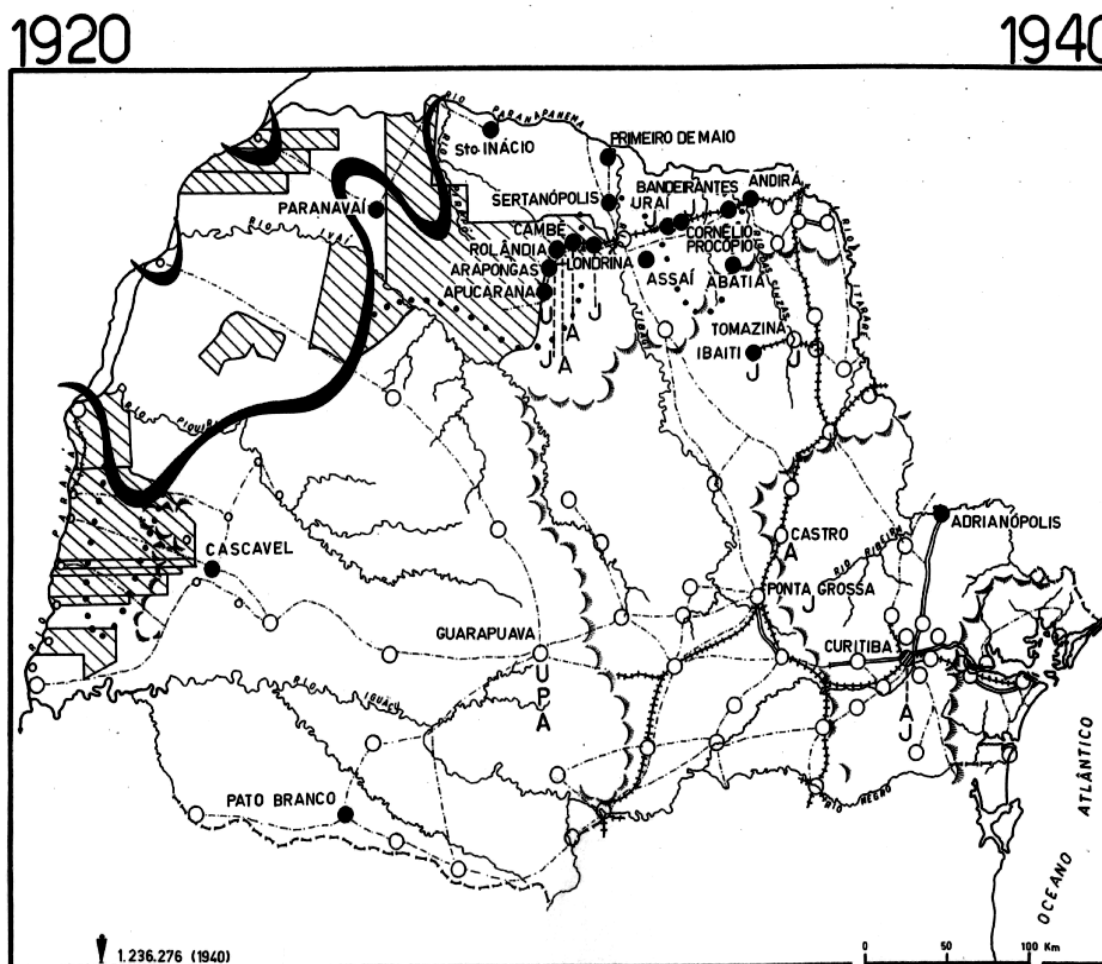
O povoamento da região de Maringá iniciou-se em 1938, mas só a partir da década de 1940 começaram a ser erguidas edificações no local conhecido como Maringá Velho, que seria o embrião da cidade de Maringá. A cidade foi fundada em 10 de maio de 1947, como Distrito de Mandaguari, pela Companhia de Terras Norte do Paraná; passou à categoria de vila em 1948 e tornou-se município em 14 de dezembro de 1951.

⁶⁹ Dados obtidos de *Norte do Paraná – 80 anos (1929-2009)*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=966008>>.

⁷⁰ As informações aqui registradas foram obtidas das seguintes fontes: ANDRADE (1979); WACHOWICZ (1995); LUZ (1999); LEAL *et al.* [19--].

Para que se possa compreender como se deu a colonização de Maringá, é preciso que se reporte a uma visão maior que é a colonização do Norte do Paraná.

Figura 5 – Mapa histórico da colonização do Norte do Paraná, entre as décadas de 1920 e 1940.



Fonte: Cardoso e Westphalen, (1981, p. 73)

Legenda:

- ▨ Concessão de terras
- Povoados constituídos no período
- Povoados já constituídos anteriormente

O Brasil, na década de 1920, via-se subordinado à Inglaterra, devido a uma vultosa dívida. Esta, na condição de credora, estabeleceu uma série de exigências ao Brasil, destacando-se, entre elas, a visita da Missão Montagu, em 1923, cuja finalidade era, segundo a versão oficial, examinar a situação econômico-financeira do país.

A Inglaterra passava, naquela época, por uma séria crise interna, agravada pelo desemprego e pela ameaça da perda de fonte de matérias-primas para o setor industrial, em decorrência dos movimentos emancipadores das colônias britânicas nos continentes

africano e asiático, restando à Inglaterra a busca por “colônias alternativas”, onde pudesse explorar riquezas e abastecer sua economia.

Assim, o Brasil aparece como um dos mais férteis campos de penetração da Inglaterra que, representada pela Missão Montagu, iniciará uma etapa de visita à região Norte do Paraná, analisando suas potencialidades naturais, os aspectos geoclimáticos, a condição de estabelecimento humano etc. O interesse inglês ficou patente com o retorno à Inglaterra dos membros da missão e a imediata fundação, em Londres, da *Brazil Plantations Syndicate Limited* (1924), empresa criada com capital inglês, incumbida de administrar a exploração de áreas adquiridas do governo brasileiro.

Em 1925, fundou-se, em Londres, a *Paraná Plantations Ltda.*, com capital de 750 mil libras esterlinas, passando a atuar de forma específica no projeto de colonização da região setentrional do estado do Paraná. A fim de realizar um acompanhamento mais eficaz nos trabalhos de exploração e de colonização, instala-se, em São Paulo (em 1925), a *Companhia de Terras do Norte do Paraná*, uma espécie de subsidiária da *Paraná Plantations Ltda.*

Adquirindo junto ao Governo do Paraná, em fins de 1925, uma vasta área de 840 mil hectares, a Companhia pôde iniciar efetivamente seus projetos imobiliários e, sentindo a necessidade de divulgação dessa área, empreendeu um intenso trabalho de propaganda, exortando as características do local, salientando suas vantagens econômicas e condições de permanência. Começaram a surgir, então, os primeiros sinais de uma frente de colonização.

O sistema de loteamento empreendido pela Companhia de Terras Norte do Paraná envolvia a formação de pequenas propriedades, quase nunca ultrapassando a 20 alqueires paulistas. Essa forma de divisão de lotes representava maior eficácia e rentabilidade no que concerne aos intentos comerciais da Companhia, atraindo um número significativo de colonos, que se incumbia do trabalho de desmatamento e da abertura de picadas, utilizadas para a locomoção dos habitantes da região e para o escoamento da produção local. Paulistas, mineiros, nordestinos, paranaenses, catarinenses, estrangeiros, dentre outros, vieram em grande número. Segundo Wachowicz (1995), a comercialização das terras foi tão grande que, em apenas um ano, a companhia vendeu 60.000 alqueires. Ao lado dos compradores nacionais, era grande também o número de estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos etc.

Em 1934, fundou-se o município de Londrina, concretizando-se, desse modo, a criação de um espaço urbano, ainda que incipiente. A partir daí, a Companhia de

5.3 OS COLONIZADORES DE MARINGÁ⁷¹

Quando a Companhia de Terras iniciou a colonização no Norte Novo, encontrou um tipo de povoamento bastante primitivo, formado basicamente por caboclos que cultivavam milho. Alguns autores tendem a considerar esse núcleo rudimentar inicial como uma primeira tentativa de colonização da região, embora fosse uma ocupação predatória, pois o caboclo será o pioneiro na destruição da mata de maneira indiscriminada. Porém Monbeig (1945) discorda, afirmando que se tratava de uma frente de ocupação e não de colonização, a qual ocorre apenas via Companhia de Terras Norte do Paraná que “teve que criar tudo”.

Os primeiros habitantes eram, na sua maioria, ex-colonos que com muito sacrifício conseguiram comprar alguns pequenos lotes, na esperança de dias melhores. A maioria dessas pessoas veio do estado de São Paulo, seguidos por mineiros, paranaenses (vindos do Sul do Paraná, de origem europeia), catarinenses, nordestinos, dentre outros. Os nordestinos foram figura importante, vinham em busca de trabalho, fugindo da seca e acabavam tornando-se “peões”, responsáveis pela derrubada da mata. Conforme relato de João Tenório Cavalcanti, o mais famoso empreiteiro de derrubadas: “Ah! eu cheguei a ter 800 home. Teve ano de 800 ou mais [...], a maior parte nordestino.” (*Retratos do Lugar de uma Gente*, 1988, p. 09).

O relato de Jorge F. Duque Estrada (1961) sobre João Tenório conta:

João Tenório Cavalcanti, pernambucano das bandas de Bom Conselho de Papacaça, arribou por estas plagas munido de muita coragem, disposição, uma foice e um machado. Em pouco tempo se tornou o mais famoso empreiteiro de derrubadas de todo setentrião paranaense. Dirigia uma turma que chegou a integrar 800 homens - um verdadeiro exército de machadeiros - que liquidou o maior perobal do mundo, reduzindo grande parte a cinzas, nas queimadas que somavam léguas. Dava pena a chacina dos gigantescos troncos, com séculos de existência, deitados inertes sobre a terra, com as entranhas a fervilhar em fogo. Dir-se-ia que uma força inconcebível, numa luta de titãs, vencera aqueles colossais gigantes, exterminando-os da face da terra; queimando-os todos para evitar a prole (ESTRADA, 1961).

Essas pessoas foram atraídas para a região por meio da maciça propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná, que possuía corretores em todos os cantos do país, empenhados em espalhar a qualidade do solo norte-paranaense (principalmente para o cultivo

⁷¹ Além das referências citadas no corpo do texto, muitas das informações apresentadas foram obtidas dos materiais constantes do Acervo do Museu da Bacia do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá, em especial do *Projeto Memória* que foi coordenado pelo professor João Laércio Lopes Leal e que contava com a colaboração de Elza M. P. Vicente, Maria da Penha T. Braga, Maria F. J. Pereira, Neuza O. Pereira e Sueli G. Gonçalves.

do café) e a facilidade para adquirir pequenas propriedades, por baixo preço e com a certeza de grandes lucros. José de Oliveira Alencar, um dos pioneiros de Maringá, relata:

Por que eu vim para cá? Porque a fama daqui do Paraná, principalmente de Maringá, diz que a gente achava dinheiro de rastelo, né? Então, o nortista doido prá aventurá a vida, prá vê se ficava mió de vida, prá depois voltá lá com um dinheirinho prá comprá alguma coisa, né? (*Retratos do Lugar de uma Gente*, 1988, p. 18).

Também Sebastiana C. Rodrigues declara:

Maior parte é que chama hoje de boia-fria; naquele tempo, a gente chamava de peão do trecho, porque veio de lá diante correndo o trecho para arrumar uma coisa melhor aqui. (*Retratos do Lugar de uma Gente*, 1988, p. 08).

Iludidos pelas fabulosas propagandas dessas terras, alguns venderam suas propriedades em outros estados e compraram áreas em mata virgem com o objetivo de plantar café, conforme relatos, respectivamente, de Aniceto Gomes da Silva e de Querubina Ramos, pioneiros maringaenses:

Muitos da gente deu com a cara, com a cara na parede. Veio pensando que ajuntava dinheiro com rodo e voltou prá trás feio. Muita gente. (*Retratos do Lugar de uma Gente*, 1988, p. 19).

E não sei o que deu aqui na nossa cabeça de vim pará aqui no Paraná. E sofrê, como nós sofremos. Nós não voltamos de vergonha. Porque nós aqui só encontramos machado e pau prá tocá. (*Retratos do Lugar de uma Gente*, 1988, p. 21).

Tem-se notícia de pioneiros que chegaram nessa região no ano de 1939, contudo, segundo depoimento de antigos moradores, os anos em que mais chegaram famílias a Maringá foram 1948, 1949 e 1950. Segundo relato de Aniceto Gomes da Silva:

Um dia, Napoleão Moreira da Silva [...], ele tinha uma venda e pagou um home prá ficá sentado na porta da casa, prá contá quantas mudança entraram. Entrô 302 mudanças num dia só prá Maringá. Um dia só! (*Retratos do Lugar de uma Gente*, 1988, p. 16).

A historiadora Luz (1999) declara que, nos primeiros anos de colonização, dirigiram-se para a região: a) **peões**, derrubadores da mata; b) **empreiteiros**, encarregados de comandar a derrubada da mata e a formação de lavoura; c) **sitiantes**, donos de pequenas propriedades agrícolas; d) **colonos ou lavradores**, trabalhadores rurais que cultivavam terras alheias em troca de parte da colheita; e) **corretores de imóveis**, funcionários da Companhia

de Terras que se encarregavam de vender e de mostrar os lotes aos compradores; f) **carroceiros**, condutores e donos de carroças que transportavam as mercadorias.

Em fevereiro de 1942, a Companhia de Terras construiu, em meio à mata virgem, um hotel de madeira, coberto de tabuinhas, sem qualquer conforto, com luz de lamparina e água de poço, que recebeu o nome de *Hotel Maringá*. Esse hotel é considerado a primeira construção da cidade e seria para abrigar os corretores e os compradores de terras vindos dos mais distantes estados brasileiros.

A primeira família que se instalou em Maringá foi a de José Inácio da Silva, gerente do primeiro hotel, que logo ganhou o apelido de “Zé Maringá”. Em 1943, chegava a segunda família, de Jorge Abrão, responsável pela abertura do primeiro comércio, *Casa Maringá*, de secos e molhados. Aos poucos, outras famílias foram chegando e se estabelecendo no primeiro núcleo residencial, localizado no Maringá Velho.

Vários e diferentes são os fatores que levaram as pessoas a sair de suas cidades, de seus estados e a vir para Maringá. No caso de pessoas vindas do interior de São Paulo, nas décadas de 30 e 40, os fatores principais foram a concentração fundiária no estado de São Paulo (havendo pouco espaço para pequenos proprietários), o esgotamento do solo para o cultivo do café, a falta de incentivo do governo para cultura cafeeira e os baixos salários.

Em relação aos colonizadores vindos de Minas Gerais, as razões foram praticamente as mesmas, sobressaindo-se a debandada de colonos do Sul do estado. E o Nordeste enfrentava um período de intensa miséria, agravado pela seca que fez milhares de pessoas se deslocarem para o Sul do país.

Dos colonizadores estrangeiros vindos a Maringá, muitos fugiam da crise pela qual passava a Europa, decorrente da Segunda Grande Guerra. Os principais foram os espanhóis, os italianos e os portugueses, também vieram os alemães, os libaneses, os romenos, os poloneses, os sírios, os japoneses (estes últimos em número bastante grande e num período posterior), dentre outros.

Para se ter ideia da diversidade populacional no início da colonização de Maringá, importa verificar a tabela a seguir, reproduzida do livro de Andrade (1979, p. 73), mostrando a nacionalidade dos primitivos compradores de lotes rurais de Maringá, bem como o número de lotes comprados.

Tabela 3 - Nacionalidade dos primitivos compradores de lotes rurais em Maringá.

Gleba	Nacionalidade																									
	Brasileira	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Japonesa	Alemã	Húngara	Romena	Ucraniana	Polonesa	Eslava	Iugoslava	Suíça	Inglesa	Síria	Russa	Tcheca	Americana	Holandesa	Dinamarquesa	Austríaca	Francesa	Sul-americana	Outras	S/ Nacionalidade	
Atlantic	74	5	6	3	1	-	3	2	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Caxias	15	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centenário	10	3	1	8	2	1	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapecó	6	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colombo	84	4	5	3	-	1	1	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maringá	20	1	6	2	8	1	3	2	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morangueiro	48	-	6	9	5	4	-	3	1	-	-	3	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paissandu	54	3	2	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patr. Iguatemi	15	6	5	8	1	-	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patr. Maringá	49	1	1	2	4	1	1	2	-	1	-	3	1	1	4	1	1	1	1	2	3	2	3	2	3	3
Pingüim	16	1	7	2	3	9	1	-	-	-	-	1	-	2	1	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Sarandi	49	1	7	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.453	56	67	170	74	30	12	12	5	12	27	55	14	10	24	42	22	22	23	32	24	42	23	23	33	

Fonte: Livros de Registro de Vendas de lotes rurais da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A história dos colonos que ocuparam e tornaram esta região a mais produtiva do país é quase sempre a mesma: a maioria chegava em ônibus e caminhões "paus-de-arara", munidos apenas de coragem e vontade de possuir um pedaço de terra. Logo se engajavam no trabalho da derrubada da mata para plantação de cafeeiros. Dentro de algum tempo, conseguiam reunir o suficiente para dar entrada na compra de um pequeno lote.

Procuravam o escritório da Companhia e escolhiam seu pedaço de terra, pagando 10% do valor para assegurar a posse. Outros 20% seriam pagos dentro de sessenta dias, na assinatura do contrato de compromisso. Todos os lotes tinham um pedaço de terra baixa com aguada para os animais e a parte alta, própria para o plantio do café. Esses lotes eram ligados ao centro urbano por estradas de rodagem construídas pela própria Companhia. No fim do ano, o colono pagaria mais 10% do valor da terra e, nos três anos seguintes, 20%. Tudo com juros que não ultrapassaram nunca 8% ao ano.

Outros vinham para atividades de suporte, como o incipiente comércio varejista, prestação de serviços e hospedagem. Em princípio, a concentração populacional de Maringá estava na zona rural, conforme se pode observar pela tabela a seguir, cuja fonte de consulta foi o IBGE de 1950 a 2010.

Tabela 4 – Concentração populacional de Maringá em zona rural e urbana.

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1950	31.318	81,16	7.270	18,84	38.588
1960	56.539	54,30	47.592	45,70	104.131
1970	21.476	17,69	99.898	82,31	121.374
1980	7.580	4,51	160.652	95,49	168.232
1991	6.213	2,59	234.079	97,41	240.292
2000	4.675	1,62	283.978	98,38	288.653
2010	7.997	2,24	349.120	97,76	357.117

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

Com o desenvolvimento da tecnologia em todos os campos de atividades, a mão-de-obra rural sofreu aos poucos um processo de substituição pelos serviços mecânicos. Assim, o progresso gradativamente acentuou o êxodo rural, contribuindo para o adensamento da população na área urbana.

Com o advento das geadas, principalmente a de 1975, a cultura cafeeira da região foi praticamente extinta, provocando uma mudança radical no aproveitamento das áreas agrícolas. Como consequência, a população rural viu-se forçada a procurar serviços nos centros urbanos.

O início de um núcleo urbano como Maringá representou um fator decisivo no descortinamento do Norte do Paraná. Mas nem sempre foi assim, muitos não acreditavam que Maringá pudesse vir a ser o que é hoje: “Pau no meio das ruas é o que tinha em Maringá, de modo que a gente não tinha, assim, uma esperança que Maringá seria o que é hoje.” (Relato de Ademar de Rossi, em *Retratos do Lugar de uma Gente*, p. 46).

Mas, contrariando as expectativas, Maringá cresceu e atualmente já extrapolou seus limites territoriais e compõe, com mais três municípios, uma região metropolitana que se constitui em uma única cidade, ainda hoje atraindo pessoas de diversos lugares.

De conformidade com os dados extraídos da pesquisa efetuada pela Prefeitura Municipal de Maringá junto à população pelo sistema de amostragem, aproximadamente 35% da população hoje residente em Maringá é originária de outros estados do Brasil, conforme se apresenta a seguir.

Tabela 5 – Grupos de migrantes que vieram para Maringá, segundo o local de nascimento.

Origem	Número de pessoas			
	Homens	Mulheres	Total	%
Região Norte	38	85	123	0,08
Rondônia	5	4	9	0,01
Acre	-	8	8	0,00
Amazonas	12	23	35	0,02
Roraima	-	13	13	0,01
Pará	21	37	58	0,04
Região Nordeste	4.747	4.115	8.862	5,38
Maranhão	16	36	52	0,03
Piauí	75	66	141	0,09
Ceará	567	418	985	0,60
Rio Grande do Norte	96	50	146	0,09
Paraíba	305	287	592	0,36
Pernambuco	1.152	933	2.085	1,27
Alagoas	598	531	1.129	0,69
Sergipe	185	123	308	0,19
Bahia	1.753	1.671	3.424	2,08
Região Sudeste	21.255	23.014	44.269	26,87
Minas Gerais	4.667	5.106	9.773	5,93
Espírito Santo	314	342	656	0,40
Rio de Janeiro	514	484	998	0,61
São Paulo	15.760	17.082	32.842	19,93
Região Centro-Oeste	351	343	694	0,42
Mato Grosso	106	140	246	0,15
Goiás	78	78	156	0,09
Mato Grosso do Sul	163	121	284	0,17
Distrito Federal	4	4	8	0,00
Região Sul	54.343	56.304	110.647	67,16
Paraná	52.868	54.473	107.341	65,15
Santa Catarina	857	1.082	1.939	1,18
Rio Grande do Sul	618	749	1.367	0,83
Brasil sem especificação	86	82	168	0,10
Total	80.820	83.943	164.763	100,00

Nas palavras de Luz (1999, p. 141), “uma das fontes mais confiáveis a respeito da naturalidade da população é o registro civil”. Em seu trabalho intitulado *A migração através dos dados dos registros de casamentos dos cartórios da microrregião Norte Novo de Maringá*, a autora realizou levantamento dos registros de casamentos no período compreendido entre 1944 e 1980. O ano de 1944 representa o ano em que foi instalado o primeiro cartório de registro civil em Mandaguari, cidade da qual Maringá era, na época, distrito.

Nessa microrregião, segundo Luz, de 1944 a 1980, foram realizados 74.729 casamentos, o que representa o envolvimento de 149.458 pessoas. A autora pesquisou, nesses cartórios, o local de nascimento dos cônjuges, fazendo discriminação segundo o sexo, como se pode consultar na tabela a seguir.

Tabela 6 – Norte Novo de Maringá: naturalidade dos cônjuges segundo as principais unidades da Federação – 1944-1980.

Naturalidade	Pessoas que se casaram					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
São Paulo	54.131	36,2	28.060	37,5	26.071	35,0
Paraná	49.140	33,0	20.618	27,6	28.522	38,2
Minas Gerais	20.374	13,6	10.979	14,7	9.395	12,6
Bahia	6.903	4,6	4.130	5,5	2.773	3,7
Pernambuco	3.723	2,5	2.142	2,9	1.581	2,1
Alagoas	2.491	1,7	1.399	1,9	1.092	1,5
Santa Catarina	2.279	1,5	1.238	1,7	1.041	1,4
Rio de Janeiro	2.165	1,4	1.159	1,6	1.006	1,3
Ceará	1.926	1,3	1.150	1,5	776	1,0
Espírito Santo	1.350	0,9	705	0,9	645	0,9
Sergipe	771	0,5	482	0,6	289	0,4
Paraíba	747	0,5	441	0,6	306	0,4
Rio Grande do Sul	603	0,4	342	0,5	261	0,3
Outras unidades	741	0,5	426	0,6	315	0,4
Estrangeiros	2.070	1,4	1.443	1,9	627	0,8
Sem declaração	44	0,0	15	0,0	29	0,0
Total	149.458	100,0	74.729	100,0	74.729	100,0

Fonte: Livros de Registro de Casamentos dos Cartórios de Registro Civil, 1944-1980.

Toda a organização, todo o planejamento, toda a estrutura de Maringá devem-se à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e aos pioneiros, homens corajosos e aventureiros, que aqui vieram seduzidos pela possibilidade de se tornarem proprietários rurais,

pela possibilidade de ascensão econômica e social, atraídos pela fertilidade deste solo, cheios de esperança e de sonhos.

6 CORPUS E METODOLOGIA

Esta pesquisa adota os princípios teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista e os estudos de Crenças e Atitudes linguísticas, fundamentando-se na concepção mentalista destes estudos e comungando com as ideias de López Morales (2004), que desmembra a crença da atitude, entendendo que, embora imbricadas, possuem características específicas que devem ser tomadas separadamente.

Segundo López Morales (2004, p. 287), o problema metodológico da concepção mentalista está no fato de se considerar a atitude um “estado de disposição”, não sendo observável nem analisável diretamente. Isso acarreta dificuldades para determinar, por exemplo, o tipo adequado de dados a partir dos quais se podem inferir as atitudes e a elaboração do mecanismo que permita medir algo que “carece de forma manifesta”.

Também Moreno Fernández (1998, p. 186) assevera que a concepção mentalista necessita de técnicas de investigação que deem conta de analisar condutas “não observáveis”. Destaca o autor dois métodos de estudo das atitudes linguísticas, comumente empregados quando se trabalha com essa concepção: os métodos diretos e os indiretos. As medições diretas costumam realizar-se por meio de questionários e de entrevistas. Os questionários empregados podem ter estrutura aberta ou fechada. Na estrutura aberta, elaboram-se perguntas que permitem aos informantes emitir as respostas que julgam mais adequadas; já na estrutura fechada, o informante fica limitado às possibilidades de resposta que lhe são oferecidas.

As medições indiretas se aplicam ao informante sem que ele tenha consciência do propósito da investigação. Dentre as medições indiretas, a mais conhecida é a técnica *matched guise*, proposta por Lambert e a propósito da qual já se fez menção no capítulo 3.

Neste trabalho, são usados os dois tipos de medição, conforme se explica na seção 6.3, referente à metodologia.

6.1 O CORPUS

O *corpus* deste trabalho constitui-se de dados recolhidos de amostras de fala obtidas por meio de entrevistas realizadas com 48 informantes residentes na cidade de Maringá, no Norte do Paraná. Embora todos morem nessa cidade, dos 48 informantes, 32 são naturais de outros estados, a saber, 16 são do Rio de Janeiro e 16 são do Rio Grande do Sul.

A opção por trabalhar com um *corpus* constituído de dados obtidos junto a indivíduos naturais de diferentes localidades se deve ao fato de, nessa situação, ser possível encontrar amostras de realizações de fala do fenômeno linguístico que esta pesquisa pretende analisar: crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos róticos. Explicando melhor: Maringá, conforme visto no capítulo anterior, é uma cidade para a qual vieram migrantes de várias regiões do Brasil. Essa “variedade” étnica traz consigo também uma interessante variedade linguística, evidente no modo diferente de falar das pessoas. Esses diferentes falares representam os diferentes dialetos ou, para o propósito específico deste estudo, os diferentes sotaques⁷², já que não interessarão as diferenças de léxico ou de sintaxe, mas apenas as de pronúncia no uso dos róticos.

Assim, a escolha de cariocas e de gaúchos para integrarem a amostra se deve ao fato de possuírem um dialeto bastante diferente do dialeto dos norte-paranaenses, principalmente no que diz respeito ao léxico e à fonética, sendo um fenômeno fonético o que se deseja analisar.

O rótico que caracteriza o dialeto dos norte-paranaenses, em posição de coda silábica, é o retroflexo; o dos cariocas é o velar e, em menor número, o glotal; já o dos gaúchos é o tepe e, menos frequente, o alveolar. Informações a respeito do rótico retroflexo como variante típica do Norte do Paraná podem ser encontradas no *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* e no *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS*. Para as variantes gaúchas, pode-se também consultar o ALERS. Como ainda não existe um atlas linguístico do Rio de Janeiro⁷³, a confirmação das variantes róticas típicas dessa região podem ser atestadas pelas referências nos trabalhos de Callou e Leite (1995) e de Cristóvão Silva (2009), por exemplo.

Por meio de um *corpus* como esse, também existe a possibilidade de verificar e de compreender questões como (i) as mudanças linguísticas ocorridas ou não na fala dos informantes e, por extensão, (ii) as situações de lealdade e deslealdade linguística e, neste último caso, a perda da (iii) identidade linguística; ainda é possível analisar (iv) o preconceito linguístico, (v) o *status/prestígio versus* o desprestígio de determinadas variantes e (vi) os estereótipos em relação à fala e ao falante de diferentes dialetos.

⁷² Nesta pesquisa, os termos “dialeto” e “sotaque” serão entendidos conforme a visão de John Lyons (1982, p. 246): “A diferença mais óbvia entre os termos ‘sotaque’ e ‘dialeto’ é que o primeiro é restrito a variedades de pronúncia, enquanto o segundo inclui também diferenças de gramática e vocabulário”.

⁷³ O *Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* é um projeto que vem sendo elaborado desde 1985 e que, ainda hoje, está em andamento.

6.2 OS INFORMANTES

A seleção dos 48 informantes (16 de cada naturalidade) condicionou-se ao preenchimento dos seguintes critérios:

- para os norte-paranaenses, além de terem nascido em alguma cidade do Norte do Paraná (preferencialmente, em Maringá), serem filhos de pais também norte-paranaenses ou que tenham vindo para essa região ainda bem jovens⁷⁴;
- para os cariocas e os gaúchos, terem nascido, respectivamente, em alguma cidade do estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e serem filhos de pais também nascidos naquelas respectivas regiões;
- não terem morado fora da cidade de seu nascimento no período de aquisição da língua nativa (de 2 a 12 anos);
- terem residido apenas em zona urbana;
- para os cariocas e os gaúchos, morarem no Norte do Paraná há, pelo menos, 8 anos.

Preenchidos os requisitos acima, que estão relacionados à procedência, os informantes foram ainda selecionados equitativamente pelos seguintes critérios: sexo, faixa etária e grau de escolaridade.

Quanto ao sexo, selecionaram-se 24 homens e 24 mulheres, sendo oito homens e oito mulheres de cada um dos três estados.

A faixa etária (FE) foi dividida em duas: 1.^a FE e 2.^a FE. Na 1.^a FE, estão os indivíduos com idades entre 20 e 35 anos (preferencialmente entre 20 e 30 anos⁷⁵); na 2.^a FE, pessoas entre 50 e 65 anos (preferencialmente acima de 55 anos). Não se trabalhou com informantes de faixa etária intermediária (entre 36 e 49 anos) por se acreditar que se trata de uma faixa etária de transição, cujos dados ou se aproximam muito da primeira ou da segunda faixa etária, e sobre isso já se expressou Labov (2008), ao discorrer sobre o mecanismo da mudança linguística.

⁷⁴ Como a grande maioria dos informantes norte-paranaenses é natural de Maringá, não se pôde exigir que a naturalidade dos pais também o fosse, já que Maringá é uma cidade jovem, com apenas 65 anos, e há casos de informantes da segunda faixa etária com essa idade; conseqüentemente, seus pais não podem ter nascido em Maringá. Para tais casos, então, exigia-se que os pais tivessem vindo para essa região ainda bem jovens.

⁷⁵ Essas preferências existem para evitar possíveis desvios que podem ocorrer caso as faixas etárias estejam muito próximas dos seus limites.

Em relação ao grau de escolaridade, os sujeitos da pesquisa estão divididos em pessoas com formação superior e pessoas com ensino médio. Inicialmente, havia a intenção de se trabalhar com dados de informantes com ensino fundamental e com ensino superior. Contudo isso não foi possível, porque não foram encontrados informantes jovens apenas com ensino fundamental. Dois problemas se colocam: o primeiro é o fato de a pesquisa ser realizada com informantes urbanos, os quais têm acesso mais fácil às instituições de ensino; a segunda razão tem a ver com os artigos 22 e 55 da Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁷⁶, que dispõem, respectivamente, sobre o dever de educar os filhos e a obrigação de os matricular na rede regular de ensino⁷⁷. A instituição e o cumprimento dessa lei implicaram escolarização mais elevada ao longo dos anos, tornando-se muito difícil encontrar informantes que possuam apenas o ensino fundamental.

Quanto à naturalidade, importa destacar que, dos dezesseis informantes norte-paranaenses, doze são maringenses, os outros quatro são das seguintes localidades: Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí, Umuarama e Cruzeiro d'Oeste, respectivamente, a 30 km, a 48 km, a 164 km e a 136 km de Maringá. Dentre os informantes cariocas, nove são nascidos no Rio de Janeiro, cinco em Niterói, um em Cabo Frio e um em São Gonçalo, respectivamente, a 37 km, a 176 km e a 48 km da capital. Os informantes gaúchos foram os que apresentaram maior diversidade de naturalidade: dos dezesseis, quatro são de Porto Alegre, quatro de Santa Maria, dois de Ijuí, dois de Getúlio Vargas, um de Pelotas, um de Santana do Livramento, um de Alegrete e um de Carazinho, respectivamente, a 333 km, a 418 km, a 348 km, a 266 km, a 501 km, a 497 km e a 294 km da capital.

Para ter uma noção (ainda que vaga) da classe social a que pertencem os informantes, apresenta-se um levantamento das profissões exercidas por eles. Entre os homens, encontram-se funcionários públicos, gerente, professores universitários, professor de ensino médio, técnico em telecomunicações, economista, estoquista, vendedores, tatuador, assessor parlamentar, técnico em informática, agente penitenciário, veterinário, consultor financeiro, técnico em radiologia, eletrotécnico. Entre as mulheres, há donas de casa, vendedoras, caixa de supermercado, jornalista, advogada, bibliotecária, assistente social, professora universitária, professora de ensino fundamental, auxiliar administrativo, psicóloga.

⁷⁶ O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) bem como os artigos 22 e 55 podem ser vistos na íntegra em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>.

⁷⁷ Há casos, inclusive, de pais condenados pela justiça pelo descumprimento à referida lei. Para maiores informações, ler artigos disponíveis em <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/02/condenado-pela-justica-casal-de-mg-mantem-filhos-fora-da-escola.html>>.

De modo geral, as profissões parecem indicar que os informantes se incluem na classe social de renda médio-baixa.

A distribuição detalhada dos informantes pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 7 – Distribuição dos informantes de acordo com as variáveis sociais.

N.º do Informante	Procedência	Sexo	Escolaridade	Faixa Etária
01	Norte-paranaense	Masculino	Ensino médio	Primeira
02	Norte-paranaense	Masculino	Ensino médio	Primeira
03	Norte-paranaense	Masculino	Ensino médio	Segunda
04	Norte-paranaense	Masculino	Ensino médio	Segunda
05	Norte-paranaense	Masculino	Ensino superior	Primeira
06	Norte-paranaense	Masculino	Ensino superior	Primeira
07	Norte-paranaense	Masculino	Ensino superior	Segunda
08	Norte-paranaense	Masculino	Ensino superior	Segunda
09	Norte-paranaense	Feminino	Ensino médio	Primeira
10	Norte-paranaense	Feminino	Ensino médio	Primeira
11	Norte-paranaense	Feminino	Ensino médio	Segunda
12	Norte-paranaense	Feminino	Ensino médio	Segunda
13	Norte-paranaense	Feminino	Ensino superior	Primeira
14	Norte-paranaense	Feminino	Ensino superior	Primeira
15	Norte-paranaense	Feminino	Ensino superior	Segunda
16	Norte-paranaense	Feminino	Ensino superior	Segunda
17	Carioca	Masculino	Ensino médio	Primeira
18	Carioca	Masculino	Ensino médio	Primeira
19	Carioca	Masculino	Ensino médio	Segunda
20	Carioca	Masculino	Ensino médio	Segunda
21	Carioca	Masculino	Ensino superior	Primeira
22	Carioca	Masculino	Ensino superior	Primeira
23	Carioca	Masculino	Ensino superior	Segunda
24	Carioca	Masculino	Ensino superior	Segunda
25	Carioca	Feminino	Ensino médio	Primeira
26	Carioca	Feminino	Ensino médio	Primeira
27	Carioca	Feminino	Ensino médio	Segunda
28	Carioca	Feminino	Ensino médio	Segunda
29	Carioca	Feminino	Ensino superior	Primeira
30	Carioca	Feminino	Ensino superior	Primeira
31	Carioca	Feminino	Ensino superior	Segunda
32	Carioca	Feminino	Ensino superior	Segunda
33	Gaúcho	Masculino	Ensino médio	Primeira
34	Gaúcho	Masculino	Ensino médio	Primeira
35	Gaúcho	Masculino	Ensino médio	Segunda
36	Gaúcho	Masculino	Ensino médio	Segunda
37	Gaúcho	Masculino	Ensino superior	Primeira
38	Gaúcho	Masculino	Ensino superior	Primeira
39	Gaúcho	Masculino	Ensino superior	Segunda
40	Gaúcho	Masculino	Ensino superior	Segunda
41	Gaúcho	Feminino	Ensino médio	Primeira
42	Gaúcho	Feminino	Ensino médio	Primeira
43	Gaúcho	Feminino	Ensino médio	Segunda
44	Gaúcho	Feminino	Ensino médio	Segunda
45	Gaúcho	Feminino	Ensino superior	Primeira
46	Gaúcho	Feminino	Ensino superior	Primeira
47	Gaúcho	Feminino	Ensino superior	Segunda
48	Gaúcho	Feminino	Ensino superior	Segunda

Conseguir informantes com características tão específicas não foi tarefa fácil. Entre a primeira e a última entrevista, transcorreram onze meses e meio: a primeira entrevista foi realizada em 31 de março de 2011 e a última em 16 de março de 2012. Para “descobrir” onde estavam esses informantes, recorreu-se a vários expedientes: visita ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de Maringá, consulta à secretaria de igrejas, envio de e-mail a colégios, consulta à relação de servidores e de acadêmicos de pós-graduação de instituições de ensino superior de Maringá, consulta a estabelecimentos comerciais em que há um fluxo grande de pessoas (supermercados, academias, mercado municipal). Além, é claro, da ajuda de amigos e de familiares que, sabendo das necessidades desta pesquisadora, não podiam ouvir alguém “falando diferente” que corriam pegar o número de seu telefone.

6.3 METODOLOGIA

Os dados da fala foram obtidos por meio de conversação gravada, da qual participaram apenas o entrevistador e o entrevistado. O tipo de conversação utilizada foi a dirigida, em que se seguem uma ordem e um conteúdo planejados, com o objetivo de obter a maior quantidade de dados úteis no menor tempo possível (conforme SILVA-CORVALÁN, 1989, p. 30). Ainda que nas entrevistas se apresentassem sempre as mesmas perguntas, o tempo de gravação variou de 35 a 77 minutos, dependendo da disposição e do interesse do entrevistado. Entretanto as entrevistas em si duraram de uma hora e meia a três horas.

Antes de se proceder às entrevistas, realizaram-se onze entrevistas-piloto, para ajustar e validar os instrumentos de coleta de dados. Efetuados os ajustes necessários, iniciaram-se as entrevistas que foram todas realizadas por esta pesquisadora, de modo a assegurar que a coleta de dados fosse executada aplicando-se os mesmos critérios.

Desde o momento do contato com os informantes para marcar a data da entrevista, procurava-se estabelecer uma relação amistosa, com o intuito de deixá-los à vontade. Nesse primeiro contato, era explicado a eles que as entrevistas se prestariam a constituir um material de estudo sobre a cultura da sua região de origem e sobre a cultura da região norte-paranaense.

Também para deixar os informantes mais desinibidos, os locais e os horários das entrevistas foram definidos por eles. As entrevistas realizaram-se, em geral, na casa ou no local de trabalho dos informantes. Em alguns casos, eles se dispuseram a ser entrevistados na residência da entrevistadora.

As entrevistas foram precedidas do preenchimento de uma ficha com os dados pessoais dos informantes. Nessa ocasião, a entrevistadora aproveitava para ir explicando os passos da entrevista, a fim de que o informante percebesse que não se tratava de uma entrevista para medir seus conhecimentos (que era a grande preocupação da maioria), mas que o interesse estava, por exemplo, nos seus relatos, nas receitas típicas que poderiam descrever. Também nesse momento, preparava-se o equipamento (conversando o tempo todo com o informante para distraí-lo).

As primeiras seis entrevistas foram gravadas, simultaneamente, em MP4 da marca Orange e em gravador digital de voz da marca Powerpack DVR-264H⁷⁸; posteriormente, “descobriu-se” a possibilidade de usar o notebook para fazer as gravações. A partir de então, as gravações foram executadas em um notebook Pentium I 3 da Sony Vaio. As vantagens são imensas. Além da excelente e superior qualidade da gravação, há a vantagem de o material já ficar gravado em arquivos prontos para audição e posterior transcrição dos dados. Além disso, você só perde a entrevista se esquecer de ligar o gravador.

No momento das entrevistas, sempre que possível, procurava-se ampliar ao máximo a fala do informante. Do mesmo modo, quando se percebia que ele estava desviando o assunto dos propósitos pretendidos, retomava-se a pergunta de maneira discreta, sem interrompê-lo bruscamente, porque, em situações nas quais o informante se expressa “demasiadamente”, tem-se, em geral, uma fala descontraída, à vontade, espontânea.

Também houve a preocupação da entrevistadora com a forma de se dirigir ao entrevistado, evitando a linguagem acadêmica, sobretudo com os informantes menos escolarizados, visto que esse tipo de postura, por si só, intimida o entrevistado e, no caso de informantes com formação superior, isso pode levá-los a tentar padronizar a linguagem com a do entrevistador, expressando-se de forma cerimoniosa, saindo completamente dos propósitos do trabalho que é procurar coletar a fala o mais próximo possível do espontâneo.

A entrevista compõe-se de cinco partes: 1.^a) narrativa; 2.^a) descrição; 3.^a) questionário fonético-fonológico; 4.^a) leitura; 5.^a) perguntas específicas para avaliar crenças e atitudes linguísticas.

As quatro primeiras partes foram estruturadas de forma a conseguir um contexto favorável à utilização de róticos em posição final de sílaba, ou seja, em coda silábica. A última parte prestou-se a verificar a forma como os informantes avaliam

⁷⁸ Fazia-se a gravação simultaneamente em dois aparelhos para garantir que não se perderia a entrevista. Ambos os aparelhos permitem conexão com PC via cabo USB. Assim, depois de gravadas, as entrevistas eram transferidas para o computador para posterior audição e transcrição.

determinadas variedades linguísticas (bem como o grupo que as produz), as atitudes de rejeição ou de aceitação em relação a elas, a avaliação positiva ou negativa, as demonstrações de preconceito ou de admiração, a avaliação do que é correto ou incorreto, adequado ou inadequado, com *status* ou sem *status* etc.

A divisão da entrevista em parte narrativa, parte descritiva, questionário e leitura teve como objetivo obter diferentes graus de formalidade na entrevista, indo desde a situação mais informal, menos estruturada, até chegar à situação mais formal e mais controlada.

Na narrativa, a entrevistadora solicitou aos informantes que contassem um fato de sua vida que os tivesse marcado ou por ter sido muito triste, ou muito alegre, ou engraçado, ou que lhes tivesse suscitado medo.

Na parte descritiva, os informantes tinham a opção de descrever uma receita, ou as regras de um jogo ou, ainda, o trajeto que fariam para chegar do lugar onde estavam até outro lugar (casa, trabalho, *shopping*, escola etc.).

A terceira parte da entrevista consistiu em aplicar um questionário fonético-fonológico constituído de 34 questões, às quais os informantes, por orientação da entrevistadora, deviam responder, preferencialmente, com uma palavra. Excetuando-se as perguntas n.º 3, n.º 11 e n.º 13, as demais foram retiradas do questionário fonético-fonológico do Projeto ALiB, algumas das quais com pequenas modificações.

Dentre as 34 questões, apenas 20 foram efetivamente utilizadas como instrumento para a presente pesquisa, por serem as únicas a propiciarem respostas com rótico em coda silábica, sendo 10 casos de róticos em coda silábica interna (conforme questão n.º 02) e 10 situações em coda silábica externa (conforme questão n.º 03); dos casos em coda silábica externa, 5 são substantivos e 5 são verbos. As outras 14 perguntas – que não favorecem respostas com esse fonema – foram intercaladas entre as 20 para evitar que informantes mais perspicazes detectem que está em jogo a pronúncia do /r/ e, portanto, não serão computadas nos dados deste trabalho.

Questionário fonético-fonológico

1. Qual a refeição que se faz, em geral, ao meio-dia? (almoço)
2. Como se chama aquilo que se abre quando se quer lavar as mãos numa pia? (torneira)
3. Quando aparecem nuvens escuras no céu, as pessoas dizem que vai _____. (chover)
4. O que é preciso colocar na carne para temperá-la? (sal)
5. No ovo frito, que nome tem a parte branca? (clara)
6. A carne de porco não é magra porque tem _____. (gordura)

7. A carne se come de garfo e faca. E o que é que se usa para tomar sopa? (colher)
8. Que eletrodoméstico é utilizado para bater vitaminas, sucos etc.? (liquidificador)
9. Qual o nome do objeto com que se corta tecido, papel etc.? (tesoura)
10. Quando a água da panela está bem quente, cheia de bolhinhas, como é que se diz que ela está? (fervendo)
11. Em uma loja, para comprar e levar a mercadoria, é preciso fazer o quê? (pagar)
12. De que material são feitas as janelas, os para-brisas dos carros? (vidro)
13. Para que se possa ver a figura completa de um quebra-cabeça, é preciso fazer o quê? (montar)
14. Qual o nome do inseto que voa e tem as asas bonitas e coloridas? (borboleta)
15. Qual o nome do inseto que carrega o pólen das flores e fabrica um líquido grosso, amarelado? (abelha)
16. E o que é que a abelha fabrica? (mel)
17. No inverno faz frio. E no verão? (calor)
18. Qual é o contrário de cedo? (tarde)
19. Qual o contrário de feio? (bonito)
20. Qual é o contrário de errado? (certo)
21. Qual é o contrário de entrar? (sair)
22. Que número vem depois do nove? (dez)
23. Que número vem depois do treze? (catorze)
24. Qual o dia da semana que vem depois da sexta-feira? (sábado)
25. Para ganhar dinheiro, o que é preciso fazer? (trabalhar)
26. Para trabalhar e ganhar dinheiro, é preciso procurar o quê? (emprego)
27. Quem nasce no Rio de Janeiro é carioca. E quem nasce em Pernambuco? (pernambucano)⁷⁹
28. Aonde se vai para ver um filme? (cinema)
29. Quando se comete uma falta grave, o que é que se pede a Deus? (perdão)
30. De acordo com a Bíblia, Eva foi a primeira _____. (mulher)
31. Pai, mãe e filhos juntos formam o quê? (família)
32. O que é que se põe no corpo para ficar cheiroso? (perfume)
33. Que profissional se pode contratar para defender os interesses na Justiça? (advogado)
34. O azul é uma _____. (cor)

Na quarta parte da entrevista, os informantes fizeram a leitura de um texto curto, em prosa, intitulado *O jeito certo de armazenar*, retirado da revista *Saúde*, edição n.º 294, de janeiro de 2008.

⁷⁹ Em relação a essa pergunta, observou-se que, mesmo informantes com curso superior, tinham dificuldade para respondê-la. Percebeu-se, então, que essa dificuldade provinha do fato de eles procurarem para resposta um adjetivo pátrio heterônimo, como “carioca”, “soteropolitano”, “capixaba” etc. Para resolver esse problema, modificou-se a pergunta para “Quem nasce na Bahia é baiano e quem nasce em Pernambuco?”. Realizada essa modificação, as respostas saíram facilmente: “pernambucano”.

O JEITO CERTO DE ARMAZENAR

Frutas, verduras e legumes devem ser colocados em sacos plásticos, transparentes e hermeticamente fechados, na prateleira mais baixa da geladeira, onde a temperatura é um pouco maior. Assim, as hortaliças conservam o frescor e a umidade por mais tempo.

Não as lave antes de botá-las na geladeira, pois a terra e as outras impurezas ajudam a prolongar a vida do alimento. Além disso, gotículas que sobram da lavagem aceleram o amadurecimento. Também evite guardar vegetais já cortados, porque, em pedaços, ficam com maior área de contato com o ar – outro fator que acelera a deterioração.

Para conservar tomates por mais tempo, passe um pouco de margarina naquele furinho que fica na parte superior do fruto. Mais uma dica: quando não for comer uma fruta inteira, ponha a outra metade dentro de um saco plástico na geladeira e consuma em até 48 horas. Você pode também congelar legumes frescos. Primeiro ferva 2 litros de água. Então, mergulhe-os inteiros na panela e deixe por cinco minutos. Tire-os da água e enxugue bem. Ponha em um saco plástico no congelador. Assim, eles chegam a durar mais de um mês.

Esse texto foi escolhido porque, embora curto, concentra um número significativo de casos da variável fonológica em estudo. São 33 ocorrências de róticos em coda silábica, dos quais 14 são casos em coda silábica interna (como em *verduras*) e 19 são situações em coda silábica externa (como em *maior*). Dentre esses 19 casos, 4 foram desconsiderados⁸⁰ no momento da contagem dos dados, porque são seguidos de palavras iniciadas por vogal, sem pausa e, nessas situações, o rótico passa a ser, normalmente, pronunciado como rótico intervocálico, o que poderia desviar os resultados se fosse computado. Assim, restam, efetivamente para contagem, 15 casos de róticos em coda silábica externa e, portanto, 29 casos no total.

Houve a preocupação em escolher um texto curto, a fim de não cansar o informante e também porque algumas pessoas não gostam de ler. Houve, ainda, o cuidado em escolher um texto que apresentasse conteúdo interessante e não polêmico. Ao se interessar pelo texto, parece que o informante desvia sua atenção da atividade que está desempenhando, o que torna sua leitura mais natural, menos apreensiva. Acredita-se que, nesse sentido, o objetivo foi atingido, visto que muitos informantes, ao término da leitura, faziam referência ao texto como “interessante” e alguns, inclusive, pediam cópia. Antes da gravação da leitura, entregava-se o texto ao informante para uma leitura prévia, deixando-o mais à vontade e menos nervoso no momento da leitura, o que também poderia atrapalhar o resultado que se pretende verificar. O texto foi apresentado ao informante em fonte nítida e grande (Verdana

⁸⁰ Os quatro casos desconsiderados na contagem dos dados foram os seguintes: 1) o frescorre a umidade; 2) prolongarra vida; 3) maiorárea; 4) comerruma fruta.

14), já que não se sabia se o informante necessitava de óculos para realizar a leitura e poderia ocorrer de a pessoa não os ter trazido para a entrevista.

A quinta e última parte da entrevista compõe-se de dois instrumentos para avaliar as crenças e as atitudes linguísticas: um de cunho quantitativo e outro qualitativo. O primeiro é uma adaptação do questionário quantitativo do *Projeto Estigma*, bem como do questionário apresentado no trabalho de Bergamaschi (2006), o qual também tomou por base o referido projeto. Esse questionário é constituído de 24 frases afirmativas às quais os informantes tiveram que responder assinalando uma de cinco alternativas propostas, a partir da audição de três versões da leitura do texto *Emagrecer para lembrar*⁸¹, gravadas nas três variedades linguísticas analisadas nesta pesquisa.

EMAGRECER PARA LEMBRAR

Novas pesquisas revelam que perder peso não proporciona apenas o bem-estar físico. Também colabora com o bom funcionamento da memória.

Quem está com alguns quilos sobrando e adia inúmeras vezes o início da dieta tem agora mais estímulo para adotá-la de vez. Estudos acabam de mostrar que o excesso de peso contribui com problemas que prejudicam a memória. “A obesidade já pode ser considerada um fator de risco para a demência vascular”, afirma a geriatra do Hospital das Clínicas de São Paulo. A médica acompanha, há quatro anos, um grupo de 22 mulheres com mais de 60 anos e índice de massa corporal acima de 30, marca que supera a recomendação dos especialistas. Antes de iniciar o plano para cortar as gorduras extras, elas foram submetidas a uma série de testes cuja meta era avaliar suas funções cognitivas. As participantes passaram, então, a praticar atividade física duas vezes por semana e a seguir um cardápio balanceado.

Nenhuma das voluntárias apresentava perdas significativas de memória. No entanto, depois de seis meses de malhação, observou-se que as mulheres que haviam se livrado de 5% da massa corporal também demonstraram melhoras significativas na capacidade de recordar.

A explicação é simples: o excesso de tecido gorduroso, sobretudo na barriga, não funciona apenas como reservatório de energia. Ele produz moléculas que interferem em outros órgãos, como o cérebro. Nos obesos, há liberação de substâncias que favorecem a inflamação crônica e o aparecimento da demência.

Esse texto, além de apresentar vários casos de róticos em coda silábica interna e externa, contém ainda formas nasais, oclusivas, fricativas, palavras terminadas em –L, dentre outras características fonéticas, propiciando, assim, que se destaquem as diferenças dialetais.

O questionário quantitativo é composto de frases positivas (aquelas que atribuem prestígio aos falantes nas gravações das três variedades linguísticas) e negativas

⁸¹ Texto adaptado da *Revista Saúde*, de autoria de Raquel de Medeiros, disponível no seguinte endereço eletrônico: <saude.abril.com.br/edicoes/0327/medicina/emagrecer-lembrar-594210.shtml?pag=1>.

(aquelas que atribuem características depreciativas a esses falantes); tanto os atributos positivos quanto os negativos podem ser depreendidos por meio de palavras que conferem aos falantes essas características, como “grossa”, “feia”, “inteligente”, “trabalhadora” etc.

As três versões ouvidas pelos informantes foram gravadas por pessoas do sexo masculino, com curso superior e idade entre 50 e 55 anos. Todos têm boa voz e boa leitura. Tais cuidados foram tomados para que apenas sobressaísse, da fala desses “leitores”⁸², a pronúncia. As versões foram gravadas por leitores naturais de cada dialeto em estudo e tinham a seguinte duração: leitor carioca (1 min e 41 seg), leitor gaúcho (1 min e 45 seg), leitor norte-paranaense (1 min e 57 seg). As gravações, portanto, não duravam dois minutos, evitando-se cansar o entrevistado com audições longas.

O informante respondia imediatamente após ouvir cada versão e assim todos os informantes, sempre na mesma ordem. Portanto cada informante respondeu três questionários. Primeiramente, eles ouviam o leitor carioca; na sequência, o leitor gaúcho e, por último, o leitor norte-paranaense. As respostas possíveis para cada afirmação atribuída aos leitores eram as seguintes: *concordo*, *concordo parcialmente*, *discordo*, *discordo parcialmente*, *nem concordo nem discordo*. Antes de iniciar os “julgamentos”, os entrevistados eram informados de que só poderiam assinalar uma resposta para cada afirmação e que deveriam assinalar “concordo” se estivessem plenamente de acordo com a afirmação, “concordo parcialmente” se a intenção fosse muito próxima de concordar apenas com uma pequena discordância, “discordo” se estivessem completamente em desacordo com a afirmação emitida, “discordo parcialmente” se a intenção fosse muito próxima de discordar, mas com algum pequeno ponto de concordância e “nem concordo nem discordo” se a afirmação apresentada não lhe despertasse opinião alguma.

O formato do questionário é o que se expõe a seguir, apenas era apresentado em uma versão maior ao informante, para facilitar a leitura.

⁸² Esses leitores não são informantes da pesquisa.

Questões	Concordo	Concordo parcialmente	Discordo	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.					
02. A pessoa que você ouviu é feia.					
03. A pessoa que você ouviu é estudada.					
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.					
05. A pessoa que você ouviu é grossa.					
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.					
07. A pessoa que você ouviu é confiável.					
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.					
09. A pessoa que você ouviu é responsável.					
10. A pessoa que você ouviu é insegura.					
11. A pessoa que você ouviu é antipática.					
12. A pessoa que você ouviu é competente.					
13. A pessoa que você ouviu é tímida.					
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.					
15. A pessoa que você ouviu é exibida.					
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.					
17. A pessoa que você ouviu é engraçada.					
18. A pessoa que você ouviu é criativa.					
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.					
20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.					
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.					
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.					
23. A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.					
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.					

O segundo instrumento consiste em dois questionários qualitativos compostos de questões para verificar como os informantes avaliam a sua variedade linguística bem como a variedade linguística de outros grupos dialetais. Foi necessária a composição de dois questionários (um para os informantes norte-paranaenses e outro para os informantes cariocas e gaúchos), porque, ainda que a maioria das perguntas seja igual, algumas se referem, especificamente, a um grupo dialetal.

QUESTIONÁRIO QUALITATIVO 1

Perguntas aos informantes norte-paranaenses

01. Você consegue identificar de onde veio uma pessoa só pela sua maneira de falar?
02. Como você acha que falam os cariocas?
03. Como você consegue identificar que uma pessoa é carioca?
04. Como você acha que falam os gaúchos?

05. Como você consegue identificar que uma pessoa é gaúcha?
06. Como você acha que falam os norte-paranaenses?
07. Como você consegue identificar que uma pessoa é norte-paranaense como você?
08. Falam melhor os norte-paranaenses ou os que vieram de outros lugares?
09. Entre as pessoas que vieram de outros lugares, quem fala pior?
10. Excetuando o seu dialeto, entre as pessoas que vieram de outros lugares, quem fala melhor?
11. Você acha que fala bem?
12. Homens e mulheres falam igual? Quem fala melhor?
13. Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?
14. Ricos e pobres falam do mesmo modo? Dê exemplos.
15. Você acha possível distinguir uma pessoa com curso superior e outra pouco escolarizada pela sua maneira de falar?
16. Você já passou por alguma situação constrangedora relacionada ao seu modo de falar? Relate.
17. Em alguma situação (estando em viagem, a passeio em algum lugar fora do Norte do Paraná, apresentando trabalho em evento etc.), você já modificou sua forma de falar para adaptá-la ao modo de falar das pessoas do lugar em que você estava? Relate.
18. Se você pudesse morar em outro estado, onde moraria?

QUESTIONÁRIO QUALITATIVO 2

Perguntas aos informantes cariocas e gaúchos

01. Você consegue identificar de onde veio uma pessoa só pela sua maneira de falar?
02. Como você acha que falam os norte-paranaenses?
03. Que impressão lhe causou o falar norte-paranaense quando você o ouviu pela primeira vez?
04. Como você consegue identificar que uma pessoa é norte-paranaense?
05. Como você acha que falam os cariocas?
06. Como você consegue identificar que uma pessoa é carioca?
07. Como você acha que falam os gaúchos?
08. Como você consegue identificar que uma pessoa é gaúcha?
09. Falam melhor os cariocas/gaúchos ou os que são de outros lugares?⁸³
10. Entre as pessoas que vieram de outros lugares, quem fala pior?
11. Excetuando o seu dialeto, entre as pessoas que vieram de outros lugares, quem fala melhor?
12. Você acha que fala bem?
13. Homens e mulheres falam igual? Quem fala melhor?
14. Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?
15. Ricos e pobres falam do mesmo modo? Dê exemplos.
16. Você acha possível distinguir uma pessoa com curso superior e outra pouco escolarizada pela sua maneira de falar? Dê exemplos.
17. Por que você se mudou para o norte do Paraná?
18. Você tem vontade de voltar a morar na sua terra de origem?

⁸³ Quando o informante era carioca, perguntava-se: “Falam melhor os cariocas ou os que são de outros lugares?”. Já quando o informante era gaúcho, perguntava-se: “Falam melhor os gaúchos ou os que são de outros lugares?”.

19. Você já passou por alguma situação constrangedora relacionada ao seu modo de falar? Relate.
20. Em alguma situação (depois que passou a morar aqui no Norte do Paraná, estando em viagem, apresentando trabalho em evento etc.), você já modificou sua forma de falar para adaptá-la ao modo de falar das pessoas do lugar em que você estava? Relate.
21. Você acha que houve mudanças no seu dialeto (modo de falar) depois que se mudou para o Norte do Paraná?

6.3.1 A Seleção dos Dados

Realizadas as entrevistas, iniciou-se a transcrição da fala dos informantes, de acordo com as técnicas de transcrição fonética e grafemática do ALiB⁸⁴. As transcrições fonéticas somente foram efetuadas nos ambientes em que havia o rótico em coda silábica, tanto interna quanto externa.

Ao término das transcrições, fizeram-se duas revisões. A primeira ocorria logo após a transcrição de cada entrevista, para confrontar o rótico transcrito com a realização ouvida. Também nesse momento, fazia-se a revisão do conteúdo falado. Concomitantemente a essa primeira revisão, fez-se uma codificação para indicar a classe gramatical das palavras em que ocorriam os róticos, se em “verbo” ou em “não verbo”.

(01)⁸⁵ ...duas histórias que me ma[x]caram <v>⁸⁶ muito. (Inf. 17)

(02) Deu meio dia, meio dia e cinco fui ficando ne[ɾ]voso <n>⁸⁷. (Inf. 05)

A segunda revisão objetivou detectar erros nessa codificação, realizada com a finalidade de preparar o arquivo de transcrições para aplicá-lo a um programa computacional especialmente criado para este trabalho. Trata-se do *software* desenvolvido por Mendez Batista⁸⁸ (2012) que, em sua versão inicial, tem como objetivo principal realizar codificações automáticas, a partir dos arquivos de transcrições, com o intuito de submeter posteriormente os dados codificados aos programas do Varbrul, proporcionando aumento na qualidade e na segurança do processo de codificação das variáveis, bem como redução significativa no tempo e no esforço necessários a essa atividade.

Além de realizar codificações automáticas, a ferramenta desenvolvida pode também apoiar o processo de análise dos dados. Para tanto, ela oferece as seguintes funcionalidades: a) “filtros” de processamento para análise parcial dos dados nos arquivos de

⁸⁴ As transcrições foram realizadas por Valter Romano, cabendo a esta pesquisadora realizar as revisões.

⁸⁵ Todos os exemplos a partir de agora apresentados são dados constantes do *corpus* desta pesquisa. Para melhor identificá-los e não confundi-los com outros exemplos, eles serão sempre introduzidos por indicações numéricas entre parênteses.

⁸⁶ <v> indica que a ocorrência do rótico, neste caso um velar, ocorreu em um verbo.

⁸⁷ <n> indica que a ocorrência do rótico, neste caso um retroflexo, ocorreu em um “não verbo”.

⁸⁸ Denerval Mendez Batista é analista de sistemas da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná.

transcrições; b) opções de consulta para localização de ocorrências de variáveis nos arquivos de transcrições; c) informações estatísticas básicas, como número de ocorrências e porcentagens; d) cruzamento de variáveis.

Aqueles que já trabalharam com o Varbrul sabem o quanto é custoso fazer as codificações necessárias para tornar os dados disponíveis às rodadas do referido programa, sobretudo se se está falando de um número elevado de dados, como é o caso deste estudo, que levantou mais de nove mil ocorrências de róticos em coda silábica. Por meio do programa de Mendez Batista (2012), excetuando a variável classe de palavras (verbo/não verbo), todas as outras variáveis que esta pesquisadora teria que codificar manualmente – como sexo, faixa etária, grau de escolaridade, procedência do informante, grau de formalidade das diferentes partes da entrevista (narração, descrição, questionário e leitura) e posição do rótico na palavra – foram codificadas automaticamente pelo programa, poupando um tempo fundamental.

A variável dependente deste estudo (ou seja, o fenômeno linguístico que se deseja pesquisar) é o rótico em coda silábica, e as variantes são as formas que estão em “competição” na sua representação – retroflexa, tepe, velar, glotal, vibrante alveolar múltipla e apagamento.

O uso de uma ou de outra variante pode estar condicionado por fatores de natureza linguística (ou interna)⁸⁹ e/ou extralinguística (ou externa)⁹⁰, os quais constituem as variáveis independentes. Neste trabalho, são investigados os **fatores extralinguísticos** sexo, faixa etária, grau de escolaridade, grau de formalidade das diferentes partes que compõem a entrevista (narração, descrição, questionário e leitura) e procedência dos informantes (Norte do Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e os **fatores linguísticos** posição do rótico na palavra (coda silábica interna ou externa) e classe gramatical (verbo ou não verbo).

Uma variável é concebida como dependente no sentido de que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Assim, as variáveis independentes ou grupos de fatores podem ser de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência (MOLLICA, 2008, p. 11).

Estudos sobre a variável sexo têm revelado que, embora não existam linguagens distintas para homens e para mulheres, esses apresentam comportamentos

⁸⁹ “No conjunto de variáveis internas, encontram-se os fatores de natureza fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais” (MOLLICA, 2008, p. 11).

⁹⁰ “No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva)” (MOLLICA, 2008, p. 11).

linguísticos diferenciados, conforme informa Oliveira (1995, p. 7): “Se, por um lado, é verdade que em nenhuma sociedade ou língua há ‘linguagens’ separadas para homens e mulheres, por outro lado, a preferência por certos empregos, em função do sexo, parece estar presente em algumas línguas”.

Essas diferenças aparecem em todos os níveis, “sotaque”, entoação, vocabulário, gramática, interação etc. e têm apontado que as mulheres, de um modo geral, em todas as classes, usam, em maior porcentagem que os homens, as formas linguísticas de prestígio (conforme COULTHARD, 1991). Assim, ao observar esse fator, procura-se investigar se, nesta pesquisa, há comportamentos linguísticos suficientemente diferenciados entre homens e mulheres que permitam fazer algumas considerações sobre quem utiliza mais frequentemente as formas de “prestígio”, quem é mais conservador, quem é mais preconceituoso etc.

Por meio do fator faixa etária, busca-se verificar se as variantes observadas neste estudo estão em situação de variação estável ou de mudança linguística. Tarallo (1986) informa que haverá variação estável se não existirem mudanças entre as faixas etárias; mas se o uso da variante mais inovadora ocorrer com mais frequência na faixa etária mais jovem, diminuindo em relação à idade dos informantes mais velhos, então haverá uma situação de mudança em progresso.

Diversos estudos têm demonstrado que o tempo que uma pessoa fica exposta aos bancos escolares pode intervir na sua forma de falar e expressar-se. O fator grau de escolaridade possibilita saber se a escola tem influenciado o desempenho linguístico dos indivíduos, levando-os a optar por uma variante em detrimento de outra(s), dependendo das diferenças decorrentes do nível de instrução (mais ou menos escolarizado). Além disso, em trabalho anterior (BOTASSINI, 2010), o grau de escolaridade apresentou-se o fator social mais relevante quanto a questões relacionadas a crenças e atitudes linguísticas, indicando que os informantes com menos instrução são os que mais manifestam atitudes de rejeição, enquanto os mais escolarizados são menos preconceituosos.

O fator grau de formalidade das diferentes partes da entrevista possibilita constatar a variação na fala dos informantes em função dos diferentes estilos contextuais. Labov (2008), fazendo referência à investigação do uso do inglês na cidade de Nova Iorque, já asseverava que há variação regular em estilos e contextos diferentes. Botassini (2009) pôde confirmar o condicionamento de variantes róticas em função de diferentes estilos de fala. A fim de verificar se essa situação também se manifesta na presente pesquisa, a entrevista foi dividida em quatro partes (narração, descrição, questionário e leitura), as quais apresentam

diferenças no grau de formalidade e, conseqüentemente, no menor ou no maior nível de consciência da fala. De modo geral, observa-se uma fala mais espontânea no momento da narração, com ocorrências frequentes de informantes que se emocionam ao contar um fato marcante de sua vida, situação em que se produz uma fala menos “policiada”. Na parte descritiva, amplia-se muito pouco o nível de consciência da fala. Entretanto essa consciência aumenta razoavelmente no momento do questionário fonético-fonológico e atinge um grau elevado na leitura, conforme se verá na análise dos dados. O aumento no nível de consciência da fala implica o uso de formas linguísticas mais formais, menos espontâneas.

Em relação às diferenças decorrentes da localidade, Coulthard (1991, p. 7) assevera que

A maioria das pessoas sabe que há diferenças significativas na fala de pessoas de várias regiões do Brasil e de Portugal, embora consideremos a existência de somente uma “língua portuguesa”. Na verdade, é comum as pessoas falarem de *sotaques* e *dialetos* – “ela fala com o sotaque nordestino”; “o sotaque do Rio é o mais bonito”; “no meu dialeto nunca usamos *tu*”.

A escolha de informantes cariocas e gaúchos para integrarem a amostra se deve ao fato de ambos possuírem um dialeto bastante diferente do dialeto dos norte-paranaenses, o que possibilita verificar as variações fonéticas quanto ao uso dos róticos em coda silábica. Além disso, pretende-se verificar em que medida os informantes cariocas e gaúchos mantêm seu dialeto ou o quanto a variante por eles usada já se “misturou” com a variante do dialeto norte-paranaense, dado que estão residindo no Norte do Paraná há, pelo menos, oito anos.

Incluem-se, também, neste estudo, os fatores linguísticos posição do rótico na palavra (coda silábica interna ou externa) e classe gramatical (verbo e não verbo), porque têm sido analisados em diversos trabalhos que tratam do mesmo tema (CALLOU; LEITE, 1995; CALLOU *et al.*, 1996; HORA, 2006 e 2009; BRESCANCINI; MONARETTO, 2008; BOTASSINI, 2011) e, muitas vezes, têm-se mostrado um dos elementos mais relevantes no condicionamento da variável dependente.

O problema central com que a Teoria da Variação se preocupa, segundo Naro (2008, p. 17), é como “isolar e medir separadamente o efeito de um fator [...] quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados”, isto é, há uma conjugação de fatores que atuam simultaneamente para que uma ou outra variante se realize. Para resolver esse problema, foram propostos modelos matemáticos, como o pacote de programas Varbrul, que

pudessem prover a teoria de um instrumento capaz de dar tratamento estatístico adequado aos dados linguísticos variáveis, a fim de detectar os elementos (linguísticos ou extralinguísticos) que condicionam a ocorrência de um fenômeno.

O Varbrul é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística. A análise se chama ‘multivariada’ porque permite investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes. [...]

Parar a análise ao obter percentagens e frequências é equivalente a fazer uma análise univariada e, portanto, suscetível aos possíveis resultados incorretos de qualquer método que não controla variáveis intervenientes. [...] é muito fácil obter percentuais para um conjunto de contextos que distorcem ou até invertem o efeito real, por causa de uma distribuição desequilibrada desses contextos em relação a outros que não eram considerados, mas uma análise multivariada procura produzir um cálculo de efeitos que sempre controla simultaneamente todos os contextos e variáveis independentes. (GUY; ZILLES, 2007, p. 105-106).

O Varbrul produz como resultado final, além de valores percentuais que permitem averiguar as frequências obtidas, pesos relativos que apontam se os grupos de fatores selecionados pelo pesquisador são estatisticamente relevantes. Assim, os dados selecionados e codificados são submetidos às rodadas do Varbrul e os resultados estatísticos obtidos são registrados em tabelas para posterior análise quantitativa e qualitativa.

De acordo com Pita Fernández e Pértegas Díaz (2002), o emprego de procedimentos quantitativos e qualitativos em uma investigação pode ajudar a corrigir as distorções próprias de cada método. Os métodos quantitativos, embora débeis em termos de validade interna, são fortes em relação à validade externa, no sentido de que os resultados podem ser generalizáveis para o conjunto da comunidade. A investigação quantitativa trata de determinar a força de associação ou correlação entre variáveis, a generalização e a objetivação dos resultados por meio de uma amostra para fazer inferência a uma população da qual toda amostra procede. A investigação quantitativa é objetiva, confirmatória, inferencial, dedutiva, orientada ao resultado, generalizável, remete à realidade estática.

Já os métodos qualitativos têm forte validade interna, mas são débeis na perspectiva de generalizar os resultados a toda a comunidade. A investigação qualitativa trata de identificar a natureza profunda das realidades, seu sistema de relações, sua estrutura dinâmica. A investigação qualitativa é subjetiva, exploratória, indutiva, descritiva, orientada ao processo, não é generalizável, remete à realidade dinâmica.

Faz-se importante a associação entre os dois métodos, pois se entende que um complementa o outro e, desse modo, pode-se garantir um razoável grau de validação externa e interna. Assim, interessam todas as informações estatísticas geradas pelo programa Varbrul, sejam em forma de percentuais ou de pesos relativos, e todos os significados sociais (valores, crenças, representações, hábitos, atitudes, opiniões) que podem estar explícitos e/ou implícitos nas respostas dadas pelos informantes às perguntas específicas sobre crenças e atitudes linguísticas.

A seleção dos dados contabilizou um total de 9.274 ocorrências de róticos em coda silábica, dos quais foram descartados 501 casos, restando efetivamente para a análise 8.773. Faz-se importante, então, esclarecer as razões pelas quais esses 501 dados foram descartados.

Desconsideraram-se para a contagem dos dados os seguintes casos:

1) Todas as ocorrências de /r/ em final de palavra (verbo ou não verbo) seguido de palavra iniciada por vogal sem pausa, contexto em que a pronúncia do rótico se torna um tepe ou vibrante simples, como preferem alguns estudiosos. Esse tipo de ocorrência apareceu 232 vezes, por exemplo:

(03) ...um poco longo, pelo fato[r] econômico. (Inf. 35)

(04) ...seguiria reto até chega[r] ao shopping. (Inf. 09)

2) Todas as ocorrências de /r/ constantes de palavras estrangeiras, situação em que o rótico, independentemente do dialeto do informante, é produzido com a pronúncia da língua de origem. Foram 27 casos, por exemplo:

(05) ...ela não conseguiu o Green Ca[ɾ]d que é o que ela queria. (Inf. 10)

(06) Aí o patrão veio e abriu a primera loja que é a do Avenida Cente[ɾ], é da Osmoze. (Inf. 02)

3) Sempre que os informantes imitavam a fala alheia ou falavam o discurso do outro, situação em que o rótico produzido pode não ser o do informante. No primeiro caso, nunca era o rótico do informante, era, por exemplo, um carioca imitando um norte-paranaense ou vice-versa; no segundo caso, o informante até pode estar usando o próprio rótico, mas, na dúvida, esses casos também foram descartados. Tais situações representam 242 ocorrências, por exemplo:

(07) INQ.- Como você acha que falam os norte-paranaenses?

INF.- Falam puxando o érre (=R) que nem inglês né dou[ɾ], po[ɾ]ta, né por aí eles falam desse jeito. (Inf. 24)

(08) A enfermeira chegou falou, assim: “Escuta aqui, vocês vão em algum baile de ca[x]naval?” (Inf. 31)

6.3.2 A CODIFICAÇÃO DOS DADOS

Conforme já se salientou, os dados selecionados foram codificados automaticamente pelo programa de Mendez Batista (2012). Essa codificação, entretanto, seguiu as especificações indicadas pelo Varbrul, a fim de que os dados pudessem receber tratamento estatístico desse programa. Cada uma das variantes da variável dependente e cada um dos fatores que compõem as variáveis independentes recebeu um símbolo. Excetuando-se o ponto final “.”, o ponto e vírgula “;”, a barra inclinada para a direita “/” e o abre-parêntesis “(”, que têm significados especiais para o programa Varbrul, o pesquisador pode utilizar todos os outros caracteres existentes no teclado de um computador.

As codificações utilizadas nesta pesquisa foram as seguintes:

Variantes da variável /r/	
R	Retroflexo
T	Tepe
X	Velar
A	Vibrante alveolar múltipla
H	Glotal
Z	Zero fonético (apagamento)
Procedência	
P	Norte do Paraná
C	Rio de Janeiro (carioca)
G	Rio Grande do Sul (gaúcho)
Sexo	
M	Masculino
F	Feminino
Grau de escolaridade	
O	Ensino médio
U	Ensino superior
Faixa etária	
1	1.ª faixa etária
2	2.ª faixa etária
Grau de formalidade	
Y	Narração
D	Descrição
Q	Questionário
L	Leitura
Posição do rótico	
I	Coda silábica interna
E	Coda silábica externa
Classe gramatical	
N	“Não verbo”
V	Verbo

Na sequência, apresentam-se exemplos de “colunas de codificação” de dados deste trabalho, para se ter noção do resultado final da codificação.

(RPMO1QIN Torneira

(ZPMO1DEV fazer

(XCMO2YIN irmão

(ZCFO1DEV cozinha

(AGFU1YIN certos

(TGMO1DIN porco

Na primeira coluna, coloca-se sempre um abre-parêntese, o qual indica início de dado; na segunda coluna, apresenta-se o código das variantes da variável dependente; a partir da terceira coluna até a nona, têm-se os códigos das variáveis independentes. Finalizada a codificação, deixa-se, pelo menos, um espaço em branco. O programa desconsidera o que vem após esse espaço, por serem comentários, informações diversas pertinentes apenas para o pesquisador.

Assim, no primeiro exemplo codificado, há o rótico retroflexo (R), produzido por um norte-paranaense (P), masculino (M), com ensino médio (O), da primeira faixa etária (1); o rótico ocorreu no questionário (Q), na coda silábica interna (I), de uma palavra que não é verbo (N).

7 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo, dividido em três seções, versa sobre a análise dos dados. A primeira seção trata dos resultados estatísticos referentes às quatro primeiras partes da entrevista (narrativa, descrição, questionário e leitura), obtidos por meio de dois programas computacionais específicos: o desenvolvido por Mendez Batista (2012) e o Varbrul (versão de 1988). O objetivo principal dessa primeira parte da análise é verificar se a variação no uso dos róticos em coda silábica é condicionada pelos fatores sociais *procedência, sexo, grau de escolaridade, faixa etária e grau de formalidade das diferentes partes da entrevista* e pelos fatores linguísticos *classe gramatical e posição do rótico na palavra*.

A segunda seção apresenta os resultados obtidos por meio da análise das respostas dos informantes ao questionário quantitativo, adaptado da técnica *matched guise*, de Lambert e Lambert (1972), e do trabalho de Bergamaschi (2006) que, por sua vez, baseou-se no material do *Projeto Estigma*. Tal questionário possui estrutura fechada. Isso significa que o informante não pode responder livremente, ficando limitado às possibilidades de respostas que lhe são oferecidas.

A terceira e última seção exhibe a análise das respostas dos dois questionários qualitativos aplicados aos informantes (um para os norte-paranaenses e outro para os cariocas e os gaúchos). Esses questionários possuem estrutura aberta, ou seja, permitem aos informantes emitir as respostas que julgam mais adequadas. Esse instrumento bem como o questionário quantitativo constituem a base para as análises referentes às crenças e às atitudes dos informantes em relação aos dialetos em estudo assim como aos falantes desses dialetos.

7.1 OS RÓTICOS

Os dados levantados quanto ao uso dos róticos em coda silábica somaram um total de 9.274 ocorrências, das quais foram descartadas 501 (por razões já expostas no capítulo 6), restando efetivamente para a análise 8.773, distribuídas entre seis variantes: **retroflexo, tepe, velar, vibrante alveolar múltipla, glotal e apagamento**.

Embora se tenha referido ao apagamento do rótico (ou zero fonético) como uma variante, sabe-se que, na verdade, ele representa, antes, a ausência ou o apagamento dela. A sua inclusão como variante é mais por princípios práticos, já que existe a necessidade de submetê-lo a programas estatísticos para controle de suas ocorrências, ou melhor dizendo, de suas não ocorrências.

A tabela a seguir apresenta a distribuição geral do /r/ em coda silábica.

Tabela 8 – Distribuição geral dos róticos em coda silábica.

Variantes	Ocorrências	%
Apagamento	2.852	32,5
Retroflexo	2.638	30,0
Velar	1.840	21,0
Tepe	1.278	15,0
Alveolar ⁹¹	108	1,0
Glotal	57	0,5
Total	8.773	100,0

No cômputo geral, registrou-se como mais produtivo o apagamento ou zero fonético (32,5%), seguido muito próximo do rótico retroflexo (30%); na sequência, aparecem o rótico velar (21%) e o tepe (15%). Já as realizações vibrante alveolar múltipla (1%) e glotal (0,5%) são mínimas.

Como o zero fonético foi a “variante” mais realizada nas entrevistas, é interessante observar sua distribuição em cada uma das variáveis independentes analisadas nesta pesquisa, a fim de se ter um panorama geral de sua ocorrência.

Tabela 9 – Distribuição geral do apagamento do rótico.

Variáveis		Ocorrências	%
Linguística	Classe gramatical	Verbo	2.807 98,4
		Não verbo	45 1,6
	Posição	Coda interna	4 0,1
		Coda externa	2.848 99,9
Extralinguística	Procedência	Norte-paranaense	868 30,4
		Carioca	1.140 40,0
		Gaúcho	844 29,6
	Sexo	Masculino	1.540 54,0
		Feminino	1.312 46,0
	Escolaridade	Média	1.572 55,1
		Superior	1.280 44,9
	Faixa etária	Primeira	1.628 57,1
		Segunda	1.224 42,9
	Grau de formalidade	Narrativa	1.764 61,9
		Descrição	1.033 36,2
Questionário		46 1,6	
	Leitura	9 0,3	

⁹¹ Nas tabelas, por uma questão de espaço, a vibrante alveolar múltipla será referida apenas como “alveolar”.

Os resultados constantes da Tabela 9 revelam-se bastante interessantes e serão comentados, caso a caso, no momento em que se estiver analisando cada variável separadamente. Retirando-se o apagamento, os percentuais ficam assim redistribuídos:

Tabela 10 – Distribuição geral dos róticos, excluindo o apagamento.

Variantes	Ocorrências	%
Retroflexo	2.638	44,6
Velar	1.840	31,1
Tepe	1.278	21,5
Alveolar	108	1,8
Glotal	57	1,0
Total	5.918	100,0

Excluindo-se o apagamento do /r/, o total de realizações róticas cai para 5.918 casos, ocupando a variante retroflexa o primeiro lugar, com 44,6% das ocorrências. O rótico velar passa a representar 31,1% dos dados, o tepe 21,5%, o vibrante alveolar múltiplo 1,8% e o glotal 1,0%.

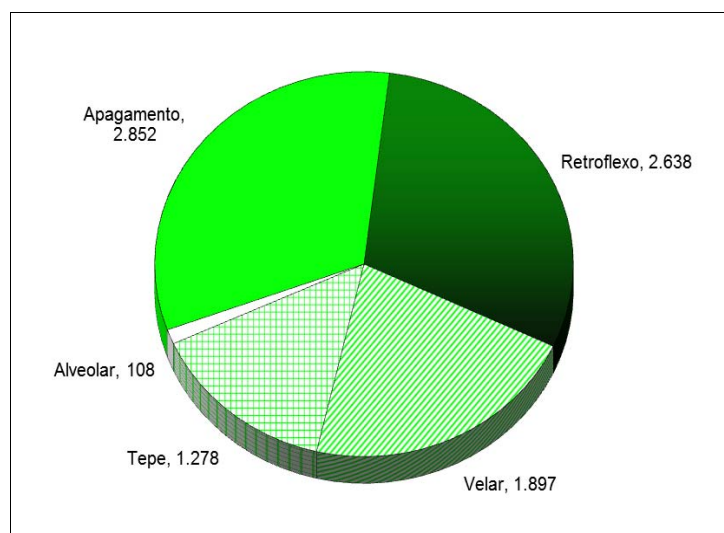
Embora o *corpus* apresente seis variantes para os róticos em coda silábica, para poder submeter os dados aos programas do pacote Varbrul, foi necessário amalgamar duas delas, visto que, embora o programa que calcula as porcentagens iniciais aceite até nove variantes em uma variável dependente, quando se calculam os pesos relativos, isto é, quando se mede o efeito conjunto dos diversos fatores das variáveis independentes, esse número se reduz para duas a cinco variantes em uma variável dependente.

Diante dessa restrição, optou-se por amalgamar os róticos *tepe* e *velar*, pelas seguintes razões: primeiro, porque ambos possuem o mesmo modo de articulação, ou seja, ambos são fricativos; segundo, porque ambos são realizações posteriores; terceiro, porque as ocorrências glotais são mínimas, 57 casos, o que representa apenas 0,5% dos 8.773 dados, o menor de todo o *corpus*; quarto, porque as ocorrências velares e glotais são praticamente exclusivas dos cariocas. Dos 57 casos de rótico glotal, 55 foram produzidos pelos cariocas, 2 pelos norte-paranaenses e nenhum pelos gaúchos. Das 1.840 ocorrências velares, 1.839 foram produzidas pelos cariocas, uma pelos norte-paranaenses e nenhuma pelos gaúchos, conforme se pode examinar na tabela a seguir, que apresenta a distribuição dos róticos segundo a procedência dos informantes.

Tabela 11 - Distribuição dos róticos segundo a procedência do informante.

Variantes	Procedência do informante							
	Norte-paranaense		Carioca		Gaúcho		Total	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Apagamento	868	30,8	1.140	35,9	844	30,3	2.852	32,5
Retroflexo	1.861	66,1	5	0,2	772	27,8	2.638	30,0
Velar	1	0,0	1.839	57,9	0	0,0	1.840	21,0
Tepe	80	2,9	135	4,3	1.063	38,2	1.278	15,0
Alveolar	3	0,1	1	0,0	104	3,7	108	1,0
Glotal	2	0,1	55	1,7	0	0,0	57	0,5
Total	2.815	100,0	3.175	100,0	2.783	100,0	8.773	100,0

Assim, juntaram-se as 55 variantes glotais produzidas pelos cariocas às 1.839 velares realizadas por esses mesmos informantes, totalizando 1.894 ocorrências. Do mesmo modo, somaram-se as duas ocorrências realizadas pelos norte-paranaenses à única variante velar por eles produzida, totalizando três ocorrências, que passam a ser contadas como variante velar. Fazendo essas adaptações, passa-se a ter cinco variantes na variável dependente: **retroflexa**, **tepe**, **velar**, **vibrante alveolar múltipla** e **apagamento**, permitindo submeter os dados às rodadas do Varbrul. No Gráfico 1, reproduz-se a distribuição das variantes após amalgamar os dados.

Gráfico 1 – Distribuição geral dos róticos.

Entretanto, conforme já se previa, ao rodar os dados, o programa acusou *knockout* na variável independente procedência, porque a variante velar não ocorreu na fala dos informantes gaúchos e, portanto, gerou um resultado zero, o que não constitui caso de

variação. Os *knockouts*⁹² representam aplicação ou não aplicação categórica da regra e acontecem quando um dado sempre ocorre (100%) ou quando nunca ocorre (0%); assim, o programa não prossegue, não gera o próximo arquivo, enquanto esses casos não forem excluídos.

Diante desse resultado e da necessidade de excluir o *knockout* para que o programa prossiga, coloca-se o problema de decidir o que retirar: a variante velar, a procedência gaúcha ou todo o grupo procedência? Optou-se pela exclusão de todo o grupo procedência, pelos seguintes motivos: primeiro, se a variante velar fosse retirada das rodadas, seria perdido um número significativo de dados, 1.897, ou seja, 21% do total dos róticos, o que descaracterizaria os resultados, sobretudo em relação aos informantes cariocas, já que o rótico velar é a variante típica desse dialeto. Segundo, se fossem excluídos os gaúchos, todos os dados referentes às variantes produzidas por eles também seriam retirados; além disso, como seria possível trabalhar com a variável procedência sem os representantes de uma das localidades que este trabalho se propôs a examinar? Isso também descaracterizaria a análise, porque haveria resultados referentes apenas aos informantes norte-paranaenses e cariocas. Ao retirar todo o grupo procedência, o prejuízo é menor e a análise fica mais coerente.

O prejuízo é menor no sentido de que não se perdem dados numéricos, portanto não se modificam os resultados para as outras variáveis independentes (sexo, grau de escolaridade, faixa etária, grau de formalidade da entrevista, posição do rótico e classe gramatical). Retirar o grupo todo representa não apresentar os pesos relativos para essa variável independente; porém o programa gera os dados percentuais, apesar dos *knockouts*, de modo que, mesmo fora das rodadas, podem-se fazer algumas considerações pelos resultados percentuais.

A Tabela 12 exhibe a redistribuição dos dados após a fusão das variantes glotal e velar.

Tabela 12 - Redistribuição dos róticos segundo a procedência, após amalgamar dados.

Variantes	Procedência do informante							
	Norte-paranaense		Carioca		Gaúcho		Total	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Apagamento	868	30,8	1.140	35,9	844	30,3	2.852	32,5
Retroflexo	1.861	66,1	5	0,2	772	27,8	2.638	30,0
Velar	3	0,1	1.894	59,6	0	0,0	1.897	21,5
Tepe	80	2,9	135	4,3	1.063	38,2	1.278	15,0
Alveolar	3	0,1	1	0,0	104	3,7	108	1,0
Total	2.815	100,0	3.175	100,0	2.783	100,0	8.773	100,0

⁹² Para mais informações sobre esse assunto, consultar Guy e Zilles, 2007, p. 158.

Se, por um lado, a variável independente procedência do informante precisou ser retirada das rodadas do Varbrul e, desse modo, os dados não podem ser analisados em termos de pesos relativos, por outro lado, há, nos dados numéricos e nos percentuais, informações importantes a respeito das variantes típicas de cada dialeto e, para melhor identificá-las, na tabela a seguir, retiraram-se as ocorrências relativas ao zero fonético que, conforme já se ressaltou, não é propriamente uma variante.

Tabela 13 - Redistribuição dos róticos na variável procedência, excluindo o apagamento.

Variantes	Procedência do informante							
	Norte-paranaense		Carioca		Gaúcho		Total	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Retroflexo	1.861	95,7	5	0,2	772	40,0	2.638	44,5
Velar	3	0,1	1.894	93,1	0	0,0	1.897	32,0
Tepe	80	4,1	135	6,7	1.063	55,0	1.278	21,5
Alveolar	3	0,1	1	0,0	104	5,0	108	2,0
Total	1.947	100,0	2.035	100,0	1.939	100,0	5.921	100,0

Como se verifica na Tabela 13, o rótico típico dos norte-paranaenses é o retroflexo; são 1.861 ocorrências, ou seja, 95,7% dos 1.947 róticos em coda silábica produzidos por eles. As outras ocorrências são muito pouco produtivas, aparecendo a variante tepe em segundo lugar (4,1 %) e, praticamente nulas, as produções velares e alveolares (0,1% para cada variante).

Esse resultado ratifica o exposto no *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR* (AGUILERA, 1994), no *Atlas Linguístico do Paraná II – ALPR II* (ALTINO, 2007) e no *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS* (KOCH *et alii*, 2011) que apontam a região Norte do Paraná como área que corresponde à produção quase exclusiva do rótico retroflexo, com raras ocorrências da variante tepe e nenhum registro de rótico velar ou alveolar. Isso pode ser confirmado por meio de cartas fonéticas apresentadas nesses atlas, especialmente por meio daquelas específicas para verificar róticos em coda silábica, como as seguintes: 109 (pernilongo), 111 (hortelã) e 112 (borboleta) do ALPR; 333 (barba) e 343 (surdo) do ALPR II; 49 (gordura), 52 (fervendo) e 53 (calor) do ALERS.

Além do ponto 9 do ALPR e do ALPR II e do ponto 135 do ALERS, correspondentes à cidade de Maringá, foram consultados os pontos 21 (Umuarama) e 22 (Cruzeiro do Oeste) do ALPR e do ALPR II e os pontos 118 (Umuarama) e 132 (São Jorge do Ivaí) do ALERS, porque, conforme já se mencionou anteriormente, dos 16 informantes norte-paranaenses, 4 não são naturais de Maringá, nasceram em Umuarama, Cruzeiro do Oeste, São Jorge do Ivaí e Doutor Camargo. Este último município não foi escolhido como ponto de

sondagem por nenhum dos atlas citados, contudo, segundo se pode consultar pelo ALERS, Doutor Camargo pertence à mesma microrregião de Maringá (microrregião 282).

O rótico mais produzido pelos cariocas é o velar, com 1.894 ocorrências (93,1%) das 2.035 realizadas por esses informantes. Já o tepe aparece em segundo lugar, representando 6,7% das variantes produzidas pelos cariocas (um pouco mais do que ocorre entre os norte-paranaenses), seguido de cinco casos de retroflexo e de uma ocorrência alveolar, que não têm representatividade percentual. Conforme já se destacou, ainda não há um atlas linguístico do Rio de Janeiro. Ainda assim, é possível dizer que os dados encontrados nesta tese confirmam a variante rótica típica do Rio de Janeiro, que pode ser atestada pelas referências nos trabalhos de Callou e Leite (1995), de Callou, Moraes e Leite (1996) e de Cristóvão Silva (2009), por exemplo.

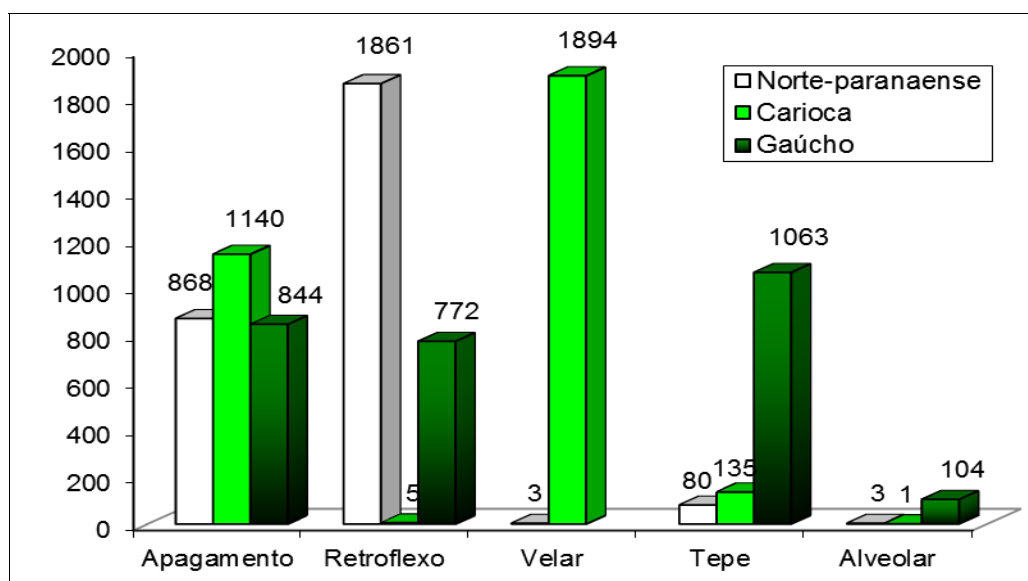
A variante rótica mais utilizada pelos gaúchos é o tepe: 1.063 ocorrências (55%) do total de 1.939. Em segundo lugar, ocorre o retroflexo, com um percentual considerável, 40%, situação bastante diferente da apresentada nos dados dos informantes norte-paranaenses e cariocas, em que a variante que aparece em segundo lugar (o tepe) exibe um percentual pouco expressivo. Por último, encontra-se o rótico alveolar, com 104 ocorrências (5%).

Os dados desta pesquisa corroboram, em parte, os resultados de Callou, Moraes e Leite (1996) e do ALERS, em que a variante tepe também aparece como a forma mais frequente entre os informantes gaúchos; entretanto as ocorrências do rótico retroflexo são menos significativas nesses estudos.

Ao examinar as cartas fonéticas 49 (gordura), 52 (fervendo) e 53 (calor) do ALERS, evidenciou-se ocorrência praticamente categórica do tepe nos pontos consultados: 647 (Carazinho), 743 (Santa Maria), 784 (Alegrete), 785 (Santana do Livramento), 817 (Porto Alegre), 838 (Pelotas).

Além desses pontos, foram observadas as microrregiões 323 e 326, áreas em que se localizam, respectivamente, os municípios de Ijuí e de Getúlio Vargas, que não aparecem como pontos de sondagem. Tais pontos foram examinados porque representam as regiões de naturalidade dos informantes desta tese (ver seção 6.2, sobre os informantes). Excetuando-se a microrregião 323, em que há o uso predominante da variante retroflexa na carta 49 (gordura), em todos os outros casos o rótico produzido é o tepe.

A seguir, apresenta-se o Gráfico 2, que resume a distribuição dos róticos de acordo com a procedência do informante.

Gráfico 2 – Distribuição dos róticos na variável procedência.

O fato de o rótico retroflexo, que é pouco comum na fala do Rio Grande do Sul, ter ocorrido em 40% dos dados dos informantes gaúchos evidencia que eles se adaptaram bem ao dialeto norte-paranaense, “misturando” o seu sotaque com o da região em que estão residindo, apesar de o avaliarem quase sempre de forma negativa, conforme se verá nas seções 7.2 e 7.3. Como as variantes tepe e retroflexa tiveram ocorrência bastante significativa na fala dos gaúchos, importa verificar os contextos que favorecem a realização de uma ou de outra, aproveitando para observar também o uso do rótico vibrante alveolar múltiplo.

Tabela 14 – Distribuição dos róticos na fala dos informantes gaúchos.

Variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas		Variantes da variável dependente					
		Retroflexo		Tepe		Alveolar	
		Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Classe gramatical	Verbo	184	23,8	285	26,8	34	32,7
	Não verbo	588	76,2	778	73,2	70	67,3
Posição do rótico	Coda interna	484	62,7	751	67,3	71	68,3
	Coda externa	288	37,3	348	32,7	33	31,7
Sexo	Masculino	574	74,4	522	49,1	22	21,2
	Feminino	198	25,6	541	50,9	82	78,8
Escolaridade	Média	383	49,6	669	62,9	28	26,9
	Superior	389	50,4	394	37,1	76	73,1
Faixa etária	Primeira	461	59,7	381	35,8	33	31,7
	Segunda	311	40,3	682	64,2	71	68,3
Grau de formalidade	Narrativa	312	40,4	325	30,6	35	33,7
	Descrição	157	20,3	323	30,4	18	17,3
	Questionário	131	17,0	157	14,8	18	17,3
	Leitura	172	22,3	258	24,3	33	31,7

Em relação à variável extralingüística sexo, observa-se o uso mais frequente do rótico retroflexo na fala masculina (74,4%) e do rótico alveolar na fala feminina (78,8%). Já o tepe é usado praticamente de forma igual por homens (49,1%) e por mulheres (50,9%). Esses dados ratificam as afirmações de que as mulheres se preocupam em usar as formas com algum prestígio, já que elas realizam muito pouco a variante retroflexa, a qual é vista, geralmente, de forma preconceituosa. Ao contrário, o rótico alveolar, embora em número reduzido, possui certo grau de prestígio e, provavelmente por isso, é mais utilizado pelo sexo feminino.

Quanto à escolaridade, verifica-se distribuição equitativa em relação à realização do rótico retroflexo: 49,6% nos informantes com escolaridade média e 50,4% nos informantes com curso superior, o que demonstra não ser esse fator relevante para o uso ou não uso dessa variante. O mesmo não ocorre nas variantes tepe e alveolar, as quais apontam ocorrência preferencial do primeiro nos informantes com formação média (62,9%) e do segundo nos informantes com formação superior (73,1%). Tal resultado também parece estar relacionado ao prestígio da variante alveolar e ao fato de se tratar de um rótico de pronúncia mais destacada e normalmente utilizado quando se quer apresentar uma fala mais “polida”.

O fator faixa etária indica produção mais frequente do retroflexo na fala das pessoas mais jovens (59,7%) e das variantes tepe e alveolar na fala das pessoas da segunda faixa etária, respectivamente 64,2% e 68,3%. Esses resultados sugerem atitude menos preconceituosa e de maior aceitação do dialeto norte-paranaense pelos informantes gaúchos jovens e mais conservadora dos informantes mais velhos, já que estes utilizam com mais frequência as formas típicas do dialeto de sua região de origem.

No fator grau de formalidade das diferentes partes da entrevista, o número de ocorrências revelou-se sempre mais alto na variante tepe, independentemente de se tratar de narrativa, descrição, questionário ou leitura, confirmando o uso preferencial dessa variante pelos informantes gaúchos. Em relação aos dados percentuais, há, para todas as variantes, valores mais elevados na narrativa, e isso já era esperado, porque é a parte da entrevista em que os informantes mais se expressam, assim é a parte que apresenta maior número de róticos.

Nas variáveis linguísticas classe gramatical e posição do rótico, as variantes retroflexa, tepe e vibrante alveolar múltipla mostraram resultados muito parecidos. Em relação à classe gramatical, os dados apontaram índices percentuais sempre mais elevados no caso em que as palavras não eram verbos (76,2% para o retroflexo, 73,2% para o tepe e 67,3% para a vibrante alveolar múltipla) do que no caso de verbos (23,8% para o retroflexo, 26,8% para o tepe e 32,7% para a vibrante alveolar). Esses resultados provavelmente estão

relacionados ao fato de ter sido retirado o zero fonético do cômputo dos dados, isto é, como o apagamento é muito produtivo nos verbos, em especial na coda externa, a sua retirada provocou um equilíbrio no número de ocorrências dos róticos.

Da mesma forma, a ocorrência superior de variantes róticas na coda silábica interna (62,7% para o retroflexo, 67,3% para o tepe e 68,3% para a vibrante alveolar múltipla) deve ter ligação com a exclusão do zero fonético, que é muito mais produtivo em coda externa do que em coda interna, visto que o cancelamento do /r/ no final das palavras não é tão saliente quanto o apagamento no interior do vocábulo, ou seja, não chama tanto a atenção, não causa estranhamento.

Esclarecidos os contextos que favorecem a realização das variantes utilizadas pelos informantes gaúchos, exibem-se, na sequência, os resultados das rodadas executadas pelo Varbrul, incluindo os pesos relativos. Como o zero fonético ocupa o primeiro lugar na distribuição das variantes róticas e dado o fato de ele não representar, realmente, uma variante, as rodadas foram realizadas primeiro incluindo o apagamento e, depois, excluindo-o, para verificar em que medida sua inclusão ou exclusão pesam significativamente nos resultados. Assim, para cada variável independente, apresentam-se os resultados das rodadas com e sem o zero fonético.

É importante esclarecer, ainda, que, quando se mantém o apagamento, o número de variantes da variável dependente é cinco e, portanto, o ponto neutro é 0.20. Já ao retirá-lo, passa-se a ter quatro variantes e o ponto neutro passa a ser 0.25. Pesos⁹³ acima ou abaixo desses pontos indicam efeito favorecedor ou desfavorecedor, respectivamente.

7.1.1 Os Fatores Extralingüísticos

Neste trabalho, são investigados os fatores extralingüísticos **sexo**, **faixa etária**, **grau de escolaridade**, **grau de formalidade** das diferentes partes que compõem a entrevista (narração, descrição, questionário e leitura) e **procedência** dos informantes (norte-paranaenses, cariocas e gaúchos). Segundo já exposto, a variável procedência foi excluída das rodadas do Varbrul por apresentar *knockout* em seus dados e, portanto, não foi submetida às

⁹³ “É preciso lembrar que os pesos são pesos *relativos* – isto é, são relativos ao ponto neutro [...]” (GUY e ZILLES, 2007, p. 212). O ponto neutro é 0.50 para as análises binárias, ou seja, quando a variável dependente é constituída de duas variantes, 0.33 quando houver três variantes, 0.25 para quatro variantes e 0.20 para cinco variantes.

rodadas para determinar o peso relativo. A seguir, examinam-se os resultados das variáveis extralinguísticas remanescentes.

7.1.1.1 Sexo

A Tabela 15 exibe a distribuição das variantes na variável independente sexo.

Tabela 15 – Distribuição dos róticos na variável sexo.

Variantes	Sexo					
	Masculino			Feminino		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Apagamento	1.540	54,0	.173	1.312	46,0	.211
Retroflexo	1.543	58,5	.259	1.095	41,5	.141
Velar	1.108	58,4	.257	789	41,6	.142
Tepe	604	47,3	.199	674	52,7	.183
Alveolar	23	21,3	.113	85	78,7	.323
Total	4.818			3.955		

P.R.= Peso Relativo

O primeiro dado interessante a destacar em relação a essa variável relaciona-se ao fato de o apagamento ter apresentado, na distribuição geral, ocorrências numéricas e percentuais maiores para o sexo masculino (54%), entretanto o peso relativo indica que são as mulheres que favorecem (minimamente é verdade) a realização dessa variante: .211 para o sexo feminino contra .173 para o sexo masculino. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 211),

[...] deve-se sempre lembrar que os percentuais nos dão as frequências de ocorrências das variantes nos contextos examinados, e que elas resultam de um cálculo univariado (não levam em conta, simultaneamente, a distribuição dos dados em relação a outros grupos de fatores), ao passo que os pesos calculam os efeitos dos fatores de cada grupo em relação ao nível geral de ocorrência das variantes e resultam de uma análise multivariada.

Esse resultado surpreendeu porque diversos trabalhos na área da Sociolinguística têm apontado as mulheres como mais preocupadas em utilizar as variantes linguísticas de maior prestígio do que os homens (LABOV, 2008; SILVA-CORVALÁN, 1989; COULTHARD, 1991; ANGELIM, 1995) e o apagamento é um traço linguístico visto, geralmente, como forma inculta. Assim, procurou-se verificar essas ocorrências, separadamente, em cada dialeto analisado, tentando identificar algum dado específico que pudesse contribuir com esse resultado. Em relação aos informantes cariocas e gaúchos,

encontraram-se mais realizações de apagamento nos informantes do sexo masculino do que no do sexo feminino: cariocas – 58,7% para os homens e 41,3% para as mulheres; gaúchos – 53,8% para os homens e 46,2% para as mulheres. Já nos informantes norte-paranaenses, o zero fonético foi mais produzido pelas mulheres (52%) do que pelos homens (48%). Talvez esse resultado esteja contribuindo para o peso relativo um pouco favorecedor ao apagamento no sexo feminino (.211).

Como se vê, o peso relativo está muito próximo do ponto neutro (.20), assim como os dados percentuais também estão todos muito próximos dos 50%. Talvez isso indique que o apagamento já está tão incorporado à fala que não possui mais o mesmo efeito negativo que tinha antes, a ponto de ele ser a variante mais utilizada no *corpus* deste trabalho e também a ponto de as mulheres o utilizarem com bastante frequência. Labov (2008) pondera que se atribui à mulher o papel de propulsora de mudança linguística. Se, de fato, o zero fonético está perdendo seu caráter estigmatizado, então é possível compreender por que o sexo feminino se mostra favorecedor à sua ocorrência.

As variantes retroflexa e velar têm uso mais frequente na fala masculina, respectivamente, .259 e .257 contra .141 e .142 na fala feminina. Já o rótico alveolar é favorecido pelo sexo feminino: .323 contra .113 na fala masculina. Labov (2008) destaca que a fala monitorada da mulher é a que mais se assemelha à forma padrão, pois, nessa situação, ela tenderia a utilizar as formas de prestígio e a rejeitar as formas estigmatizadas. Os dados apresentados ratificam isso, na medida em que o sexo feminino produz as variantes retroflexa e velar com menos frequência que os homens, já que a primeira normalmente está associada a uma fala “caipira” e a segunda é frequentemente interpretada pelos informantes como forma “antipática”, “exibicionista”, “debochada”, “forçada” etc., conforme se verá na seção 7.3. Ao contrário, o rótico alveolar (ainda que tenha ocorrência mínima no *corpus*) possui certo grau de *status* e, provavelmente por isso, é mais utilizado pelo sexo feminino.

Em relação ao tepe, os resultados muito próximos do ponto neutro (.199 para os homens e .183 para as mulheres) demonstram um comportamento praticamente idêntico dos informantes e evidenciam que esse fator social não está condicionando o uso dessa variante rótica.

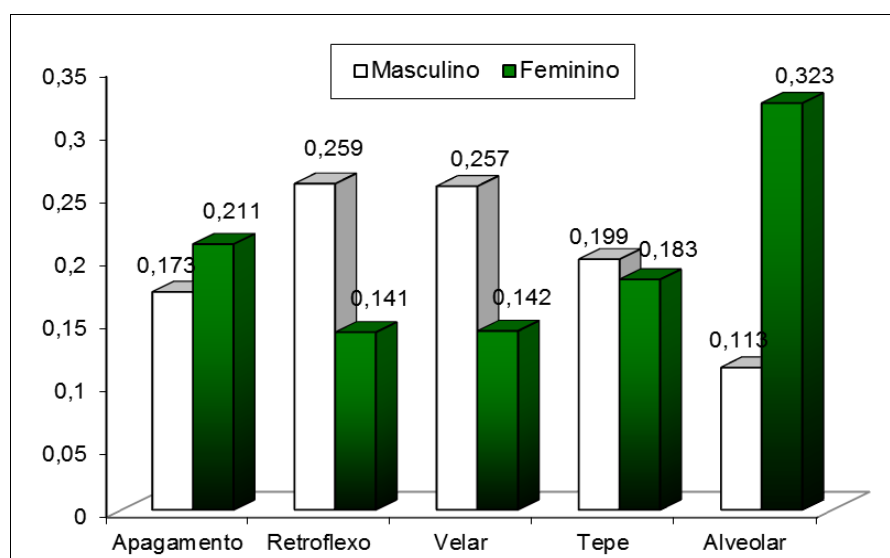
A tabela a seguir apresenta a distribuição dos róticos na variável sexo, excluindo o apagamento.

Tabela 16 – Distribuição dos róticos na variável sexo, excluindo o apagamento.

Variantes	Sexo					
	Masculino			Feminino		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Retroflexo	1.543	58,5	.313	1.095	41,5	.178
Velar	1.108	58,4	.311	789	41,6	.179
Tepe	604	47,3	.239	674	52,7	.234
Alveolar	23	21,3	.137	85	78,7	.409
Total	3.278			2.643		

Retirando-se o zero fonético, pode-se constatar que os resultados não se alteram em termos de favorecimento ou desfavorecimento de uso das variantes; porém os pesos relativos aumentam significativamente, deixando mais evidentes os contextos que condicionam a realização de um ou de outro rótico, lembrando que o ponto neutro, com quatro variantes, passa a ser 0.25.

A seguir, apresenta-se o gráfico da distribuição das variantes róticas na variável sexo, incluindo o apagamento.

Gráfico 3 – Distribuição dos róticos na variável sexo.

7.1.1.2 Faixa etária

Os informantes desta tese estão divididos em duas faixas etárias: na primeira (doravante 1.^a FE), estão os indivíduos com idades entre 20 e 35 anos e, na segunda (doravante 2.^a FE), entre 50 e 65 anos. Na Tabela 17, exibe-se a distribuição das variantes róticas nesse fator social.

Tabela 17 – Distribuição dos róticos na variável faixa etária.

Variantes	Faixa etária					
	Primeira			Segunda		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Apagamento	1.628	57,1	.311	1.224	42,9	.118
Retroflexo	1.300	49,3	.199	1.338	50,7	.184
Velar	960	50,7	.204	937	49,3	.179
Tepe	492	38,5	.160	786	61,5	.228
Alveolar	33	30,6	.126	75	69,4	.291
Total	4.413			4.360		

Na 1.^a FE, o peso relativo mais significativo concentra-se no zero fonético (.311). Já a 2.^a FE favorece o rótico alveolar (.291). Conforme comentado anteriormente, a vibrante alveolar múltipla é a variante mais conservadora e a que exige maior esforço articulatorio para ser pronunciada, talvez por isso apresente peso relativo favorecedor para a 2.^a FE, pois os mais jovens, em geral, parecem não ter preocupação com uma pronúncia mais marcada, mais acentuada, o que também justificaria o peso relativo favorecedor para o apagamento. Além disso, esses falantes são os que mais assistem a programas de televisão cuja linguagem é geralmente informal, escutam estilos musicais diferentes, dentre os quais pagode, axé music, novo estilo sertanejo, funk etc., músicas “recheadas” de formas populares como o apagamento do rótico, comunicam-se por meio de MSN, Facebook, Orkut, usam a linguagem da internet, enfim, fazem uso de meios de comunicação que favorecem o zero fonético.

O fato de o apagamento ser menos produzido pelos informantes da 2.^a FE e mais realizado pelos informantes da 1.^a FE pode ainda configurar uma situação de mudança em progresso. Tarallo (1986) informa que, para que se flagre uma mudança em progresso, é preciso que a variante mais inovadora (neste caso, o zero fonético) seja mais frequente entre os jovens, decrescendo na faixa etária mais velha. E essa é a situação existente nesse caso. Assim como a ocorrência mais frequente da vibrante múltipla na 2.^a FE, decrescendo na 1.^a FE, também indica um processo de mudança com vistas ao desaparecimento dessa variante, na fala dos gaúchos, ao menos na região em estudo. Entretanto, em relação aos dialetos carioca e norte-paranaense, uma e três ocorrências de vibrante alveolar múltipla, respectivamente, parece indicar que a mudança já aconteceu.

Quanto ao rótico retroflexo, as diferenças tanto em termos percentuais quanto em pesos relativos são muito pouco expressivas (.199 para a 1.^a FE e .184 para a 2.^a FE), revelando uma situação de neutralidade e, portanto, o fator faixa etária não se mostra relevante para o uso dessa variante.

Já em relação às variantes velar e tepe, pode-se observar que os pesos relativos indicam um pequeno favorecimento ao uso do rótico velar na 1.^a FE (.204) e do tepe na 2.^a FE (.228), embora ainda muito próximos do ponto neutro, logo pouco relevantes estatisticamente. Talvez o favorecimento ao tepe na 2.^a FE tenha relação com o menor índice de apagamento nessa faixa etária, ou seja, o tepe seria a variante mais próxima do apagamento, um tipo de recurso para substituí-lo.

Na Tabela 18, registra-se a distribuição dos róticos na variável faixa etária, excluindo o zero fonético.

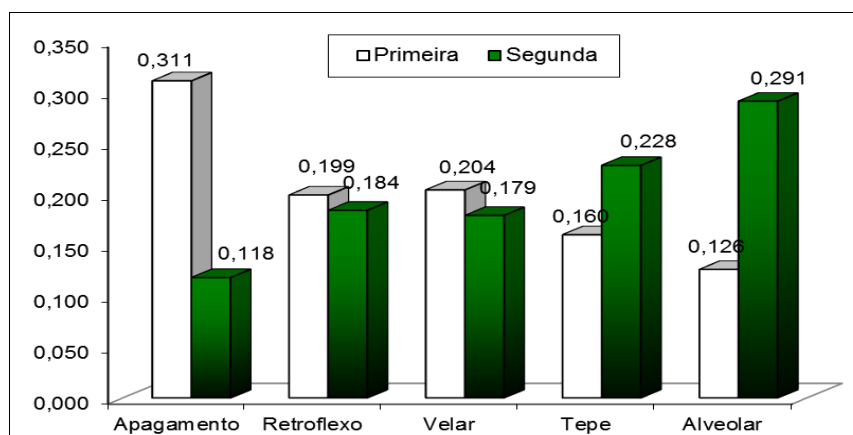
Tabela 18 – Distribuição dos róticos na variável faixa etária, excluindo o apagamento.

Variantes	Faixa etária					
	Primeira			Segunda		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Retroflexo	1.300	49,3	.289	1.338	50,7	.208
Velar	960	50,7	.297	937	49,3	.202
Tepe	492	38,5	.233	786	61,5	.258
Alveolar	33	30,6	.181	75	69,4	.332
Total	2.785			3.136		

A exclusão do apagamento implicou o aumento dos pesos relativos nas demais variantes, embora sem alteração significativa quanto ao favorecimento ou desfavorecimento condicionado pelo fator faixa etária. Apenas o rótico retroflexo afasta-se um pouco do ponto neutro em relação ao resultado com o zero fonético e passa a ter peso relativo mais favorecedor na 1.^a FE (.289).

Na sequência, apresenta-se o gráfico da distribuição das variantes róticas nessa variável, incluindo o apagamento.

Gráfico 4 – Distribuição dos róticos na variável faixa etária.



7.1.1.3 Grau de escolaridade

Tradicionalmente, a escola tem sido o veículo por meio do qual os indivíduos entram em contato com as normas prescritas pelas gramáticas normativas. Essas normas privilegiam, em geral, as formas ditas clássicas, canônicas. Por meio da variável grau de escolaridade, é possível examinar em que medida as diferenças decorrentes do nível de instrução (mais ou menos escolarizado) levam os informantes a optarem por uma variante em detrimento de outra(s).

Tabela 19 – Distribuição dos róticos na variável grau de escolaridade.

Variantes	Grau de escolaridade					
	Ensino médio			Superior		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Apagamento	1.572	55,1	.272	1.280	44,9	.136
Retroflexo	1.159	43,9	.170	1.479	56,1	.219
Velar	978	51,6	.198	919	48,4	.187
Tepe	771	60,3	.238	507	39,7	.156
Alveolar	30	27,8	.122	78	72,2	.303
Total	4.510			4.263		

Os pesos relativos expostos na Tabela 19 informam que existe maior probabilidade de uso da variante alveolar quando o informante possui curso superior (.303) e maior tendência ao apagamento se o informante possui apenas o nível médio (.272). Esses resultados são bastante significativos e parecem revelar que os indivíduos mais escolarizados percebem o *status* da variante alveolar que, segundo Callou e Leite (1995), é ainda uma variante de prestígio.

O favorecimento de ocorrência do zero fonético na fala de pessoas menos escolarizadas parece ser característica de uma pronúncia mais despreocupada. Hora (2009, p. 39), citando Oliveira (1983), destaca que, “de acordo com alguns relatos, o apagamento está relacionado a falantes de classe mais baixa e é considerado um vulgarismo [...]”. Também Brescancini e Monaretto (2008, p. 62), confrontando resultados de pesquisas realizadas sobre o apagamento da vibrante na região Sul do Brasil, depararam-se com a maior probabilidade de apagamento entre pessoas com baixa escolaridade. Já os informantes mais escolarizados talvez procurem evitar o apagamento, por ser característica de uma fala menos culta.

Em relação às outras variantes, evidencia-se uma tendência ao uso do retroflexo se o informante possui o curso superior (.219) e ao uso do tepe (.238) se possui

ensino médio. Esse resultado parece apontar que os indivíduos mais escolarizados são menos preconceituosos, já que são os que mais usam a variante considerada sem prestígio.

Já a ocorrência do rótico velar mostra-se indiferente para um ou outro grau de escolaridade, visto que os pesos relativos estão muito próximos do ponto neutro (.198 para informantes com ensino médio e .187 para informantes com curso superior).

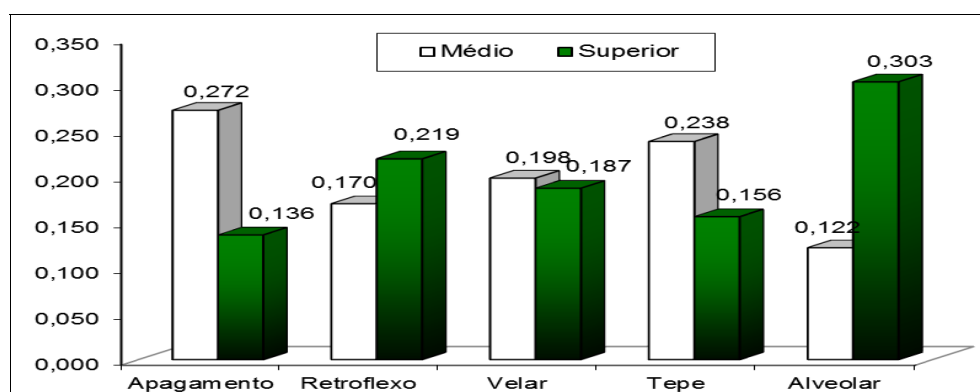
Na tabela a seguir, os dados são apresentados com a exclusão do apagamento.

Tabela 20 – Distribuição dos róticos na variável grau de escolaridade, excluindo o apagamento.

Variantes	Grau de escolaridade					
	Ensino médio			Superior		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Retroflexo	1.159	43,9	.233	1.479	56,1	.253
Velar	978	51,6	.272	919	48,4	.217
Tepe	771	60,3	.326	507	39,7	.181
Alveolar	30	27,8	.169	78	72,2	.349
Total	2.938			2.983		

A Tabela 20 aponta que, ao excluir o apagamento, o peso relativo para a variante tepe aumenta significativamente nos informantes com ensino médio: .326. Há também um aumento relativamente importante na variante velar, que passa a ser mais favorecida nesse grau de escolaridade (.272), afastando-se do ponto neutro. Os demais resultados mantêm os mesmos favorecimentos, apenas com pequenos aumentos nos pesos relativos. A seguir, expõe-se a distribuição, em gráfico, das variantes róticas na variável grau de escolaridade, incluindo o apagamento.

Gráfico 5 – Distribuição dos róticos na variável grau de escolaridade.



7.1.1.4 Grau de formalidade

A variável independente grau de formalidade das diferentes partes da entrevista mostrou-se altamente condicionadora de uso das variantes róticas. Dependendo da situação – mais informal e menos estruturada, mais formal e mais controlada –, os informantes mudam a variante utilizada, conforme se vê na Tabela 21.

Tabela 21 – Distribuição dos róticos na variável grau de formalidade.

Variantes	Grau de formalidade											
	Narrativa			Descrição			Questionário			Leitura		
	Ocor.	%	P.R.	Ocor.	%	P.R.	Ocor.	%	P.R.	Ocor.	%	P.R.
Apagamento	1.764	61,9	.803	1.033	36,2	.774	46	1,6	.048	9	0,3	.005
Retroflexo	1.117	42,3	.054	498	18,9	.053	406	15,4	.229	617	23,4	.244
Velar	822	43,3	.055	345	18,2	.051	282	14,9	.228	448	23,6	.250
Tepe	420	32,9	.042	367	28,7	.076	206	16,1	.232	285	22,3	.213
Alveolar	38	35,2	.046	18	16,7	.046	19	17,6	.263	33	30,6	.287
Total	4.161			2.261			959			1.392		

O zero fonético é altamente favorecido na narrativa (.803), ou seja, nas situações em que os informantes contam um fato de sua vida. A eles era solicitado que falassem a respeito de um fato que os tivesse marcado, uma situação nunca esquecida, ou por ter sido muito triste, ou muito alegre, ou por lhes ter causado medo, revolta, constrangimento. Nessas circunstâncias, não é raro os informantes ficarem emocionados, a ponto de chorarem, ou bastante descontraídos, rindo muito ao se lembrarem de um dado momento, ou entusiasmados ao falarem de algo que, de algum modo, “mexeu” com seus sentimentos. Nessas ocasiões, quando se apresenta então uma situação mais informal e menos estruturada, os informantes tendem a produzir mais casos de apagamento, porque sua fala está mais descontraída, porque não estão monitorando⁹⁴, o tempo todo, aquilo que dizem. Seguem alguns exemplos:

- (09) Na minha cabeça, eu não ia passa[0], né, então eu lembro que ela tava escutando e ela ainda querendo abafa[0] com panos quentes... (Inf. 21)
- (10) É... é já fazia, já tava pra vencê[0], assim, né, nem achava que ia sê[0] chamado, né, (Inf.42)
- (11) ...a prima dela lá e aí deu o telefone e a gente combinô de saí[0], mais só saí[0], né, como amigo assim, aí a gente combinô de saí[0] numa... numa danceteria (Inf. 34)

⁹⁴ Não se vai afirmar aqui que os informantes não monitoram, de forma alguma, sua fala, porque, em uma entrevista, sempre haverá certo controle quanto à maneira de se expressar; mas, com certeza, pode-se dizer que esse controle se reduz consideravelmente na narração de um episódio marcante. Conforme afirma Labov (2008, p. 102-103): “Não é uma situação tão formal quanto um discurso público, e é menos formal do que a fala que seria usada numa primeira entrevista de emprego, mas certamente é mais formal do que a conversa casual entre amigos ou membros da família”.

- (12) Ela me seguiu a noite inteira pra vê[0] se eu ia bebê[0], né, que ela não gosta de gente que bebe, né (rindo). (Inf. 34)
- (13) ...então eu num podia la[]gá[0], mas se eles tivessem me chamado logo naquele começo, né, e fosse o caso de eu precisá[0] mesmo optá[0], dava pra eu deixá[0] de lado mesmo algumas aula (Inf. 13)

A descrição também favorece de forma expressiva o apagamento (.774), provavelmente por se tratar de uma situação em que a fala ainda está mais natural, já que os informantes estão fazendo referência a algo sobre o qual têm domínio: uma receita ou um trajeto que eles mesmos escolheram descrever. Talvez o peso relativo seja menor do que o da narrativa porque a descrição propicia uma fala um pouco mais estruturada, no sentido de que os informantes precisam lembrar alguns detalhes para elaborar seu discurso, já que, nessa circunstância, eles devem “ensinar” como fazem determinado trajeto ou como preparam uma receita, inclusive por orientação da entrevistadora que lhes solicitava que descrevessem essas situações como se a estivessem ensinando. Exemplos:

- (14) ...tem que tê[0] paciência pra co[]tá[0] bem pequenininho. (Inf. 38)
- (15) Quando ela começa a querê[0] fritá[0], eu vo pingando água. (Inf. 12)
- (16) Você vira à direita e segue reto, se segui[0] reto, cê vai caí[0] dentro da Toyota... (Inf. 2)
- (17) Em vez de segui[0] reto na Paraná, eu passo ali na Colombo, em vez de cruza[0] a Colombo, eu pego a Colombo e subo em direção à UEM. (Inf. 39)

Já no questionário e na leitura, praticamente não houve apagamento, foram 46 ocorrências no questionário, o que corresponde a 1,6% dos zeros fonéticos, e apenas 9 casos na leitura, menos de 0,5%. Esses resultados revelam que, nessas duas partes da entrevista, a fala dos informantes alcança um grau mais elevado na escala de formalidade, demonstrando que passam a monitorá-la com mais consciência. Isso acontece porque, nesse momento, é preciso maior concentração para responder às perguntas que lhes são solicitadas no questionário fonético-fonológico e para realizar corretamente a leitura do texto. Alguns manifestavam grande preocupação em não saber responder ao questionário; outros pediam para ler novamente quando julgavam que sua leitura não havia sido adequada. Interessante observar que, no momento da leitura, mesmo nos ambientes altamente favorecedores ao zero fonético, como nas formas verbais no infinitivo, praticamente não se suprimiu o rótico, revelando o cuidado em marcar todos os fonemas. Como se percebe, os pesos relativos vão decrescendo de uma situação de maior favorecimento do zero fonético (.803, na narrativa) em direção à sua quase ausência (.005, na leitura).

Na realização das demais variantes (retroflexo, velar, tepe e vibrante alveolar múltipla), verifica-se o inverso. Os menores pesos relativos encontram-se na

narrativa e na descrição, aumentando consideravelmente no questionário e na leitura. Como estas duas últimas partes da entrevista correspondem a uma parte mais formal e estruturada, evita-se o zero fonético e propicia-se o uso das demais variantes. Salienta-se, entretanto, que os pesos relativos não alcançam índices tão altos quanto os do apagamento, muitos ficam próximos do ponto neutro (que para cinco variantes é 0.20), demonstrando uma distribuição equitativa entre as variantes, porque, na verdade, cada informante usou o rótico típico de seu dialeto e, como a distribuição entre os informantes é equilibrada, a frequência de uso de cada variante também se mostrou equilibrada. A única variante que apontou um peso relativo um pouco mais significativo foi a vibrante alveolar múltipla (.287), na parte referente à leitura. Ao produzir a vibrante múltipla, o informante parece preocupado em pronunciar o /r/ de forma mais acentuada, mais marcada, mais “elegante”.

Na sequência, expõe-se a distribuição dos róticos na variável grau de formalidade, excluindo o apagamento.

Tabela 22 – Distribuição dos róticos na variável grau de formalidade, excluindo o apagamento.

Variantes	Grau de formalidade											
	Narrativa			Descrição			Questionário			Leitura		
	Ocor.	%	P.R.	Ocor.	%	P.R.	Ocor.	%	P.R.	Ocor.	%	P.R.
Retroflexo	1.117	42,3	.273	498	18,9	.234	406	15,4	.243	617	23,4	.244
Velar	822	43,3	.279	345	18,2	.224	282	14,9	.242	448	23,6	.250
Tepe	420	32,9	.214	367	28,7	.337	206	16,1	.245	285	22,3	.215
Alveolar	38	35,2	.234	18	16,7	.205	19	17,6	.271	33	30,6	.292
Total	2.397			1.228			913			1.383		

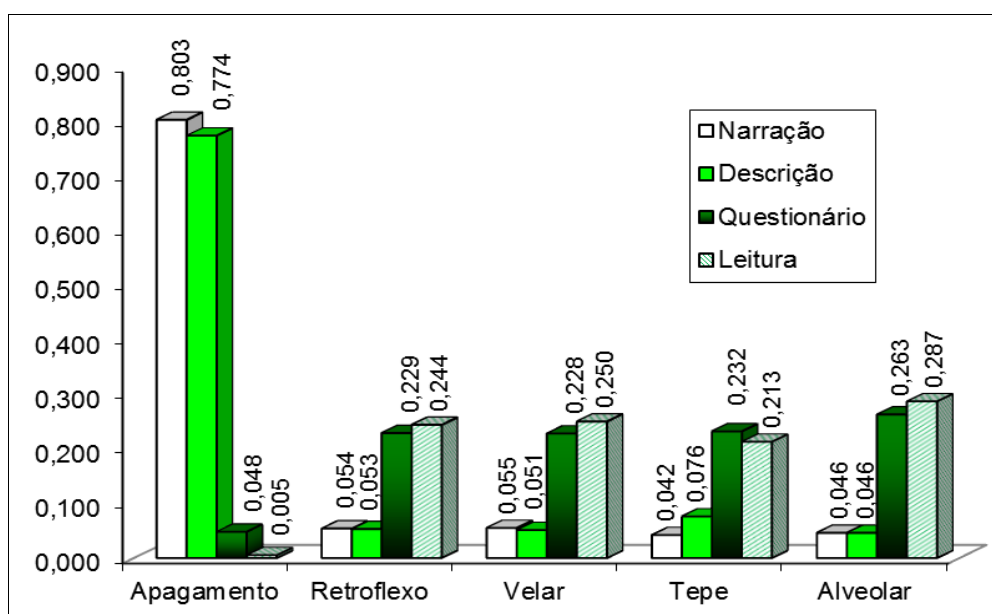
Na Tabela 22, observa-se que, ao retirar o apagamento, os pesos relativos das variantes equilibram, ficando próximos do ponto neutro (0.25 para quatro variantes). Nesse contexto, a narrativa passa a favorecer os róticos retroflexo (.273) e velar (.279); a descrição, o tepe (.337); o questionário e a leitura, o alveolar (respectivamente, .271 e .292).

Possivelmente, a narrativa favorece o retroflexo e o velar porque são as variantes que aparecem, respectivamente, em segundo e em terceiro lugar no cômputo geral dos dados; assim, retirando-se o apagamento, elas se destacam. Além disso, essas variantes representam o uso típico de cada dialeto; como a narrativa propicia uma fala mais espontânea, espera-se que haja peso relativo favorecedor às variantes que aparecem na fala menos formal. O incremento no número de ocorrências do rótico retroflexo se deve, conforme já se destacou, ao uso que dele fazem os gaúchos, que dividem suas realizações de róticos em coda silábica entre o tepe (um pouco mais numeroso) e o retroflexo.

A descrição passa a favorecer o tepe (.337) talvez por se tratar de uma variante mais neutra, “intermediária” quanto à formalidade e quanto à consciência da própria fala, em um contexto da entrevista que também possui um grau intermediário de formalidade. Ela não é tão “destacada” quanto as outras, seja positiva, seja negativamente falando. Ninguém se refere a essa variante como “caipira”, “feia”, “enjoativa”, “exibida”, “pedante” etc., características atribuídas às outras variantes.

O questionário e a leitura, mais estruturados, continuam a ratificar o uso da variante mais formal, ou seja, a vibrante alveolar múltipla (.271 e .292, respectivamente). A distribuição das variantes nessa variável (incluindo o apagamento) pode ser visualizada no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição dos róticos na variável grau de formalidade.



7.1.2 Os fatores linguísticos

Os fatores linguísticos escolhidos para esta análise foram a posição do rótico na palavra (coda silábica interna ou externa) e a classe gramatical (verbo ou não verbo), porque, conforme já se destacou, têm sido analisados em diversos trabalhos que tratam do mesmo tema (CALLOU; LEITE, 1995; CALLOU *et al.*, 1996; HORA, 2006 e 2009; BRESCANCINI; MONARETTO, 2008; BOTASSINI, 2011) e têm-se mostrado um dos elementos mais relevantes no condicionamento da variável dependente.

Nas subseções a seguir, apresentam-se as ocorrências do /r/ em relação a essas variáveis.

7.1.2.1 Posição do rótico

Na Tabela 23, apresenta-se a distribuição das variantes apagamento, retroflexo, velar, tepe e vibrante alveolar múltipla na variável linguística posição do rótico na coda silábica.

Tabela 23 – Distribuição dos róticos na variável posição na coda silábica.

Variantes	Posição do rótico					
	Coda interna			Coda externa		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Apagamento	4	0,1	.005	2.848	99,9	.920
Retroflexo	1.699	64,4	.230	939	35,6	.021
Velar	1.291	68,0	.251	606	32,0	.020
Tepe	831	65,0	.237	447	35,0	.021
Alveolar	73	67,6	.277	35	32,4	.018
Total	3.898			4.875		

Os dados indicam que, com exceção do zero fonético, as outras variantes apresentam distribuição bastante equivalente tanto na coda silábica interna quanto na externa. Na primeira, há frequência mais elevada dos róticos, com índices percentuais variando de 64% a 68%; na segunda, esse índice diminui, ficando entre 32% e 35%.

Os pesos relativos evidenciam que a variável posição do rótico na coda silábica é ambiente altamente propício para a ocorrência do apagamento quando a coda é externa (.920), aplicação quase categórica. Ao contrário, a posição de coda silábica interna desfavorece grandemente a sua realização (.005). Sua influência sobre as demais variantes é tão relevante que praticamente iguala seus percentuais e pesos relativos, apesar de serem tão diferentes numericamente.

Sobre a variação dos róticos em coda silábica, Paiva e Duarte (2009, p. 145-146) assim se expressam:

[...] pode-se afirmar que o apagamento da vibrante em posição final, apesar da sua manutenção na escrita, não é sensível à avaliação por parte dos falantes; a supressão do mesmo segmento em posições mediais, no entanto, é saliente, percebida e avaliada como “mau português”.

Em relação aos quatro casos de cancelamento do /r/ na coda silábica interna, observa-se que ocorreram em formas não verbais: *porque*, *borboleta*, *borboletas* e *supermercado*. Dois casos foram produzidos na narrativa (*porque* e *supermercado*) e dois no questionário (*borboleta* e *borboletas*), cada ocorrência foi realizada por um informante diferente. Assim, não há como tentar estabelecer um padrão para essas ocorrências, inclusive

porque são muito pouco significativas numericamente e podem representar, simplesmente, uma falha no momento de pronunciar a palavra, por razões como fala apressada, cansaço, dúvida⁹⁵ etc.

- (18) Eu abracei, pulava com ela e ela não entendia nada, po[0]que ela sabia que eu tava alegre. (Inf. 05)
- (19) INQ.- Qual o nome do inseto que voa e tem as asas bonitas e coloridas?
INF.- Bo[0]boleta. (Inf. 18)
- (20) INQ.- Qual o nome do inseto que voa e tem as asas bonitas e coloridas?
INF.- Bo[0]boletas. (Inf. 25)
- (21) ...nesse local se chamava... era mais ou menos como supe[0]me[ɾ]cado, aqui eu não sei... (Inf. 40)

Em coda interna, os pesos das demais variantes ficam todos muito próximos da neutralidade (.20), indicando que, nesse contexto, é praticamente indiferente utilizar um ou outro rótico. A única variante que apresenta um peso um pouco mais significativo é a alveolar (.277). Essa situação pode estar relacionada ao fato de a vibrante alveolar possuir uma pronúncia mais marcada, mais forte; como o final de palavra é o ambiente oportuno ao zero fonético, a chance de essa variante ocorrer nesse contexto é mínima (.018).

Em coda externa, os pesos relativos dos róticos retroflexo, velar, tepe e vibrante alveolar múltipla, todos iguais ou abaixo de .021, apontam esse contexto como pouco propício à realização dessas variantes. Novamente se constata ser a coda silábica externa ambiente condicionador para o apagamento, que representa 58,4% das 4.875 ocorrências de róticos na coda externa, como se pode confirmar pela tabela a seguir, em que os dados percentuais estão dispostos de forma a verificar a distribuição das diferentes variantes na coda interna e, posteriormente, na externa (ler verticalmente).

Tabela 24 – Distribuição dos róticos na variável posição na coda silábica.

Variantes	Posição do rótico					
	Coda interna			Coda externa		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Apagamento	4	0,1	.005	2.848	58,4	.920
Retroflexo	1.699	43,6	.230	939	19,3	.021
Velar	1.291	33,1	.251	606	12,4	.020
Tepe	831	21,3	.237	447	9,2	.021
Alveolar	73	1,9	.277	35	0,7	.018
Total	3.898	100,0		4.875	100,0	

⁹⁵ A situação de dúvida, frequente no questionário, sobretudo por achar a resposta óbvia demais, levava o informante, algumas vezes, a falar baixo ou cortando a palavra, com receio de “errar” a resposta.

Os dados expostos na Tabela 24 mostram que, em coda interna, os róticos mais produzidos são o retroflexo, com 43,6% das 3.898 ocorrências, seguido pelo velar, com 33,1%, e pelo tepe, com 21,3%. A diferença de uma variante para outra é razoavelmente significativa, em torno de 10%, e evidencia a preferência pelo uso do rótico típico do Norte do Paraná, apesar do preconceito explicitado pela maioria dos informantes com relação a essa variante, conforme se verá nas próximas seções.

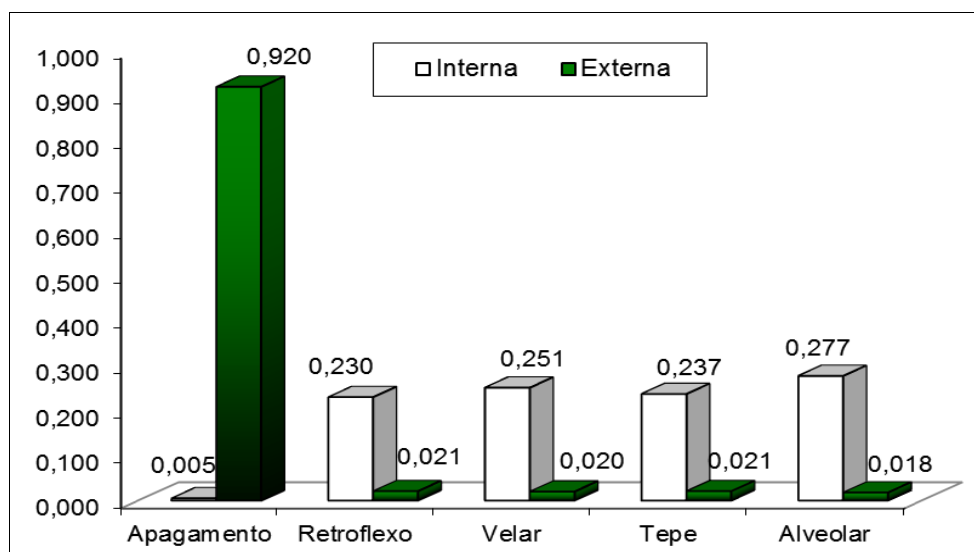
A Tabela 25 apresenta a redistribuição dos percentuais e dos pesos relativos quando se exclui o zero fonético.

Tabela 25 – Distribuição dos róticos na variável posição na coda silábica, excluindo o apagamento.

Variantes	Posição do rótico					
	Coda interna			Coda externa		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Retroflexo	1.699	43,6	.233	939	46,3	.267
Velar	1.291	33,2	.253	606	29,9	.246
Tepe	831	21,3	.239	447	22,1	.260
Alveolar	73	1,9	.275	35	1,7	.227
Total	3.894	100,0		2.027	100,0	

Ao retirar o apagamento, os percentuais na coda interna não se modificam, porque havia apenas 0,1% de apagamento nessa posição. Já na coda externa, a redistribuição das variantes modifica consideravelmente os percentuais, ficando em equilíbrio com os percentuais da coda interna, muito próximos em cada variante, diferentemente da situação em que havia o zero fonético.

Em relação aos pesos relativos, o mais significativo é o da vibrante alveolar múltipla na coda interna (.275), já que se trata de uma variante bastante sonora e que, portanto, é mais propícia ao ambiente interno. Já a coda externa passa a favorecer o rótico retroflexo (.267), seguido do tepe (.260), porém com pesos muito próximos do ponto neutro. Na sequência, apresenta-se o gráfico com a distribuição das variantes róticas na variável posição do rótico na coda silábica, incluindo o apagamento.

Gráfico 7 – Distribuição dos róticos na variável posição na coda.

7.1.2.2 Classe gramatical

A variável independente classe gramatical também se mostrou um fator condicionador para a escolha da variante rótica a ser empregada, conforme se pode examinar na Tabela 26.

Tabela 26 – Distribuição dos róticos na variável classe gramatical.

Variantes	Classe gramatical					
	Verbo			Não verbo		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Apagamento	2.807	98,4	.784	45	1,6	.017
Retroflexo	642	24,3	.050	1.996	75,7	.267
Velar	481	25,4	.052	1.416	74,6	.255
Tepe	342	26,8	.055	936	73,2	.242
Alveolar	35	32,4	.060	73	67,6	.220
Total	4.307			4.466		

Os dados revelam alto favorecimento ao zero fonético em se tratando de verbos: .784 (98,4%); já nos “não verbos”, a probabilidade de sua realização é mínima, apenas .017 (1,6%). Esse resultado confirma, para este trabalho, o que outras pesquisas (CALLOU; LEITE, 1995; CALLOU *et al.*, 1996; OLIVEIRA, 1997; HORA, 2006; HORA, 2009; dentre outros) já apontaram em relação a ser a variável classe gramatical condicionadora de apagamento do /r/ em verbos e de sua manutenção nos nomes.

Cabe ressaltar, entretanto, que o contexto desse resultado se dá, especificamente, na coda final ou externa dos verbos, ou seja, trata-se da conjugação dos dois fatores. Conforme Callou, Moraes e Leite (1996, p. 482), “[...] para o entendimento da atuação da regra de apagamento do /r/, é necessário distinguir, além de posição interna e posição externa, a classe morfológica do vocábulo”.

Essa conjugação de fatores apresenta-se praticamente como categórica para o zero fonético. A respeito desse contexto, Oliveira (1997, p. 39-40) chega a declarar, pelos resultados obtidos em seu trabalho e em de outros estudiosos, que “parece não fazer muito sentido em se [sic] falar de uma regra que cancele (r)’s finais em verbos. [...] Em outras palavras, é como se o (r) final realmente não mais existisse nos verbos”.

De fato, nos dados desta tese, as formas verbais em infinitivo raramente são marcadas, mesmo em se tratando de formas verbais monossilábicas, ambiente considerado desfavorável ao apagamento. Exemplos:

- (22) Acho que ele deve tê[0] umas quinze lojas (Inf. 02)
- (23) ...pra i[0] lá buscá[0] meus cliente não vai tê[0] mais transto[ɾ]no <no>, né, (Inf. 02)
- (24) Eu sou homem pra faze[0], eu sou homem pra assumi[0] (Inf. 22)
- (25) ...assim, pra não senti[0], não caí[0], sabe aquela coisa, não quero caí[0], não quero senti[0] (Inf. 29)
- (26) ...a primera impressão de chegá[0] no Paraná e não conhecê[0] ninguém, de sê[0] sozinho, de tipo só tê[0] o pessoal de casa, e assim... (Inf. 33)

Nas formas não verbais, o zero fonético praticamente não ocorreu, apenas 45 em 2.852 ocorrências. Desses 45 casos, 4 foram realizados em coda interna e 41 em coda externa. Das 41 realizações, mais de 70% estão concentradas em três palavras: qualquer (46,3%), açúcar (17,1%) e colher (7,3%). Contrariamente aos verbos, nas formas não verbais, não houve cancelamento do /r/ final em formas monossilábicas.

Callou, Moraes e Leite (1996, p. 476) esclarecem que quanto menor o vocábulo, maior a inibição ao apagamento, “confirmando a hipótese de os vocábulos mais extensos conduzirem a uma menor tensão articulatória, favorecendo o enfraquecimento”.

O apagamento se deu em 25 palavras dissílabas, em 10 trissílabas e em 6 polissílabas. Em relação às palavras que favorecem o apagamento do rótico, os resultados desta tese estão muito próximos do trabalho de Oliveira (1997), que também encontrou a palavra *qualquer* como ocorrência mais frequente em termos de cancelamento do /r/ (54,1%). Lembrando que, nos dados desta tese, das 25 palavras dissílabas, 19 referem-se à palavra *qualquer*.

- (27) Eu fico sozinho, me viro, frito um ovo, qualqué[0] coisinha que a gente faiz, né. (Inf. 04)
 (28) ...chamava de boi, de vaca, essas coisas, criança fala qualqué[0] coisa. (Inf. 29)
 (29) ...a sensação se é medo se é... é ou... alegria, tristeza, sei lá, indignação, qualque[0] uma delas, (Inf. 39)
 (30) ...e usa a tâmara no luga[] do açuca[0]. (Inf. 16)
 (31) Aí você coloca... falei a farinha né, açuca[0], manteiga,... (Inf. 28)
 (32) Depois de uma hora no congeladô[0], cê tira brigadero, mistura clara em neve com a mão. (Inf. 30)

Para as demais variantes, os pesos relativos ficam todos muito próximos, apontando que os verbos desfavorecem o seu uso, com pesos relativos entre .050 e .060 e, para os casos de “não verbos”, os pesos relativos ficam muito próximos do ponto neutro: .267 para o rótico retroflexo, .255 para o velar, .242 para o tepe e .220 para a vibrante alveolar múltipla, indicando ser praticamente indiferente utilizar uma ou outra variante quando a palavra não é um verbo.

Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição das variantes róticas na variável classe gramatical, excluindo-se o apagamento.

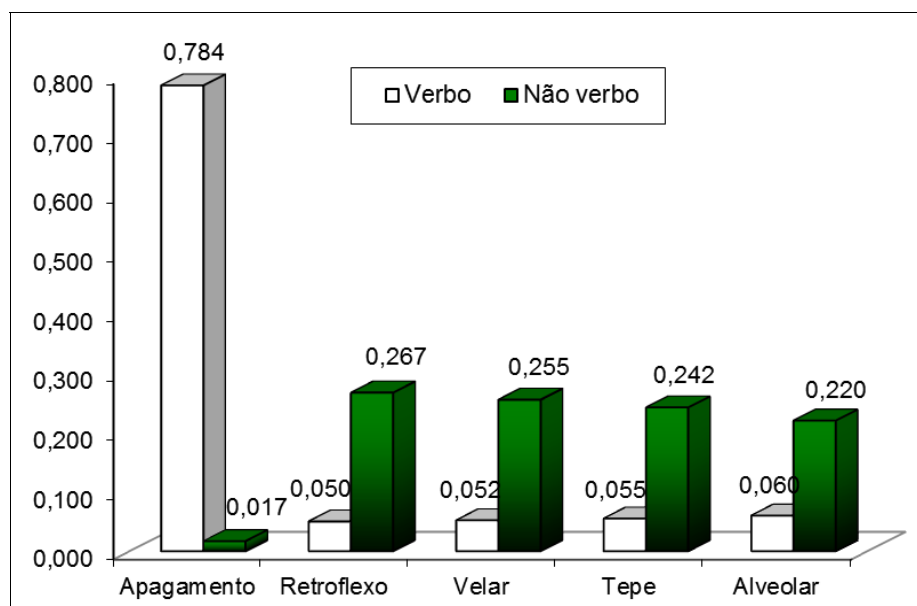
Tabela 27 – Distribuição dos róticos na variável classe gramatical, excluindo o apagamento.

Variantes	Classe gramatical					
	Verbo			Não verbo		
	Ocorrências	%	P.R.	Ocorrências	%	P.R.
Retroflexo	642	24,3	.230	1.996	75,7	.270
Velar	481	25,4	.241	1.416	74,6	.258
Tepe	342	26,8	.253	936	73,2	.246
Alveolar	35	32,4	.277	73	67,6	.225
Total	1.500			4.421		

Ao retirar o zero fonético, a distribuição das variantes se equilibra, passando a apresentar pesos relativos próximos do ponto neutro tanto nos verbos quanto nos “não verbos”. Nos verbos, a vibrante alveolar múltipla é levemente favorecida (.277), enquanto nas formas não verbais é o rótico retroflexo (.270).

A variável linguística classe gramatical mostrou-se, portanto, condicionadora de uso do zero fonético em coda externa. Para as demais variantes, não há favorecimento ou desfavorecimento, apresentando-se um fator indiferente para as ocorrências retroflexa, velar, tepe e vibrante alveolar múltipla.

O Gráfico 8 expõe a distribuição das variantes nessa variável.

Gráfico 8 – Distribuição dos róticos na variável classe gramatical.

7.2 O QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO

Esta segunda parte da análise trata dos resultados obtidos por meio do questionário quantitativo, adaptado da técnica *matched guise*, de Lambert e Lambert (1972), e do trabalho de Bergamaschi (2006) que, por sua vez, baseou-se no material do *Projeto Estigma*.

A adaptação da técnica *matched guise* realizada para esta tese consiste em utilizar três leitores diferentes (e não o mesmo leitor), naturais das regiões cujas variedades dialetais estão sendo estudadas (um norte-paranaense, um carioca e um gaúcho), para realizar a leitura do texto *Emagrecer para lembrar* (que consta da p. 124). Em relação à adaptação do trabalho de Bergamaschi (2006), como esta tese trabalha com informantes procedentes de regiões distintas e não da mesma região, algumas perguntas são diferentes, bem como as opções de respostas fornecidas aos informantes “juízes”.

O objetivo principal deste instrumento é verificar a reação dos informantes em relação às três variedades linguísticas ouvidas, lembrando que a eles não era informado que se tratava de pessoas de procedências distintas e que, portanto, possuíam dialetos diferentes, um dos quais representava o dialeto do próprio informante.

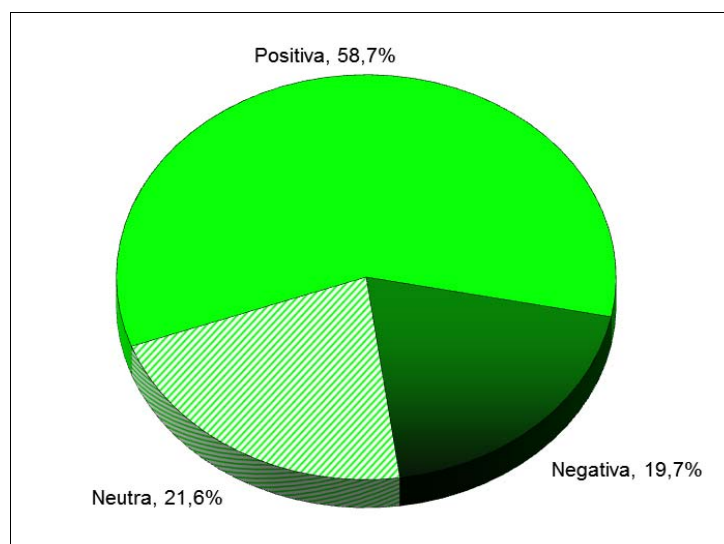
Conforme já explicado na metodologia, este questionário é composto de 24 frases afirmativas, algumas destacando características positivas (14 frases) e outras negativas (10 frases). Embora o número de frases não seja idêntico, isso em nada prejudica ou influi no

resultado final, visto que os informantes “juízes” tinham a opção de **concordar**, **concordar parcialmente**, **discordar**, **discordar parcialmente** ou **nem concordar nem discordar** das afirmações expressas. De modo que, por exemplo, ao assinalar “discordo” para uma frase que atribui característica positiva ao leitor, como a frase “A pessoa que você ouviu é confiável.”, o informante está manifestando uma avaliação negativa em relação a esse leitor.

As características atribuídas aos leitores podem ser divididas, basicamente, em três tipos: as vinculadas à competência, as relacionadas à integridade pessoal e as voltadas à atratividade social. Pertencem à competência adjetivos como inteligente, estudada, competente, criativa etc. Relacionam-se à integridade pessoal atributos como confiável, responsável, respeitosa, ajudam os outros quando precisam etc. As características vinculadas à atratividade social são, por exemplo, feia, antipática, engraçada, grossa etc.

Cada um dos 48 informantes respondeu três questionários (48 x 3 = 144 questionários). Cada questionário continha 24 perguntas (144 x 24 = 3.456 avaliações). Assim, foram realizadas, nesta parte da entrevista, 3.456 avaliações, das quais 2.030 (58,7%) foram positivas, 681 (19,7%) foram negativas e 745 (21,6%) neutras⁹⁶. O Gráfico 9 exibe a avaliação geral dos dialetos ouvidos.

Gráfico 9 – Avaliação geral dos dialetos ouvidos.



Consideraram-se avaliações positivas i) as respostas *concordo* e *concordo parcialmente* quando se referiam a características positivas e ii) as respostas *discordo* e *discordo parcialmente* quando se referiam a características negativas. Exemplos:

⁹⁶ Todas as informações estatísticas (número de ocorrências, percentuais, cruzamento de dados etc.) apresentadas para o questionário quantitativo foram geradas pelo programa computacional de Mendez Batista (2012).

A pessoa que você ouviu é inteligente. Resposta: concordo / concordo parcialmente.
 A pessoa que você ouviu é grossa. Resposta: discordo / discordo parcialmente.

Ao contrário, foram computadas como avaliações negativas i) as respostas *concordo* e *concordo parcialmente* quando se referiam a características negativas e ii) as respostas *discordo* e *discordo parcialmente* quanto se referiam a características positivas.

Exemplos:

A pessoa que você ouviu é grossa. Resposta: concordo / concordo parcialmente.
 A pessoa que você ouviu é inteligente. Resposta: discordo / discordo parcialmente.

Julgaram-se como avaliações neutras as respostas *nem concordo nem discordo*⁹⁷. Exemplo:

A pessoa que você ouviu é inteligente. Resposta: nem concordo nem discordo.

Na análise geral dos dados, ou seja, independentemente da procedência do informante e do dialeto avaliado, observou-se que, quando as afirmações fazem referência a características ligadas à atratividade social, os informantes respondem usando preferencialmente *concordo* e *discordo*. Apenas na afirmação “A pessoa que você ouviu é feia.”, o percentual foi mais alto para outra resposta (no caso, *nem concordo nem discordo*). Presume-se que os altos índices percentuais nessas duas respostas estejam relacionados com o fato de os informantes terem maior segurança e decisão quando vão avaliar esse tipo de característica.

As perguntas que dizem respeito à integridade pessoal também foram, em sua maioria, respondidas de forma bem definida (*concordo / discordo*). Em apenas dois casos, houve percentuais mais elevados para a resposta *nem concordo nem discordo*, a saber: “A pessoa que você ouviu é confiável” e “A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam”.

Já em relação às afirmações voltadas à competência, como “A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.”, verificou-se um comportamento mais indefinido, com respostas variadas e casos neutros, evidenciando que as características vinculadas à competência são mais difíceis de avaliar.

As avaliações positivas foram mais frequentes que as avaliações negativas e neutras juntas. O valor positivo é, entretanto, mais destacado quando se faz avaliação do leitor

⁹⁷ Recordando o exposto na página 125, a respeito das possíveis respostas: antes de iniciar os “julgamentos”, os entrevistados eram informados de que só poderiam assinalar uma resposta para cada afirmação e que deveriam assinalar “concordo” se estivessem plenamente de acordo com a afirmação; “concordo parcialmente” se a intenção fosse muito próxima de concordar apenas com uma pequena discordância; “discordo” se estivessem completamente em desacordo com a afirmação emitida; “discordo parcialmente” se a intenção fosse muito próxima de discordar, mas com algum pequeno ponto de concordância e “nem concordo nem discordo” se a afirmação apresentada não lhe despertasse opinião alguma.

gaúcho. A Tabela 28 apresenta os resultados referentes à avaliação dos dialetos ouvidos, independentemente do dialeto do informante que fez a avaliação.

Tabela 28 – Resultados referentes à avaliação dos dialetos ouvidos.

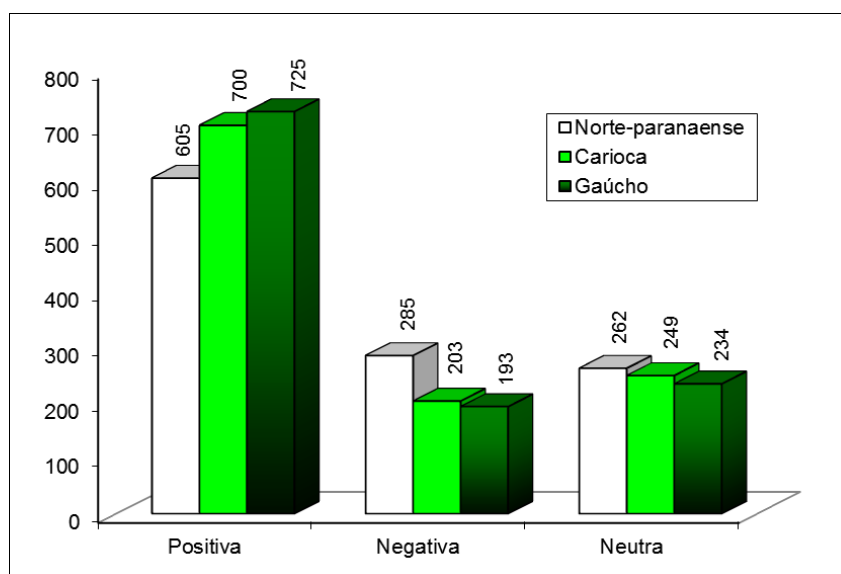
Dialeto ouvido	Avaliação					
	Positiva		Negativa		Neutra	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Norte-paranaense	605	52,5	285	24,7	262	22,7
Carioca	700	60,8	203	17,6	249	21,6
Gaúcho	725	62,9	193	16,8	234	20,3
Total	2.030	58,7	681	19,7	745	21,6

Os resultados percentuais apontam uma diferença de mais de 10% na avaliação positiva entre o gaúcho e o norte-paranaense; já entre o gaúcho e o carioca, essa diferença cai para 2,1%. Ao contrário, na avaliação negativa, é o norte-paranaense que se destaca em primeiro lugar, com 24,7%, contra 17,6% dos cariocas e 16,8% dos gaúchos. Em relação às avaliações neutras, os índices percentuais são bastante próximos, a diferença de um para outro dialeto ouvido é em torno de 1% e novamente o norte-paranaense está em primeiro lugar, com 22,7%, seguido do carioca com 21,6% e do gaúcho com 20,3%.

Depara-se, portanto, com uma nítida situação de preferência pelo dialeto gaúcho, seja pelo maior número de avaliações positivas, seja pelo menor índice de avaliações negativas e neutras. Quanto ao dialeto carioca, percebe-se que a avaliação é muito próxima da do gaúcho, com diferenças percentuais em torno de 2%. Em relação ao dialeto norte-paranaense, a situação muda um pouco, tanto a avaliação positiva quanto a negativa apresentam percentuais que se distanciam mais dos outros dois dialetos. Esses resultados informam que há certa “rejeição” (se é que se podem chamar assim avaliações positivas menos frequentes) à fala dos norte-paranaenses ou, pelo menos, menor estima em relação a ela.

Atitudes favoráveis ao falar gaúcho também foram referidas nos estudos de Melo (1988), Ramos (1997), Moralis (2000) e Bisinoto (2007 [2000]), superando a valorização atribuída ao falar carioca. Ao analisar o questionário qualitativo, será possível verificar os motivos de tal preferência e o(s) grupo(s) que julgou(ram) positivamente os gaúchos.

Ao observar o Gráfico 10, obtém-se uma visão conjunta da avaliação das três variedades linguísticas.

Gráfico 10 – Avaliação dos dialetos ouvidos.

A Tabela 29 apresenta o resumo das avaliações que cada grupo de dialeto (norte-paranaense, carioca e gaúcho) realizou em relação aos dialetos ouvidos.

Tabela 29 – Avaliação dos dialetos ouvidos por procedência.

Procedência / Dialeto ouvidos	Avaliação					
	Positiva		Negativa		Neutra	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Norte-paranaense	741	64,3	214	18,6	197	17,1
Norte-paranaense	228	59,4	83	21,6	73	19,0
Carioca	248	64,6	73	19,0	63	16,4
Gaúcho	265	69,0	58	15,1	61	15,9
Carioca	703	61,0	196	17,0	253	22,0
Norte-paranaense	214	55,7	82	21,4	88	22,9
Carioca	237	61,7	49	12,8	98	25,5
Gaúcho	252	65,7	65	16,9	67	17,4
Gaúcho	586	50,9	271	23,5	295	25,6
Norte-paranaense	163	42,4	120	31,3	101	26,3
Carioca	215	56,0	81	21,1	88	22,9
Gaúcho	208	54,2	70	18,2	106	27,6
Total	2.030	58,7	681	19,7	745	21,6

Cada grupo dialetal realizou 1.152 julgamentos que, somados, representam o total de 3.456 avaliações. Na sequência, são apresentados, primeiramente, os resultados referentes às avaliações dos informantes norte-paranaenses; posteriormente, dos cariocas e, por último, dos gaúchos.

Quanto às avaliações positivas, observa-se que, de todos os informantes, foram os norte-paranaenses os que mais as efetuaram, foram 741 casos, o que significa 64,3% das avaliações realizadas por esse grupo. O maior índice percentual de atitudes positivas parece

indicar que os norte-paranaenses são menos preconceituosos que os outros grupos, ou que, pelo menos, aceitam melhor as outras variedades linguísticas.

Um dado digno de destaque é que, dentre os dialetos ouvidos pelos norte-paranaenses, o que obteve o menor percentual de avaliações positivas foi o do leitor de sua própria variedade linguística. Ou seja, dos três leitores ouvidos, o que menos agradou aos norte-paranaenses foi o leitor de seu próprio dialeto, 59,4%, quase 10% a menos do que a avaliação do leitor gaúcho (69%) e 5,2% a menos do que a do leitor carioca (64,6%).

Em relação às avaliações negativas, os norte-paranaenses realizaram 214 casos (18,6%) do total de 1.152. Desses casos, 83 (21,6%) referem-se ao dialeto norte-paranaense, 73 (19%) ao carioca e 58 (15,1%) ao gaúcho. Novamente, há uma informação que aponta a preferência dos norte-paranaenses por outros dialetos, já que avalia mais negativamente a sua própria fala.

As avaliações neutras representam 17,1% do total de julgamentos realizados pelos norte-paranaenses, o menor percentual dentre todos os dialetos. Foram 73 casos (19%) para o leitor norte-paranaense, 63 (16,4%) para o carioca e 61 (15,9%) para o gaúcho, ratificando, mais uma vez, a preferência por outros dialetos ou, ao menos, opinião mais formada sobre eles; embora, nesse caso, as diferenças percentuais sejam menores.

O fato de as avaliações neutras terem sido realizadas em menor número pelos norte-paranaenses parece indicar, ainda, que esses informantes são os que mais se posicionam no momento de avaliar outros grupos, mostrando-se mais decididos quando emitem uma opinião.

Em relação às respostas dos informantes norte-paranaenses a cada uma das 24 afirmações constantes do questionário quantitativo, para não estender demasiadamente a análise e ainda assim ter uma ideia das avaliações realizadas, são apresentados os percentuais referentes, apenas, à opção de resposta *concordo*, atribuída a cada um dos leitores, lembrando que, nessa opção, estão amalgamadas as respostas *concordo* e *concordo parcialmente*.

As avaliações foram consideradas positivas quando os percentuais são altos em relação a características positivas e baixos em relação a características negativas. E julgaram-se avaliações negativas os casos de baixos percentuais relativos a características positivas e altos percentuais relativos a características negativas.

A Tabela 30 traz os percentuais de respostas *concordo* assinaladas pelos informantes norte-paranaenses ao avaliar os três leitores.

Tabela 30 – Percentual de respostas *concordo* na avaliação dos informantes norte-paranaenses.

Questões avaliadas pelos norte-paranaenses	Dialeto avaliado		
	Carioca	Gaúcho	Norte-paranaense
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.	87,5	93,8	75,0
02. A pessoa que você ouviu é feia.	6,3	37,5	43,8
03. A pessoa que você ouviu é estudada.	93,8	93,8	75,0
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.	62,5	81,3	75,0
05. A pessoa que você ouviu é grossa.	18,8	18,8	12,5
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.	62,5	75,0	81,3
07. A pessoa que você ouviu é confiável.	68,8	81,3	62,5
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.	25,0	6,3	37,5
09. A pessoa que você ouviu é responsável.	81,3	81,3	56,3
10. A pessoa que você ouviu é insegura.	37,5	12,5	50,0
11. A pessoa que você ouviu é antipática.	25,0	37,5	12,5
12. A pessoa que você ouviu é competente.	81,3	93,8	75,0
13. A pessoa que você ouviu é tímida.	18,8	12,5	31,3
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.	87,5	87,5	87,5
15. A pessoa que você ouviu é exibida.	31,3	25,0	18,8
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.	31,3	43,8	18,8
17. A pessoa que você ouviu é engraçada.	12,5	12,5	6,3
18. A pessoa que você ouviu é criativa.	50,0	37,5	18,8
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.	37,5	37,5	18,8
20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.	18,8	18,8	25,0
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.	87,5	87,5	68,8
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.	50,0	37,5	43,8
23. A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.	12,5	43,8	43,8
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.	68,8	75,0	50,0

As respostas às afirmações expressas no questionário quantitativo apontam informações muito interessantes e permitem observar especificamente quais são as características mais destacadas em cada dialeto, de acordo com a avaliação realizada pelos informantes norte-paranaenses, e compará-las.

Em relação ao leitor carioca, segundo a avaliação dos “juízes” norte-paranaenses, as características que apresentaram os maiores índices percentuais de respostas *concordo* em relação aos outros leitores foram apenas três: “exibida” (31,3%), “criativa” (50%) e “possui boa condição financeira” (50%).

Dentre essas três características, uma é negativa, “exibida”. De fato, é comum os informantes referirem-se aos cariocas como pessoas exibidas, arrogantes, soberbas⁹⁸. Quando comparado o percentual de *concordo* atribuído a essa característica para o leitor norte-paranaense, o índice cai para 18,8%, ou seja, avaliam como pouco provável que um leitor com aquele dialeto possa ser uma pessoa “exibida”, podendo estar isso relacionado

⁹⁸ Conforme poderá ser verificado na análise dos questionários qualitativos.

ao fato de o dialeto norte-paranaense ser considerado “caipira”, ou falado por pessoas simples, introvertidas.

O leitor carioca foi avaliado positivamente em outras características, além de “criativa” (50%) e “possui boa condição financeira” (50%), entretanto com percentuais iguais ou menores do que o dos outros dois leitores. Na verdade, quando comparado com o leitor norte-paranaense, o carioca só é desfavorecido quando o atributo é “cuidadosa” e “trabalhadora”.

Em relação ao leitor gaúcho, os “juízes” norte-paranaenses avaliaram-no quase sempre positivamente. As características em que mais se destaca quando comparado aos outros dois leitores são as seguintes: “inteligente” (93,8%), “cuidadosa” (81,3%), “confiável” (81,3%), “competente” (93,8%), “sente orgulho de falar assim” (75%). Além disso, iguala-se ao carioca quanto aos atributos “estudada” (93,8%), “responsável” (81,3%) e “tem boa cultura” (87,5%). Perde para o norte-paranaense apenas em relação à característica de pessoa “trabalhadora”.

Quanto às características avaliadas negativamente, destacam-se “grossa” (18,8%, índice igual ao do leitor carioca), “antipática” (37,5%) e “autoritária”⁹⁹ (43,8%). Observe-se que, para este último atributo, o percentual é bastante elevado, indicando que quase a metade dos informantes norte-paranaenses tem essa opinião. Talvez isso esteja relacionado à entonação da fala do gaúcho, ao fato de eles geralmente falarem alto.

Quando se analisam as avaliações realizadas pelos norte-paranaenses em relação ao leitor norte-paranaense, fica evidente o preconceito que existe quanto ao próprio dialeto. Praticamente todas as características positivas foram mais bem avaliadas para os leitores carioca e gaúcho, somente a característica “trabalhadora” se destaca, com 81,3% de respostas *concordo*.

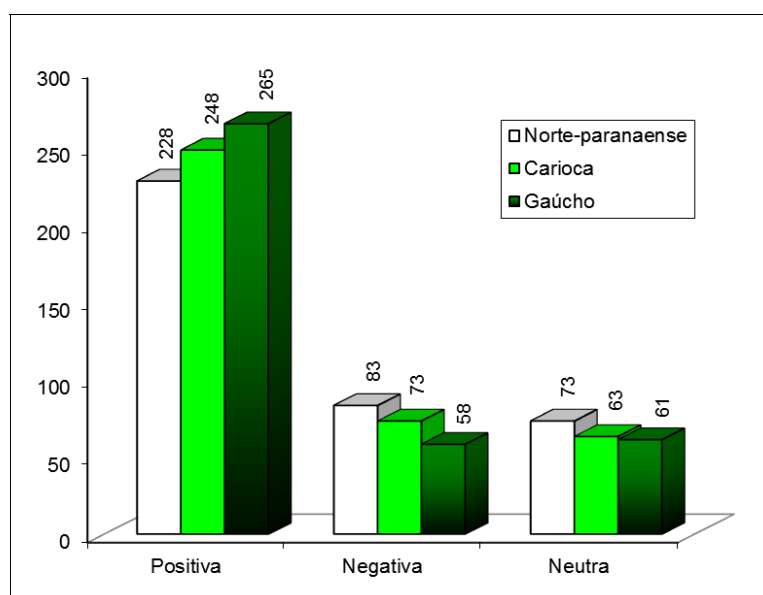
Já as avaliações negativas superam, quase todas, os outros dois leitores: “feia” (43,8%), “preguiçosa” (37,5%), “insegura” (50%), “tímida” (31,3%), “sofre preconceito social” (25%). Merece destaque a diferença percentual existente na avaliação da característica “feia” quando se comparam os norte-paranaenses, com quase 50% de concordância, e os cariocas, com pouco mais de 6%. Esse exemplo deixa muito claro como os posicionamentos em relação a uma língua ou a um dialeto refletem os posicionamentos em relação aos seus usuários.

⁹⁹ Convém lembrar que, na sociedade brasileira, a característica “autoritária” não é vista de forma positiva; entretanto esse atributo pode ser considerado positivo em outras sociedades.

Também é interessante verificar como esses atributos negativos parecem estar todos muito vinculados a pessoas do meio rural, à figura do “caipira”, assim como os menores percentuais em relação a características positivas como “estudada” (75% contra 93,8% dos leitores carioca e gaúcho), “tem boa cultura” (68,8% contra 87,5% para os outros leitores), “sente orgulho de falar assim” (50% contra 68,8% para o carioca e 75% para o gaúcho).

Esses resultados trazem indícios de uma situação de deslealdade linguística, que poderá ser confirmada ou refutada no momento da análise dos questionários qualitativos, na próxima seção. A seguir, apresenta-se o gráfico das avaliações realizadas pelos informantes norte-paranaenses em relação aos três dialetos ouvidos.

Gráfico 11 – Avaliações realizadas pelos norte-paranaenses.



Voltando à Tabela 29, constata-se que os “juízes” cariocas efetuaram 703 avaliações positivas, o que representa 61% do total de avaliações realizadas por esses informantes. Assim como os norte-paranaenses, eles privilegiaram o leitor gaúcho, com 252 (65,7%) avaliações contra 237 (61,7%) para o leitor do seu dialeto e 214 (55,7%) para o leitor norte-paranaense.

Em relação às avaliações negativas, esse grupo foi o que menos as produziu, apenas 196 dos 1.152 julgamentos realizados, assim distribuídos: 82 (21,4%) para o leitor norte-paranaense, 49 (12,8%) para o leitor do seu dialeto e 65 (16,9%) para o leitor gaúcho. Esses dados mostram que, embora os cariocas não tenham julgado mais

positivamente o seu dialeto, avaliam-no menos negativamente que os demais, fato que revela uma situação de lealdade linguística, uma espécie de “protecionismo” em relação à sua variedade linguística. Ao contrário, o fato de o norte-paranaense ter sido outra vez o mais indicado negativamente, confirma o desprestígio desse dialeto.

As avaliações neutras representam 22% de todas as avaliações dos informantes cariocas ou 253 casos, sendo o maior número de casos referente ao próprio dialeto, 98 (25,5%), seguido do julgamento do leitor norte-paranaense, 88 (22,9%), e, por último, do leitor gaúcho, 67 (17,4%).

O maior índice de avaliações neutras para o leitor carioca pode representar uma forma de “disfarçar” o valor que esses informantes dão à sua variedade linguística, um tipo de “falsa modéstia”, porque, embora tenham avaliado o leitor gaúcho mais positivamente do que o leitor carioca, no questionário qualitativo, quando fazem referência a esses dialetos, fica evidente a preferência dada ao próprio dialeto, conforme consta da seção 7.3, a seguir. Essa ideia também pode ser reforçada quando se observa o índice de avaliações negativas (12,8%), o menor de todo o questionário quantitativo.

Na Tabela 31, apresentam-se os percentuais de respostas *concordo* assinaladas pelos informantes cariocas ao avaliar os três leitores.

Tabela 31 – Percentual de respostas *concordo* na avaliação dos informantes cariocas.

Questões avaliadas pelos cariocas	Dialectos avaliados		
	Carioca	Gaúcho	Norte-paranaense
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.	93,8	93,8	50,0
02. A pessoa que você ouviu é feia.	18,8	43,8	25,0
03. A pessoa que você ouviu é estudada.	75,0	93,8	81,3
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.	62,5	93,8	62,5
05. A pessoa que você ouviu é grossa.	12,5	43,8	6,3
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.	68,8	81,3	68,8
07. A pessoa que você ouviu é confiável.	62,5	37,5	62,5
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.	12,5	6,3	12,5
09. A pessoa que você ouviu é responsável.	68,8	87,5	68,8
10. A pessoa que você ouviu é insegura.	25,0	12,5	62,5
11. A pessoa que você ouviu é antipática.	0,0	56,3	25,0
12. A pessoa que você ouviu é competente.	81,3	93,8	62,5
13. A pessoa que você ouviu é tímida.	25,0	18,8	68,8
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.	68,8	68,8	68,8
15. A pessoa que você ouviu é exibida.	12,5	37,5	0,0
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.	25,0	62,5	25,0
17. A pessoa que você ouviu é engraçada.	0,0	6,3	12,5
18. A pessoa que você ouviu é criativa.	25,0	37,5	31,3
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.	62,5	50,0	68,8

20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.	31,3	12,5	12,5
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.	75,0	93,8	56,3
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.	43,8	68,8	31,3
23. A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.	50,0	68,8	12,5
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.	75,0	87,5	62,5

Das 24 frases afirmativas analisadas pelos “juízes” cariocas, 15 apresentaram percentuais de respostas *concordo* mais elevados em referência ao leitor gaúcho. Dessas 15, 10 são avaliações positivas e 5 são negativas.

As avaliações positivas dizem respeito às seguintes características: “estudada” (93,8%), “cuidadosa” (93,8%), “trabalhadora” (81,3%), “responsável” (87,5%), “competente” (93,8%), “criativa” (37,5%), “tem boa cultura” (93,8%), “possui boa condição financeira” (68,8%), “exerce cargo de chefia” (68,8%), “sente orgulho de falar assim” (87,5%). Excetuando “criativa”, que obteve 37,5% de respostas *concordo*, todos os outros atributos receberam percentuais acima de 50%, alguns, inclusive, ficaram próximos de 100%.

As cinco avaliações negativas estão todas relacionadas à atratividade social, a saber: “feia” (43,8%), “grossa” (43,8%), “antipática” (56,3%), “exibida” (37,5%) e “autoritária” (62,5%). O fato de avaliarem negativamente características vinculadas à atratividade social sugere que, conquanto os informantes cariocas admitam a competência e a integridade pessoal do leitor gaúcho, veem-no como pessoa desagradável. Chama ainda a atenção o fato de os índices percentuais serem elevados, se comparados com as avaliações negativas realizadas pelos informantes norte-paranaenses; a característica “autoritária”, por exemplo, que no julgamento dos norte-paranaenses chegou a 43,8%, na avaliação dos cariocas ultrapassa os 60%.

Em relação à avaliação do leitor carioca, há apenas uma característica com percentual mais elevado de resposta *concordo* em comparação com os leitores dos outros dois dialetos e, ainda assim, trata-se de uma característica negativa: “sofre preconceito social”, 31,3%. As outras avaliações ou apresentam percentuais abaixo dos outros dialetos, ou apresentam percentuais que se igualam aos outros leitores, por exemplo: “inteligente”, 93,8% para os leitores carioca e gaúcho; “confiável”, 62,5% para os leitores carioca e norte-paranaense; “preguiçosa”, 12,5% para os leitores carioca e norte-paranaense; “respeitosa”, 68,8% para os três leitores. Quanto a esta última característica, é interessante verificar que, na avaliação dos “juízes” norte-paranaenses, ela também apresentou o mesmo percentual para os três leitores, porém mais elevado (87,5%).

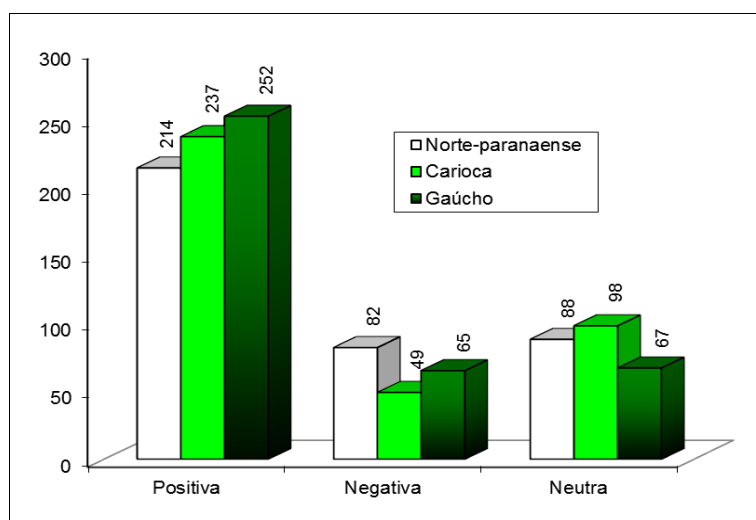
Mostram-se interessantes dois resultados 0,0%, referentes aos atributos “antipática” e “engraçada”. Em relação ao primeiro, infere-se desse resultado uma atitude de defesa da sua variedade linguística. Já quanto ao segundo, parece que os informantes cariocas veem como pouco provável que um falar possa ser engraçado, visto que os percentuais para os outros dois leitores, embora não sejam 0,0%, são baixos: 6,3% para o gaúcho e 12,5% para o norte-paranaense.

Quando os “juízes” cariocas avaliam o leitor norte-paranaense, encontram-se percentuais mais destacados para a resposta *concordo* nos seguintes casos: “insegura” (62,5%), “tímida” (68,8%), “engraçada” (12,5%) e “ajuda os outros quando precisam” (68,8%). Conforme se vê, apenas um dos quatro atributos é positivo, os outros são negativos, sendo que dois também foram julgados pelos próprios informantes norte-paranaenses como mais destacados: “insegura” e “tímida”.

Também é interessante observar o 0,0% na característica “exibida”. Esse resultado parece indicar que, para os cariocas, não existe a possibilidade de que o leitor norte-paranaense possa ser uma pessoa “exibida”, muito provavelmente pelo desprestígio que esses falantes atribuem ao falar do Norte do Paraná, considerado, nas palavras dos próprios cariocas, “sotaque de quem mora na roça” (inf. 25), “jacu” (inf. 27), “feio” (inf. 28) etc.

Na sequência, exibe-se o gráfico das avaliações realizadas pelos “juízes” cariocas em relação aos três dialetos ouvidos.

Gráfico 12 – Avaliações realizadas pelos cariocas.



Analisando os julgamentos dos informantes gaúchos na Tabela 29, constata-se que foram eles os que menos realizaram avaliações positivas (586 ou 50,9%) e que mais declararam opiniões negativas (271 ou 23,5%) e neutras (295 ou 25,6%). Tal situação sugere que esses informantes são mais críticos e mais exigentes que os demais.

As avaliações mostraram-se mais positivas quando os informantes gaúchos julgaram o leitor carioca (56%), seguida da avaliação de seu próprio dialeto (54,2%). O menor índice percentual de avaliações positivas de todo o questionário quantitativo refere-se ao julgamento feito ao leitor norte-paranaense (42,4%), único caso em que o percentual de avaliações positivas aparece abaixo dos 50%. Esse dado informa, mais uma vez, o desprestígio do dialeto norte-paranaense.

Igualmente, de todas as avaliações negativas do questionário quantitativo, a que apresenta percentual mais elevado refere-se ao leitor norte-paranaense (31,3%). Interessante verificar que, embora os gaúchos avaliem mais negativamente os norte-paranaenses do que os cariocas avaliam, são eles os que, aparentemente, melhor se adaptaram ao dialeto do Norte do Paraná, já que utilizam o rótico retroflexo com certa frequência. Nas entrevistas, os cariocas produziram apenas 5 róticos retroflexo (0,2%), enquanto os gaúchos realizaram 772 (27,8%). Sobre isso, Labov (2008, p. 357) assevera que “Falantes que exibem o mais alto índice de uso de um traço estigmatizado em sua própria fala espontânea apresentam a maior tendência a estigmatizar os outros pelo uso dessa mesma forma”.

Um fator que pode ter contribuído para que os informantes gaúchos tenham se apropriado com mais facilidade do dialeto dos norte-paranaenses do que os cariocas pode ser a maior similaridade entre as culturas do Rio Grande do Sul e do Paraná do que entre o Rio de Janeiro e o Paraná; por exemplo, tanto gaúchos quanto paranaenses são da região Sul do Brasil, habitam em locais mais frios e com forte tradição agrícola. Appel e Muysken (1996, p. 59) enfatizam que “A dissimilaridade cultural tem relevância para a manutenção ou substituição linguística. Quando as culturas são similares, existe uma tendência maior à substituição do que quando não são tão similares”.

Ainda em relação às avaliações negativas, os informantes gaúchos julgaram menos negativamente o leitor de seu próprio dialeto (18,2%) do que o leitor carioca (21,1%), o que, aparentemente, é uma contradição, já que os gaúchos avaliaram mais positivamente o leitor carioca. A explicação para isso pode estar na avaliação neutra que, para o leitor gaúcho, foi a que apresentou percentual mais elevado, 27,6% contra 22,9% para o leitor carioca e 26,3% para o leitor norte-paranaense.

Assim como na avaliação realizada pelos cariocas, o maior índice de avaliações neutras para o leitor gaúcho pode representar uma forma de encobrir o verdadeiro apreço que eles têm por sua variedade linguística, porque, apesar de terem julgado o leitor carioca mais positivamente do que o leitor de seu próprio dialeto, no questionário qualitativo, quando fazem referência aos cariocas, as avaliações são mais negativas do que positivas.

A Tabela 32 mostra os percentuais de respostas *concordo* assinaladas pelos informantes gaúchos ao avaliar os três leitores.

Tabela 32 – Percentual de respostas *concordo* na avaliação dos informantes gaúchos.

Questões avaliadas pelos gaúchos	Dialeto avaliado		
	Carioca	Gaúcho	Norte-paranaense
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.	62,5	75,0	50,0
02. A pessoa que você ouviu é feia.	25,0	31,3	43,8
03. A pessoa que você ouviu é estudada.	81,3	68,8	56,3
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.	75,0	68,8	56,3
05. A pessoa que você ouviu é grossa.	6,3	43,8	25,0
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.	62,5	62,5	43,8
07. A pessoa que você ouviu é confiável.	37,5	62,5	37,5
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.	25,0	12,5	37,5
09. A pessoa que você ouviu é responsável.	75,0	81,3	56,3
10. A pessoa que você ouviu é insegura.	37,5	25,0	56,3
11. A pessoa que você ouviu é antipática.	25,0	25,0	31,3
12. A pessoa que você ouviu é competente.	68,8	68,8	43,8
13. A pessoa que você ouviu é tímida.	12,5	12,5	56,3
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.	81,3	68,8	68,8
15. A pessoa que você ouviu é exibida.	18,8	18,8	18,8
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.	25,0	43,8	18,8
17. A pessoa que você ouviu é engraçada.	18,8	25,0	25,0
18. A pessoa que você ouviu é criativa.	25,0	25,0	12,5
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.	68,8	56,3	50,0
20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.	31,3	18,8	31,3
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.	68,8	56,3	25,0
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.	25,0	43,8	25,0
23. A pessoa que você ouviu exerce cargo de chefia.	31,3	18,8	12,5
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.	56,3	75,0	43,8

Em relação às informações constantes da Tabela 32, merece atenção, primeiramente, o fato de os percentuais apresentados serem bem mais baixos do que nas tabelas 30 e 31, confirmando o exposto anteriormente sobre serem os gaúchos exigentes, rigorosos, críticos em seu julgamento. O percentual de respostas *concordo* mais alto foi 81,3% e apenas em três casos: para as características “estudada” e “respeitosa” atribuídas ao leitor carioca e “responsável” para o leitor gaúcho.

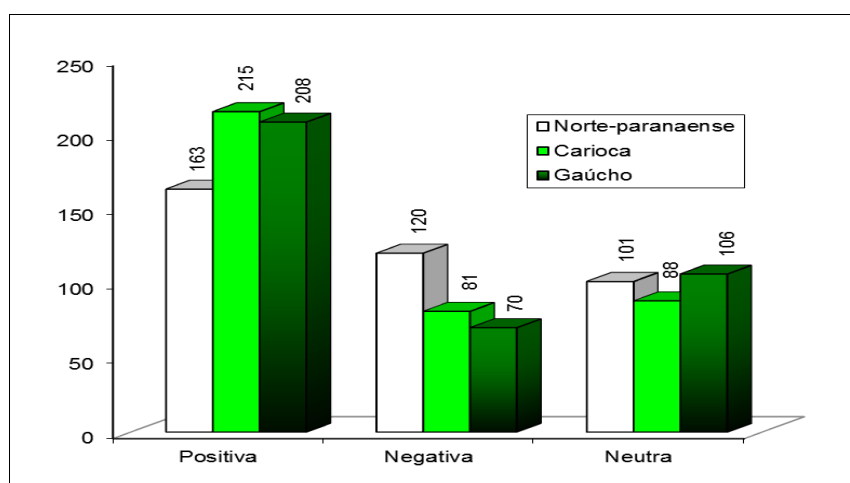
Ao avaliarem o leitor carioca, destacaram-se seis características com percentuais mais elevados do que dos outros leitores: “estudada” (81,3%), “cuidadosa” (75%),

“respeitosa” (81,3%), “ajuda os outros quando precisam” (68,8%), “tem boa cultura” (68,8%) e “exerce cargo de chefia” (31,3%). Como se vê, todas as características são positivas, ratificando a preferência que os gaúchos dão a esse dialeto.

Na avaliação do leitor de seu próprio dialeto, apresentaram-se sete características com percentuais mais destacados quando comparados aos dos outros leitores: “inteligente” (75%), “grossa” (43,8%), “confiável” (62,5%), “responsável” (81,3%), “autoritária” (43,8%), “possui boa condição financeira” (43,8%) e “sente orgulho de falar assim” (75%). Dentre as sete características, cinco são positivas e duas são negativas. Das positivas, “sente orgulho de falar assim” destaca-se também nas avaliações realizadas pelos norte-paranaenses e pelos cariocas e, das negativas, “autoritária” obteve igualmente o maior índice de respostas *concordo* do julgamento dos informantes dos outros dialetos. São dois atributos ligados à atratividade social e que marcam bem a maneira impositiva, ativa de ser dos gaúchos. Interessante ainda é o fato de os gaúchos atribuírem ao leitor do próprio dialeto a característica “grossa”, que é um atributo bastante negativo.

Quanto à avaliação realizada pelos “juízes” gaúchos a respeito do leitor norte-paranaense, constatam-se cinco características cujos percentuais se destacam mais do que nos outros dois leitores: “feia” (43,8%), “preguiçosa” (37,5%), “insegura” (56,3%), “antipática” (31,3%) e “tímida” (56,3%). Todos os atributos são negativos. Considere-se, ainda, que “insegura” e “tímida” ultrapassaram os 50% das avaliações e são características que parecem apontar que os informantes gaúchos creem que os norte-paranaenses não têm autoconfiança. Isso é reforçado pela avaliação que fazem da frase “sente orgulho de falar assim”, para a qual foi atribuída 43,8% de respostas *concordo*, a menor dentre os três leitores.

Além disso, dentre todas as avaliações, excetuando-se “respeitosa” que obteve o percentual de 68,8%, para todas as outras, sejam positivas ou negativas, os percentuais ficaram abaixo de 60% e, em vários casos, especialmente quando se trata de atributos positivos, os percentuais de resposta *concordo* foram muito inferiores aos conferidos aos leitores carioca e gaúcho, mais uma vez confirmando o desprestígio do dialeto norte-paranaense. No Gráfico 13, expõem-se as avaliações realizadas pelos informantes gaúchos em relação aos três dialetos ouvidos.

Gráfico 13 – Avaliações realizadas pelos gaúchos.

Como as avaliações dos “juízes” dependem também de suas características pessoais, são analisados os fatores sexo, grau de escolaridade e faixa etária, a fim de verificar se há resultados importantes condicionados por essas variáveis.

A tabela a seguir apresenta a avaliação geral dos dialetos ouvidos de acordo com o sexo dos informantes “juízes”.

Tabela 33 – Avaliação dos dialetos ouvidos de acordo com o sexo dos informantes.

Sexo	Avaliação					
	Positiva		Negativa		Neutra	
	Quantida de	%	Quantida de	%	Quantida de	%
Masculino	1.043	60,4	298	17,2	387	22,4
Feminino	987	57,1	383	22,2	358	20,7
Total	2.030	58,7	681	19,7	745	21,6

Comparando os resultados expressos na Tabela 33, observa-se que os índices percentuais referentes às avaliações realizadas pelos informantes do sexo masculino e do sexo feminino em relação aos leitores carioca, gaúcho e norte-paranaense estão muito próximos, não ultrapassando 5% de diferença e, portanto, não se mostrando um fator muito relevante no condicionamento das avaliações.

Os homens, entretanto, apresentaram uma proporção de respostas positivas (60,4%) e neutras (22,4%) superior às das mulheres (57,1% positivas e 20,7% neutras). Já as mulheres produziram mais avaliações negativas (22,2% contra 17,2% produzidas pelo sexo masculino), o que parece indicar que elas são mais críticas em suas avaliações. Além disso, o fato de o sexo feminino ter produzido menos avaliações neutras sugere, ainda, que as mulheres se posicionam mais no momento de fazer julgamentos.

A Tabela 34 mostra a avaliação geral dos dialetos ouvidos de acordo com a escolaridade dos informantes.

Tabela 34 – Avaliação dos dialetos ouvidos de acordo com a escolaridade dos informantes.

Escolaridade	Avaliação					
	Positiva		Negativa		Neutra	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Média	1.052	60,9	424	24,5	252	14,6
Superior	978	56,6	257	14,9	493	28,5
Total	2.030	58,7	681	19,7	745	21,6

A avaliação dos leitores parece ter sido mais significativa quando considerada a escolaridade dos informantes “juízes”. Constata-se que, embora os informantes com escolaridade média avaliem mais positivamente os leitores ouvidos (60,9%), são eles também os que os avaliam mais negativamente (24,5%). A diferença percentual entre a avaliação positiva dos informantes com escolaridade média e com escolaridade superior é de pouco mais de 4%. Já a diferença da avaliação negativa chega a quase 10%: 24,5% para os informantes com escolaridade média e 14,9% para os informantes com formação superior, portanto quase o dobro.

Por meio desse resultado, é possível presumir que os informantes mais escolarizados têm uma visão menos preconceituosa em relação às diferenças étnicas, culturais e linguísticas, consequência, provavelmente, do maior conhecimento possibilitado pelo estudo, corroborando o exposto na p. 151, quando da análise das variantes róticas.

Quanto à avaliação neutra, os informantes com formação superior produziram 28,5% dos casos, enquanto os informantes com escolaridade média realizaram 14,6%. As avaliações neutras podem representar desde indiferença, imparcialidade, até uma forma de não definirem sua opinião, de “não se comprometerem” para não parecerem preconceituosos ou parciais demais. Talvez a análise dos questionários qualitativos, na seção 7.3, traga informações que possibilitem compreender mais adequadamente o posicionamento neutro.

A tabela seguinte exhibe a avaliação geral dos dialetos ouvidos de acordo com a faixa etária dos informantes.

Tabela 35 – Avaliação dos dialetos ouvidos de acordo com a faixa etária dos informantes.

Faixa etária	Avaliação					
	Positiva		Negativa		Neutra	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Primeira	1.029	59,5	412	23,8	287	16,6
Segunda	1.001	57,9	269	15,6	458	26,5
Total	2.030	58,7	681	19,7	745	21,6

Em relação à faixa etária, a situação é praticamente a mesma existente na variável grau de escolaridade. Os percentuais de avaliação positiva estão muito próximos, apenas 1,6% de diferença, com pequeno favorecimento à avaliação positiva dos leitores quando os informantes pertencem à 1.^a FE.

Os informantes da 1.^a FE são também os que mais expressam indicações negativas, 412 casos ou 23,8%, enquanto os informantes da 2.^a FE são responsáveis por 269 casos ou 15,6%. Essa situação parece indicar que os informantes com mais idade são menos severos em seu julgamento, opinião que pode ser reforçada ao verificar que as avaliações neutras foram mais produzidas por esses informantes, 458 casos ou 26,5%. Já os informantes da 1.^a FE realizaram apenas 287 casos ou 16,6% de avaliações neutras, o que sugere que os mais jovens se posicionam mais ao avaliarem.

Os resultados obtidos por meio do questionário quantitativo e as informações apresentadas a partir desses resultados dão pistas importantes a respeito das crenças e das atitudes dos informantes em relação aos dialetos em análise. Entretanto, para melhor compreender esses resultados, é necessário analisar as respostas dos questionários qualitativos. O questionário qualitativo pode ajudar a esclarecer alguns julgamentos emitidos pelos informantes e para os quais, em princípio, não se obtiveram explicações satisfatórias.

7.3 O QUESTIONÁRIO QUALITATIVO

A terceira e última parte deste capítulo trata da análise dos questionários qualitativos aplicados aos informantes. O objetivo deste instrumento é constatar de que maneira os informantes avaliam a sua variedade linguística bem como a variedade linguística de outros grupos dialetais.

São dois questionários que possuem estrutura aberta, permitindo aos informantes emitir as respostas que julgam mais adequadas: um para os informantes norte-paranaenses, contendo 18 questões, e outro para os informantes cariocas e gaúchos, contendo 21 perguntas. A composição de dois questionários foi necessária porque, embora a maioria

das questões seja igual, algumas se referem, especificamente, a um grupo dialetal. Algumas das perguntas foram elaboradas por esta pesquisadora, outras se basearam no questionário de Bisinoto (2000 [2007]).

As questões versaram sobre crenças e atitudes perante a própria fala, crenças e atitudes perante a fala dos outros, reconhecimento da variedade linguística local, reconhecimento das demais variedades linguísticas em análise, reconhecimento de mudança linguística, crenças e atitudes em relação a fatores sociais, lealdade e deslealdade linguística.

Em uma análise qualitativa, sobretudo com questões abertas como desta tese, privilegiam-se descrições, comparações, declarações, comentários, opiniões dos informantes. Ainda assim, procurou-se apresentar, na medida do possível, indicações numéricas e percentuais que podem ajudar a interpretar os dados. Em várias circunstâncias, houve a necessidade de expor os depoimentos dos informantes, os quais, muitas vezes, valem mais que gráficos e tabelas, pois falam por si mesmos.

Em relação à primeira pergunta, comum a ambos os questionários, “Você consegue identificar de onde veio uma pessoa só pela sua maneira de falar?”, todos os 48 informantes responderam que sim, que são capazes de identificar a procedência de pessoas com diferentes falares. Frisavam que podiam não saber exatamente a cidade de origem, mas a região é possível, pelo sotaque, pelo uso de palavras e de expressões diferentes. Os dialetos¹⁰⁰ citados como mais facilmente identificáveis foram os do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, do Nordeste, de Minas Gerais, de São Paulo, de Curitiba e de Santa Catarina.

Em relação à pergunta “Como você acha que falam os norte-paranaenses?”, dentre os 16 informantes cariocas, nenhum manifestou uma resposta positiva, foram 15 (94,0%) avaliações negativas e uma neutra. As justificativas para essa rejeição foram várias, desde comentários amenos, como “falam engraçado”¹⁰¹, até observações mais ofensivas, como “jacuzão”, “dói ouvir”, “usam termos que agridem”. Vários informantes fizeram referência também ao modo de falar do norte-paranaense como parecido com o das pessoas que vieram do sítio, “sotaque de quem mora na roça”, “feio”. O informante 23 declarou “Detesto esse /r/ carregado, o desprezo pelos plurais”. O informante 24 chegou a relatar um episódio em que a mulher ficou triste ao ver o filho, nascido no Norte do Paraná, falar com o sotaque da região.

¹⁰⁰ Alguns informantes ressaltaram a existência de dialetos que se confundem, como os do interior de São Paulo e Norte do Paraná, os do Nordeste (baianos, cearenses, pernambucanos, paraibanos etc.), dentre outros.

¹⁰¹ Os comentários dos informantes são apresentados de duas maneiras: com aspas, quando se tratar de comentário literal e, sem aspas, quando se estiver parafraseando o informante.

(33) Ah, é... não agrada, não agrada não, sendo bem sincero, não é... engraçado isso porque, quando uma pessoa fala em inglês *doo*[ɽ], né, alguma coisa que puxe o érre (=R) né, você... não se... não se incomoda, mas quando fala *po*[ɽ]ta, essa coisa me incomodava né e... me incomoda menos hoje, com o passar dos anos, mas me incomodava mais, me incomodava em nível do meu filho falar assim forçadamente pra não ficar diferente na escola, no Regina Mundi e... e eu e minha esposa falava: “pô, fala direito porra!”, desculpa, “fala aí do jeito que você sempre falou, não tem que falar *po*[ɽ]ta, se você fala *po*[x]ta, fale *po*[x]ta, não fale *po*[ɽ]ta só pra parecer igual os seus coleguinhas”. Então isso... mas incomodava profundamente minha esposa, de dela ficar triste dele falar daquele jeito. Eu não sentia tanto, mas é... realmente, no início, há vinte anos atrás, soava pior do que hoje. Hoje tá... tá melhor (risos). (Inf. 24)

Esses comentários evidenciam o preconceito sofrido pelo norte-paranaense, ridicularizado em sua própria terra, devido ao seu modo de falar, por pessoas que vieram para essa região fugindo da violência, em busca de uma vida melhor e mais tranquila. Ou seja, pessoas que estão usufruindo de melhor qualidade de vida e que, ainda assim, menosprezam os indivíduos nativos.

Os gaúchos, ao responderem a essa pergunta, manifestaram avaliações negativas (56%), positivas (31%) e neutras (13%). Embora as avaliações negativas sejam mais numerosas que as positivas, apresentam índice percentual bem menor do que na avaliação dos informantes cariocas, entretanto com comentários praticamente de mesmo teor: referências ao /r/, considerado “feio”, “caipira”, ao falar muito errado, ao uso de expressões que “chega a doer no ouvido”.

(34) Eu acho que fala muito *po*[ɽ]ta, *po*[ɽ]teira, desse jeito. O “erre”, né, puxa muito o “erre”, eu acho que é uma marca ah... fora o português, que se for falar bem no português, eles falam assim meio... quem escuta eu acho: “não rela ne mim”, um negócio assim, que chega doer no ouvido, né? Eu acho que fala muito errado, eu, pra mim, eu acho assim muito esquisito, fala muito *po*[ɽ]ta, *po*[ɽ]teira, lá no Rio Grande do Sul a gente diria que já era colono (risos). (Inf. 41)

(35) INF.- Eles puxam bastante o érre (=R), né, *po*[ɽ]ta, puxa bastante, né. Eles...

INQ.- Mas como é que é essa fala para você?

INF.- Ai... engraçada (risos), diferente assim, não sei.

INQ.- É uma fala que... que... te agrada, te desagrada, como que é?

INF.- Ai... num gosto muito. Acho que parece caipira, né, (risos)... (Inf. 42)

(36) INF.- Feio. (risos) Mais assim que cabe na minha opinião, é... eu num posso dizê que acho bonito...

INQ.- O que mais te desagrada?

INF.- É o “erre”, é o “erre” e eu pego, eu pego esse “erre”, só que fica muito estranho, fica muito... eu acho que não é um jeito bonito de se falá, eu acho que tem que falá mais certinho, sabe, e o pessoal aqui não fala certinho. E eu acho que caberia mais (inint.) mirar o “erre”, tem gente que não fala o como é que é, o “ene”, “ai o que que eu tô fazeno”. Como assim que tô fazeno? Cê tá fazendo, tá falando, tá conversando (risos).

INQ.- E você acha que isso é mais marcado aqui no Norte do Paraná?

INF.- É mais... no Norte, que já no Sul o pessoal já fala mais... mais correto, vamos dizê assim. (Inf. 45)

Nesses exemplos, é possível verificar sempre risos. Os risos que acompanham a alusão aos fatos linguísticos confirmam os estereótipos atribuídos ao falar norte-paranaense. Labov (2008) assevera que o riso é uma pista do canal comunicativo que pode trazer informações importantes para a análise linguística. No exemplo 35, fica evidente que a informante não queria revelar o incômodo que o dialeto norte-paranaense lhe causa e o riso aparece como uma forma de disfarçar o constrangimento de sua revelação. Em relação aos comentários positivos, os gaúchos disseram que acham o sotaque legal, bonito, simpático, meigo, tranquilo. Um dos informantes disse que se trata de “uma fala declarada”.

Ao avaliarem seu próprio dialeto, os norte-paranaenses se dividem: 50% julgam-no de forma positiva e 50% de forma negativa. Alguns dos comentários negativos foram os seguintes: há muitos erros na fala, “puxa bem o /r/”, “é feio”, “caipirão”, “jacu”, “jeito do interior, da roça”, “não é agradável”, “come palavra”.

(37) Nossa senhora (risos)! Fala bem feio (risos), olha é um tal de po[t]ta ((*prolongamento do retroflexo*), aquele “r”, comido, o “u” no lugar do “o”, o “i” no lugar do “e”, é ... terrível, terrível, terrível. Come palavra, diminui palavra, o Norte é, o Norte do Paraná é bem... é bem triste (rindo). (Inf. 6)

(38) Puxando o “r”, mas aí já é carregando o “r”, não é arrastando como... é o extremo oposto do carioca. E eu acho que é muito parecido com uma fala jacu, não sei se a gente... (risos) se a gente tá influenciado pela própria televisão, mas... a impressão que me dá é que é um jeito jacu de falá, é um jeito de interior, né. (Inf. 16)

Conforme exposto, o estereótipo do caipira está presente inclusive nas crenças que os próprios norte-paranaenses têm a respeito do seu falar. Ao desaprovarem a sua variedade linguística, os norte-paranaenses conferem legitimidade ao estigma que desfavorece o seu dialeto dentre os outros dialetos em contato.

As manifestações positivas foram as seguintes: “é uma fala agradável, com menos sotaque do que as outras”; “boa fala, apesar de apresentar muitos erros”; “é o som da voz da gente”; “gosto, mas têm pessoas que tiram sarro, daí incomoda e tento mudar o ‘r’”. Nota-se que, mesmo nas avaliações positivas, são encontradas observações negativas.

Para a pergunta “Como você acha que falam os cariocas?”, os norte-paranaenses manifestaram mais avaliações negativas (56%) do que positivas (44%). As avaliações negativas foram justificadas como “parece que eles forçam a fala”, “dá estresse”, são autoritários, prepotentes, exibidos, metidos, “acho um pouco antipático”, “parece artificial”, “um pouco pedante”, “se acham superiores”. As observações positivas foram fala bonita, mansa, legal, agradável.

Sobre a fala dos cariocas, os gaúchos fizeram mais declarações negativas (75%) do que positivas (25%). Os comentários negativos foram “parece que tá querendo se

exibi”, “querem aparecê”; “parece uma chaleira”, “enjoativo”, “um saco”, “muito chato”, “incomoda, soa forçado”, “sotaque manhoso”, “malandro”. Foram relatados comentários que extrapolam as questões meramente linguísticas, como trabalham pouco e são mais de praia, “tenho insegurança com carioca”, “tu vê o carioca, fala, parece todo mundo lá é vagabundo”, “preguiçoso, pra eles tudo é farra”, “são meio largados”, “parece que tá gozando com a tua cara”.

(39) An?... (rindo) então parece que o sotaque ele pega a característica, né da da da pessoa que vive assim, porque é muito coisa da de tê fama já, né, carioca tem fama de folgado, baiano tem fama de... de preguiçoso, então você assimila muito, né. [...] e de repente tem sutaque carioca e você: “Ah, carioca folgado”, pelo sutaque, mas não tem nada a vê, soa um pouco isso, a gente assimila na hora, é um preconceito isso, mas éh... uma, uma coisa que ainda, eu tenho um pouco, eu vejo carioca falando, já me vem na cabeça: “carioca folgado” (risos). (Inf. 34)

Os pontos positivos apresentados foram que os cariocas são pessoas mais seguras de si, falam com superioridade, falam com calma que parece revelar certa gentileza, delicadeza, “sotaque bonito, apesar do chiado”.

A avaliação que o carioca faz de seu próprio dialeto revela que eles são muito leais linguisticamente: foram 15 avaliações positivas (94%) e apenas uma negativa (6%). As justificativas para as avaliações positivas foram as que seguem: “tem linguajar muito bonito”, “fica mais claro para entender”, “é gostoso de ouvir”, “muito solto, leve, espontâneo”, “jeitão irreverente”, “pra mim, é o som mais agradável de conversar”, “lindo, maravilhoso”, “é um jeito bonitinho que todo mundo gosta”.

(40) ...nós temos uma fala que... que traduz um prazer de falar, acho que os cariocas gostam de falar, então... e talvez naveguem um pouco nessa... nessa leveza que eu acho que tem na, na fala carioca, [...] falamos de maneira leve e orgulhosa do falar, entendeu? (Inf. 23)

Essa atitude positiva em relação à língua nativa, o orgulho de pertencer àquele grupo, representa o sentimento de identidade linguística, que leva o falante a manter lealdade à sua língua nativa. No caso dos cariocas, o prestígio que pode representar ser reconhecido como pertencendo àquele grupo se deve, sobretudo, ao *status* e ao prestígio que a cidade do Rio de Janeiro possui.

A única avaliação negativa foi mencionada pelo informante 24, masculino, da segunda faixa etária, com formação superior: “Ficando aqui no Paraná, já não me soa bem aquela cariocada, o chiado exagerado”.

Quanto à pergunta “Como você acha que falam os gaúchos?”, os norteparanaenses fizeram mais avaliações positivas (50%) do que negativas (44%), houve ainda uma avaliação neutra (6%). Os comentários positivos foram os seguintes: “simpático”, “bonito”, “cantadinho”, “falam de forma mais correta”. As observações negativas ficaram

mais voltadas às características sociais, psicológicas do que propriamente linguísticas: “o português deles é diferente do nosso”, “feio, esquisito”, “puxam o ‘te’, irrita”, “arrogante”, “mandão”, “machão”, “quer impor”, dominar, são autoritários, “prepotentes”.

(41) INF.- Eu num gosto muito não do gaúcho não.

INQ.- Por quê? O que tem na fala assim que não te agrada muito?

INF.- Ah, num sei. A maneira de eles falá parece que é totalmente diferente do nosso, né. Uma palavra diferente, a pronúncia deles, acho que o português deles é diferente do nosso. (Inf. 03)

(42) Os gaúcho eu acho que são meio, meio tipo arrogante, meio mandão, meio... quer impor o que ele, como se ele tivesse a... o domínio do que eles estão falando, né, a certeza, a ideia dele ele tem que prevalecê, são machão, são machão... mas é, cada um com seu tipo. (Inf. 04)

No julgamento dos cariocas, os gaúchos obtiveram 75% de avaliações positivas e 25% de negativas. As apreciações positivas foram “gosto, acho muito legal a intercalação de palavras leves com a truculência dos gaúchos”, “acho bonito, porque é uma fala mais correta”, “acho bem interessante”, “falam cantando”, “forte”, “chama a atenção, é de admirar”. Os comentários negativos levaram mais em conta os aspectos psicológicos: “meio grosso”, “meio seco”, “exagerado”, “carregado”, “são mais agressivos no jeito de falar”, “prepotente”, “parecem que são donos da verdade”, “são bem animais”.

(43) INF.- Eles tem mais é.. o : : gaúcho ele... me parece ser mais prepotente em função do jeito dele de falar né, a prepotência né, parecem que são donos da verdade né, mas é o a... a gente sabe que... mas eles são, não sei se tem alguma coisa a ver com o falar ou os caras comem mais carne do que a gente né (risos).

INQ.- (risos).

INF.- Comer carne em excesso né, a pessoa fica agressiva, dizem né. É muita proteína, mas também é muita coisa... negativa do boizinho, coitado, mas realmente eles são mais é... é um povo mais... futebol, por exemplo, todos gaúchos, quando eu jogava bola, eu sempre tinha atrito né, porque eu, eu jogo, eu baixo o sarrafo, os caras baixam mais ainda, então sempre eu brigava com gaúcho, o gaúcho ele não tolera, não, eles são né...

INQ.- Não dá pra competir.

INF.- Não, não dá, não, eles são bem animais, vamos dizer assim. (Inf. 24)

A avaliação que o gaúcho realiza de seu dialeto indica 81% de apreciações positivas e 19% negativas. As observações positivas referem-se ao fato de falarem de maneira correta, sem trocarem o “e” por “i”, usam o “tu” que, na opinião deles, é mais correto; falam cantado, sonoro, claro, são mais abertos, mais confiáveis, falam mais alto, são muito politizados, orgulhosos de suas tradições e hospitaleiros.

(38) Ai, acho que é gostoso escutá, né. (risos). Acho que não tem quem não goste, né, diferente, né, acho que é bem único, né? (Inf. 42)

Os comentários negativos referem-se a serem grossos e exagerados no falar e a enfeitarem demais, cantarem demais. Ou seja, a mesma característica que é motivo de orgulho para um não o é para outro.

A Tabela 36 apresenta o resumo das avaliações realizadas para cada dialeto de acordo com a procedência dos informantes.

Tabela 36 – Avaliação dos dialetos de acordo com a procedência do informante.

Procedência / Dialeto avaliado	Avaliação					
	Positiva		Negativa		Neutra	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Norte-paranaense						
Norte-paranaense	8	50,0	8	50,0	0	0,0
Carioca	7	44,0	9	56,0	0	0,0
Gaúcho	8	50,0	7	44,0	1	6,0
Carioca						
Norte-paranaense	0	0,0	15	94,0	1	6,0
Carioca	15	94,0	1	6,0	0	0,0
Gaúcho	12	75,0	4	25,0	0	0,0
Gaúcho						
Norte-paranaense	5	31,0	9	56,0	2	13,0
Carioca	4	25,0	12	75,0	0	0,0
Gaúcho	13	81,0	3	19,0	0	0,0

Os resultados expressos na Tabela 36 apresentam algumas situações curiosas e, em alguns casos, aparentemente contraditórias quando comparados com os resultados do questionário quantitativo. Quanto à avaliação que os norte-paranaenses fazem a respeito do dialeto carioca, os resultados, diferentemente dos resultados do questionário quantitativo, apontam certa rejeição a esse dialeto. Enquanto naquele questionário os resultados apresentaram um índice percentual de 64,6% de avaliações positivas, neste o percentual se reduz para 44%, o menor de todas as avaliações realizadas pelos norte-paranaenses. Quanto à avaliação do próprio dialeto, embora o percentual seja de apenas 50% de avaliações positivas, supera a dos cariocas, demonstrando apreciação mais otimista da própria fala. Em relação à avaliação realizada sobre os gaúchos, apesar de o percentual ser igual ao do norte-paranaense, ou seja, 50%, as avaliações negativas são menores: 44% contra 50% do dialeto norte-paranaense. Isso porque os informantes também fizeram avaliação neutra da fala gaúcha. Nesse sentido, a avaliação geral é mais positiva para o dialeto gaúcho, confirmando o resultado do questionário quantitativo.

Em relação à avaliação realizada pelos cariocas, ratifica-se a postura negativa frente ao dialeto norte-paranaense, porém de forma muito mais acentuada, visto que não houve manifestação positiva alguma à resposta da pergunta “Como você acha que falam

os norte-paranaenses?”. Já no questionário quantitativo, embora os norte-paranaenses tenham obtido o último lugar na avaliação dos cariocas, o percentual ficou acima de 50%. Quanto à avaliação do dialeto gaúcho, mantém-se uma avaliação bastante positiva (75%), mas ocupando agora esses informantes o segundo lugar na preferência dos cariocas que passam a avaliar mais positivamente o próprio dialeto (94%); daí o que foi dito anteriormente sobre as avaliações neutras mais altas no questionário quantitativo possivelmente indicarem uma forma de disfarçar, de ocultar a preferência pelo próprio dialeto.

A avaliação dos gaúchos em relação ao dialeto norte-paranaense continua negativa (56%), entretanto menos do que a avaliação que fazem dos informantes cariocas (75%). Esse resultado é bastante contraditório ao do questionário quantitativo em que os cariocas aparecem em primeiro lugar na preferência dos gaúchos, com 56% de avaliações positivas, sobressaindo, inclusive, à avaliação do próprio dialeto gaúcho, que, no questionário quantitativo, apresentou 54,2% de avaliações positivas e, neste questionário, 81%. Talvez esse resultado represente uma maneira de o gaúcho se impor, de se posicionar favoravelmente às “suas raízes”, já que são tão tradicionalistas e apegados à sua origem; pois, no questionário quantitativo, quando não lhes era revelado tratarem-se os leitores de representantes de três dialetos distintos, parece que avaliaram de maneira mais imparcial. Já no momento em que lhes foi perguntado explicitamente “Como você acha que falam os norte-paranaenses / os cariocas / os gaúchos?”, a avaliação tornou-se mais negativa para os outros dialetos e muito positiva para o próprio dialeto, denotando uma espécie de ufanismo.

As respostas dos cariocas à pergunta “Que impressão lhe causou o falar norte-paranaense quando você o ouviu pela primeira vez?”¹⁰² foram todas negativas. As palavras mais citadas foram “estranho” e “engraçado”. A maioria desses informantes justificou que a fala do norte-paranaense não agradou por se parecer com a fala do sítio, da roça, de pessoas caipiras, do interior, com pouca escolarização, incultas. Essas declarações demonstram bem como a crença que se tem em relação a um dialeto afeta a imagem que se cria dos falantes desse dialeto, predispondo as pessoas a julgamentos que não têm ligação com fatos verdadeiros. Há também vários comentários sobre a troca de “l” por “r”, a falta de concordância, de conjugação adequada dos verbos, que levou o informante 23 a dizer que sentiu “desconforto” e o informante 29 a comentar que achou a fala “desagradável” quando a escutou pela primeira vez. Exemplos de alguns comentários:

¹⁰² Esta pergunta faz parte apenas do questionário qualitativo dos cariocas e dos gaúchos.

- (39) Eu achei que aqui era um sítio gigante, só tinha roça, que era uma fazenda gigante, quando eu cheguei, que aí eu vi a cidade em si, a cidade ainda é piquena pra mim, na minha visão, mas pra mim... melhorô bastante em comparação ao que eu tinha de imagem daqui... (Inf. 25)
- (40) Ah que... eles eram burro (risos), é porque... gente, será que a pessoa não vê que tá falando errado? Não, pelo amor de Deus, porque, quando eu ia vim pra cá, eu não sabia que o povo falava assim; quando eu cheguei aqui, que eu vi, né, bem diferente. (Inf. 26)
- (41) Foi engraçado, gente do interior mesmo, bem capiau, porque pra mim quem falava po[]ta era interiorzão mesmo, tipo, lá interior de São Paulo, Riberão Preto... (Inf. 30)

Em relação a essa mesma pergunta, os gaúchos mostraram-se menos intransigentes. Dos 16 informantes, oito deram respostas negativas, três fizeram avaliações positivas e cinco emitiram comentários neutros. Assim como os cariocas, as avaliações negativas dos gaúchos estiveram bastante relacionadas à ideia de que os norte-paranaenses possuem uma fala caipira, do sítio, “jacu”, do interior, sem estudo. Também houve comentário a respeito do /r/ retroflexo, como estranho, diferente, algo que “machuca o ouvido”.

(42) Ah, fiquei assustado, parecia que... sei lá, ninguém tinha estudo e coisa assim. (Inf. 33)

(43) INF.- Jacu (risos), pé vermelho.

INQ.- O que te chocou assim quando você chegou...

INF.- É, porque é... eu acho... “nós vai”, “nós foi”, é... “vira às esquerda”, parece que... como é que pode um negócio desses, não é pessoa que não tem estudo, pessoa às vezes com curso superior falando isso aí, vi engenheiro na Copel falá isso. (Inf. 36)

As apreciações positivas foram no sentido de ser uma fala bonita, legal, agradável, “doce”. Já os comentários neutros referiam-se à fala dos norte-paranaenses como diferente, normal, “não me chamou atenção”.

A pergunta “Como você consegue identificar que uma pessoa é norte-paranaense?” apontou, em quase 100% dos casos, o reconhecimento, especialmente, pelo /r/ típico desse dialeto: o /r/ retroflexo, que os norte-paranaenses nomeiam de “r forte” e os cariocas chamam de “r arrastado”. Dos 48 informantes, 37 fizeram referência ao /r/ como marca identificadora. Além do /r/, os próprios norte-paranaenses salientam que é possível reconhecer o seu dialeto pela “pronúncia caipira”, pela “fala de caboclo”, pelo “jeito humilde”. Os gaúchos acrescentam, ainda, a troca de “o” por “u” e de “e” por “i”, a assimilação do segmento –ndo > –no nos gerúndios (comeno, dormino, falano etc.), o uso da expressão “vixe” (que o norte-paranaense herdou dos colonizadores nordestinos) e o emprego de palavras e de expressões erradas. Um dos informantes gaúchos comentou que se trata de uma fala muito parecida com a do paulista, sendo difícil diferenciar os norte-paranaenses dos falantes do interior de São Paulo. Outro gaúcho argumentou que, para ele, o norte-paranaense não tem um traço específico que o identifica, pelo fato de o seu falar ser

formado por uma mistura de povos que vieram de várias regiões com o sotaque “já meio assentado”, como paulistas, mineiros, italianos.

Os cariocas, além de se referirem ao /r/ do norte-paranaense como um traço identificador, fazem menção à troca de “l” por “r”, à falta de concordância, a gírias como “veio”, ao uso de “né”. Tais comentários suscitam a curiosidade em pesquisar se, de fato, a falta de concordância, o rotacismo, a assimilação nos gerúndios, dentre outros fatos, é mesmo uma característica tão mais produzida pelos norte-paranaenses, a ponto de os informantes cariocas e gaúchos as mencionarem com frequência, como se, em seus dialetos, isso não ocorresse ou ocorresse com uma frequência bem menor. Até onde esta pesquisadora conhece, esses fenômenos linguísticos estão presentes em todas as regiões do Brasil.

Em relação à pergunta “Como você consegue identificar que uma pessoa é carioca?”, a característica mais citada foi o /s/ ou, como dizem os informantes, o “chiado”. Dos 48 informantes, 40 fizeram referência a esse aspecto linguístico. Na sequência, 29 dos 48 informantes chamam atenção para o tipo de /r/. Interessante verificar que o /r/ dos cariocas, embora bastante evidente para os norte-paranaenses e para os próprios cariocas (10 e 15 informantes, respectivamente), não foi muito percebido pelos gaúchos, já que apenas quatro dos 16 informantes relatam essa característica como marcante do falar carioca. Também há alusão às gírias, citadas por sete informantes, ao jeito “meio malandro” de falar e à maneira de se vestir.

A respeito da pergunta “Como você consegue identificar que uma pessoa é gaúcha?”, foram citadas várias características, destacando-se, dentre elas, as seguintes: as expressões “tchê” e “bah”, citadas, respectivamente, por 28 e 22 informantes; o falar cantado, mencionado por 17 informantes; o uso do pronome “tu”, referido por 14 informantes; o uso de /e/ em final de palavras, lembrado por 13 informantes; o /r/ “bem marcado”, vibrante, citado por 9 informantes. Além dessas características, salientou-se que o gaúcho pode ser identificado pelo tom de voz forte, pelo falar alto, pelo uso das expressões “gurria” e “tri”, pelo fato de “cortar” menos o /r/ (conforme se pode verificar na Tabela 12), pelo temperamento e até pelo abraço e pelo uso de camiseta do Inter ou do Grêmio. Dentre todos os informantes, apenas dois norte-paranaenses afirmaram não saber como identificar um gaúcho, apesar de ambos terem revelado sua opinião na pergunta “Como você acha que falam os gaúchos?”.

A pergunta seguinte consta apenas do questionário qualitativo aplicado aos norte-paranaenses: “Falam melhor os norte-paranaenses ou os que vieram de outros lugares?”. Dos 16 informantes, 7 (43,8%) responderam que falam melhor os norte-paranaenses e 9 (56,2%) fizeram opção por outro dialeto. Ao justificarem a preferência pelo dialeto do Norte

do Paraná, as declarações ficaram sempre em torno da questão da facilidade para compreensão, do fato de não haver sotaque, de ser uma fala que não é nem muito arrastada, nem muito rápida ou muito lenta.

(44) INF.- Pra mim os norte-paranaense falam melhor.

INQ.- Por que você gosta mais daqui?

INF.- Ah... o... tom de voz sai mais suave, mais, dá pro cê ouvi, não é uma palavra arrastado, não forte... consegue analisá melhor o que a pessoa tá falando. (Inf. 04)

(45) Eu ainda fico com... com essa região aí do Paraná que fala melhor. Apesar, reconheço que tem alguns sotaques, algumas coisas que se você olhá, eles soletram mais corretamente, que a gente. Mas ainda prefiro falá... esse dialeto aí.

INQ.- E por quê? Tem assim por quê?

INF.- Eu penso que é a facilidade e eu não sei, mas não é só a facilidade da gente falá, mas eu tenho a leve impressão que quando nós falamos, mesmo jogano ‘i’, trocando o ‘e’, parece que o entendimento pra fora é melhor, acho que a gente, de repente, quando, por exemplo, um carioca fala muito rápido, um nordestino, o próprio gaúcho, muitas vezes a compreensão não é tão fácil como eu acho que eles têm com a gente. (Inf. 07)

Quanto aos informantes norte-paranaenses que declararam preferência por outros dialetos, demonstrando uma atitude de deslealdade linguística, as justificativas foram que o falar do Norte do Paraná tem muita influência da “roça”, “um jeito caipira de falar” e que não costumam fazer as concordâncias. Nesses casos, citaram-se como melhores os dialetos paulistano (considerado de sotaque mais neutro), gaúcho (referido como bonito, “falam cantando”, “parecem felizes”) e mais do Sul (onde não trocam o “e” pelo “i”).

A próxima pergunta faz parte apenas do questionário qualitativo aplicado aos cariocas: “Falam melhor os cariocas ou os que vieram de outros lugares?”. Contrariamente aos norte-paranaenses, que se mostraram, no geral, desleais para com sua variedade linguística, os cariocas manifestaram preferência pelo seu próprio dialeto: foram 11 (68,8%) manifestações favoráveis contra 5 (31,2%) desfavoráveis. As justificativas também são mais veementes, entusiásticas, não são simples comentários sobre facilidade em compreender a fala, são observações que não poupam modéstia. Eles têm a ideia de que o dialeto carioca detém prestígio em qualquer lugar, entre todas as pessoas, e isso fica claro pelos julgamentos dos informantes 18, 23 e 26, por exemplo:

(46) INF.- Ai, eu particularmente eu gosto do sutaque carioca, eu prefiro mil vezes, eu acho bem mais... como eles são espontâneo assim, eu acho...

INQ.- Por quê? O que assim você mais...

INF.- Sei lá, o jeito de falá, eu acho estiloso assim, até porque todo mundo gosta do jeito que o carioca fala, então eu gosto bastante assim do... do sutaque e tal, do ésse puxado, eu gosto. (Inf. 18)

(47) ... eu acho que a gente é... tem essa... essa boba sensação de que herdou a essência da da língua, entendeu? (Inf. 23)

- (48) É, porque o povo fica todo encantado quando vê eu falando, “nossa, cê é carioca, que bonitinho, não sei o quê!” As pessoas passam no caixa eu eu falo “boa ta[x]de”, “ai, que bonitinho, fala de novo” (rindo), ai, eu gosto. (Inf. 26)

A pergunta “Falam melhor os gaúchos ou os que vieram de outros lugares?” faz parte apenas do questionário qualitativo aplicado aos gaúchos. Dentre os 16 informantes, 12 (75%) afirmaram que falam melhor os gaúchos, três (18,8%) citaram outros dialetos (paulistano, piauiense) e um (6,2%) disse que nem um nem outro, que é indiferente. O percentual de 75%, o maior dentre os três dialetos para esta pergunta, denuncia a lealdade dos gaúchos para com a sua variedade linguística, mesmo tendo já incorporado parte do dialeto norte-paranaense. As manifestações favoráveis ao próprio dialeto estão relacionadas, sobretudo, à correção linguística, à cultura da região e às tradições.

- (49) Eu acho o gaúcho, não que eu sou mais... eu acho que ele... a frase é estruturada, eu acho que as gírias que têm não, não ameaça o português de tal maneira como aqui o pessoal ameaça, “rela ne mim”, lá ninguém fala, “não encosta em mim” a frase, entende? Eu acho que a conjugação do verbo também é certa, eu acho que é mais correta, esse leit[e] é puxado, mas é como se escreve, né, eu acho. (Inf. 41)
- (50) Ah, os gaúchos, né, como é que não vou falá, eu acho que o gaúcho ele é conhecido já por essa coisa de cultura, tradição, ama aquele lugar, ama aquele jeito, ama aquela tradição, ele ama o jeito que ele fala, ele ama a família dele que é de lá, então, ele tem muito, ele é muito apegado à tradição, aquela coisa, então não tem como falá, “ah não, o pessoal que não é de lá”, não, os gaúchos mesmo, são os melhores (risos). (Inf. 45)

As manifestações contrárias ao dialeto gaúcho foram todas produzidas por informantes da segunda faixa etária e com curso superior, sendo dois homens e uma mulher. Esse dado pode indicar que a experiência, somada ao conhecimento, ao estudo, leva os informantes a serem menos “passionais” em seu julgamento, enxergando não só o que há de bom, mas também aquilo que é negativo em sua variedade linguística.

- (51) Eu acho que o gaúcho assim tem muita coisa errada ele fala, entende?, em termos de concordância verbal, mas se você pegar outras regiões do país também têm erros horríveis de gramática, então tem a peculiaridade de cada região... Hoje eu não sei, hoje eu acho que outras regiões, mais São Paulo, o próprio Paraná, eu acho que tem um som um pouco mais é... o gaúcho é mais carregado com o sotaque, o carioca muito carregado, nordestino eu acho muito feio o jeito que eles falam, eu prefiro... eu acho mais São Paulo, paulista. (Inf. 39)

As respostas à pergunta “Entre as pessoas que vieram de outros lugares, quem fala pior?” mostraram um preconceito bastante acentuado para com o falar nordestino. Dos 48 informantes, 30 (60,4%) fizeram referência a esse falar, reiterando o preconceito que aparece explícito em outros trabalhos, como o de Alves (1979), Melo (1988), Ramos (1997), Moralis (2000) e Barbosa (2002).

Os gaúchos foram os que mais citaram esse falar, 12 (75%) dos 16 informantes; na sequência, vêm os norte-paranaenses, 10 (62,5%) informantes e, por último, os cariocas, 8 (50%) informantes. Observa-se que, quanto mais distantes do Nordeste, ou melhor, quanto mais ao Sul do país, maior a rejeição. As atitudes manifestadas retratam diferenças de ordem cultural, social e econômica, trata-se de um estereótipo geral de rejeição de uma região economicamente desprestigiada.

Os gaúchos mencionaram que a fala nordestina “dói no ouvido”, “não desce”, que eles têm muita preguiça, que o jeito de falar é muito próximo do jeito de agir, que são “largadões”, “parece que tá morrendo”, “falam muito feio, muito errado”.

Já os norte-paranaenses fizeram os seguintes comentários: lento, arrastado, esquisito, “o jeito arrastado de falar me incomoda”, “não agrada de jeito nenhum”, “baiano não vai, parece preguiçoso, não terminam o assunto”, “fala muito mal, feio”, “a fala não chega com seriedade, parece que tá brincando o tempo inteiro, fazendo gracinha”.

Os cariocas, referindo-se ao falar nordestino, afirmaram que é muito feio, horrível, estranho, pelo sotaque e pela falta de cultura, que o baiano tem preguiça de falar, “dá vontade de dá um tapa e... fala logo! Dá uma raiva!”.

Os outros informantes gaúchos citaram, ainda, o falar do Norte (dois informantes), do norte-paranaense (um informante) e do mineiro (um informante) como os piores. Os norte-paranaenses fizeram referência também aos gaúchos (dois informantes), aos catarinenses (dois informantes), aos dialetos do Sul de Minas (um informante) e ao interior de São Paulo (um informante). É interessante lembrar que estas duas últimas regiões possuem uma fala muito próxima da fala do norte-paranaense, inclusive com uso do rótico retroflexo, e que representam os povos que colonizaram o Norte do Paraná. Os cariocas mencionaram os curitibanos (três informantes, que disseram tratar-se de um sotaque chato, mesquinho, horrível), os norte-paranaenses (dois informantes), o mineiro (um informante), o falar de Piracicaba (referido como “insuportável” por um informante) e o falar do subúrbio do Rio de Janeiro (um informante).

Em relação à pergunta “Excetuando o seu dialeto, dentre as pessoas que vieram de outros lugares, quem fala melhor?”, o dialeto mais referido foi o paulistano, citado por 16 (33%) dos 48 informantes. As justificativas foram que se expressam melhor, que têm um sotaque menos marcado, mais neutro, sem exageros. Os informantes faziam questão de salientar que não estavam se referindo ao interior de São Paulo, ou seja, aos paulistas, mas sim aos paulistanos, àqueles que residem na capital. Eles foram mais citados pelos gaúchos (sete dos 16 informantes, 43,8%), seguidos dos norte-paranaenses (cinco informantes, 31,2%)

e, por último, dos cariocas (quatro informantes, 25%). Foram também referidos os curitibanos (sete informantes), os catarinenses (cinco informantes), os gaúchos (três informantes), os mineiros (três informantes) e os norte-paranaenses (três informantes). Outros dialetos foram lembrados, mas somente uma ou duas vezes, no máximo.

Em relação à pergunta “Você acha que fala bem?”¹⁰³, tanto os informantes norte-paranaenses quanto os gaúchos mostraram-se reticentes, reservados, comedidos ao responder essa questão. Mesmo os gaúchos, que em princípio pareciam tão ufanistas, foram bastante cautelosos, a ponto de apenas 25% declararem que falam bem, 50% revelarem que se expressam mal e 25% dizerem que falam “normal”, nem bem nem mal. Esse resultado aponta que, ao se referirem ao dialeto gaúcho, demonstram mais segurança, entretanto, individualmente, ou não estão certos de sua capacidade de falar bem ou estão sendo modestos. As justificativas para dizerem que falam mal ficaram, quase sempre, por conta de questões gramaticais: falta de concordância, vocabulário simples, não gostar de português, usar muitas gírias. Apenas duas pessoas relacionaram o fato de não falar bem com outras razões: ser uma pessoa tímida e não ter o hábito de ler. Quanto aos fatores extralinguísticos que intervieram nas respostas, observou-se que as respostas mais negativas foram apresentadas pelas mulheres (62,5%) e pelas pessoas com escolaridade média (62,5%), a faixa etária não se mostrou nem favorecedora nem desfavorecedora, apresentando resultados bastante proporcionais.

Para essa mesma pergunta, os norte-paranaenses, mais uma vez, foram os que mais desfavoreceram a própria fala: apenas 18,8% assumiram falar bem, 56,3% afirmaram falar mal e 25% mencionaram que falam “normal”. As alegações para o “falar mal” são mais variadas que as dos gaúchos, mas duas situações foram mais referidas: as questões gramaticais (falta de concordância, troca de “l” por “r”) e o sotaque (“eu puxo o ‘r’”, “meu ‘r’ é carregado”). Mesmo o informante afirmando falar bem, considera um problema o seu sotaque, conforme o exemplo a seguir:

(52) INQ.- Você acha que fala bem?

INF.- Tirando meu érre (=R), eu acho (risos). Ah, acho sim (risos), se eu não achá, quem vai achá, né? (risos). (Inf. 13)

Além disso, foram citados o fato de não gostar de ler, a timidez, a preguiça, a falta de estudo e a ansiedade. A maior parte dos informantes que admitiu não falar bem são homens (75%), pessoas da primeira faixa etária (75%) e com escolaridade média (75%).

¹⁰³ Ao fazer esta pergunta, vários informantes indagavam “em que sentido?”; porém, para não direcionar as respostas, não era esclarecido o que se entendia por “falar bem”. Dizia-se apenas “de modo geral”.

Contrariamente aos norte-paranaenses e aos gaúchos, 75% dos cariocas confessaram falar bem, ou seja, 12 dos 16 informantes desse dialeto. Dos 8 informantes masculinos, 62,5% reconheceram falar bem e, dos 8 femininos, 87,5%; da primeira faixa etária, todos os informantes (100%) enunciaram possuir boas habilidades linguísticas; em relação à escolaridade, tanto informantes com escolaridade média quanto superior avaliaram positivamente o seu falar, 75%. Somente os informantes da segunda faixa etária expressaram-se de maneira mais modesta, pois apenas 50% admitiram falar bem.

(53) Pra mim eu falo, não sei pras pessoas, mas pra mim eu falo. O pessoal tira sarro, “ah tá falando assobiado”, eu nem ligo. Num ligo, nunca liguei, tirá sarro com sutaque, eu num ligo. Eu gosto do jeito que eu falo, por isso que eu não mudei até hoje. (Inf. 28)

Infer-se que assumir que falam bem é privilegiar o próprio dialeto. Nesse sentido, os cariocas parecem muito mais leais à sua variedade linguística do que os gaúchos e os norte-paranaenses.

Sobre a questão “Homens e mulheres falam igual? Quem fala melhor?”, somente sete dos 48 informantes (ou seja, 14,6%) disseram que falam igual: cinco homens e duas mulheres, afirmando que as diferenças dependem do grau de instrução, do acesso à cultura e da personalidade do indivíduo (mais tímido, mais desinibido etc.). Os outros 41 informantes (ou seja, 85,4%) asseveraram que há diferenças entre o falar feminino e o masculino. Ao responderem “quem fala melhor?”, 79,2% atribuíram às mulheres a característica de “melhor falante” e somente 6,2% consideraram os homens (três informantes: dois masculinos e um feminino)¹⁰⁴.

As justificativas dadas pelos informantes que apontaram o falar feminino como o melhor foram as seguintes (dentre outras): “a mulher fala melhor porque é mais cuidadosa”, mais delicada, estuda mais do que os homens, frequenta a escola por mais tempo, presta mais atenção, assimila as coisas com mais facilidade, é mais preocupada com a correção gramatical, é mais detalhista, cobra-se mais, polícia-se no falar, é mais dedicada à leitura, desenvolve mais a fala, “têm jeito para explicar”, fala com mais sentimento. Um dos informantes destacou o fato de haver uma diferença entre as gerações femininas, de modo que as mulheres mais idosas falam melhor do que as mais jovens, que têm se portado de maneira grosseira, como forma de extinguir as diferenças que existiram (e ainda existem) entre os dois sexos.

(54) Eu acho que... de um modo geral, eu acho que mulheres são mais cuidadosas em público, embora isso me pareça um traço de geração, mulheres mais velhas são mais cuidadosas em público, eu

¹⁰⁴ Nenhum informante gaúcho citou o falar masculino como melhor. Foram duas referências feitas pelos norte-paranaenses e uma pelos cariocas.

acho que mulheres mais jovens, às vezes até por uma determinada forma de compreender a ideia de... abolir diferenças, algumas eu acho que adotam formas muito grosseiras de fala, mas eu acho que, de um modo geral, as mulheres são mais preocupadas, até por conta de sua condição de gênero, uma condição mais oprimida, mais vigiada, então, em termos gerais, eu acredito que mulheres falem de maneira mais cuidadosa. (Inf. 23)

Quanto às justificativas que fundamentam a preferência pelo falar masculino, destacam-se as seguintes: “o homem vai direto ao ponto, é mais objetivo”; o homem é mais claro e firme; inspira mais segurança.

Em relação à pergunta “Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?”, nenhum informante declarou que falam igual, 42 (87,5%) enunciaram que os idosos falam melhor e 6 (12,5%) disseram que são os jovens. Os argumentos expostos pelos informantes que atestaram que os mais velhos falam melhor ficaram, quase sempre, em torno da questão da experiência, de terem mais conteúdo, mais coisas para ensinar. Também se salientou que as pessoas com mais idade, mesmo sem a formação e as possibilidades de acesso que os jovens têm hoje, expressam-se melhor, têm mais vocabulário, leem mais, são mais educados. Foram relatados, também, o equilíbrio, a calma, o fato de não serem suscetíveis a modismos, de já terem perdido os vícios de linguagem, as gírias, de apresentarem uma fala mais clássica, mais polida.

Muitos informantes que se referiram ao falar das pessoas mais velhas como melhor justificaram sua escolha por meio das “faltas” dos mais jovens: usam muitas gírias, têm dificuldade para se expressar, “têm preguiça de falar”, “parece que falam outra língua”, são descuidados com a leitura, com a linguagem, com a cultura, são mais submetidos a pressões de grupos, “acham atraente falar bobagem”.

(55) INQ.- Quem fala melhor?

INF.- Idoso, eu acredito que idoso.

INQ.- Por quê?

INF.- Ah, assim, jovem tem... hoje, pelo menos, tá vivo muito esse lance da gíria, muito do... internetês, digamos assim, a linguagem de internet, então assim, que nem, ah e hoje, assim, tipo, pra geração mais jovem tá aportuguesando muita palavra inglesa e eu acho que sujô um pouco o português, entendeu?. (Inf. 33)

(56) Não, jovens e idosos não falam igual não. Os jovens falam bastante gíria né hoje até os jovens tem dificuldade de escrever com essa tal de internet, esses novos jovens tão meio analfabetos por um lado né, não sei como, o Departamento de Letras deve saber disso, né. É... e os e às vezes tem uma, quando tem que falar mesmo em público, acredito que eles têm, muitos têm até dificuldade, falam pouco, são poucos os jovens que falam bem, se expressam bem. Os velhos, de repente, tenham mais condições de se expressar do que os jovens pela experiência de vida e tal, acredito que eles falem melhor até que os jovens. (Inf. 47)

(57) INF.- Eu acho a pessoa idosa.

INQ.- Por quê?

INF.- Por causa da sapiência que eles têm. Pessoa idosa. Tem jovem que não sabe nem chegá e namorá uma menina. Nem sabe o que vai falá pra ela, só fala asneira, de dez coisas que fala nove é asneira, nove é gíria... (Inf. 20)

Dos seis informantes que avaliaram mais positivamente o falar dos jovens, três pertencem à primeira faixa etária e três à segunda, portanto não foram apenas os mais jovens que manifestaram preferência pelo falar que os representa. Os argumentos apresentados para essa predileção foram “os jovens estão mais atualizados”, “são mais descolados”, “são os transformadores do mundo”, “acho que leem mais”, “arriscam mais”.

Quanto à questão “Ricos e pobres falam do mesmo modo?”, 41 informantes (85,4%) responderam que não e sete (14,6%) que sim, evidenciando que, para a maior parte dos informantes, o fator econômico é determinante na maneira de falar das pessoas. Dos sete que responderam sim, cinco são norte-paranaenses, um é carioca e um é gaúcho. Os cinco norte-paranaenses condicionaram a resposta “sim” aos casos em que o indivíduo tem estudo, ou seja, ricos e pobres podem falar do mesmo modo se ambos tiverem acesso à educação. O informante gaúcho que respondeu “sim” afirmou que o fato de a pessoa ser pobre não anula, necessariamente, as oportunidades de adquirir cultura, e ele, professor universitário, diz ser a prova disso, pois provém de uma família muito pobre.

Aqueles que responderam “não” acreditam que as pessoas mais pobres normalmente falam mais errado, não conseguem se expressar adequadamente, têm mais dificuldade para compreender certas expressões, estão em desvantagem pela falta de acesso a bens culturais, a ensino de qualidade. Houve, ainda, menção ao fato de as pessoas ricas se imporem, de serem mais soberbas e de isso ser marcado em sua fala, que pelo conteúdo da conversa é possível identificar se a pessoa é pobre ou rica.

(58) INQ.- Ricos e pobres falam do mesmo modo?

INF.- Ah, não, né, bem diferentes.

INQ.- O que você percebe de diferente?

INF.- Assim, falá errado mesmo. Negócio de “ponhá pircing”, né, muita gente chega... “quanto é pra ponhá o pircing no imbigo?” (risos). Opa! Já percebe na hora, né, fala tudo. A pessoa, às vezes, a aparência não fala, né, mas ela abre a boca, ela se entrega na hora né, a classe social que ela é. (Inf. 34)

(59) INQ.- Ricos e pobres falam do mesmo modo?

INF.- Não, totalmente diferente.

INQ.- O que você acha que tem de diferente na fala de um rico e de um pobre?

INF.- De um rico ele sempre... se impõe, sabe, sempre ele é o bam bam bam, e tal, então ele sempre se põe lá em cima, agora o pobre... assim, dependendo o pobre, ele já põe lá em baixo, já se diminui... (Inf. 26)

A diferença no modo de falar entre ricos e pobres é, inclusive, algo bastante abordado pela mídia, sobretudo em programas de humor, em que marcas como falta de concordância, rotacismo, redução da proparoxítona, dentre outras coisas, são focalizadas e atribuídas à fala das pessoas de classe social desfavorecida, o que reforça o preconceito linguístico.

As respostas à questão “Você acha possível distinguir uma pessoa com curso superior de outra pouco escolarizada pela sua maneira de falar?” refletem o prestígio que o grau de escolaridade superior ainda detém, pois 70,8% dos informantes julgaram que sim, que as pessoas mais escolarizadas possuem uma forma mais rebuscada de falar, colocam melhor as palavras, usam termos mais difíceis, falam mais corretamente, constroem frases mais elaboradas, são mais cultas, articulam mais adequadamente as palavras, têm maior poder de argumentação. Alguns informantes ainda salientaram diferenças que vão além da correção gramatical ou de questões meramente linguísticas. Comentaram, por exemplo, que as pessoas com curso superior têm mais cultura, mais assunto, mais informação, são mais seguras, têm uma maneira diferente de cumprimentar as pessoas e, até, de encarar a religião, sendo menos fanáticas, mais esclarecidas.

Os 29,2% que afirmaram não ser possível distinguir uma pessoa por sua escolaridade apoiaram sua justificativa, principalmente, no fato de, hoje, as instituições de ensino (fundamental, médio e superior) não possuírem mais a qualidade que possuíam antes. Explicaram que, assim como existem instituições de ensino superior excelentes, há também inúmeras faculdades, sobretudo particulares, que estão aquém do esperado em termos de qualidade, de eficiência e de seriedade, “formando” pessoas que saem do curso superior praticamente com a mesma bagagem com que entraram, portanto o título de graduação, muitas vezes, não significa coisa alguma.

(60) Hoje tá difícil viu, eu não sei se as faculdades tão com... tem muita faculdade, e eu me preocupo, porque tem gente que é formada que dá dó, antigamente eu acho que era menos faculdade, a gente se empenhava mais, tinha que dar mais sangue, ler mais coisa, hoje a coisa tá difícil, os jovens não tão lendo, não, eu acho que tá complicado. Tá bem difícil... (Inf. 48)

(61) INF.- Não, não dá, não, pelo menos eu não consigo, às vezes uma pessoa que fala bem tem menos estudo que... hoje em dia, a mulecada não sabe falá muito, acho que... pelo sistema de ensino que ta aí, poco sabem falá.

INQ.- Antigamente dava então para diferenciar mais, hoje está mais difícil?

INF.- Tá mais difícil. Que as escola não exige muito os aluno, se um aluno vai mal, principalmente na... português, qualqué matéria, o conselho passa, então a mulecada não se aplica direito, antigamente a gente chegava brigá pra se aplicá... (Inf. 4)

Houve informantes que ressaltaram que se trata de uma questão pessoal, de ter interesse em buscar conhecimento e não propriamente um diploma.

(62) Não, porque eu vejo que tem gente que não tem escolaridade e tem muito mais conhecimento que uma pessoa que fez nível superior, que, às vezes, a pessoa que fez nível superior ela só estudô aquilo, se fugi do assunto, fora daquilo que ela estudo, ela não sabe mais nada, eu vejo eu, por exemplo, eu sei muita coisa sobre o Direito, mas eu não entendo muita coisa, política, não estô muito atualizada sobre esporte, sobre saúde, sobre educação, eu sei muita coisa sobre o Direito, mas fugiu um poco dessa área às vezes eu não vo sabê tanta coisa como a pessoa menos escolarizada do que eu. [...] porque o canudo e nada de vez em quando mesma coisa. Tem gente que faz medicina, tem o diploma, fez seis anos de faculdade mais aquele negócio de residência, mas num tem um conhe... se não buscá o conhecimento, não vai tê, vai ficá só naquilo, e não vai crescê além daquilo, que a faculdade te ensinô, que ensinô pra ela.

A pergunta seguinte consta, apenas, do questionário qualitativo dos informantes cariocas e gaúchos: “Por que você se mudou para o Norte do Paraná?”. As razões que levaram esses informantes a deixarem sua terra natal e virem para Maringá são variadas, mas a principal é a questão profissional. Dos 16 informantes cariocas, seis encontraram na região oportunidade de trabalho, três vieram acompanhando a família (que também se mudou por questões profissionais), quatro estavam fugindo da violência e buscando qualidade de vida e três estiveram a passeio na região e se apaixonaram pelo lugar, pelo clima, pela tranquilidade. Dentre os 16 informantes gaúchos, 10 vieram a trabalho, três para estudar, um veio atrás do grande amor de sua vida, outro veio pelo clima, por questão de saúde e um conheceu a região estando a passeio e se encantou com o lugar.

A próxima pergunta também só consta do questionário dos informantes cariocas e gaúchos: “Você tem vontade de voltar a morar na sua terra de origem?”. 68,8% dos cariocas responderam que não, que só voltam ao Rio de Janeiro a passeio. Quando perguntado por quê, quase todos manifestaram preocupação com a violência, relatando que morar no Rio, hoje, está perigoso. Alguns também usaram como justificativa as dificuldades existentes para quem vive em cidade grande, vida muito cara, agitada, estressada, cansativa. Um dos informantes chegou a dizer que, hoje, ele é mais maringaense do que os maringaenses:

(63) Não, hoje eu sou mais maringaense do que os maringaenses propriamente ditos, hoje eu me sinto uma... uma árvore enraizada aqui, tenho dois filhos é... pé vermelho né, pé ve[τ]melho (*imitando o sotaque norte-paranaense*) e... enfim, fiz toda uma vida que, tenho respeitabilidade aqui, construímos um... Departamento de Matemática. Na época que eu cheguei, não tinha o bacharelado, hoje nós temos bacharelado implantado, mestrado consolidado e doutorado em consolidação e... não tenho... (Inf. 24)

Os outros 31,2% que responderam que desejam voltar para o Rio de Janeiro explicaram que sentem falta da praia, do “agito”, das programações culturais.

Já os informantes gaúchos demonstraram maior vontade de voltar a morar em sua terra natal do que os cariocas. Dos 16 informantes, 50% compartilham esse desejo, justificando, quase sempre, que sentem muita falta das tradições, da cultura, do jeito de ser

das pessoas. Mesmo assim, os outros 50% desejam permanecer no Norte do Paraná, boa parte deles relatando que o clima do Rio Grande do Sul é muito frio, muito rigoroso e que a qualidade de vida aqui é melhor.

- (64) Primero porque não gosto de frio, eu prefiro mais o clima daqui. Voltaria pra lá se tivesse pai e mãe ainda, voltaria, mas não tem e... eu acho melhor de vivê aqui. Nossa!, Maringá pra mim é um paraíso! Rio Grande é muito bom pra passeá, verão é bom, mas as condição de vida que eu tenho aqui, comparando com a que eu tinha lá, nossa, nem se compara, melhor... segurança, eu acho melhor Maringá, comparando Maringá com Pelotas, qualidade de vida muito melhor, nossa! (Inf. 36)

Respondendo à questão “Você já passou por alguma situação constrangedora relacionada ao seu modo de falar?”, 62,5% dos norte-paranaenses disseram que não e 37,5% afirmaram que sim. As circunstâncias constrangedoras relatadas comumente envolviam referência ao /r/ típico da região.

- (65) ...como eu disse, minha família é toda da Bahia, então, quando eu vou pra lá, meus primos, meus tios, todo mundo tira muito sarro do jeito que eu falo. Quando eu, eu peço alguma coisa assim que eu falo alguma coisa com aquele “erre” característico daqui, então é sempre motivo de piada, mas, enfim, do mesmo jeito que eles tiram sarro quando eu vou pra lá, quando eles vêm pra cá é motivo de piada do mesmo jeito, então... (Inf. 5)
- (66) ...os meus primos em São Paulo, quando eles me levavam pra conversar com os amigos, eles achavam que eu falava igual Curitiba, assim... só ficaram tirando sarro achando que (risos) “parece que você é de outro lugar, fala po[ɾ]ta”, toda vez a po[ɾ]ta, po[ɾ]tão, ficava falando desse jeito... (Inf. 10)

Já os informantes cariocas e gaúchos expuseram um número maior de situações constrangedoras relacionadas ao seu modo de falar: foram 50% dos informantes cariocas e 56,3% dos informantes gaúchos. Os episódios desagradáveis relatados pelos cariocas revelam, sobretudo, o preconceito que se tem contra o estilo de vida das pessoas que são do Rio de Janeiro, confundidas com pessoas “vagabundas” e “folgadas”, além de comentários relacionados à maneira “chiada” de falar, considerada, muitas vezes, como forma de exibicionismo.

- (67) Cheguei passá, no início quando eu tinha loja. Que o povo daqui falava que o carioca era vagabundo, entendeu? Então, quando eu cheguei, o pessoal falava que o carioca era vagabundo, não é vagabundo, o carioca trabalha, só que ele sabe curtir também a vida... (Inf. 20)
- (68) Claro, isso uma penca de vezes. Primeira coisa que eu publiquei quando eu vim aqui pra UEM foi um relato sobre como um carioca fazer a pesquisa com depoimentos, história oral aqui em Maringá e um dos itens que eu... que eu chamei atenção foram os desencontros relacionados ao meu sotaque, as pessoas que imediatamente associavam o meu sotaque à malandragem, consequentemente interesses escusos, pessoas que associavam o meu sotaque à malandragem e consequentemente um certo desleixo e não levavam muito a sério os meus propósitos, porque identificavam aquilo que você me perguntou antes né, os traços de caráter. Caracterologia implícita ao tom da voz, ao sotaque né, caracterologias imaginárias das pessoas. Mas, enfim, isso sim é... já fui...já fui... digamos, objeto de agressão, agressão verbal naturalmente, por causa do meu sotaque, mas isso aquela associação que se faz com Rio de Janeiro é... é... uma associação

meio fantasmagórica né e relacionada ao... caráter naturalmente ruim dos cariocas aquela coisa, devem causar mal ao país né, as coisas assim: “não trabalham, bando de vagabundos” aquele tipo de coisa: “parasitas” é... já, já tive situações assim que claramente eu notei é... pessoas reagindo de forma a identificar na minha fala algo que não se deveria prestar atenção exatamente por conta do sotaque, isso eu já muitas vezes eu identifiquei, fora aqueles desentendimentos de falar uma coisa que a pessoa não tá entendendo, que é perfeitamente compreensível por conta dessa... sublimação dos érres (=R) né, essa coisa, dos excessos de xis (=X) no final das palavras, em plural, esse tipo de coisa acontece, é comum. (Inf. 23)

Os informantes gaúchos que passaram por circunstâncias constrangedoras relataram normalmente episódios relacionados ao léxico, ao uso de palavras ou de expressões desconhecidas no Norte do Paraná. Além desses casos, fizeram também referência ao sotaque cantado e às piadas sobre homossexualismo.

- (69) Ixi, várias vezes. Ah, eu tava no pensionato onde eu morava e a dona do pensionato cada dia um ia comprar o pão e me pediu pra ir comprar pão. Na hora, ela falou, eu lembrei, cheguei na panificadora, pedi cacetinho, quem disse que a mulher sabia, todo mundo começou a rir, pessoal que tava atrás, pessoal que tava na frente, ninguém sabia do que eu tava falando e eu não conseguia lembrar o nome do pão que era aqui, tentava gesticular, foi um mico. Foi o mico. O tal do cacetinho todo mundo tirou sarro, eu não sabia nem onde me enfiar, eu queria, nossa, sair correndo de lá. (Inf. 41)
- (70) Ah, principalmente na escola, né, daí ficava muito... brincando, né, eu falava dez, três, né... falava bem cantado, daí tirava bastante sarro assim... (Inf. 42)
- (71) ...a questão de piada de ser homossexual ou não, essas coisas é uma coisa que... e aí tem gente falando... e também tem também o pessoal que mora em Campinas que é a mesma, o pessoal também brinca muito com isso, mas com a gente é mais, então tem muito isso aí... é uma coisa que eu não gosto... (Inf. 38)

Pelos relatos, percebe-se que os cariocas passaram por situações mais ofensivas, pois estão relacionadas ao caráter, à índole desses informantes.

Em relação à penúltima pergunta “Em alguma situação (fora da sua terra de origem), você já modificou sua forma de falar para adaptá-la ao modo de falar das pessoas do lugar em que você estava?”, 68,8% dos informantes norte-paranaenses expuseram que não e 31,2% que sim. Dentre os que relataram que não, a maioria (64%) é do sexo masculino, com escolaridade média. Já dentre os que afirmaram que sim, a maior parte (80%) é do sexo feminino, com escolaridade superior. Esse resultado corrobora uma das hipóteses desta tese de que as mulheres e as pessoas com formação superior procuram usar as formas de maior prestígio.

As justificativas apresentadas pelos informantes que responderam “não” normalmente estiveram associadas à dificuldade em tentar modificar a fala, ao fato de as pessoas não terem essa preocupação e, mais raramente, à lealdade linguística.

(72) INF.- Nunca. Nunca porque já é um problema pra mim querê falá assim, imagina querê imitá os otro, aí complicô mais ainda, eu querê falá rápido puxando o érre, não dá, não dá, a pessoa que tem que me entendê (risos), ela que se vira.

INQ.- Nunca tentou?

INF.- Nunca tentei. Pra mim é o meu jeito de falá... se a pessoa já não me entende, imagine querê misturá, já falo errado, querê misturá, a pessoa não vai entendê nada mesmo, fala “meu Deus, além de ele não entendê nada, ainda ele é burro!” (Inf. 2)

(73) Não, como eu disse, eu acho que eu tenho apego emocional, eu posso até achá feinha, mais é a minha língua. (Inf. 16)

Observa-se, no exemplo 73, que, ainda que a informante tenha demonstrado lealdade ao seu modo de falar, tentando não modificá-lo, por ter “apego emocional”, faz um comentário que reforça o estereótipo que se criou em torno do dialeto norte-paranaense e, de modo especial, em torno do “r caipira”, pois comenta que acha “feinha” a sua língua, desprestigiando, assim, a sua fala, compartilhando, de certo modo, com a opinião dos informantes norte-paranaenses que responderam “sim”, que já modificaram intencionalmente a sua fala.

(74) Isso, já tentei... é porque eu realmente não acho bonito, eu acho ‘acaipirado’, então, no meu meio mesmo, de amigos, acadêmico e tudo mais, eu tentei apagá, mais essa questão do érre. (Inf. 13)

Da mesma forma que os norte-paranaenses, 68,8% dos informantes gaúchos disseram que nunca tentaram modificar a sua fala e 31,2% admitiram que sim. Dentre estes, 80% possuem curso superior, mais uma vez demonstrando que os indivíduos mais escolarizados parecem ter maior preocupação com as questões linguísticas ou, pelo menos, têm mais noção dos valores atribuídos ao modo de falar. As razões pelas quais tentaram mudar seu dialeto foram, principalmente, um esforço para ser aceito, para não ser excluído, para não chamar a atenção, para não ficar tão diferente das pessoas e até para não parecer tão “fanfarrão”.

(75) O tom de voz eu acho que mudei aqui no Paraná, mudei bastante o meu estilo de falar, sabe, principalmente em funções de cargos que eu assumi, que era mais debochado, mais piada, mais tiro, mais facada, mais guerra, e... como é que se diz, mais grosso, sabe, e daí quando eu cheguei aqui eu vi que todo mundo tinha essa ideia dos gaúchos e eu como líder dos gaúchos na parte cultural alimentar isso, sabe, eu não podia passar realmente essa fonte de poesias mas machonas, de pega mulher e faz aquele negócio todo, então eu mudei meu repertório de poesias, assim pra poesias mais cultas, passei meu jeito de falar menos gritado, sabe, para passar uma outra imagem de que o gaúcho não é só aquele fanfarrão, ele se preocupa com sua base. (Inf. 35)

(76) INF.- Sim. Com certeza. Fiz, tentei, me esforcei fazê isso.

INQ.- Éh! Por quê?

INF.- Não sei, talvez por, talvez naquela época eu me sentia assim um pouco excluído do lugar assim, não me sentia que eu pertencia aquele lugar, então eu fui tentando me adaptá aos poucos, por isso que hoje é uma mescla. E eu quando logo que eu mudei aqui eu forcei muito a mudança, para ser aceito e tudo mais então... Pra não chamar muita atenção, pra sê mais discreto. (Inf. 38)

Dentre aqueles que responderam que nunca modificaram seu dialeto, 64% possuem escolaridade média. Esses informantes argumentaram, por exemplo, que as pessoas devem ser o que são, devem ser autênticas, que nunca se preocuparam com isso. Houve ainda aqueles que comentaram, com orgulho, que se esforçam para não mudar, para continuarem a ser identificados como gaúchos.

- (77) Não, muito pelo contrário, eu não gosto. Não gosto que me digam que eu não falo mais como gaúcho. Não, não. E a questão de não apagar as origens é por não aceitar determinados hábitos, não necessariamente relacionados à linguagem, só. (Inf. 46)
- (78) Não, não. Nunca, eu tento não mudar. Até eu digo que vou pra Porto Alegre, vou reciclar lá pra não mudar o meu modo de falar... (Inf. 48)

Os informantes cariocas foram os que mais demonstraram atitudes de lealdade linguística: 81,2% afirmaram que, em nenhuma circunstância, modificaram seu dialeto e apenas 18,8% assumiram que já tentaram mudá-lo. As situações de tentativa de mudança foram justificadas pela necessidade de serem mais bem compreendidos, para não se sentirem excluídos, para se adaptarem ao lugar.

A maioria dos informantes que relatou nunca ter tentado adaptar a sua fala possui escolaridade média, são 62,5% dos homens e 100% das mulheres, ou seja, nenhuma mulher modificou seu dialeto. Esse resultado é interessante e compreensível, na medida em que se atribui ao sexo feminino o uso de formas mais prestigiosas. E o dialeto carioca parece que ainda é visto, pelo menos aos olhos dos cariocas, como um falar com *status*. Também é interessante verificar a maneira como esses informantes se expressaram ao justificar o porquê de nunca terem mudado seu dialeto, a pergunta parecia até ofensiva a alguns, como se fosse impossível eles fazerem isso.

- (79) Não, eu nunca, não, não, não. Eu sempre uso meu, meu jeitinho. Como eu te falei, meu filho maior fazia isso quando era menor, e sofria é... a mãe dele sofria é... advertência, né: “tá falando igual esse pessoal caipira daqui”, né, de uma forma geral eu digo é... então, ele forçava uma situação como criança, ele falava “carioquês”, mas falava... tentava falar, porque ele sofria discriminação no Regina Mundi por não puxar o érre (=R) do jeito que era aqui. (Inf. 24)
- (80) Não, em hipótese alguma. (Inf. 19)
- (81) Não. Até hoje eu não consigo falá po[ɾ]que, po[ɾ]ta, acho feio, continuo falando, po[x]ta, po[x]que, Jesui[ʃ], não mudo... porque eu tenho orgulho do meu sotaque, não mudo. (Inf. 30)

A última pergunta feita aos norte-paranaenses foi a seguinte: “Se você pudesse morar em outro Estado, onde moraria?”. Dos 16 informantes, seis (37,5%) revelaram não ter desejo algum de sair do Norte do Paraná, mais especificamente de Maringá, resultado que aponta atitude de lealdade ao lugar, apesar da deslealdade linguística. Os demais informantes citaram os seguintes estados: Santa Catarina (três informantes, 18,8%), Bahia

(dois informantes, 12,5%), Rio de Janeiro (dois informantes, 12,5%), Rio Grande do Sul (dois informantes, 12,5%) e São Paulo (um informante, 6,2%). As razões para a escolha desses estados foram as seguintes: Santa Catarina, pelas praias e pela beleza do lugar; Rio Grande do Sul, pelas paisagens, pelo clima e pela cultura; Rio de Janeiro, pelas pessoas bonitas, pela beleza do lugar; São Paulo, pelas oportunidades profissionais; Bahia, por relações familiares.

Quanto à última pergunta feita aos cariocas e aos gaúchos “Você acha que houve mudanças no seu dialeto depois que se mudou para o Norte do Paraná?”, tanto gaúchos quanto cariocas afirmaram, em sua maioria, que sim: foram 93,8% dos gaúchos e 68,8% dos cariocas. Estes últimos mostram-se mais resistentes a mudanças e isso ficou muito claro durante as entrevistas, sobretudo em relação ao uso dos róticos, que, conforme já se verificou na seção 7.1, os cariocas não mudaram; as mudanças ficaram por conta de outras características linguísticas, como o /s/ menos “chiado”. O dialeto foi minimizado, mas esses informantes são identificados com facilidade, eles próprios mostraram-se conscientes de que as alterações não foram tão expressivas. Nas palavras dos próprios informantes, não usam mais tantas gírias, “perdi o chiado”, o sotaque está com menos excessos, um dos informantes chegou a dizer que está menos “marrento” e outra comentou que chorou, porque a prima, falando com ela ao telefone, achou que o sotaque dela estava mais fraco. Já os cinco informantes cariocas que acreditam que não houve alteração no seu modo de falar expõem isso de forma bastante vaidosa.

Entre os informantes gaúchos, apenas um alegou que sua fala não sofreu modificações, justificando que pouco sai de casa e, de fato, possui características mais consistentes desse dialeto. Os outros 15 informantes, por sua vez, sofreram mudanças mais significativas, mais perceptíveis e seus comentários denunciam isso:

(82) Mudô muito, com certeza muito. (Inf. 33)

(83) Totalmente, muito. (Inf. 34)

(84) Sim, sim, eu não uso mais tchê, não uso barbaridade, não uso guria, não uso guri, não uso é... que mais... tri-legal é... não uso tu, então... (Inf. 40)

(85) Ai, acho que falo meio po[]ta (risos). Até por de falá às vezes com parente por telefone, tiram sarrinho... (Inf. 42)

(85) Ai muito, muito, muito, muito mesmo. Desde o “você” até o jeito que eu falo com amigas, sabe... (Inf. 45)

Os dados demonstram que esses informantes já incorporaram parte do dialeto norte-paranaense, apresentando uma fala entremeada com características dos dois falares, apesar de tentarem resistir ao falar que eles mesmos chamam de “caipira”.

CONCLUSÃO

Procurar entender o comportamento humano é procurar entender as ações realizadas pelos indivíduos em determinadas situações, tarefa nada fácil, já que os motivos que condicionam essas ações resultam da interação de diversos fatores, tais como personalidade, cultura, experiências pessoais, dentre outros.

Realizar estudos que incluem reflexões concomitantes da Sociolinguística e de Crenças e Atitudes linguísticas pode propiciar a compreensão mais adequada das ações que guiam o comportamento dos indivíduos em relação à sua fala e à fala do(s) outro(s), bem como os motivos, internos ou externos à língua, que condicionam tais ações.

Esta tese, pautada nos estudos das duas áreas, procurou examinar as crenças e as atitudes linguísticas de falantes brasileiros em relação ao uso dos róticos em coda silábica. Trata-se de informantes naturais de três regiões distintas (Norte do Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), mas todos em contato por residirem no Norte do Paraná há, pelo menos, oito anos.

Embora inicialmente estudar os róticos não fosse objeto de interesse desta pesquisadora, a leitura de outros trabalhos apontou esse elemento linguístico como bastante produtivo para ilustrar as questões relacionadas ao preconceito, ao *status*/prestígio, ao desprestígio, à lealdade e à deslealdade linguísticas, enfim, aos conceitos e aos temas relacionados aos estudos de Crenças e Atitudes linguísticas.

A opção por estudar esse tema na região Norte do Paraná deve-se ao fato de se terem criado representações estereotipadas para os falantes dessa região, rotulada como lugar de pessoas simples, rudes, de fala incorreta, descuidada, enfim, “caipiras”. E grande parte dessa crença parece alicerçada na produção do rótico típico dessa região: o rótico retroflexo.

Para obter dados apropriados a essa temática, utilizaram-se métodos diretos (realizados por meio de entrevistas e de questionários) e indiretos (uma adaptação da técnica *matched guise*, de Lambert, 1967). Por se tratar de um estudo que trabalhou com um número significativo de dados, também se contou com a ajuda de recursos computacionais, como o programa de Mendez Batista (2012) e o programa Varbrul (versão de 1988).

A seguir, resumem-se os resultados a que a análise dos dados permitiu chegar.

Conforme já exposto, o capítulo analítico foi dividido em três partes. Na primeira, examinaram-se os resultados referentes às quatro primeiras partes da entrevista

(narração, descrição, questionário e leitura), com o objetivo de verificar os fatores condicionadores da variação no uso dos róticos em coda silábica. Foram obtidos 9.274 dados, dos quais se descartaram 501, restando efetivamente para a análise 8.773 ocorrências, distribuídas entre seis variantes: **retroflexa**, **tepe**, **velar**, **vibrante alveolar múltipla**, **glotal** e **apagamento**. Como a ocorrência da variante glotal não foi significativa, ela foi amalgamada às ocorrências velares, sobrando para a análise cinco variantes.

A “variante” mais produtiva foi o apagamento, com 32,5% do total dos dados, resultado que parece indicar que o zero fonético já está tão incorporado à fala que não possui mais o mesmo desprestígio que possuía antes, a ponto de ser a variante mais realizada no *corpus* deste trabalho e também a ponto de as mulheres utilizarem-na com bastante frequência.

Como o zero fonético não representa realmente uma variante, mas antes a ausência dela, todos os fatores (linguísticos e extralinguísticos) foram analisados primeiramente com e posteriormente sem o zero fonético. Ao retirá-lo do cômputo dos dados, o rótico mais produtivo passa a ser o retroflexo, com 44,6% das ocorrências, resultado não apenas do fato de representar a variante típica do dialeto norte-paranaense, mas também de os informantes gaúchos, contrariamente aos cariocas, utilizarem-na com bastante frequência.

Do total de róticos utilizados pelos gaúchos, 55% foram casos de tepe e 40% de retroflexo, enquanto os norte-paranaenses produziram praticamente apenas retroflexos, 95,7%. Esse resultado aponta que os gaúchos se adaptaram bem ao dialeto do Norte do Paraná, “misturando” o seu sotaque com o da região, utilizando com frequência razoável o rótico retroflexo, mesmo nas circunstâncias mais formais e estruturadas da entrevista (como o questionário fonético-fonológico e a leitura) e apesar de o avaliarem de forma negativa. Sobre isso, Labov (2008) relata que os falantes, muitas vezes, não se dão conta de que eles mesmos usam as formas que desprestigiam, eles se ouvem como usuários das formas com prestígio que produzem em sua fala monitorada.

Os cariocas, por sua vez, mantiveram sua identidade linguística, não se “contaminando”, “corrompendo” com o dialeto norte-paranaense, já que, dos 2.035 casos de róticos por eles produzidos, apenas 5 (0,2%) foram situações de rótico retroflexo e 93,1% foram ocorrências velares.

Assim, esta investigação encontrou como variantes típicas dos dialetos norte-paranaense, carioca e gaúcho, respectivamente, os róticos retroflexo, velar e tepe, confirmando o resultado de outras pesquisas (AGUILERA, 1994; CALLOU; SILVA, 1995; CRISTÓFARO SILVA, 2009; KOCH *et al.*, 2011).

Em relação aos fatores extralinguísticos selecionados como possíveis condicionadores de uso de uma ou de outra variante rótica, os resultados – referentes aos três grupos dialetais – foram os seguintes:

1.º) o fator grau de formalidade das diferentes partes da entrevista indicou que, dependendo da situação – mais informal e menos estruturada, mais formal e mais controlada – os informantes mudam a variante rótica, sendo o zero fonético altamente favorecido na narrativa e na descrição e praticamente sem ocorrência no questionário e na leitura; as demais variantes, ao contrário, são desfavorecidas nos dois primeiros casos e favorecidas nos dois últimos, demonstrando que, na leitura e no questionário, quando se alcança um grau mais elevado na escala de formalidade, os informantes passam a monitorar a fala de forma mais consciente;

2.º) o fator sexo apontou uso favorecedor das variantes retroflexa e velar na fala masculina e alveolar na feminina, resultado que confirma que a fala feminina monitorada é a mais próxima da forma padrão, tendendo a utilizar as formas de prestígio e a rejeitar as estigmatizadas; como o rótico retroflexo frequentemente está associado a um falar “caipira” e o velar a uma forma “antipática”, “exibicionista”, “debochada” etc. é possível compreender a rejeição feminina. Ao contrário, o rótico alveolar, embora em número reduzido, possui certo grau de prestígio e, provavelmente por isso, é mais utilizado pelas mulheres;

3.º) o fator faixa etária revelou favorecimento ao zero fonético quando os informantes pertencem à 1.ª FE e ao rótico vibrante alveolar múltiplo quando o informante é da 2.ª FE. Esses dados revelaram-se importantes, porque o fato de o apagamento ser menos produzido pelos informantes da 2.ª FE e mais realizado pelos informantes da 1.ª FE pode configurar uma situação de mudança em progresso, já que a variante mais inovadora (neste caso, o zero fonético) é mais frequente entre os jovens, decrescendo na faixa etária mais velha. Da mesma forma, a ocorrência mais frequente da vibrante alveolar múltipla na 2.ª FE, decrescendo na 1.ª FE, também indica um processo de mudança com vistas ao desaparecimento dessa variante em posição de coda silábica, ao menos na região em estudo;

4.º) o fator grau de escolaridade apontou favorecimento à variante alveolar múltipla quando o informante possui escolaridade superior (demonstrando que os indivíduos mais escolarizados percebem o prestígio dessa variante) e ao zero fonético quando os indivíduos têm ensino médio. Outro dado importante a salientar é o fato de a variante retroflexa ser mais utilizada por informantes com curso superior, o que parece indicar que as pessoas mais escolarizadas são menos preconceituosas, na medida em que utilizam com mais frequência uma forma considerada sem prestígio.

Quanto aos fatores linguísticos, os resultados apontaram o que segue:

1.º) o fator posição do rótico na coda silábica mostrou-se ambiente altamente propício para a ocorrência do apagamento quando a coda é externa (.920), aplicação quase categórica. Ao contrário, a posição de coda silábica interna desfavorece grandemente a sua realização (.005). Sua influência sobre as demais variantes é tão relevante que praticamente iguala seus percentuais e pesos relativos, apesar de serem tão diferentes numericamente;

2.º) o fator classe gramatical revelou alto favorecimento ao zero fonético em se tratando de verbos: .784 (98,4%); já nos “não verbos”, a probabilidade de sua realização é mínima, apenas .017 (1,6%). Esse resultado confirma, para este trabalho, o que outras pesquisas já apontaram em relação a ser a variável classe gramatical condicionadora de apagamento do /r/ em verbos e de sua manutenção nos nomes, cabendo ressaltar, entretanto, que o contexto desse resultado se dá, especificamente, na coda final ou externa dos verbos, ou seja, trata-se da conjugação dos dois fatores. Para as demais variantes, não há favorecimento ou desfavorecimento, apresentando-se um fator indiferente para as ocorrências retroflexa, velar, tepe e vibrante alveolar múltipla.

Assim, confirmaram-se todas as hipóteses aventadas para esta tese em relação às realizações dos róticos, a saber: os informantes mudam a variante rótica dependendo do grau de formalidade das partes que compõem a entrevista; as mulheres e os informantes com curso superior privilegiam as variantes de maior *status*; o rótico retroflexo apresenta intensa vitalidade, apesar de seu propalado desprestígio.

A segunda parte da análise diz respeito aos dados do questionário quantitativo, que tem por principal objetivo verificar a reação dos informantes “juizes” em relação aos três dialetos ouvidos. Nesta parte da entrevista, foram realizadas 3.456 avaliações, das quais 2.030 (58,7%) foram positivas, 681 (19,7%) foram negativas e 745 (21,6%) neutras.

As avaliações positivas foram mais frequentes que as avaliações negativas e neutras juntas. O valor positivo apresentou-se mais destacado em relação ao leitor gaúcho, evidenciando uma situação de preferência por esse dialeto, seja pelo maior número de avaliações positivas, seja pelo menor índice de avaliações negativas e neutras. Quanto ao dialeto carioca, percebe-se que a avaliação é muito próxima da do gaúcho, com diferenças percentuais em torno de 2%. Atitudes favoráveis ao falar gaúcho também foram referidas em outros estudos, superando a valorização atribuída ao falar carioca. Em relação ao dialeto norte-paranaense, a situação muda um pouco, pois tanto a avaliação positiva quanto a negativa apresentam percentuais que se distanciam mais dos outros dois dialetos. Esses

resultados informam que há certa “rejeição” à fala dos norte-paranaenses ou, pelo menos, menor estima em relação a ela.

Dentre todos os informantes, os norte-paranaenses foram os que mais efetuaram avaliações positivas, mostrando-se menos preconceituosos que os outros, aceitando melhor as outras variedades linguísticas. Também merece destaque o fato de os norte-paranaenses terem avaliado o leitor de seu próprio dialeto mais negativamente do que os leitores dos outros dialetos, resultado que traz indício de uma situação de deslealdade linguística. Já em relação às avaliações neutras, esses informantes foram os que menos as realizaram, o que parece indicar, ainda, que os falantes norte-paranaenses são os que mais se posicionam no momento de avaliar outros grupos, mostrando-se mais decididos quando emitem uma opinião.

Analisando os julgamentos dos informantes gaúchos, constata-se que foram eles os que menos realizaram avaliações positivas e que mais declararam opiniões negativas e neutras, situação sugestiva de serem esses informantes mais críticos e mais exigentes que os demais. As avaliações mostraram-se mais positivas quando os informantes gaúchos julgaram o leitor carioca (56%), seguida da avaliação de seu próprio dialeto (54,2%). O menor índice percentual de avaliações positivas de todo o questionário quantitativo refere-se ao julgamento feito ao leitor norte-paranaense (42,4%). Do mesmo modo, de todas as avaliações negativas do questionário quantitativo, a que apresenta percentual mais elevado refere-se ao leitor norte-paranaense (31,3%), dado que informa, mais uma vez, o desprestígio desse dialeto.

Os cariocas efetuaram 703 avaliações positivas, o que representa 61% do total de avaliações realizadas por esses informantes. Assim como os norte-paranaenses, eles privilegiaram o leitor gaúcho. Em relação às avaliações negativas, esse grupo foi o que menos as produziu, apenas 196 dos 1.152 julgamentos realizados, assim distribuídos: 82 (21,4%) para o leitor norte-paranaense, 49 (12,8%) para o leitor do seu dialeto e 65 (16,9%) para o leitor gaúcho. Esses dados mostram que, embora os cariocas não tenham julgado mais positivamente o seu dialeto, avaliam-no menos negativamente que os demais, circunstância que revela lealdade linguística, uma espécie de “protecionismo” em relação à sua variedade linguística. Ao contrário, o fato de o norte-paranaense ter sido outra vez o mais indicado negativamente confirma o desprestígio desse dialeto.

Em relação à variável sexo, os resultados apontaram que os homens apresentaram uma proporção de respostas positivas e neutras superior às das mulheres. Já as mulheres produziram mais avaliações negativas, o que parece indicar que elas são mais críticas em suas avaliações. Além disso, o fato de o sexo feminino ter produzido menos

avaliações neutras sugere, ainda, que elas se posicionam mais no momento de fazer julgamentos.

Os resultados referentes ao fator grau de escolaridade revelaram que os informantes com curso superior produziram menos avaliações negativas, possibilitando presumir que os informantes mais escolarizados têm uma visão menos preconceituosa em relação às diferenças étnicas, culturais e linguísticas, consequência, provavelmente, do maior conhecimento possibilitado pelo estudo, corroborando o exposto na análise das variantes róticas.

Quanto ao fator faixa etária, embora os percentuais de avaliação positiva estejam muito próximos, as avaliações negativas são mais frequentes nos informantes da 1.^a FE do que nos informantes da 2.^a FE, situação que parece indicar que os informantes com mais idade são menos severos em seu julgamento, opinião que pode ser reforçada ao verificar que as avaliações neutras foram mais produzidas por esses informantes. O fato de os informantes da 1.^a FE realizarem menos casos de avaliações neutras sugere, ainda, que os jovens se posicionam mais ao avaliarem.

A terceira e última parte da análise refere-se aos dados do questionário qualitativo, cujo objetivo principal foi constatar a maneira como os informantes avaliam a sua variedade linguística e a variedade linguística dos outros grupos dialetais.

Em relação à avaliação do dialeto dos informantes cariocas (diferentemente do constatado no questionário quantitativo), os norte-paranaenses manifestaram mais avaliações negativas do que positivas; da mesma forma, os gaúchos fizeram mais avaliações negativas, porém com índices percentuais mais elevados. Os comentários negativos ficaram quase sempre voltados à questão do exibicionismo, de associarem o falar carioca com o falar de “malandro” e de pessoas “folgadas”.

Já os cariocas mostraram-se bastante leais ao próprio dialeto: dos 16 informantes, 15 avaliaram-no positivamente; além disso, o sentimento de identidade linguística é muito presente, levando-os a modificarem muito pouco o seu falar, mesmo residindo há muitos anos em uma região cujo dialeto é muito diferente do seu. Os comentários feitos por eles fazem supor que acreditam que o prestígio de seu dialeto é de senso comum; os resultados a que esta análise chegou, entretanto, mostram que os cariocas estão perdendo o *status* que detinham. O falar gaúcho tem-se destacado na preferência de outros falantes. Talvez isso se deva aos acontecimentos ocorridos nos últimos anos na cidade e no estado do Rio de Janeiro, ligados, sobretudo, à violência. O antigo brilho do lugar, da Terra do Carnaval, das praias e das pessoas bonitas tem sido ofuscado pelas tragédias, pelas confusões,

pelas calamidades que têm envolvido aquela região e aquele povo. Parafraseando Gilberto Gil, “O Rio de Janeiro pode até continuar lindo”, mas, para os falantes investigados, já não possui o prestígio que possuía antes.

O dialeto gaúcho foi avaliado de forma mais positiva do que negativa pelos norte-paranaenses e pelos cariocas, e esses julgamentos estão amparados, principalmente, na questão da correção linguística, isto é, atribui-se ao falar gaúcho a característica de fala mais correta, mais culta. A avaliação que o gaúcho realiza a respeito do próprio dialeto também é bastante positiva, os depoimentos revelam atitudes ufanistas. Ser gaúcho é motivo de honra, e o seu dialeto – embora em quase todos os informantes bastante entremeado com características do dialeto dos norte-paranaenses – é exaltado, assim como suas tradições, costumes e cultura. A identidade linguística desses informantes está preservada, talvez não como Moreno Fernández (1998, p. 180) explicita, ressaltando que a identidade linguística representa “aquilo que permite diferenciar um grupo do outro, uma etnia de outra, um povo de outro”, já que a fala dos gaúchos residentes em Maringá está muito parecida com a fala dos norte-paranaenses; mas no sentido que propõe McNamara (1997 *apud* UFLACKER e SCHNEIDER, 2008, p. 33): “o conceito que o indivíduo tem de si próprio derivado do reconhecimento do pertencimento a determinado grupo social e relacionado com a significação emocional vinculada a essa pertença”.

Em relação à avaliação do dialeto norte-paranaense, verificou-se que os informantes cariocas foram os que o julgaram mais negativamente (94% dos informantes), seguidos dos informantes gaúchos, com 56% de avaliações negativas. Dentre os próprios norte-paranaenses, há 50% de avaliações negativas, ou seja, o estereótipo atribuído à fala do Norte do Paraná, considerada “caipira”, está presente inclusive nas crenças que os próprios norte-paranaenses têm a respeito do seu dialeto. Ao desaprovarem sua variedade linguística, os norte-paranaenses conferem legitimidade ao estigma que desfavorece o seu dialeto dentre os outros dialetos em contato. Assim como no trabalho de Bisinoto (2007), constatou-se, nos dados desta tese, que a estigmatização da linguagem não é uma prática unilateral, que se restringe às atitudes preconceituosas do outro; ela se manifesta na própria rejeição do norte-paranaense, que tem vergonha de seu modo de falar e que internaliza o preconceito alheio, reproduzindo-o.

Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que o elemento mais desprestigiado do dialeto norte-paranaense – o rótico retroflexo, também referido como “r caipira” – mantém grande vitalidade. Bisinoto (2007, p. 70) argumenta que os estudiosos são unânimes em dizer que “o estigma social aplicado aos estereótipos da língua provoca mudanças rápidas até seu

desaparecimento, pois que os torna cada vez mais estranhos ao uso real”. Se é assim, então é possível que o /r/ retroflexo não seja um fenômeno estigmatizado, no sentido que Labov (2008) toma o termo, já que, mesmo depois de tantos anos da previsão de seu desaparecimento por Amadeu Amaral, continua “muito bem, obrigado!”.

Quanto às quatro hipóteses levantadas sobre as questões voltadas especificamente para as crenças e as atitudes linguísticas, duas foram confirmadas, a saber: os informantes norte-paranaenses são mais desleais linguisticamente do que os cariocas e os gaúchos; os informantes mais escolarizados são menos preconceituosos. Já a hipótese de que os informantes da segunda faixa etária são mais resistentes à mudança no seu dialeto do que os informantes mais novos só se confirmou para os informantes gaúchos. Do mesmo modo, a hipótese de que os informantes cariocas e gaúchos são mais resistentes à mudança e à influência linguísticas só se confirmou plenamente para os informantes cariocas, embora tanto estes quanto aqueles apresentem atitude positiva em relação ao próprio dialeto.

Esta tese pretendeu contribuir não apenas no sentido de mostrar as crenças e as atitudes linguísticas ocorridas em uma região específica sobre um elemento linguístico específico, mas procurou também dar contribuições pela discussão, ainda que breve, de conceitos fundamentais para os estudos de crenças e atitudes linguísticas, pela apresentação de sínteses de diversos trabalhos sobre crenças e atitudes (desde os primeiros estudos brasileiros até os atuais), pelo detalhamento da metodologia adotada neste estudo, que passou por vários ajustes antes de proceder às entrevistas e que pode ajudar os interessados em realizar pesquisas da mesma natureza.

A execução deste trabalho permitiu esclarecer muitas dúvidas desta pesquisadora; por outro lado, suscitou tantas outras. Assim, a finalização desta etapa, conforme assevera Barbosa (2002, p. 72), “acaba por revelar múltiplas aberturas e novas propostas”. Uma delas é a ideia de verificar como se comportariam os informantes cariocas e gaúchos se esta pesquisa tivesse realizado a coleta de dados nas regiões de naturalidade desses informantes. Será que, em um mesmo Estado, haveria diferenças significativas nas avaliações de uma região para outra, ou de uma cidade para outra? No caso do Rio Grande do Sul, que possui, por exemplo, áreas de colonização alemã, italiana, açoriana, espanhola, será que a lealdade e a identidade linguísticas sofreriam mudanças a depender da região pesquisada? No Rio de Janeiro, o extremo prestígio creditado ao próprio dialeto também se manifestaria em falantes de áreas rurais? Será que a falta de concordância, o rotacismo, a assimilação nos gerúndios, dentre outros fatos, tão comentados por informantes cariocas e gaúchos, são mesmo marcas dialetais produzidas com mais frequência pelos norte-paranaenses? Enfim, são

muitas as perguntas e muitos ainda os caminhos a percorrer para alcançar as tão almejadas respostas.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes linguísticas: quem fala a língua brasileira? In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (orgs.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2008, p. 311-333.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*. 2009. [Projeto desenvolvido pela autora].
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21-47.
- ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas Linguístico do Paraná II*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, 2007.
- ALVES, Maria Isolete Pacheco Menezes. *Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 1979.
- AMÂNCIO, Rosana Gemima. *As “Cidades Trigêmeas”*: um estudo sobre atitudes linguístico-sociais e identidade. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2007.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. São Paulo: HUCITEC, 1982 [1920].
- ANDRADE, Arthur. *Maringá: ontem, hoje e amanhã*. Maringá: Rumo Gráfica, 1979.
- ANGELIM, Regina Célia Cabral. Linguagem masculina x linguagem feminina, questionando a possibilidade de se poder estabelecer uma “norma” feminina. In: OLIVEIRA, Maria Thereza Indiani de e LOPES, Célia Regina dos Santos (orgs.). *Sexo – uma variável produtiva*. Vol.4, Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 1995.
- APPEL, René y MUYSKEN, Pieter. *Bilinguismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Ariel, 1996.
- AURÉLIO, *Novo dicionário eletrônico*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009. CD-ROM.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 51. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BARBOSA, Adriana de Oliveira. *Brasilienses e a ideia do não-sotaque no processo de formação de identidade linguística*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2002.

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte - UFMG, v. 7, n. 2, 2007, p. 109-138.

BERGAMASCHI, Maria Cristina Zandomeneghi. *Bilinguismo de dialeto italiano-português: atitudes linguísticas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul - RS, 2006.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada: nova versão internacional*. Traduzida pela Comissão de Tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. *Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. A variação no uso dos róticos em Porto Alegre. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 1060-1072, 2011.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos róticos. *Revista Signum*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 85-102, julho de 2009.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato em Foz do Iguaçu. *Revista Línguas & Letras*, Cascavel, v. 11, n. 20, 1.º semestre de 2010.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Nas trilhas do –R retroflexo. *Revista Signum: estudos da linguagem*, Londrina, v.10, n. 2, p. 265-283, dez. 2007.

BRASIL. Lei n.º 8069/90, de 13 de julho de 1990, artigos 22 e 55 do *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>>. Acesso em 14 set. 2012.

BRESCANCINI, Cláudia e MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações. *Revista Signum: estudos da linguagem*, Londrina, v.11, n. 2, p. 51-66, dez. 2008.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella V. e NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 41-47.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de fonética do português brasileiro*. São Paulo, Paulistana, 2009.

CALLOU, Dinah e LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CALLOU, Dinah; MORAES, João A.; LEITE, Yonne. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. *Gramática do*

português falado. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 463-489.

CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística* – uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 49-75.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2008 [1953].

CARDOSO, Jayme Antonio e WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Gráfica Projeto, 1981.

CARVALHO, Kelly Cristiane Henschel Pobbe. Estudo fonético-acústico dos róticos no português e no espanhol para uma aplicação pedagógica. *Revista Estudos Linguísticos*, UFSCAR, v. 35, p. 1090-1096, 2006.

CASTRO, Vandersí Sant'Ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2006.

CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2. ed. Coimbra: A. Amado, 1978.

CHURCHILL, Winston. “Attitude is a little thing that makes a big difference”. Disponível em <<http://www.brainyquote.com/quotes/quotes/w/winstonchu104164.html>>. Acesso em 10 dez. 2012.

COHEN, Maria Antonieta. O ‘R’ retroflexo no português brasileiro: descrição e percurso histórico. In: RAMOS, Jânia M. (org.). *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da Anpoll*. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 74-83.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB: questionários 2001. Londrina: Eduel, 2001.

COULTHARD, Malcolm. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática, 1991.

CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

ELIA, Sílvio. *Sociolinguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão, 1987.

ESTRADA, Jorge Ferreira Duque. *Terra crua*. Curitiba: edição do autor, 1961.

FAGGION, Carmen Maria. Bilinguismo e cultura. In: FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, p. 99-119.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2009.

FÉLIX, Ademilde. *Crenças do professor sobre o melhor aprender de uma língua estrangeira na escola*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 1998.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2003.

FISHMAN, Joshua A. A sociologia da linguagem. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 25-40.

FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

FRAGA, Leticia. *Os “holandeses” de Carambé: estudo sociolinguístico*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2008.

FROSI, Vitalina Maria *et al.* Da estigmatização à solidariedade: atitudes linguísticas na RCI. In: FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, p. 15-42.

GILES, Howard; RYAN, Ellen Bouchard; SEBASTIAN, Richard J. An integrative perspective for the study of attitudes toward language variation. In: GILES, Howard; RYAN, Ellen Bouchard (Ed.). *Attitudes towards language variation: social and applied context*. London: Edward Arnold, 1982, p. 1-19.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUSMÃO, Alessandra Babler. *As realizações da vibrante na variedade linguística rural do Paraná: uma abordagem geovariacionista*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

GUY, Gregory R. e ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEAD, Brian F. O estudo do “r-caipira” no contexto social. *Revista de Cultura Vozes*, v. 67, n. 8, p. 43-49, 1973.

HELENE, André Frazão e XAVIER, Gilberto Fernando. *Como as memórias criam a personalidade*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/14.shtm>>. Acesso em 09 set. 2012.

HORA, Dermeval da. *Fonética e fonologia*. Curso de Letras. Fascículo II. Universidade Federal da Paraíba, 2009. Disponível em <<http://portal.virtual.ufpb.br/wordpress/media-tags/biblioteca>>. Acesso em 23 de janeiro de 2010.

HORA, Dermeval da. Variação fonológica: consoantes em coda silábica. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos (org.). *Encontro na linguagem: estudos linguísticos e literários*. Uberlândia: Edufu, 2006. p. 81-101.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2009.

HYMES, Dell. The ethnography of speaking. In: GLADWIN, T.; STUTERVANT, W. C. (orgs.). *Anthropology and human behavior*. Washington, D. C., The Anthropological Society of Washington, 1964 [1962].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Contagem da população 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 23 ago. 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas regionais em andamento no Brasil: perspectivas metodológicas. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Eduel, 2005. p. 333-356.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (Orgs.). *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas fonéticas e morfossintáticas*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LABOV, William. *Sociolinguistique*. Paris: Éd. De Minuit, 1976.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAMBERT, Wallace E. A Social Psychology of Bilingualism. [1967] In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (orgs.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.

LAMBERT, William Wilson; LAMBERT, Wallace Earl. *Psicologia social*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

LANGARO, Jerri Antonio. De vibrantes a fricativos: os róticos na dublagem brasileira. *Revista Trama*, Unioeste, v. 1, n. 2, p. 109-123, 2.º sem. 2005.

LEAL, João Laércio Lopes *et al.* *Projeto memória*. Acervo do Museu da Bacia do Paraná da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, [19--].

LEITE, Cândida Mara Britto. *Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2004.

LENARD, Andrietta. *Lealdade linguística em Rodeio (SC)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 1976.

LIMA, Alcides Fernandes de. *A variação do (r) posvocálico em Cameté - PA: uma abordagem geossociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2003.

LÓPEZ MORALES, Humberto. *Sociolingüística*. 3. ed. Madrid: Gredos, 2004.

LUZ, France. A migração através dos dados dos registros de casamentos dos cartórios da microrregião norte novo de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. p. 141-153.

LYONS, John. *Linguagem e linguística*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. Fonética. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 105-146. v. 1.

MATEUS, Maria Helena Mira. Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa. In: *Estudos da linguagem: questões de fonética e fonologia: uma homenagem a Luís Carlos Cagliari*. Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2006. p. 159-180.

MELO, Djalma Cavalcante. *Atitudes linguísticas e as variedades regionais de fala no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

MENDEZ BATISTA, Denerval. *Software para codificações automáticas de variáveis e para subsídio ao processo de análise dos dados*. Maringá - PR, 2012.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-14.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 1997.

MONBEIG, Pierre. A Zona Pioneira do Norte do Paraná. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 11-17, 1945.

MORALIS, Edileusa Gimenes. *Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2000.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15-25.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário de sinônimos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1922].

OLIVEIRA, Carolina Cardoso. *Aquisição das consoantes róticas no português brasileiro e no espanhol: um estudo comparativo*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Reanalizando o processo de cancelamento do (r) em final de sílaba. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte – UFMG, v. 6, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 1997.

OLIVEIRA, Maria Thereza Indiani. Apresentação. In: OLIVEIRA, Maria Thereza Indiani de; LOPES, Célia Regina dos Santos (orgs.). *Sexo: uma variável produtiva*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 1995. v.4.

ORSI, Laura. Estereotipos y actitudes: similitudes y diferencias. In: XV Congresso Internacional da Alfal, 2008, Montevideu. *Anais...* Montevideu, 2008. Disponível em: <http://alfal.easyplanners.info/programa/programaExtendido.php?casillero=516093000&sala_=Sala%20408&dia_=Mi%E9rcoles%2020%20de%20agosto#>. Acesso em: 11 ago. 2012.

PAIVA, Geórgia Maria Feitosa; SOARES, Maria Elias. *Preconceito e identidade linguística: crenças de estudantes de curso de educação à distância*. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehete/hipertexto2009/anais/p-w/preconceito-e-identidade.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

PAIVA, Maria da Conceição A. de e DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. *Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2007.

PASTORELLI, Daniele Silva. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Capanema: um estudo da relação do português com línguas em contato*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, 2011.

PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (Orgs.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 89-112.

PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. University of Michigan, 1988.

PITA FERNÁNDEZ, S.; PÉRTEGAS DÍAZ, S. *Investigación cuantitativa y cualitativa*. 2002. Disponível em: <www.fisterra.com/mbe/investiga/cuanti_cuali/cuanti_cuali.asp>. Acesso em: 2 nov. 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.

RAMOS, Jânia Martins. Avaliação de dialetos brasileiros: o sotaque. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte – UFMG, v. 6, n. 5, p. 103-125, jan./jun. 1997.

REINECKE, Katja. *Os róticos intervocálicos na gramática individual de falantes de Blumenau e Lages*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2006.

REVISTA VEJA. *Veja essa*. São Paulo: Abril, ed. 2070, ano 41, n. 29, jul. 2008.

RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SHAW, Bernard George. In: *Filosofia & Poesia*: biografias de grandes escritores, filósofos e poetas de todos os tempos. Disponível em: <weberdmx.blogspot.com.br/2012/06/bernard-shaw.html>. Acesso em: 4 ago. 2012.

SILVA, Ana Kelly Borba da. Os róticos na Ilha de Santa Catarina. In: VIII CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL – CELSUL, 2008, Porto Alegre – RS. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <www.celsul.org.br/encontros/08/róticos_na_ilha>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SILVA, Aparecido Kleber da. *Crenças e aglomerados de crenças de alunos ingressantes em Letras (inglês)*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2005.

SILVA, Aparecido Kleber da. Crenças no ensino-aprendizagem e na formação de professores de línguas: pontos e contrapontos. In: SILVA, K. A. (Org.). *Crenças, discursos & linguagem*: Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. V.2. (no prelo).

SILVA, Hélen Cristina da. *O /R/ caipira no triângulo mineiro: um estudo dialetológico e de atitudes linguísticas*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoria y análisis*. Madrid: Alhambra, primera edición, 1989.

SILVA-PORELI, Greize Alves. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Pranchita - PR*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR, 2010.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

UFLACKER, Cristina Marques; SCHNEIDER, Maria Nilse. Atitudes linguísticas e variedades dialetais alemãs. *Revista Uniletras*, UEPG, 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. *Retratos do lugar de uma gente*, n. 45/87, Maringá: Funarte, março de 1988.

VIOLA, Izabel Cristina. Efeito expressivo das variantes estilísticas do /r/. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, LAEL/PUC-SP, v. 15, 2006. ISSN 1806-275X. Disponível em: <www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/Viola.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2010.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 7. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p.7-72.

YERO, Judith Lloyd. *Teaching in mind: how teacher thinking shapes education*. 2nd edition, Hamilton, MT: Mind Flight Publishing, 2010.